

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL,  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL  
NO SETOR COUREIRO-CALÇADISTA  
NA REGIÃO DO VALE DOS SINOS – SÃO LEOPOLDO

MARIA TEREZINHA GONÇALVES DE SOUZA

ORIENTADOR: DR. LUIZ FERNANDO MAZZINI FONTOURA

PORTO ALEGRE, JANEIRO DE 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL,  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL  
NO SETOR COUREIRO-CALÇADISTA  
NA REGIÃO DO VALE DOS SINOS – SÃO LEOPOLDO

MARIA TEREZINHA GONÇALVES DE SOUZA

Orientador: Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura

Banca Examinadora: Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz  
Deptº de História da UNISINOS  
Prof. Dr. Nelson Rego  
PÒSGEA/ IE/ UFRGS  
Profª. Drª. Rosa Maria Vieira Medeiros  
PÒSGEA/ IE/ UFRGS

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
programa de Pós-Graduação em Geografia  
como requisito para obtenção do Título de  
Mestre em Geografia.

Porto Alegre, Janeiro de 2005.

Souza, Maria Terezinha Gonçalves de

A Exploração do trabalho infantil no setor coureiro-calçadista na região do Vale dos Sinos-São Leopoldo. / Maria Terezinha Gonçalves de Souza - Porto Alegre : UFRGS, 2005.

[XXX f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2005.

1. Geografia. 2. Trabalho Infantil. 3. Região do Vale dos Sinos - São Leopoldo. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Geociências - UFRGS  
**Renata Cristina Grun CRB10/1113**

## **AGRADECIMENTOS**

Externo meus agradecimentos:

Em primeiro lugar e, em especial, a todas as crianças envolvidas na pesquisa, protagonistas deste trabalho, bem como às direções das escolas municipais que permitiram as entrevistas com as crianças.

Aos Subdelegados Regionais do Trabalho – DRTs – Bel. Émerson Tyrone Mattje, de Novo Hamburgo, e Auditor Fiscal do Trabalho em São Leopoldo, Rui Nei Daniel.

Ao Presidente do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, Carlos Gilberto Koch.

À Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – ASBEM, de Novo Hamburgo, Noeli Rolt da Silveira.

À Coordenadora Executiva da Fundação SEMEAR de Novo Hamburgo, Sabrina Gomes Regra, bem como à Promotora do Juizado e da Infância de São Leopoldo, Dr<sup>a</sup> Mara Cristiane Job Beck Pedro.

Aos colaboradores, professora da UNISINOS, Pedagoga e Mestre em Educação Infantil, Marita Redin, e ao Psicólogo Clínico, Hener Luis Bueno, que, através de suas visões e conhecimentos técnicos, contribuíram para enriquecer este trabalho de pesquisa.

Às demais pessoas de forma geral, amigos e colegas que colaboraram para a realização deste projeto.

Ao professor do Departamento de Sociologia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - UFRGS, Dr. Sérgio Schneider, pelo seu apoio e como grande colaborador pelas suas experiências realizadas com o mesmo tema nos municípios de Novo Hamburgo e em Dois Irmãos, bem como pelo seu conhecimento histórico da região do Vale dos Sinos.

Em especial, ao Professor Orientador Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura, pela amizade e pela sabedoria transmitida, pelo encorajamento e, principalmente, pelo seu singular método de orientação, oportunizando-me autonomia e liberdade para elaborar o presente trabalho, movida pela emoção e pelas percepções que obtive ao longo do processo desta Dissertação, sem os quais não teria a validade enquanto produção de relevância social.

Enfim, agradeço aos professores e colegas do Curso de Pós-Graduação em Geografia e à Comissão Coordenadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade que me foi dada para a elaboração deste Projeto de Pesquisa.

*A palavra progresso não terá qualquer sentido  
enquanto houver crianças infelizes.*

*Albert Einstein*

*Os filhos dos mandarins tornar-se-ão  
mandarins; os dos pobres passarão a  
vida a acender carvão.*

*Provérbio do Vietnã*

*O povo que não respeita a criança  
não respeita a si mesmo nem respeita o próprio futuro.*

*Dom Paulo Evaristo Arns, escritor e religioso*

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa, realizado com crianças que executam alguma atividade ligada ao setor coureiro-calçadista no município de São Leopoldo, teve por objetivo localizar e diagnosticar a incidência do trabalho infantil no referido setor, bem como traçar o perfil desses trabalhadores e verificar como se dá sua inserção no mercado de trabalho. Houve também a preocupação de resgatar a história do trabalho infantil de forma geral e ao longo da história do processo de industrialização no Brasil, no sentido de verificar como se deu a inserção e a regulação dessa mão-de-obra.

Foi entrevistada uma amostra de cem crianças entre 7 e 14 anos incompletos e de adolescentes na faixa etária dos 14 aos 17 anos, localizados nas escolas municipais, em bairros de periferia do município de São Leopoldo. Os resultados a que chegamos estão expostos ao longo do desenvolvimento deste trabalho, mais especificamente na terceira parte. Em relação às conclusões, percebemos que o trabalho infantil é uma luta constante na história da humanidade, que várias são as causas que justificam a inserção da criança no mercado de trabalho, o que é visto, pela sociedade que o legitima, como uma solução e não como um problema.

Constatamos que, ao longo do desenvolvimento da industrialização brasileira, houve o emprego massivo de crianças e que, paradoxalmente, havia uma preocupação em regulamentar essa mão-de-obra amparada por legislação específica. Hoje observamos uma desregulamentação dessas conquistas, tendo em vista que as crianças trabalham no setor informal, de forma precarizada, no chamado processo de terceirização da produção, que não protege esses trabalhadores em relação aos benefícios previdenciários nem os ampara através de uma legislação específica.

## **ABSTRACT**

This research, undertaken with children who carry out some kind of activity linked to the leather and footwear sector, in the municipality of São Leopoldo, had the objective of identifying and diagnosing child labour in the aforementioned sector, as well as tracing the profile of these workers and examining their insertion into the labour market. There was also a concern to review the history of child labour in general and throughout the process of industrialization in Brazil, in the sense of examining the insertion and the regulation of these workers.

A sample of children from 7 to 13 years old, and of adolescents from 14 to 17 years old were interviewed. These interviewees were attending municipal schools in the outskirts of the municipality of São Leopoldo

The results obtained are detailed throughout this work, most specifically in the third part. In relation to the conclusions, we observe that child labour has been a constant struggle throughout human history, and that there are various causes that have justified the insertion of children into the labour market, which have been seen, by society to legitimize it, as a solution and not as a problem.

We observe that, throughout the development of Brazilian industry, there was a massive employment of child labour and that, paradoxically, there were concerns to regulate this workforce, supported by specific legislation. Today we see a deregulation of these achievements, given that children work in the informal sector, in a precarious way, in the so called production outsourcing process, which does not protect these workers in either in relation to welfare benefits nor through the support of specific legislation.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE MAPAS	16
LISTA DE SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	20
I PARTE: CONSTRUÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL	29
1 A INDÚSTRIA NO BRASIL	30
1.1 A Era Colonial e a Proibição das Manufaturas	30
1.2 Da Crise do Café Nasce a Indústria	35
1.3 A Diversificação Econômica e o Rio Grande do Sul	45
1.4 Os Movimentos Sociais Urbanos e o Surgimento da Classe Operária	46
2 ORGANIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA	66
2.1 Tendência Anarco-Sindicalista	71
2.2 A Greve Geral de 1917	78
2.3 A Criação do PC do B	82
2.4 O Processo Político nos Anos 20	84
2.5 Tenentismo	84
2.6 A Revolução de 1930	89
2.7 A Classe Trabalhadora no Governo Vargas	106
2.8 O Movimento Operário e a Organização Sindical	113
2.9 O Golpe de 1964	119
2.10 Breve Histórico da Industrialização Durante a Ditadura Militar	125
2.11 O Governo Castelo Branco	130
2.12 O Governo Figueiredo	134
3 FORDISMO, TOYOTISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	136
3.1 Fordismo, Taylorismo e Flexibilização	140
3.2 Fordismo	142

3.3 Taylorismo	143
4 SINDICATO – O PAPEL DOS SINDICATOS FRENTE ÀS NOVAS FORMAS DE GESTÃO DO TRABALHO	148
II PARTE: DESREGULAMENTAÇÃO E AS NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	157
5 GLOBALIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL	158
6 PRECARIZAÇÃO – TRABALHO INFORMAL	174
6.1 Trabalho – Significado	174
7 EXCLUSÃO SOCIAL – INTRODUÇÃO	185
7.1 Exclusão Social no Brasil	187
7.2 Exclusão Social e Pobreza no Brasil	189
7.3 A Informalização no Emprego	190
8 INDÚSTRIA DO CALÇADO	198
8.1 Origem e Trajetória	198
8.2 Do Artesanato à Fábrica	200
8.3 Formação e Desenvolvimento do Mercado de Trabalho da Indústria Coureiro-Calçadista	205
8.4 Indústria de Calçados – Do Auge à Crise	216
9 TRABALHO INFANTIL	222
9.1 Breve Histórico	222
9.2 Onde Trabalham as Crianças	226
9.3 História do Trabalho Infantil no Brasil	230
9.4 O Trabalho Infantil no Brasil	231
9.4.1 Programas e Projetos de Erradicação do Trabalho Infantil no Vale dos Sinos	242
9.5 Causas do Trabalho Infantil	243
9.6 Trabalho Infantil na Região do Vale dos Sinos	244
9.7 Legislação Brasileira de Proteção à Infância	249
9.8 A Organização Internacional do Trabalho - OIT	260
9.9 A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)	261
9.10 A Atuação do Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)	262
III PARTE: RESULTADOS DA PESQUISA DO TRABALHO INFANTIL NA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA – SÃO LEOPOLDO/RS	270
10 CRIANÇAS QUE ESTUDAM E TRABALHAM NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO	272
10.1 Quem são essas crianças?	272
10.2 A escola na vida das crianças trabalhadoras	274
10.3 A família das crianças entrevistadas	282
10.4 O trabalho na vida das crianças	293
10.4.1 Que tipo de trabalho realizam?	293
10.4.2 Há quanto tempo trabalham?	293

10.4.3 Por que trabalham?	299
10.4.3.1 A Inserção no Mercado de Trabalho	299
10.4.3.2 Forma de acesso ao trabalho	303
10.4.4 Condições de Trabalho	307
10.4.4.1 Turno de trabalho	307
10.4.4.2 Carga horária de trabalho	308
10.4.4.3 Trabalho em finais de semana	309
10.4.4.4 Período de descanso	310
10.5 Lazer, recreação e esporte na vida das crianças	311
10.5.1 Não trabalhar para fazer o quê?	311
10.6 O significado do trabalho	319
10.6.1 Opinião sobre o trabalho	319
10.6.2 Conteúdo do trabalho	329
10.6.3 Condições de trabalho	330
10.6.4 Ambiente de trabalho	330
CONCLUSÃO	375
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	385
ANEXOS	392

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Divergências entre Anarquistas e Comunistas	82
Tabela 2: Produção de sapatos, borzeguins para crianças e adultos, chinelos, sandálias, perneiras e botas em 1921 e 1929	202
Tabela 3: Sistema de trilhos na Indústria de Calçados Reichert S. A.	209
Tabela 4: Exportações brasileiras de calçados – 1970-2000	219
Tabela 5: Motivos que estariam influenciando no deslocamento de empresas de calçados para outras regiões do país, segundo as médias e grandes empresas de calçados do Vale dos Sinos	220
Tabela 6: Crianças de 10 a 14 anos economicamente ativas - 1995	227
Tabela 7: Número de crianças que trabalham no Brasil	234
Tabela 8: Percentual de crianças que trabalham por faixa etária	234
Tabela 9: As crianças, o trabalho e a frequência na escola	234
Tabela 10: Relação entre rendimento familiar e trabalho infantil	235
Tabela 11: Horas trabalhadas por crianças de 10 a 14 anos	235
Tabela 12: Rendimento de crianças de 10 a 14 anos	235
Tabela 13: Leis, Convenções e Declarações de proteção à infância	252
Tabela 14: Posicionamento de algumas empresas sobre o trabalho infantil	254
Tabela 15: Agrotóxicos comumente usados nas plantações de fumo	257

Tabela 16: Distribuição das crianças por sexo	273
Tabela 17: Distribuição das crianças por cor	273
Tabela 18: Distribuição das crianças por idade em que começaram a trabalhar no setor coureiro-calçadista	274
Tabela 19: Distribuição das crianças por escolaridade	275
Tabela 20: Distribuição das crianças por idade de ingresso escolar	276
Tabela 21: Distribuição das crianças por taxa de repetência escolar	276
Tabela 22: Distribuição das crianças por motivo de repetência escolar	276
Tabela 23: Distribuição das crianças por frequência escolar	277
Tabela 24: Distribuição das crianças por rendimento escolar	277
Tabela 25: Distribuição das crianças por índices de aprovação e reprovação	278
Tabela 26: Taxa de rendimento das crianças trabalhadoras/2002 e da Rede Municipal/2002	278
Tabela 27: Taxa de rendimento – Ensino Fundamental – RS 2002	280
Tabela 28: Distribuição das crianças por horário em que realizam os deveres de casa	280
Tabela 29: Distribuição das crianças por preferência nas disciplinas escolares	281
Tabela 30: Distribuição das crianças por composição familiar	283
Tabela 31: Distribuição de trabalhadores residentes na mesma casa das crianças	284
Tabela 32: Distribuição dos pais das crianças por profissões	284
Tabela 33: Distribuição dos familiares trabalhadores das crianças por atividade na confecção de calçados	285
Tabela 34: Distribuição dos pais e mães das crianças por escolaridade	286
Tabela 35: Distribuição dos pais das crianças por escolaridade	287
Tabela 36: Distribuição das mães das crianças por escolaridade	287
Tabela 37: Distribuição dos pais das crianças por região ou municípios de origem	289
Tabela 38: Distribuição dos pais das crianças por motivações da mudança para São Leopoldo	290

Tabela 39: Distribuição das crianças por local de residência	291
Tabela 40: Distribuição das crianças por renda familiar dos pais	292
Tabela 41: Distribuição das crianças por tipo de tarefa realizada	293
Tabela 42: Distribuição das crianças por tempo de trabalho	294
Tabela 43: Distribuição das crianças por idade que começaram a trabalhar	294
Tabela 44: Distribuição das crianças por local de trabalho	295
Tabela 45: Distribuição das crianças por motivos que levaram ao ingresso no mercado de trabalho	299
Tabela 46: Distribuição das crianças por “Quem indicou-as para trabalhar”	303
Tabela 47: Distribuição das respostas das crianças sobre “Quem indicou aqueles que as indicaram”	304
Tabela 48: Distribuição das crianças por atitudes de seus pais em relação ao trabalho precoce	305
Tabela 49: Distribuição das crianças por turno de trabalho	307
Tabela 50: Distribuição das crianças por carga horária de trabalho	308
Tabela 51: Distribuição das crianças por realização de trabalho nos finais de semana	309
Tabela 52: Distribuição das crianças por realização de trabalho no período de férias escolares	310
Tabela 53: Distribuição das crianças por período dedicado ao descanso	310
Tabela 54: Distribuição das crianças por preferência nas atividades de lazer	311
Tabela 55: Distribuição das crianças por preferência na prática esportiva	312
Tabela 56: Distribuição das crianças por horário dedicado ao brincar	313
Tabela 57: Distribuição das crianças por atividades preferidas	314
Tabela 58: Distribuição das crianças por opinião sobre o trabalho	319
Tabela 59: Distribuição das crianças por considerações sobre os aspectos positivos do trabalho	320

Tabela 60: Distribuição das crianças por considerações sobre os aspectos negativos e prejudiciais do trabalho	321
Tabela 61: Distribuição das crianças por opinião sobre a sua precoce entrada no mercado de trabalho	328
Tabela 62: Distribuição das crianças por profissão desejada	328
Tabela 63: Distribuição das crianças por avaliação do seu ambiente de trabalho	331
Tabela 64: Limites de Tolerância I	334
Tabela 65: Limites de Tolerância II	335
Tabela 66: Atividades e respectivos graus de risco	336
Tabela 67: Modos de Produção	346
Tabela 68: Parâmetros para controle biológico da exposição a alguns agentes químicos	352
Tabela 69: Distribuição das crianças por caracterização quanto à repetição do trabalho	354
Tabela 70: Relógio Real e Relógio Ideal	361
Tabela 71: Distribuição das crianças por tempo gasto na realização do trabalho	366
Tabela 72: Distribuição das crianças quanto à periodicidade dos vencimentos	368
Tabela 73: Distribuição das crianças quanto à remuneração diária	370
Tabela 74: Distribuição das crianças quanto à possibilidade de atraso no pagamento	370
Tabela 75: Distribuição das crianças quanto aos instrumentos utilizados no trabalho	371
Tabela 76: Distribuição das crianças quanto à contribuição no orçamento familiar	372
Tabela 77: Distribuição das crianças quanto à utilidade do dinheiro que recebem	373
Tabela 78: Distribuição das crianças quanto à continuidade no trabalho	373

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Setor coureiro-calçadista no RS

212

## LISTA DE SIGLAS

ABC Paulista	Santo André, São Bernardo e São Caetano
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ASBEM	Associação do Bem-Estar da Criança e do Adolescente
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRDE	Banco Rio-grandense de Desenvolvimento Econômico
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CF	Constituição Federal
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
COB	Confederação Operária Brasileira
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômica
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
E. M. E. F.	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FENAC	Feira Nacional do Calçado
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GECTIPA	Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente
IAPS	Instituto de Pensões e Aposentadorias
IBE	Índice Biológico de Exposição
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMP	Índice Biológico Máximo Permitido
ICM	Imposto do Comércio de Mercadorias
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias
In	Linha de Indigência
INP (JBC?)	Instituto Nacional do Petróleo
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEC	Programa Internacional de Eliminação do Trabalho da Criança
JK	Juscelino Kubitscheck
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LER/DORT	Lesão por Esforços Repetitivos
NR	Normas Regulamentadoras
NRR	Normas Regulamentadoras Rurais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S. A.
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PND	Pesquisa Nacional por Domicílios
Po	Linha de Pobreza
PRP	Partido Republicano Popular
PSD	Partido Social Democrático

PTB	Partido Trabalhista do Brasil
PUA	Pacto da Unidade e Ação
PUI	Pacto da Unidade Intersindical
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SAHAB	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINAIT	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SP	São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
UDN	União Democrática Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
VRN	Valor da Referência de Normalidade

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem por tema a Exploração do Trabalho Infantil ligado à Indústria Calçadista no município de São Leopoldo. Essa pesquisa foi realizada durante o ano de 2002. Por meio dela analisou-se, de forma geral, a problemática do trabalho precoce de crianças e adolescentes que participam do processo produtivo da chamada terceirização da economia. O objetivo foi verificar como se dá a inserção dessas crianças nesse setor, as conseqüências para o seu desenvolvimento físico e psicossocial, bem como a ocorrência da exploração econômica e, ainda, o comprometimento da vida escolar e da saúde das crianças e dos adolescentes em estudo.

O trabalho apresenta, num primeiro momento, a história da industrialização brasileira, bem como a formação da classe operária ao longo desse processo, suas lutas nas relações entre o trabalho e o capital, bem como suas precárias condições de vida.

Houve, explicitamente, também a intenção de resgatar a história, neste contexto, da regulamentação do Trabalho Infantil ao longo dessa trajetória, além de sua desregulamentação pelas novas formas de gestão de trabalho adotadas pelas empresas que buscaram reestruturar-se e adequar-se às novas condições produtivas impostas pelo sistema capitalista vigente.

Quanto à metodologia utilizada para a realização da pesquisa com as crianças trabalhadoras em São Leopoldo, tivemos dois momentos como fonte de informação: um levantamento de crianças que realizavam alguma atividade ligada ao calçado junto às salas de aula das seguintes escolas municipais localizadas no município de São Leopoldo: E. M. E. F. Dr. Osvaldo Aranha – Bairro Feitoria; E. M. E. F. Zaira Hauschild - Bairro São Borja; E. M. E. F. Dr. Paulo da Silva Couto - Bairro Campina; E. M. E. F. General Mário Fonseca - Bairro Campestre; E. M. E. F. Paulo Beck - Bairro São Miguel; E. M. E. F. João Belchior M. Goulart - Vila Brás; E. M. E. F. Clodomir Vianna Moog - Bairro Scharlau; E. M. E. F. Edgard Coelho - Bairro Santos Dumont; E. M. E. F. Prof. Álvaro Luis Nunes - Bairro Campina; E. M. E. F. Santa Marta - Bairro Arroio da Manteiga.

A partir da localização e identificação das crianças, partimos para a pesquisa de campo, realizada através do preenchimento de uma ficha-questionário conduzida pelo entrevistador e aplicada às mesmas, ocasião em que foram levantados os dados. As crianças pesquisadas estavam matriculadas da 1ª a 4ª séries iniciais e da 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental.

Escolhemos as escolas para realizar a pesquisa pelo fato de elas reunirem um contingente significativo de crianças, o que viria facilitar o nosso acesso às crianças e adolescentes trabalhadores. Schneider, Rezende, Mendonça, Pochmann, Antunes, Fausto, Cattani, Leonardi & Foot, entre outros autores, embasaram, através de seus estudos, o presente trabalho de pesquisa.

Foi entrevistada uma amostra de cem crianças entre 7 e 14 anos incompletos e adolescentes na faixa etária dos 14 aos 17 anos, localizados nas escolas municipais, em bairros da periferia do município de São Leopoldo. Nessa ocasião, foi preenchida uma ficha questionário, que previa possibilidades de respostas abertas ou conduzidas pelo entrevistador.

Especificamente em relação aos temas da pesquisa nos detivemos em levantar, através das questões, as variáveis sexo e faixa etária, bem como trabalho, escolaridade, família e lazer, para podermos, a partir de então, traçar o perfil, ou seja, como vivem essas crianças e a especificidade da inserção das mesmas no trabalho. Os aspectos abordados foram: *Perfil*: (idade, sexo, escolaridade); *Trabalho* (tempo de ingresso, local, jornada, tarefas desempenhadas, ambiente, formas de acesso, atitudes dos pais em relação ao seu trabalho, motivos que levaram a criança a se inserir no mercado de trabalho; aspectos positivos e negativos, significado do trabalho, rendimento e suas formas de utilização); *Escola* (turno, evasão, repetência); *Lazer* (atividades livres e locais de lazer); *Família* (com quem mora, atividades dos pais e irmãos, escolaridade, origem e rendimentos).

Trabalhamos com análise de tabelas na averiguação dos dados levantados, ocasião em que os mesmos foram sistematizados. Dentro das categorias, utilizamos variáveis e, em determinadas situações, pelo fato de as respostas serem de múltiplas escolhas, teremos número de citações superiores ao número da amostra, devido às respostas múltiplas em questões abertas.

Com o objetivo de facilitar a estruturação e a compreensão desse trabalho, dividimos o mesmo em três partes: na primeira parte, tratamos da Construção da Regulamentação do Trabalho no Brasil, em que foi feita uma análise das dificuldades do Brasil em desenvolver as manufaturas durante o Brasil colonial pela dependência econômica de Portugal, como se deu o processo de industrialização a partir da crise do café durante a República Velha e a inserção da mão-de-obra vinda do interior para as cidades, atraídas pela indústria.

Mostramos também o surgimento e a organização da classe operária, suas precárias condições de vida, sua super exploração, sobretudo a exploração massiva de mulheres e crianças. Abordamos, ainda, a participação e a influência dos movimentos sociais, das associações, das greves, do sindicato, dos jornais operários, entre outros, na luta contra a dominação e apropriação do capitalismo e na colaboração da organização da classe operária.

Fizemos uma abordagem do final da República Velha, marcada pelos conflitos políticos, sociais e econômicos dando novos rumos à economia e à história do Brasil, especialmente a partir da Revolução de 1930, com o fim da chamada República Café com Leite.

Nesse período, Getúlio Vargas assume o poder no Brasil e desenvolve a industrialização através da intervenção do Estado na economia e da organização dos trabalhadores. O Brasil deixa de ser rural para se tornar urbano (1930-54). A sociedade brasileira passa de agrária para industrial.

A política industrial adotada por Vargas foi a de reduzir as exportações, fortalecer as indústrias de base e nacionalizar a economia. Mas o grande legado do seu governo foi a criação das leis trabalhistas, o salário mínimo, a CLT, os Institutos de pensões e aposentadorias (IAPS e INPS), férias e o Ministério do Trabalho.

Ao analisarmos o governo de Getúlio Vargas, vimos que o mesmo era paradoxal entre seu discurso e a sua prática, uma vez que passava a idéia de um governo sensível com os anseios dos trabalhadores. Permitia a organização sindical dos trabalhadores e patrões, embora ligados e controlados pelo Estado, sendo os conflitos trabalhistas julgados pelo próprio Ministério do Trabalho, que também controlava e manobrava as organizações de classe supostamente independentes e divididas para a facilitação desse controle sobre a massa proletária crescente.

Ao encerrarmos o governo Vargas, chegamos à conclusão de que o modelo implantado por ele, assim como o seu projeto desenvolvimentista-nacional criado após a Segunda Guerra Mundial, constituíram-se coerentes e positivos. A legislação trabalhista regulamentou as relações de trabalho entre operários e indústrias, mas seu governo, ora democrático, ora autoritário, teve por objetivo legitimar a dominação capitalista e abafar a luta de classes através da ênfase aos ideais de justiça e de culto ao trabalho.

Ao Estado cabia proteger a classe trabalhadora, desde que esses apoiassem o governo nas medidas políticas adotadas que beneficiavam a classe dominante. Essa legislação, de certa forma, regulamentada, especialmente em relação ao trabalho feminino e de crianças, teoricamente significou um avanço. Houve uma melhora na situação dos operários se levarmos em conta as péssimas condições em que vinham trabalhando nas indústrias têxteis, traço comum na arcaica economia do início do século 20.

Ao concluirmos essa primeira parte do trabalho, com o fim da política trabalhista ou populista (Era Vargas), a crise se instalou no Brasil; o governo, isolado, perde o apoio da classe dos trabalhadores e dos militares. Começa uma grande pressão sobre o governo Vargas e a pregação para a abertura ao capital estrangeiro em contradição com a política do governo baseada na industrialização, com base de capital nacional privado e nacional, Getúlio suicida-se em 1954.

Em uma rápida análise ao governo posterior a Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek caracterizou-se pela utilização de capital público e privado, na sua política de desenvolvimento econômico. O plano de Metas compreendia o desenvolvimento de vários setores, entre eles, de energia, transportes, alimentação, educação, indústrias de base e a construção de Brasília. Instalou a indústria automobilística no país através das multinacionais, concedendo alguns benefícios sociais ao homem do campo, definidos no Estatuto do Trabalhador Rural.

Percebemos que essa política adotada por J.K. repercutiu de forma negativa para as camadas populares e para a classe trabalhadora. Houve o congelamento de salários e a abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro e um forte controle sobre os sindicatos, que se viram impotentes diante das novas técnicas de relações de trabalho implantadas pelas empresas multinacionais, diferentemente da indústria tradicional, como a têxtil.

O quadro de crise político, econômico e social instalado no país, representado pelas greves, inflação, arrocho salarial, de estagnação do crescimento industrial gerou um clima de muita tensão, o que levou o povo a se rebelar.

O golpe militar, com a desculpa de garantir a segurança nacional e conter os movimentos sociais e os comunistas, é deflagrado com o apoio de vários segmentos sociais, inclusive financeiros. Era o início da Ditadura Militar. A greve passa a ser considerada crime; os sindicatos, limitados; os líderes dos mesmos e os partidos de esquerda são perseguidos, presos e torturados. Esse período foi marcado pela recessão, inflação e arrocho salarial. Os militares mantiveram, de certa forma, a herança getulista, o nacionalismo econômico, a ideologia nacionalista, mas usaram, por exemplo, a CLT para proibir greves e organizações dos trabalhadores que estivessem fora da legislação sindical. Mas o que ocorreu, na prática, foi uma desconstrução dessa herança em prol do grande capital no Brasil.

Na segunda parte deste trabalho, abordamos a Desregulamentação e as Novas Transformações no Mundo do Trabalho, fato ocorrido, mais especificamente, a partir da década de 1980, quando profundas modificações no mundo do trabalho, tanto em países desenvolvidos como nos periféricos, se faz presente.

Desemprego, informalidade e exclusão social são problemas que surgem a partir dessas transformações e terão, necessariamente, que fazer parte de uma nova regulação, que venha definir as relações entre empregados e patrões assim como deverão ser definidas regras para controle e erradicação do trabalho infantil, temas dessa pesquisa. A CLT se torna, no nosso ponto de vista, obsoleta para tais problemas, uma vez que ela protege apenas os trabalhadores formais.

Como vimos, o governo de Getúlio Vargas criou o Brasil da modernidade, com leis revolucionárias, e essa herança ficou pesada, tornando-se uma barreira ao emprego formal. A legislação proposta por Getúlio mudou para reduzir o custo que pesa sobre a carteira de trabalho, tendo em vista que essa encarece o emprego formal, produzindo uma situação em que quase 60% da força de trabalho estejam no setor informal, distantes das normas da CLT.

Nos dias de hoje, fica oneroso para um trabalhador formal custear alguns benefícios como salário-educação, Sesi, Senac, Sebrae, e a Justiça do Trabalho, ao mesmo tempo em que atua em favor desse na garantia de seus direitos, torna-se rigorosa com o empregador em relação ao cumprimento da legislação trabalhista.

Concluimos, dessa forma, que o modelo desenvolvimentista, os direitos adquiridos, enfim, a política modernizadora do passado tornou-se anacrônica pelo esgotamento da mesma, dando lugar a novas formas de gestão de trabalho e a novas estratégias político-econômicas, como: privatizações, lei de responsabilidade social, combate à inflação, abertura ao exterior, flexibilização das relações trabalhistas, o que, entre outras estratégias, faz aumentar o contingente de mão-de-obra feminina e infantil no mercado informal: um verdadeiro desmonte do antigo modelo político e econômico que teve raízes na era de Getúlio Vargas.

Por fim, podemos afirmar, seguramente, que o trabalho infantil é pernicioso, uma vez que compromete a saúde e trás prejuízos ao desenvolvimento físico, emocional, moral e escolar das crianças, e que a incorporação dessa mão-de-obra tem por interesse, pelas empresas, baratear os custos da produção e obter maior lucro, o que vai somente contribuir para o aumento da fome, da miséria, enfim, da exclusão social.

A terceira e última parte do trabalho apresenta os resultados da pesquisa referente ao trabalho infantil precarizado no setor coureiro-calçadista, no município de São Leopoldo, realizada com crianças e adolescentes, durante o ano de 2002, bem como as causas e conseqüências que esse tipo de trabalho, na sua especificidade, representa para as suas vidas.

**I PARTE:**  
**REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL**

## **1. A INDÚSTRIA NO BRASIL**

### **1.1 A ERA COLONIAL E A PROIBIÇÃO DAS MANUFATURAS**

Até meados do século XIX, quase tudo o que o Brasil necessitava era importado da Europa. O caráter da economia brasileira era agrícola e extrativo. Tudo vinha de fora (máquinas, ferramentas, etc.), e, em troca, exportávamos principalmente ouro, açúcar e tabaco.

A colonização do Brasil tinha por finalidade atender aos interesses do Estado, ou seja, aos interesses mercantilistas metropolitanos (Portugal), bem como dos grupos dominantes que objetivavam, única e exclusivamente, acumular riquezas, conquistar novos mercados, etc.

A Colônia passava, dessa maneira, a ser um instrumento de exploração econômica, inserida num novo sistema internacional: o Sistema Colonial, que, de acordo com Fernando Novais, era

O conjunto das relações entre a metrópole e a colônia, caracterizado por mecanismos e normas políticas, econômicas e fiscais que definiam a submissão da colônia à metrópole, sendo o monopólio do comércio da colônia pela metrópole a essência desse sistema (NOVAIS, 1996, p. 36).

O papel histórico da Colônia era, através do monopólio do seu comércio, gerar riquezas para a metrópole, privilegiando dessa forma a burguesia mercantil, que, através do lucro gerado com esse monopólio e pelos preços baixos que pagava, tornava-se cada vez mais poderosa. "Havia um pacto colonial imposto pelo Estado metropolitano, tornando através dele a economia colonial numa economia periférica" (SILVA, 1992, p. 3).

O monopólio do comércio da colônia pela metrópole ficava estabelecido pelo *pacto colonial* imposto pelo Estado metropolitano. Esse pacto transformava a economia colonial numa *economia periférica* cuja função era gerar riquezas para a economia central metropolitana (NOVAIS, 1996, p. 36).

Esse era o papel histórico da Colônia. Além disso, por esse pacto, a Colônia era proibida de produzir mercadorias que concorressem com as da metrópole. A essa economia colonial dependente não era permitido à Colônia autodesenvolver-se, uma vez que a Metrópole tinha total exclusividade de realizar o comércio de produtos tropicais, que eram valorizados na Europa.

A produção extensiva, no caso particular do açúcar, justificava-se pela necessidade de lucros cada vez maiores por parte da Coroa, o que tornava o Brasil uma Colônia de exploração. O Brasil representava para a Coroa Portuguesa, pela lógica do sistema colonial, uma dupla fonte de lucros: aqueles que revendiam na Europa a preços baixos a produção que aqui compravam, e aqueles que obtinham lucros com a venda a preços altos de manufaturados de que necessitavam no seu dia-a-dia, na Colônia.

A Inglaterra, no século XVIII, dona dos mares e começando a afirmar-se como grande potência mundial da época, pelo seu pioneirismo durante o desenvolvimento industrial, impunha seu domínio a Portugal por acordos comerciais em que este ficava em desvantagem nessas trocas com a Inglaterra. “O tratado de Methuen (1703) é um bom exemplo desse mecanismo. Por ele, a Inglaterra comprometia-se a comprar vinhos apenas de Portugal, enquanto este, por seu turno, iria adquirir tecidos somente da Inglaterra” (IGLESIAS, 1996, p. 11).

Portugal importava mais tecidos a preços mais elevados do que vendia seus vinhos, endividando-se, assim, com a Inglaterra. E esta, por sua vez, fornecia produtos a Portugal porque este era carente de atividades manufatureiras de porte, além de ser um país de raízes na produção agrária. Havia interesse em que as Colônias não se industrializassem, a fim de que a Inglaterra pudesse garantir o seu monopólio, beneficiando-se do pacto colonial português. Qualquer tentativa industrializante na Colônia era severamente reprimida pela metrópole.

Já a colônia Brasil, na medida em que sua população crescia e começavam a diversificar suas ocupações, seria alvo de uma severa política de restrições econômicas por parte da Metrópole, dentre as quais destacou-se o Alvará de 1775, mandando fechar as manufaturas (MENDONÇA, 1995, p. 9).

Nessa época, as poucas manufaturas existentes eram de fabricação de tecidos e de construção naval, pouco relevantes no conjunto da economia. Foi somente com a instalação da corte portuguesa na Colônia Brasil, em 1808, pelo Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte, pelo qual ficava proibido a qualquer país europeu comercializar com a Inglaterra, que iniciativas industrializantes seriam revogadas.

Além disso, D. João VI isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria e incentivou, através de subsídios, as indústrias de lã, de seda e do ferro, além de incentivar a invenção de novas máquinas, como exemplo a construção naval e a produção de cordames, velas e tecidos em geral.

No entanto, essas *iniciativas industrializantes* não prosperaram por tratados firmados com a Inglaterra, como a da Aliança e Amizade, pelo seu apoio político, por ocasião do bloqueio continental imposto pela França e Portugal, e de Comércio e Navegação, que favorecia os produtos ingleses, através de condições mais vantajosas em relação a outros procedentes de outros países, inclusive Portugal.

Enquanto os artigos vindos da Inglaterra pagariam apenas 15% *ad valorem* nas alfândegas, os próprios produtos portugueses pagariam 16%, e os de outros países, 24%. Por esses tratados, a Coroa Portuguesa se obrigava a limitar o tráfico de escravos aos territórios sob seu domínio e se obrigava a tomar medidas para restringi-lo (MENDONÇA, 1995, p. 11).

Dessa forma, não havia condições de as manufaturas brasileiras, com técnicas rudimentares e pouca mão-de-obra, competirem com os produtos ingleses, que, além de terem qualidade superior, apresentavam preços baixos em relação aos fabricados na Colônia brasileira.

Afora a concorrência dos produtos britânicos, o sistema escravista vigente no Brasil também servia de obstáculo para o desenvolvimento industrial, uma vez que não tinham o desenvolvimento da técnica nem constituíam-se em mercados consumidores. Outro empecilho ao desenvolvimento industrial, durante o período colonial no Brasil, era o caráter agrário da população concentrada de forma dispersa na zona rural. O sistema escravista e a fraca urbanização, além de dificultarem o desenvolvimento industrial, impossibilitam a formação de um mercado interno.

O fim do pacto colonial e a independência política do Brasil, em 1822, não favoreceram o ritmo do crescimento das indústrias. Num ritmo lento, apenas algumas manufaturas, principalmente de tecidos, conseguiram desenvolver-se, como assinalou um relatório apresentado pela Comissão de Inquérito Industrial, em 1822:

Foi o caso da primeira tecelagem do Rio de Janeiro (1819) e de uma outra, em Minas Gerais, em 1824. Além da primeira fábrica regular de fiação e tecidos de algodão fundada em Pernambuco, logo depois da independência (MENDONÇA, 1995, p. 12).

Na década de 1840, já no Período Regencial, registram-se na Bahia e no Rio de Janeiro, importantes núcleos de indústrias têxteis, consideradas modernas para a época, com maquinaria importante e trabalhadores livres.

A Inglaterra fazia pressões para o fim do tráfico de africanos para o Brasil, passando a ser a grande beneficiada com a aprovação da lei Eusébio de Queirós, em 1850. É a partir dessa década que ocorre um significativo avanço no desenvolvimento econômico e das manufaturas no país. O dinheiro empregado na compra de escravos seria, agora, utilizado em outras atividades (serviços urbanos, bancos e indústria).

De acordo com Fausto, o Brasil continuava a ser um país essencialmente agrícola, em sua primeira fase como país independente, "considerando-se as pessoas em atividades em 1872, 80% se dedicavam ao setor agrícola, 13% ao de serviços e 7% à indústria" (FAUSTO, 2000, p. 237).

## **1.2 DA CRISE DO CAFÉ NASCE A INDÚSTRIA**

Em 1870, o desenvolvimento econômico do Nordeste começa a declinar, e o Centro-Sul a ter um crescimento, principalmente pelos estímulos oriundos do exterior para a produção agrícola. O café passou a ser muito consumido mundialmente, sobretudo nos Estados Unidos. Essa ampliação do consumo deveu-se ao elevado crescimento do número de habitantes, bem como pelo aumento da renda nos países consumidores de café.

A situação do açúcar no mercado mundial, em meados do século XIX, não era boa pela concorrência que vinha sofrendo com o açúcar de beterraba na Alemanha e o açúcar produzido no Caribe.

Por volta de 1875, o Brasil teve uma queda na produção do açúcar no mercado mundial: de 10% caiu para 5%. O algodão, produzido para o consumo interno para atender a expansão das indústrias têxteis no país, teve seu apogeu nas províncias do Norte e do Nordeste, entre 1861 e 1870. A crise culminou com a concorrência do algodão americano, desde o início do século XIX, quando os Estados Unidos atraíram para si o principal mercado importador: a indústria têxtil inglesa.

A borracha na Região Amazônica começa a atrair a população (local e nordestinos) e, entre 1881-1890, destaca-se entre os principais produtos de exportação no Brasil, formando, inclusive, um pólo econômico regional.

O Rio Grande do Sul, com Minas Gerais, se destacava nessa época pela criação de gado e outros animais, bem como pela produção de alimentos tanto para subsistência como para atender ao consumo do mercado interno.

O período entre 1889 e 1930, chamado de Primeira República, foi marcado por incertezas e disputas pelo poder e pelo acirramento de interesses contraditórios.

Ocorreram também mudanças no sistema político, entre elas a contribuição dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, bem como do sistema presidencialista e da fixação do voto direto e universal. A primeira Constituição da República, promulgada em 1891, através da autonomia dada aos Estados, dava-lhes poderes e direitos, como a possibilidade de contrair empréstimos no exterior, o que favoreceu o governo paulista de investir no café. Outro fator beneficiador para o Estado de São Paulo, enquanto exportador, foi o da liberdade concedida de decretar impostos sobre suas mercadorias de exportação. Além da garantia do aumento da renda, esse fato favorecia a autonomia dos Estados.

O governo republicano enfrentou problemas financeiros, herdando uma dívida externa do Império, o que fez aumentar o déficit público, uma vez que era grande a diferença entre o que o governo gastava e o que arrecadava. Empréstimos foram tomados e acordos foram feitos com os credores internacionais, a fim de negociar a rolagem da dívida, o que acarretou a queda da atividade econômica, quebra de bancos e de empresas a partir de 1901.

A Primeira República era composta por uma elite *oligárquica*, entendendo-se oligarquia como um governo de poucas pessoas, vinculadas a uma mesma família, partido ou a um grupo. Em São Paulo, a elite política oligárquica esteve a serviço dos interesses da classe dominante ligada à produção do café e, mais tarde, à indústria. A elite política de São Paulo agiu no interesse da burguesia do café, origem de muitos de seus membros.

A partir de 1890, o crescimento da produção cafeeira cresceu muito, e a grande oferta do produto fazia o preço baixar no mercado internacional. A valorização da moeda brasileira impedia a compensação da queda de preços internacionais por uma receita maior em moeda nacional. As receitas das exportações eram pagas aos produtores e intermediários em moeda nacional e, caso o preço da saca do café baixasse e a moeda brasileira se desvalorizasse na mesma proporção, os cafeicultores ficavam em prejuízo, uma vez que, recebendo em moeda nacional, receberiam o mesmo valor que obtinham antes da queda de preço no mercado internacional.

O mesmo acontecia se, ao contrário, a queda de preço fosse acompanhada de uma valorização da moeda brasileira. Neste caso, os produtores de café perderiam ao venderem a mercadoria a preço internacional mais baixo. No começo do século, em São Paulo, foram realizados vários planos de intervenção governamental no mercado cafeeiro, com o objetivo de reduzir a oferta de café e elevar os preços.

São Paulo, agindo de forma autônoma e contando com o apoio de importadores norte-americanos através de financiamento e empréstimos bancários recebidos, retira o café do mercado e passa a armazená-lo nas principais cidades da Europa e dos Estados Unidos. Porém, era necessário obter um financiamento vultoso a longo prazo para manter a situação por muito tempo. São Paulo contrai empréstimo de 15 milhões de libras, com a garantia do governo federal.

Em 1909, os preços internacionais do café começaram a se elevar e, graças à retração da oferta provocada pela estocagem, manteve-se em alta até 1912. Essa política de valorização do café se manteve até 1921. Somente em 1924, no governo de Artur Bernardes, essa política de defesa do café foi abandonada pelo governo federal, passando a mesma para o Estado de São Paulo, que daí em diante levaria sua economia sem apoio do governo federal.

Minas Gerais também teve grande importância na política nacional da Primeira República, apesar de não ter o potencial econômico de São Paulo e de depender das concessões da União. Era um estado fragmentado entre o café, o gado e, em parte, a indústria. O café, ao longo da República Velha, foi o produto mais exportado, representando 72,2% das exportações e das negociações com a dívida externa.

No entanto, para solucionar a crise existente na época e garantir a renda dos cafeicultores e evitar os problemas que poderiam surgir no serviço da dívida, medidas na política cambial foram tomadas para favorecer e proteger os interesses da cafeicultura, como exemplo, a chamada *socialização das perdas*. “Desvalorizando a moeda nacional, o governo encarecia as importações que deveriam ser pagas pelo conjunto da população” (FURTADO, 1988, p. 33).

Com isso, a sociedade assumia a divisão das perdas do setor cafeeiro. Primeiramente em 1887 e, num segundo momento, em 1914, os imigrantes italianos são utilizados como mão-de-obra na lavoura cafeeira.

Trabalhando em péssimas condições de trabalho e empobrecidos pelas constantes crises do café, eles acabam retornando para a Itália ou migram para outras cidades.

A cafeicultura atraiu grande número de imigrantes para São Paulo, que constituíram ao mesmo tempo mão-de-obra e mercado consumidor para a indústria. Reunindo as características essenciais para o desenvolvimento da indústria (recursos materiais através da infra-estrutura urbana de transportes e de energia elétrica, mercado consumidor e financeiros) a Região Sudeste, mais especificamente, São Paulo, afirma-se como pólo inicial da industrialização brasileira.

Em 1850, o Brasil contava com apenas cinqüenta estabelecimentos industriais, incluindo unidades não consideradas, como, por exemplo, as salineiras. No entanto, entre 1860 e 1880, várias novas manufaturas seriam implantadas.

No século XIX, as poucas fábricas que surgiram no Brasil destinavam-se a produzir tecidos de algodão, de baixa qualidade consumidos pela população pobre e pelos escravos. A Bahia foi o primeiro núcleo das atividades do ramo, reunindo cinco das nove fábricas existentes no país em 1866 (FAUSTO, 2000, p. 286).

Os principais ramos foram têxtil, alimentação, bebidas e vestuário. Várias fábricas chegaram a ter mais de mil trabalhadores. Foi durante a Primeira Guerra Mundial que a qualidade dos tecidos melhorou, e 80% dos produtos consumidos no país eram nacionais. Foi um período de incentivo às indústrias, devido ao fato de não ter havido a concorrência dos importados durante a guerra.

Em 1860, há referências a dez fábricas do ramo alimentício, a nove do têxtil e a cinco da metalurgia. A partir de 1885, a produção industrial se deslocara para o Centro-Sul. Minas Gerais assumia o primeiro lugar em número de unidades fabris, porém o Distrito Federal concentrava as fábricas mais importantes.

Posteriormente, a instalação das fábricas deslocou-se para o Rio de Janeiro, por uma série de fatores: acúmulo de capitais oriundos da empresa agrícola ou do exterior; bancos para financiamento de outras atividades; oferta de mão-de-obra, apesar da baixa qualificação; e a energia a vapor em substituição às antigas fábricas movidas à água. O crescimento industrial paulista deu-se posteriormente à abolição da escravatura e teve como fatores básicos a cafeicultura e a imigração, além de um conjunto de fatores favoráveis já mencionados.

Merecem destaque, também, os núcleos industriais de Recife (PE) e de Blumenau (SC), todos eles do setor têxtil.

Em Porto Alegre, por sua vez, as indústrias concentraram-se na produção de charutos, de conservas e nos curtumes, com preponderância dos estabelecimentos de pequeno porte. Todos esses ramos beneficiavam-se da proximidade física dos pólos de fornecimento de suas matérias-primas essenciais, o que barateava o custo da produção (IGLESIAS, 1985, p. 164).

De acordo com Mendonça,

Dentre os novos ramos estabelecidos ao longo das décadas de 1850, 60 e 70, destacaram-se os do couro, calçados, malas, chapelaria e mobiliário, espalhados por todo o país. Também no ramo gráfico, novas unidades seriam implantadas, no início da década de 1880. O problema dessas novas empresas é que dependiam, em sua grande maioria, de certas matérias-primas ou maquinarias importadas (MENDONÇA, 1995, p. 13).

Ressalta-se também a existência de um grande número de fabriquetas de fundo de quintal, oficinas com reduzido número de máquinas, com patrões e empregados trabalhando lado a lado, como ocorria nos ramos mecânico, produção de massas alimentícias, sabão, etc. Dessa análise, concluiu-se que a indústria propriamente dita ainda não estava estabelecida.

Nas décadas de 1880 e 1890, predominavam as manufaturas, que eram pequenos estabelecimentos com grande número de operários e com técnica de produção pouco mecanizada. Havia carência do desenvolvimento de uma indústria de base (cimento, ferro, aço, máquinas e equipamentos).

Durante a Primeira Guerra, os lucros acumulados puderam ser investidos em indústrias de máquinas e equipamentos através do incentivo governamental, pela redução das tarifas alfandegárias, concessão de empréstimos e isenção de impostos para as indústrias de base, em certos períodos, à importação da maquinaria.

Apesar dessas vantagens, havia alguns obstáculos para a efetivação de um mercado interno, como a tendência de longo prazo das finanças brasileiras no sentido da taxa de câmbio, o que fazia desvalorizar a moeda encarecendo a importação dos bens de consumo e constituindo um verdadeiro paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a indústria nacional era incentivada, tornava mais cara a importação de máquinas de que o parque industrial dependia. Além disso, havia a concorrência estrangeira para barrar o desenvolvimento industrial brasileiro. A indústria fabril até o final do século XIX, com um grande número de artesanatos e manufaturas, com fraca urbanização, com pequenos investimentos e com uma força motriz atrasada, estava longe de constituir-se numa grande indústria.

Somente no período entre 1889 e 1900 (início da República) a indústria começa a assumir o caráter de processo de industrialização pelo grande número de trabalhadores, alta mecanização e com investimentos mais elevados.

A industrialização, nesse momento, de acordo com Mendonça:

É o começo de um processo no qual a unidade fabril, altamente mecanizada, afirmou-se como predominante na nossa economia urbana. A expansão da lavoura cafeeira e as condições de infra-estrutura e da rede de estabelecimentos exportadores e importadores estrangeiros, bem como a formação de um mercado local pelo crescimento populacional nas cidades formando novos consumidores foram os fatores responsáveis pelo surgimento da grande indústria em meados do século XIX (MENDONÇA, 1995, p. 16).

A industrialização brasileira teve como características a subordinação ao capital cafeeiro, o grande fluxo de mão-de-obra do interior para as cidades, o predomínio das indústrias de bens de consumo (tecidos, alimentos, etc.), a inexistência de indústrias pesadas, a grande dependência de tecnologia importada e a formação de uma classe rica, composta pelos proprietários do capital aplicados na cafeicultura.

Os cafeicultores, banqueiros, empresários e alguns imigrantes foram os pioneiros a investir em indústrias nessa época. Os fazendeiros do café, através do lucro que obtiveram com a produção, passaram a investir em novos setores da economia, com capital próprio ou através de empréstimos junto a importadores ou bancos estrangeiros.

Os imigrantes que investiram na indústria já vinham na condição de diretores de bancos ou de empresas estrangeiras, bem ao contrário dos italianos, que vinham trabalhar na lavoura como mão-de-obra. Em referência aos principais industriais brasileiros do período, Mendonça cita:

Antônio Prado (fábrica de vidros Santa Marina); o coronel Rodovalho (fundador da primeira fábrica de cimento Portland no país, em 1897); o coronel Anhaia (introdutor da primeira máquina a vapor em uma tecelagem, a fábrica São Luiz, em Itu); os Álvares Penteados (donos de curtumes e tecelagens); Eugênio de Oliveira (diretor da tecelagem Votorantim) (MENDONÇA, 1995, p. 19).

E cita, ainda, como investidores famosos, desde a primeira década do século atual: “Francisco Matarazzo (proprietário de moinhos, tecelagens, fábrica de botões), Alexandre Siciliano (máquinas agrícolas), Klabin (indústria de papel), Nicolau Scarpa (tecelagem)” (MENDONÇA, 1995, p. 19). Destaca, por último, outros imigrantes ligados à industrialização paulista: “Domingos Bebiano fundador da Companhia América Fabril de Tecidos, no Rio de Janeiro; Hermann Lundgren, dono de fábricas têxteis em Pernambuco e fundador da famosa rede de lojas Casas Pernambucanas [...]” (MENDONÇA, 1995, p.19). Ou ainda o alemão Hering, de Santa Catarina, também ligado à tecelagem e, posteriormente, à malharia.

A concentração industrial existente na região Sudeste colocava as demais regiões numa situação desfavorecida pela disparidade, como observa a autora:

Segundo o Censo de 1920, a participação de alguns Estados na produção total do Brasil era a seguinte: São Paulo, 31,5%; Distrito Federal/Rio de Janeiro, 28,2%; Rio Grande do Sul, 11,1%; Pernambuco, 6,8%; Minas Gerais, 5,6%; região Norte, 1,3%; Goiás e Mato Grosso, 0,4% (MENDONÇA, 1995, p. 20).

### 1.3 A DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E O RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul, ao longo da Primeira República, teve uma diversificação econômica destinada ao Estado e ao mercado interno nacional. Essa diversificação deu-se graças aos imigrantes, que se instalaram como pequenos proprietários na região da serra, expandindo-se, posteriormente, para outras regiões. Os produtos agrícolas cultivados eram: arroz, milho (como alimento para os porcos), feijão e fumo.

A indústria não diferia do restante do país, predominando a têxtil e a de bebidas, destacando-se nessa a de vinhos fruto da experiência trazida pelos italianos e alemães.

De acordo com Fausto:

A instalação de frigoríficos representou uma transformação nos processos precários de conservação de carne e possibilitou a sua "estocagem". Em 1917, as empresas norte-americanas Armaur e Wilson estabeleceram-se, respectivamente em Santana do Livramento e em Rio Grande (FAUSTO, 2000, p. 290).

A pecuária, o charque e o couro entraram em decadência, fato que explica tais iniciativas. Para confirmar isso, o autor faz uma comparação de dois momentos da falta de exportação do Estado.

Em 1890, charque e couros juntos representavam 54,7% do valor das exportações. Em 1927, não passavam de 24,5%, tendo o couro caído de 37,2% para apenas 6,8% do valor das exportações. Naquele ano de 1927, individualmente, a banha ficou em primeiro lugar (19,7%), seguida do charque (17,7%) e do arroz (13%) (FAUSTO, 2000, p. 291).

O Rio Grande do Sul, apesar da diversificação econômica, esteve basicamente voltado para atender o mercado interno, ao contrário de São Paulo, que se voltou para a agricultura de exportação.

#### **1.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E O SURGIMENTO DA CLASSE OPERÁRIA**

Antes de abordar o surgimento e a luta da classe operária contra os patrões a partir da República, é preciso fazer referência aos movimentos sociais no campo, combinados vez por outra com reivindicações sociais e religiosas.

Como exemplo, pode-se citar a Guerra de Canudos; o movimento em torno do Padre Cícero; milagreiro de Juazeiro, na Paraíba, em 1872 e 1924; o movimento do Contestado e as greves por salários e melhores condições de trabalho ocorridas nas fazendas de café de São Paulo.

Quando iniciou a industrialização no Brasil, outros países já estavam industrializados, e a classe operária, através de sua luta, já se encontrava organizada em sindicatos e tinha até sua organização internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), criada em 1864.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, à medida que o número de operários aumentava, formavam-se as primeiras organizações operárias, com diversas vitórias em torno de suas reivindicações. Antes mesmo da abolição da escravatura, tais organizações possuíam um caráter mutualista, ou seja, uma espécie de solidariedade operária através de uma ajuda mútua para defender-se dos patrões, passando, assim, de simples uniões fraternas para associações reivindicatórias, como, por exemplo:

... a Imperial Sociedade de Artistas, Mecânicos e Liberais, em Recife, ou a Associação Tipográfica Fluminense, fundada em 1853 no Rio de Janeiro. Essas sociedades eram comuns em determinadas fases do capitalismo, onde hoje é muito marcante a presença do artesão (REZENDE, 1986, p. 9).

As primeiras associações no Brasil tinham vários nomes: União Mútua, Liga Operária, Associação Beneficente, Caixa de Auxílio, etc. Os primeiros operários brasileiros surgiram ainda em plena sociedade escravista. O trabalho nas primeiras empresas industriais era realizado em conjunto com operários livres e escravos.

Esses primeiros operários originavam-se das camadas mais pobres da população urbana, sendo muitos deles menores, retirados de asilos ou casas de caridade, diretamente para o regime das fábricas. As condições de trabalho e de vida desses aprendizes não eram melhores do que as de muitos escravos, formando um contingente significativo de trabalhadores não especializados. Adultos e crianças chegavam a trabalhar até dezesseis horas por dia, sem folga semanal ou qualquer outro direito (MENDONÇA, 1995, p. 20).

As condições de trabalho e de vida eram bastante precárias e impostas pelo patrão. Em muitas casas, a jornada de trabalho chegava até vinte horas por dia, e aqui é chamada a atenção de como era comum o trabalho noturno de mulheres e crianças. Existem comprovações de relatos, que datam de 1901, de crianças de até cinco anos de idade sendo utilizadas como mão-de-obra nas indústrias paulistas.

A lei sobre o menor, criada em 1926, foi uma das primeiras leis que surgiram no Brasil, justamente para regularizar a situação da criança trabalhadora. Para reafirmar tal fato, em 1880, os socialistas criaram o partido operário, com duração até 1892, ocasião em que foi realizado o 1º Congresso Operário Brasileiro e de onde foram estabelecidas resoluções e reivindicações, "eleição direta em todos os pontos eletivos pelo sufrágio universal, determinação de um salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho de crianças menores de doze anos" (GURGEL, apud REZENDE, 1986, p. 9).

Desde o início da Primeira República, já havia partidos intitulados operários, organizados e mobilizados na luta por melhores condições de vida e de um mínimo de direitos. Esses partidos almejavam, também, uma sociedade igualitária. O trabalho de crianças, apesar de ser uma preocupação constante nas lutas operárias, na prática, nunca foi regulamentado, a começar pela antiga lei federal de 1891, que regulamentava o trabalho infantil nas fábricas e que nunca foi cumprida.

O comitê de defesa proletária, que se formou em São Paulo no caso da greve de 1917, tinha como pontos principais de seu programa: aumento de salário; proibição do trabalho de menores de catorze anos; abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de dezoito anos; jornada de oito horas; com acréscimo de 50% nas horas extras; fim do trabalho nos sábados à tarde; garantia de emprego; respeito ao direito de associação (FAUSTO, 2000, p. 300).

O crescimento da grande indústria, no final do século XIX e início do XX, além de manter a superexploração do trabalho industrial, teve esse agravante: o de incorporar, maciçamente, o trabalho de mulheres e crianças. As crianças recebiam salários bem menores do que os trabalhadores adultos.

O interesse pelo trabalho feminino e de meninas nas fábricas, bem como o de menores em geral era pelo baixo custo que representava através do rebaixamento de salários.

Nos períodos de crise, o desemprego atingia, em geral, todos os membros da família operária. A entrada de mulheres e de menores, em massa no mercado de trabalho, acrescia em muito os contingentes do exército industrial de reserva. Além disso, o trabalho feminino e infantil, em certos casos, aumentava ainda mais as dificuldades de organização, pela presença de elementos ideológicos patriarcais no meio operário (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 183-184).

O autor cita como exemplo um soneto anarquista de 1920, abaixo transcrito, dedicado às meninas costureiras, reafirmando, com isso, o mito já instituído naquela época de que a criança constituía-se em mão-de-obra dócil e frágil, sendo, portanto, fácil de explorar.

Costureirinha meiga e mansa  
tu, que tens de ouro o coração  
Trabalhadora e frágil criança  
Vida sem luz, boca sem pão  
[...]  
Será de dores tua estigma  
e o teu destino há de oscilar  
Nas duas pontas do dilema  
Tuberculose ou lupanar!  
(LEONARDI e FOOT, 1982, p. 184).

A referência à tuberculose no soneto deve-se ao fato de que as condições de trabalho nas pequenas empresas eram bastante precárias, sem higiene e ventilação. Muitas das fábricas não possuíam sequer água potável nem iluminação. Nessas precárias condições de trabalho, eram comuns casos de alcoolismo, tuberculose e sífilis.

Até mesmo na antiga empresa nacional, empresa estatal e uma das maiores do setor, em 1907, o diretor do instituto de assistência à infância constatou que das quarenta e seis crianças ali empregadas de 12 a 14 anos, somente quinze não estavam tuberculosas (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 181).

Ainda no tocante às condições de trabalho do operariado, outro fator que favorecia a superexploração era a ameaça de desemprego e a diminuição temporária das frentes de trabalho.

A entrada em massa de imigrantes (italianos, portugueses, espanhóis) a partir de 1870-80, tornando-se maioria nas fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo, alteraram a composição do operariado brasileiro.

Combinavam-se de modo agudo a produção da mais-valia absoluta (via prolongamento máximo das jornadas de trabalho e aumento direto do valor excedente criado pelos operários) e de mais-valia relativa (via utilização generalizada de métodos de redução do tempo de trabalho necessário à produção do valor de trabalho e conseqüente aumento proporcional do trabalho excedente) (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 178-179).

De acordo com Mendonça, temos como característica inicial da formação do operariado brasileiro,

Um peso numérico e social relativamente baixo do proletariado, bem como uma grande divisão interna na disputa por empregos, em que os homens eram preteridos em favor das mulheres e das crianças, que representavam menores gastos com a folha de pagamento por parte dos empresários (MENDONÇA, 1995, p. 22).

Essa apropriação pelo capital, da força de menores e mulheres, era combinada com uma elevada mecanização, na época, de energia a vapor e de teares, como por exemplo, nas indústrias têxteis. Isso fazia com que se elevasse a produtividade e, conseqüentemente, a oferta de mão-de-obra, demissões e desvalorização de salários.

Afora essas dificuldades enfrentadas pelo operariado durante a República Velha (1889-1930), era comum na grande indústria têxtil severos métodos de castigo corporal, ameaças, multas, dispensas do emprego, além de abusos sexuais e outros tipos de violência exercidos por chefes e mestres de fábricas contra os trabalhadores, sobretudo contra mulheres e crianças.

Essas péssimas condições de vida e de trabalho, representadas pelo desemprego, diminuição temporária do trabalho e pela diminuição proporcional dos salários, só faziam aumentar o lucro dos capitalistas. A repressão e a superexploração do operariado, no início da industrialização brasileira, como denuncia o Jornal Operário-Avante, em 1907, reflete a situação vivida dentro da indústria têxtil paulista:

As fábricas de tecidos de São Paulo são verdadeiras galerias que fazem vergonha à civilização brasileira. Nesses antros se explora, a sangue, centena de meninos e meninas que arruinam sua saúde para guardar poucos tostões que os patrões lhes dão como esmola e que vão acabar, quase sempre, nos bolsos de seus pais sem coração que, quase piores que os ferozes industriais, não se envergonham de fazer o papel de algozes para o sangue de seu próprio sangue. (HALL e PINHEIRO, apud MENDONÇA, 1995, p. 24).

O proletário, visto como agitador, ignorante e até marginal, além de explorado, era reprimido tanto física como psicologicamente pela polícia e pelos patrões. Constantemente vigiado, esse comportamento é explicado, na opinião de Mendonça, “por uma postura herdada de nosso passado escravista, que via com preconceito o trabalho manual, tido como 'aviltante' ou 'desprezível'. O operário que era tido como um débil mental que necessitava e dependia da 'proteção' do seu patrão” (MENDONÇA, 1995, p. 24). Não havia, ainda, uma formação como classe social.

Com o objetivo de serem controlados, os operários eram concentrados geograficamente em bairros ou vilas proletárias. Suas condições sócio-econômicas elevam o nível de pobreza e de miséria urbana, concentrando-os em torno do espaço urbano, como força de trabalho. A repressão e o controle eram necessários dentro e fora da fábrica, uma vez que, pelo isolamento do operariado, não haveria o perigo de servirem de *mau exemplo* para outros operários.

Vários foram os bairros tipicamente operários nas principais cidades industriais: Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Os trabalhadores estavam submetidos a uma segregação geográfica e sociocultural, tendo como aspecto positivo o desenvolvimento de laços de solidariedade e relações de vizinhança por terem características próprias de vida.

A presença do proletariado circundando a cidade e *ameaçando* o espaço central, local de residências nobres e onde estava instalado o centro comercial-financeiro, administrativo e policial da cidade, incomodava os repressores. Por outro lado, para o proletariado, também era uma oportunidade de controlar esse espaço central, enquanto a organização iniciava-se no seio dessas massas trabalhadoras.

Mais tarde, por ocasião das greves, das perseguições e batidas policiais, esses bairros operários constituíam-se em verdadeiros refúgios. Para os capitalistas, a vizinhança das fábricas com as moradias dos trabalhadores era um problema, fazendo com que acabassem por afastar os operários das indústrias, isolando com isso a fábrica e garantindo-lhes, assim, a *imunidade* frente à possibilidade do *contágio* com outros trabalhadores.

A partir de 1930, é possível exemplificar isso através da expulsão das massas trabalhadoras para os subúrbios industriais e para as cidades-dormitório, áreas periféricas afastadas e garantidas quanto ao *contágio* proletário.

Em São Paulo, tal mudança, bastante irregular e caótica; refletiu-se até mesmo nos meios de transportes utilizados pelas massas trabalhadoras: dos bondes com reboques para operários, das bicicletas e caminhadas passou-se aos trens de subúrbio e aos ônibus (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 196).

Como exemplo de novos cinturões periféricos de operários, o autor cita: Osasco e região, Pirituba, Perus, Cajamar, Caieiras, região de Mauá e do ABCD, São Miguel Paulista, Ermelindo Matarazzo, todos em São Paulo.

A localização desses bairros, em São Paulo, era a mais precária imaginável, em lugares baixos e úmidos, em terrenos irregulares e arenosos, à beira de rios e banhados. As ruas lamacentas não tinham calçadas.

Outras formas de habitação do proletariado eram os cortiços (SP), as favelas cariocas e os mocambos do Recife, construídos com materiais baratos, sem segurança à beira de morros ou rios, em terrenos íngremes e alagadiços. As condições de higiene e salubridade eram péssimas.

O cortiço ocupava o interior de um quarteirão, onde o terreno era geralmente baixo e úmido. Era formado por uma série de pequenas moradias em torno de um pátio ao qual vinha ter, da rua, um corredor longo e estreito. A moradia média abrigava de 4 a 6 pessoas, embora suas dimensões raramente excedessem a 3 metros por 5 ou 6, com uma altura de 3 a 3,5 metros. Os móveis existentes ocupavam um terço do espaço. O cubículo de dormir não tinha luz nem ventilação; superlotado, à noite era hermeticamente fechado. Exceto nos cômodos de pessoas naturais do norte da Europa, o assoalho ficava tão incrustado de lama, que não se viam as tábuas; a umidade do solo onde elas repousavam fazia descascar o papel ordinário e liso das paredes. Estas e os tetos eram pretos de sujeiras de moscas e da fumaça do fogão que a chaminé mal feita e mal conservada não eliminava convenientemente". [...] "O pátio principal fornecia às moradias que o rodeavam uma torneira recalcitrante, um lugar para lavar roupa e uma privada mal instalada. Ladrilhos e calhas geralmente não existiam (MORSE, apud LEONARDI e FOOT, 1982, p. 197-198).

Essa caótica condição de vida foi conseqüência do desenvolvimento desigual e pernicioso do capitalismo, que, através da dominação e dessa estratégia de organização do espaço, aproveitava-se do proletariado, da sua fragilidade e do baixo nível de consciência política em que se encontravam, em sua grande maioria, o que impossibilitava-lhes, dessa maneira, de superarem-se enquanto classe dominada.

Ainda em referência às vilas operárias, apesar de não apresentarem condições tão precárias quanto aos dos cortiços, favelas e outros, seu diferencial, como já foi mencionado, era um maior controle social e ideológico das classes trabalhadoras pelos patrões e pelo afastamento para o interior de São Paulo e outras regiões, em terrenos da própria fábrica.

Quer dizer, a vida do operário era uma espécie de prolongamento da rígida disciplina da fábrica fabril.

Em troca de moradia, submetiam-se às mais duras regras: o controle da entrada e saída das pessoas; a fixação de horários para ir e vir; o policiamento dos costumes dos moradores, com a proibição do alcoolismo e a vigilância dos namoros de portão (fechado às 21 horas) etc. Muitas vezes o controle social se fazia sob a capa das “boas ações” dos empresários, que construíam escolas, creches, cinemas e até mesmo igrejas no interior das vilas, demonstrando que até o lazer era vigiado (MENDONÇA, 1995, p. 26).

De acordo com Leonardi e Foot, essa tendência de organização de expulsar os contingentes de trabalhadores para as áreas periféricas bem distantes é “geral e ocorreu em grande parte das cidades industriais capitalistas no mundo: Buenos Aires, México, Londres, Paris, etc” (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 197).

A indústria nascente, nessa época, procurou atender as necessidades do operariado, por isso destacou-se a produção de bens de consumo de massa que, além de garantirem o sustento para a força de trabalho, também garantiriam a compra através dos salários recebidos dos manufaturados: alimentos, vestuário, habitação, bem como material de higiene e limpeza e, ainda, de uso comum como velas e fósforos.

Neste processo, de acordo com Leonardi e Foot (1982), garantia-se um dos mecanismos básicos de acumulação do capital industrial: os trabalhadores assalariados, enquanto produtores diretos de mais-valia, convertiam-se também em consumidores dessa mesma produção reproduzindo-se como força de trabalho.

O nível de consumo dos operários era, dessa forma, determinado pelos baixos salários e pela superexploração dos trabalhadores. Nas situações de crise, como por ocasião da primeira Guerra Mundial, a situação piorava e o alto custo de vida, o achatamento salarial, a fome, a escassez de alimentos e o desemprego eram fantasmas aterrorizantes e marcantes na vida das massas trabalhadoras, levando-as ao mais alto nível de pauperização.

Pode-se concluir, através dessa análise, que a dominação capitalista desumanizou as forças produtivas tanto do campo, como das cidades, pois, uma vez aprisionados pelo capital, ficaram excluídos de sua condição social pelas precárias condições de vida a que foram submetidos.

Todo esse processo está ligado, diretamente, ao modelo de desenvolvimento aplicado nos países, sobretudo nos países latino-americanos, por ocasião do processo de acumulação de capital. Por reunir vários fatores favoráveis de condições estruturais, a América Latina foi palco da espoliação capitalista, descrita por Cueva:

Existência de um importante setor de mão-de-obra relativamente qualificado por sua experiência anterior no processo de industrialização, e à qual, as próprias ditaduras se encarregaram de “baratear”; existência de uma estrutura física (viária, portuária, etc); matérias-primas e existência de recursos energéticos abundantes e baratos e de eletricidade, e de um mercado interno interessante, apesar de limitado (CUEVA, 1983, p. 15).

O processo de penetração do capital financeiro internacional nos países latino-americanos trouxe, como vimos, sérias conseqüências sociais através do sistema de dominação política, das formas de exploração do trabalho e da apropriação do trabalho excedente.

A agricultura, na opinião de vários autores, desempenhou o papel de ter sido fornecedora de mão-de-obra barata para a indústria nascente no Brasil. A indústria foi responsável por um novo tipo de trabalhador, o Proletário Industrial Moderno.

Na transição colonial-capitalista que ocorreu nos países da América Latina, houve o rompimento econômico e social colonial, mas novas explorações através de novas forças produtivas, dando continuidade à exploração do trabalho assalariado. No Brasil, a grande indústria surgiu através da suplantação de uma sociedade agrária assentada no trabalho escravo.

Esse fato foi responsável, na opinião de Leonardi e Foot (1982), pelas dificuldades e entraves do processo de formação de classe do proletariado brasileiro.

Para exemplificar o que foi dito, observam os autores:

No plano político, a independência consagrou essencialmente a transferência do poder político até então exercido pelos funcionários da Coroa para as Oligarquias rurais e Comerciantes locais. No plano das relações de produção, a independência consolidou o latifúndio e subornou o mercado interno dos novos Estados às necessidades do capitalismo britânico (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 92).

Era a passagem do capitalismo para sua fase imperialista, através do capital financeiro internacional e com a intervenção política e militar das burguesias inglesa e francesa na América Latina. Os Estados Unidos viriam mais tarde.

Em relação à colonização, fruto da exploração das Metrôpoles, a intervenção estrangeira tinha como função, não só no Brasil, como também nos demais países latino-americanos, fornecer sustentação econômica para eles, bem como garantir-lhes o processo de acumulação primitiva, o que possibilitou o desenvolvimento do modo de produção capitalista nesses países. Essa acumulação primitiva, na opinião de Cueva,

Em escala mundial, é entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos pólos do Sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes em um dos pólos do Sistema, supõem necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo (CUEVA, 1983, p. 24).

Essa transição do capitalismo foi perniciosa no sentido em que impossibilitou o desenvolvimento produtivo das colônias, pois

O excedente econômico produzido nessas áreas não chegava a transformar-se realmente em capital no interior delas, onde era extorquido ao produtor direto por vias escravistas e servis, mas fluía ao exterior para converter-se, ali, sim, em capital (MARX, apud CUEVA, 1983, p.25).

Parece-nos viável aqui a analogia à questão do conceito de riqueza e pobreza ou às diferenças existentes entre os *mundos* dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde um não existiria sem o outro, fazendo-nos concluir que são resultantes desse processo histórico de acumulação e desacumulação e que, por esse fato, complementam-se entre si, bem como explicam as contradições e as desigualdades sociais ao longo do desenvolvimento mundial do capitalismo.

Do mesmo modo, se houve acumulação primitiva, por outro lado, houve desacumulação primitiva, numa relação de dominadores e dominados, em que estes últimos foram expropriadores de riquezas, de excedentes econômicos produzidos. Essas forças produtivas, responsáveis por esses excedentes, teve um baixo nível de desenvolvimento e estiveram ancoradas por relações sociais de produção baseadas na escravidão e servidão, sem serem totalmente feudais. As colônias tinham um caráter pré-capitalista, combinado com formas capitalistas; isso fica evidenciado através das formas de dominação das oligarquias rurais através da escravidão dos produtores, principalmente em relação aos salários.

Essa situação não vai se modificar nas primeiras fábricas brasileiras, por ocasião das origens do proletariado fabril, justamente pelo fato de esse proletariado ter surgido numa sociedade escravista. Essa modalidade de exploração tende a se repetir, como afirmam Leonardi e Foot (1982) de que certas empresas industriais não empregavam trabalhadores livres até meados do século XIX, usando-os, na maioria das vezes, somente para serviços especializados, destinando os trabalhos mais pesados para os escravos.

Para comprovar essa afirmação, Leonardi e Foot afirmam que vários tipos de trabalho escravos eram utilizados: “Os *escravos de ganho* eram relativamente autônomos, custeavam seus sustento e viviam como ambulantes” (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 110). Tinham por obrigação entregar parte de seu ganho a seu dono. Havia ainda os *escravos da Nação* e os pertencentes às municipalidades. O governo fixava suas condições de trabalho. Houve leis que regulamentavam questões como o tipo de alimentação que lhes deveriam ser fornecidos, tipo de indumentária, tratamento etc. Depois da abolição do tráfico, aparece mais uma categoria, a dos *africanos livres* que, confiscados pelo Estado, eram alugados a particulares e seus salários destinados, teoricamente, à sua repatriação.

Esses escravos, em muitas situações, trabalhavam ao lado de trabalhadores livres, que eram operários assalariados. Esse trabalho de escravos era praticado tanto em fábricas nacionais, como estrangeiras. No Brasil, o maior exemplo citado é a Fábrica de Velas no Rio de Janeiro (1857), que empregava somente escravos. Os imigrantes também sofreram essa herança de relação social, pois nessa mesma fábrica de velas “recebiam o mesmo tipo de alimentação e alojamento fornecido aos escravos”, conclui o autor (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 110).

Os primeiros proletários brasileiros, originados no século XIX, nas diferentes cidades e regiões do Brasil, eram formados pelas categorias dos operários da construção civil, ferroviária, estivadores, portuários, têxteis e gráficos. Os operários têxteis foram os primeiros enquanto classe proletária brasileira.

Como já foi analisado anteriormente, as condições de vida dos primeiros proletários não eram muito diferentes das dos escravos, chegando a dezessete horas diárias, após o aparecimento da eletricidade, sem descanso semanal remunerado aos domingos e sem direito a férias. O nível de vida deles era inferior em relação aos demais trabalhadores livres da época. Nessas condições, não era diferente para os imigrantes, como observam Leonardi e Foot:

Os operários imigrantes que trabalhavam em fábricas ao lado de escravos ganhavam, em 1858, apenas a quarta parte do salário de um mestre pedreiro, quantia inclusive bem inferior ao salário de um servente de obras na mesma época (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 115).

Há registros de que operários não-qualificados trabalhavam apenas por comida, uniformes e bônus, ao final do ano, variável em função da quantidade do serviço e do comportamento. O pagamento de salários a todos os operários é referenciado somente no ano de 1866, em uma fábrica têxtil.

Escravos, artesãos e operários de manufaturas, entre eles, sapateiros, seleiros, carpinteiros, serralheiros, ourives e oleiros faziam parte do processo produtivo do período que antecedeu as primeiras fábricas. Eram autônomos no momento em que se tornavam donos dos instrumentos e por quase não haver a divisão do trabalho, acabavam comercializando diretamente seus produtos. Como exemplos de produtos artesanais do Brasil, citados nos relatos de viajantes, aparecem os tecidos grossos, confeccionados manualmente, chapéus, isqueiros, lápis, cerâmicas e outros. Havia mulheres funileiros, ferreiros, alfaiates (MAWE, apud LEONARDI e FOOT, 1982).

Somente na indústria naval e nas manufaturas têxteis vai ocorrer uma divisão do trabalho, apesar dos poucos recursos (energia e mecanização). Pode-se concluir que a origem do proletariado, ao longo da História, deu-se através de uma base escravista, com grande participação de imigração estrangeira, para, posteriormente, tornar-se livre e assalariado.

Somados a essa situação paupérrima de miserabilidade, além das epidemias, como a peste bubônica, febre amarela e tifo, se associavam à massa urbana de desocupados como: ambulantes, prostitutas, artistas de rua, antigos artesãos, músicos, mendigos, etc.

Frente a esse quadro e, na tentativa de amenizar a situação, eram criadas feiras livres com o objetivo de baratear, relativamente, determinados gêneros básicos para a sobrevivência dos consumidores, pois eram vendidos diretamente, sem intermediários e sem impostos. Além dos menores empregados, principalmente na indústria têxtil, os proletários (de origem camponesa) e alguns artesãos eram recrutados para trabalharem nas fábricas, consolidando-se assim o processo de proletarização.

Especificamente em relação à citação do uso de mão-de-obra infantil, cabe-nos afirmar que esse assunto é bastante complexo, visto que no período de acumulação primitiva, o trabalho não era visto como tal, mas como *ajuda*, tendo em vista que o adulto envolvido com sua família realizava todo tipo de atividade em sua propriedade.

Era *normal* a criança ser incorporada na lida com a terra, já com longas e contínuas jornadas diárias. Mais tarde, com o surgimento do comércio e da indústria, bem como com a divisão do trabalho através de modificações nas relações de produção, criação de hierarquias, abre-se um espaço para aqueles que não tinham formação, criando-se com isso condições para a incorporação de crianças em diversos setores da produção.

Aqui claramente percebemos a inserção, a origem social do proletariado, que eram trabalhadores recrutados nas camadas mais pobres da população. Com respeito à origem social desse proletariado nascente, basta-nos transcrever esta observação de Leonardi e Foot:

A partir de 1840, à medida que aumentava o número de fábricas de tecido, era cada vez maior o número de mulheres e de menores na indústria, ganhando salários inferiores aos dos homens. Muitos menores eram recrutados nos asilos de órfãos e nas instituições de caridade. Muitas dessas crianças não tinham mais de 10 anos e trabalhavam o mesmo número de horas diárias que os adultos. Havia inúmeros casos de meninos e meninas de 5 ou 6 anos trabalhando 12 horas diárias na indústria têxtil. Na fábrica denominada "Todos os Santos", de Valença (BA), a maioria dos operários na década de 1850 era recrutada nos orfanatos e nos abrigos para menores abandonados. Em 1869, quando as tecelagens São de Itu, foram fundadas, um jornal local felicitou esse acontecimento prevendo para os menores uma "ocupação mais útil" do que a vagabundagem em que viviam nessa cidade do interior de São Paulo. No interior de Minas Gerais, em 1883, o gerente da tecelagem União Itabirana pediu ao governo um subsídio para a indústria têxtil, argumentando que as fábricas formariam profissionalmente os meninos pobres e os órfãos. Em 1894, a grande tecelagem carioca América Fabril ainda mantinha esse prática iniciada mais de meio século antes, recrutando quinze indigentes de um hospital do Rio de Janeiro. Certos empresários chegaram a oferecer ao governo terrenos vizinhos de sua fábrica, além do material da Guerra do Paraguai. Em troca, os industriais obteriam forças de trabalho para sua fábrica, empregando os veteranos da guerra na fiação ou tecelagem (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 116).

Dar trabalho às crianças, no século XVIII, configurava-se como um *favor*, um *benefício* dos empregadores para com o Estado, que tinha por obrigação manter as Casas de Trabalho, instituições que abrigavam crianças pobres que viviam de vadiagem e mendicância, como ilustra o texto transcrito acima.

Chama-nos a atenção, ainda, a contradição presente em que as crianças trabalhadoras, ao mesmo que eram alvo de caridade através das preocupações humanitárias, não tinham direitos legais.

Quando analisamos as associações patronais e seus métodos de repressão nas fábricas, podemos observar, além do autoritarismo, determinadas práticas e argumentos, eminentemente ideológicos e de controle social, como descrevem Leonardi e Foot, no seguinte texto:

Em relação ao Código de Menores, por exemplo, os industriais paulistas lançaram mão de argumentos expostos na recente legislação fascista de trabalho, os quais invariavelmente diziam que o menor desocupado (jornadas menores) estava com as portas escancaradas para o vício e o crime (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 117).

O Código de Menores citado, entre as primeiras normas trabalhistas do país, tinha por objetivo proibir a exploração dos menores de quatorze anos nas fábricas, limitando sua jornada a seis horas diárias e acabando com seu trabalho noturno. Na opinião de Mendonça, representou outro exemplo do caráter autoritário do pensamento da burguesia industrial brasileira, como assinala o texto:

Os menores de ambos os sexos, contando de 13 a 18 anos, somam cerca de 60% de todo o operariado de uma fiação. [...] Dependendo de tal forma do trabalho do menor, torna-se impossível para os industriais [...] a adoção da lei (LEME, apud MENDONÇA, 1995, p. 34).

## 2. ORGANIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Como já analisado, as primeiras formas de organização da classe proletária no Brasil, tendo em vista o grau de exploração em que estavam submetidas, foram as associações mutualistas, as ligas operárias, essas mais evoluídas que o mutualismo, constituindo, posteriormente, a base para o surgimento dos primeiros sindicatos operários brasileiros no século XX.

Antes de falar numa evolução da organização da luta operária ao longo da Primeira República, intensificada pelas greves, é importante fazer algumas considerações gerais: a formação do proletariado industrial brasileiro deu-se através da subordinação ao capital internacional da burguesia, às potências imperialistas e ao controle repressivo através de vários métodos empregados pela burguesia e pelo Estado sobre a classe operária<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> LEONARDI e FOOT, 1982, p. 205.

Além disso, imperou a influência da liderança e da divisão dos proletários em três tendências quanto à opção política e à luta pela busca de suas reivindicações: a socialista, a trabalhista e a anarco-sindicalista, bem como a organização dos sindicatos, muito embora esse movimento tenha sido limitado, com avanços e recuos com perdas de direitos e conquistas, anteriormente reivindicadas, sobretudo após 1935.

A burguesia brasileira, de acordo com Leonardi e Foot (1982), surgiu entre o imperialismo em expansão e o proletário em formação. Ao contrário, deu-se o surgimento da burguesia nos países industrializados, uma vez que esta surgiu antes do proletariado. Desde 1904, o proletariado vinha tentando organizar-se em um partido próprio.

Os autores consideram importante ressaltar a influência do proletariado internacional como força social nas revoluções européias, em 1848, construindo seus próprios partidos políticos, inclusive a Primeira Internacional, em 1864, chegando a constituir um governo operário, representado pela curta experiência a Comuna de Paris, em 1871.

As primeiras greves datam de 1906 e 1907, e a mais importante, no que diz respeito à resistência do trabalhador à exploração, foi a de 1917, em São Paulo, Rio de Janeiro e em demais regiões. Entre 1917 e 1920, deu-se o apogeu do movimento operário, com registros de mais de duzentas greves somente entre São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de 1920, o movimento grevista entraria em declínio. A repressão foi intensa, marcada pelo fechamento de organizações operárias, por prisões, deportações e mortes.

Leonardi e Foot abordaram esse problema da seguinte forma:

As classes dominantes não deixavam por menos: combinavam muito bem as duas funções sociais básicas de dominação, a de *carrasco* e a de *sacerdote*. Ao lado da repressão policial e jurídica (cujo exemplo claro é a Lei de 1907, que legitima a expulsão do país de 'agitadores estrangeiros'), a ideologia dominante, eivada de xenofobismo e de espírito conciliador ante os conflitos de classe, tinha na Igreja, na estrutura familiar oligárquica, na literatura oficial acadêmica e parnasiana própria do 'bacharelismo' de nossas elites, os seus principais pilares. Neste sentido, o anticlericalismo, o antimilitarismo e o internacionalismo, presentes nas manifestações operárias dirigidas pelos anarquistas, eram aspectos decisivos na demarcação de um terreno ideológico e político distinto da ordem dominante e próprio do proletariado (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 102).

Ainda segundo os autores, “Era comum, na imprensa operária do período, a crítica anarquista ao autoritarismo do clero e aos desmandos da Igreja, tanto no plano ideológico quanto na exploração concreta do trabalho operário, em particular de menores” (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 104). Há registros de publicações, datados de 1901 e 1903, de influência anarquista com referência ao repúdio em relação às arbitrariedades do clero.

Giannotti fez o seguinte registro das primeiras greves no Brasil: “A primeira greve operária de que se tem notícia foi realizada em 1858 pelos gráficos de três jornais do Rio de Janeiro” (GIANNOTTI, 1988, p. 15-16). Na época, a jornada de trabalho era de 15 horas por dia nas oficinas dos jornais, o que prejudicava a visão dos operários, uma vez que o trabalho estendia-se até altas horas da noite. Outra reivindicação foi o aumento de salário pelo alto custo de vida. Desde as primeiras greves, a repressão policial aos operários foi ostensiva.

A imprensa operária, através da circulação de vários jornais e revistas, teve um papel relevante como contribuição para a formação da classe operária. Eram escritos em vários idiomas, tendo em vista que a maioria dos operários, a partir de 1920, era formada por imigrantes europeus. E foi com eles que as idéias socialistas e anarquistas começaram a se proliferar no Brasil.

Vejamos:

- 1791: Greve dos trabalhadores das oficinas da Casa das Armas (Rio de Janeiro);
- 1815: Greve dos Pescadores (Recife);
- 1858: Greve dos Gráficos (Rio de Janeiro);
- 1863: Greve dos Ferroviários (Rio de Janeiro);
- 1877: Greve dos Carregadores de Santos.

A partir da década de 80, a greve passou a ser comum nas fábricas e oficinas das primeiras cidades operárias brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Recife (GIANNOTTI, 1988, p. 16).

Em 1890, os socialistas criaram o Partido Operário Brasileiro. De acordo com Rezende,

Desse congresso saíram resoluções e reivindicações bem definidas: eleição direta em todos os postos eletivos pelo sufrágio universal, determinação de um salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho e proibição de trabalho de crianças menores de doze anos e pregava, ainda, a revolução social, considerando que a classe trabalhadora jamais poderá emancipar-se da tutela do capital sem que se aproprie dos meios de produção (REZENDE, 1986, p. 9-10).

Na opinião de Fausto (2000), as reivindicações operárias com tendência socialista eram de cunho imediato para o seu atendimento e estavam localizadas no Rio de Janeiro. Ainda para o mesmo autor, em São Paulo predominou uma outra corrente política: o Anarco-Sindicalismo, com uma tendência de transformação radical da sociedade. Houve várias formas de organização operária a partir de 1922: Sindicato, Federações, Confederações, Comitês, Congressos e Jornais Operários.

Destaca-se, nessa época, a primeira confederação do Brasil, a Confederação Operária Brasileira (COB), em 1906, de tendência anarquista. Confederação, segundo Giannotti (1988), era a união de organizações operárias em nível nacional, independentemente de cada organização participante, da qual participaram sindicatos, federações e grupos de fábrica.

Essa confederação foi criada a partir dos Congressos Operários, que eram encontros gerais da classe operária que lutavam por direitos, principalmente jornada de oito horas, além de formas de organização. Há referências da realização de três congressos operários e, já a partir do I Congresso, fica clara a intenção da Confederação Operária, baseada no modelo da francesa:

O proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitavam as organizações econômicas (REZENDE, 1986, p. 12).

## **2.1 TENDÊNCIA ANARCO-SINDICALISTA**

Foi à tendência majoritária do movimento operário até o final da década de 1920, considerava a greve a principal arma, com o objetivo principal a transformação radical da sociedade, bem como,

A transformação do homem pela ação libertária da educação anárquica. Sonhava com a "paz e a felicidade" possível de ser conquistada, segundo a filosofia que professava, com o máximo de autonomia individual, sem a ação da Igreja e dos governos, dos partidos políticos e da noção de Propriedade (IOKOI, 1989, p. 84).

Nas palavras de Leonardi e Foot, o anarco-sindicalismo “foi uma das últimas correntes do anarquismo sugeridas na história do movimento operário, é filho direto das posições de Bakunin, um dos dirigentes da I Internacional dos Trabalhadores” (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 208).

Houve, também, a influência através do controle de centrais sindicais na França, da Confederação Geral do Trabalho e Influência de imigrantes italianos e espanhóis que introduziram a luta pela ação libertária através de figuras como Enrico Malatesta e Oreste Ristori (anarco-comunista). Destacam-se ainda na luta anarquista Everardo Dias e Florentivo de Carvalho.

A ênfase principal da luta do anarco-sindicalismo era a necessidade da livre organização da classe operária que deveria ter autonomia frente ao aparato institucional burguês e caminhar para a construção do comunismo anárquico (IOKOI, 1989, p. 85).

Para Rezende, “o anarco-sindicalismo considerava a greve, a ação direta, como sua principal arma. O sindicato era visto como agente fundamental para a organização da luta operária e como núcleo de um futuro socialismo” (REZENDE, 1986, p. 14). Ao contrário dos marxistas, não eram “defensores do centralismo democrático e do poder revolucionário do partido e, até mesmo responsabilizados, em determinados contextos, pelo atraso do movimento operário” (REZENDE, 1986, p. 14).

O problema é que as greves não obtinham os resultados esperados pelos operários, não sendo motivo de preocupação para o Estado. Na opinião de Mendonça (1995), o anarquismo foi a corrente de maior prestígio junto à classe operária brasileira da época, uma vez que seus líderes eram todos operários, com grande presença de imigrantes italianos.

Dentre os princípios básicos do anarquismo, a autora destaca: “a negação da autoridade, do Estado; a ênfase na ação direta, em lugar da luta política; a escolha do sindicato como principal instrumento de *organização da classe*” (MENDONÇA, 1995, p. 30). O anarco-sindicalismo rejeitava tudo que se parecesse com um partido que pretendesse o poder. Para eles, somente a ação direta, ou seja, “a greve (geral ou parcial), boicote, sabotagem ou manifestação pública de qualquer tipo” (MENDONÇA, 1995, p. 30). Somente essa ação direta iria libertar e igualitar a classe operária.

O jornal *A Plebe*, a mais importante publicação anarco-sindicalista de 1920, comprova a atuação da forma utilizada dessa ação:

O Brasil não pertence à população que o habita. O Brasil pertence a algumas dúzias de sindicatos industriais e financeiros, a algumas dezenas de fazendeiros e latifundiários... Contra esses nos batem nós!... E o Brasil novo, o Brasil de amanhã, terra de liberdade e bem-estar, [...] só se tornará realidade concreta quando, sacudida pelo furacão renovador, arremessar para o lixo da história todas essas castas malditas de parasitas e sugadores que a infestam...

(MENDONÇA, 1995, p. 30).

Já a corrente do Socialismo, junto ao movimento operário da época, esteve mais preocupada em difundir as idéias de Marx e Engels.

Os operários que vinham da Europa do Norte, trouxeram para o Brasil a influência política que predominava em seus países de origem, ou seja o socialismo marxista, enquanto os imigrantes vindos do sul da Europa trouxeram a influência do anarquismo que era a tendência política predominante nos países latinos naquela época (GIANNOTTI, 1988, p. 28).

Pregavam a união dos setores urbanos ao operariado, como estratégia revolucionária e não a greve, condenado-a como instrumento de luta dos operários, que seria, segundo Mendonça, o motivo do desfavorecimento de penetração junto ao movimento dos trabalhadores, bem como a união das lideranças trabalhistas integradas à classe média, usando uma aliança com o proletariado.

Foram majoritários no final do século XIX, mas, para Iokoi, os socialistas não estavam centrados nos problemas gerais do país, assumido, assim, um caráter corporativista na defesa dos direitos dos operários. A mesma autora explica como causa do afastamento da política geral “o grande número de estrangeiros, mulheres e crianças no setor, fenômeno que acabou contribuindo para seu isolamento nos movimentos de maior necessidade de enfrentamento” (IOKOI, 1989, p. 86).

Com os mesmos objetivos da corrente Socialista, a Trabalhista se desenvolveu principalmente no Rio de Janeiro. Tiveram lideranças divididas, colaboradoras tanto com a burguesia quanto com o Estado. Nas palavras de Iokoi, a referida corrente “propugnava a necessidade do protecionismo do Estado para defender a classe operária da ação exploradora dos industriais, que procuravam aumentar seus lucros, diminuindo o salário e não cumprindo os dispositivos legais” (IOKOI, 1989, p. 85).

O trabalhismo entendia, assim, que o operário era frágil e precisava da proteção do Estado, acreditando que a classe trabalhadora, por si só, não teria condições de liderar seu próprio movimento. Teve prestígio no Rio de Janeiro, talvez pelo fato de que os movimentos de protesto, nesse Estado, apresentavam um conteúdo mais popular do que operário, uma vez que a estrutura social era composta de militares, estudantes de escolas superiores e a classe média, estando, portanto, essas classes menos dependentes das classes agrárias.

Por outro lado, pelo fato de existirem, no Rio de Janeiro, operários de empresas públicas (ferroviárias, portuários, etc.) e profissionais liberais, havia interesses com fins eleitoreiros e políticos, tendo em vista a projeção de formas no futuro, ou seja, os partidos políticos. Para Mendonça (1995), até 1917-20, o trabalhismo continuaria como a corrente de maior penetração no meio proletário carioca, sendo então superado pelo anarco-sindicalismo, como já ocorria em São Paulo.

Para Fausto (2000), o anarquismo teve em São Paulo uma influência difusa pelas características peculiares que apresentava, pelas diferenças ideológicas e de método de ação entre os movimentos operários desse estado se comparado ao Rio de Janeiro. Na opinião do autor, dando a São Paulo uma estrutura social menos diversificada. A classe média era composta pela burguesia do café, sem grupos militares intencionados em aliar-se com os operários e uma forte presença de operários estrangeiros.

Podemos concluir, pela análise dessas tendências representadas por essas correntes, do confronto e divergências das mesmas com os capitalistas industriais e que a luta operária vai se consolidando e se intensificando até o final dos anos 20 para vir a se modificar a partir de 1937.

Divergências existiam, também, entre anarquistas e socialistas o que os enfraquecia diante do Estado. A organização dos partidos era controlada por uma comissão central do Partido Republicano, que era o poder máximo no controle das eleições, aprovando sempre candidatos que não pertenciam ao referido partido, contrariando dessa forma, a Constituição de 1891 que não previa essa ação.

Os anarquistas, em 1906, ao criar a Confederação Operária Brasileira, tentaram organizar a classe Operária no país, sendo, no entanto, apesar de relevante, um movimento considerado fraco, sem chegar a preocupar as elites que, sob pressão, procuravam atender as reivindicações dos operários, sem, no entanto, assegurar em lei seus direitos.

Vale ressaltar a participação do sindicalismo cristão ou católico que tinha, entre outras funções, impedir a expansão do anarquismo, do socialismo e do comunismo, usando, com isso, apoiar o controle dos patrões sobre os operários, afastando-os da luta de classes, ou seja, da organização combativa que, para eles, era uma invenção dos comunistas. Tinha como lema, a harmonia do capital com o trabalho.

Os anos de 1911 e 1912 foram um período de contestação, principalmente em relação à crítica do custo dos alimentos e, em 1913, foi ampliada a Lei Adolfo Gordo, que tinha como objetivo expulsar os líderes operários estrangeiros. Em 1912, no governo de Hermes da Fonseca, é organizado um Congresso Operário contando com o apoio do Estado, para apoiar os trabalhistas e organizar um partido político. Nas palavras de Rezende, “uma política de cooptação foi estabelecida para dividir as lideranças do movimento e enfraquecer a resistência” (ANDRADE, apud REZENDE, 1986, p. 13).

Nesta ocasião, foi fundada a Confederação Brasileira do Trabalho, com o objetivo de “promover por todos os meios eficazes o melhoramento contínuo, intenso, rápido e indefinido das condições econômicas, sociais, intelectuais e morais do proletariado” (ANDRADE, apud REZENDE, 1986, p. 13).

Entre o período de 1917 e 1920, ocorreram várias greves nas principais cidades brasileiras. O custo de vida subiu muito, chegando algumas mercadorias, em 1917, a custar 160 vezes mais que no ano anterior. Alguns dados registram a ocorrência de mais de cem greves em São Paulo, e de mais de sessenta no Rio de Janeiro, isto sem contar as paralisações não registradas.

A tensão social era grande e os trabalhadores, na busca de melhorar suas condições de vida e conquista de direitos, viam nas greves o único instrumento de luta, o que passou a preocupar a elite brasileira pela repercussão da eclosão de greves no país.

Além dos preços abusivos dos alimentos, os calçados também dobraram de preço, pois, de acordo com Iokoi, na Primeira Guerra Mundial, houve uma ampliação do setor operário, sendo um período de grande crise econômica, agravando mais o estado de penúria da classe trabalhadora, com a carestia e o medo do desemprego, o que fez até diminuir as greves em 1914.

A alta produtividade nos têxteis e nos calçados canalizou muitos investimentos para esse setor de produtos investidos para o mercado internacional, criando uma situação de carestia que teve como consequência maior agitação social (IOKOI, 1989, p. 89).

Fausto escreve as seguintes reflexões sobre a conjuntura de 1917-1920: “a onda grevista se concentrou no proletariado de fábrica, sobretudo nas têxteis, onde havia um grande número de mulheres e crianças” (FAUSTO, 2000, p. 300). Afirma ainda que as mulheres e crianças eram mais vulneráveis.

Houve, nessa época, a participação das lideranças anarquistas revolucionárias que, segundo Iokoi, apresentavam uma proposta de transformação social menos corporativa bem definidas na área da educação, da saúde, da habitação. Visavam à derrubada do poder, em que cada segmento teria autonomia, “todos eles voltados para a humanização do homem, que se desumaniza no trabalho de fábrica” (IOKOI, 1989, p. 90).<sup>2</sup>

O Comitê de Defesa Proletária, criado em São Paulo, por ocasião da greve geral de 1917, tinha como principais reivindicações em seu programa:

... aumento de salário; proibição do trabalho de menores de catorze anos; abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de dezoito anos; jornada de oito horas, com acréscimo de 50% nas horas extras; fim do trabalho nos sábados à tarde, garantia de emprego; respeito ao direito de associação (FAUSTO, 2000, p. 300).

## **2.2 A GREVE GERAL DE 1917**

Apesar de não ser única, a greve geral de 1917, ocorrida no mês de julho, em São Paulo, merece, na opinião dos historiadores, destaque especial pelo impacto e drama que causou e pela representatividade histórica como marco de resistência do trabalhador à exploração patronal. Teve influência da Revolução Russa de 1917, enquanto base para a ação revolucionária.

---

<sup>2</sup> De 1917 a 1920 ocorreram cento e cinco greves na capital de São Paulo, trinta e duas no interior e sessenta e três no Rio de Janeiro, conforme dados apresentados por Bóris Fausto (FAUSTO, 2000, p. 300).

O conflito teve início no mês de julho de 1917, quando operários de fábricas têxteis passaram a exigir melhores salários e condições de vida, fazendo eclodir a adesão de outros movimentos grevistas pelos principais bairros operários (Brás, Mooca, Barra Funda, Lapa e Ipiranga).

Em relação à greve geral de 1917, Leonardi e Foot fazem a seguinte observação: “paralisou completamente a capital paulista e colocou frente a frente, o movimento operário e a classe dominante através de um forte aparato repressivo do Estado” (FOOT e LEONARDI, 1982, p. 348). A agitação política foi intensa.

Foi organizado o Comitê de Defesa Proletária pelos anarco-sindicalistas, que seria o centro norteador da luta dos trabalhadores: “jornada de oito horas de trabalho, redução dos aluguéis, respeito ao direito de organização, normalização do trabalho das mulheres e dos menores e aumento de 35% para os salários inferiores a 5 mil réis e 25% para os demais” (REZENDE, 1986, p. 17). A adesão foi ampliada pela divulgação, assim como a repressão foi parte do governo que chegou a solicitar reforços militares ao governo federal, utilizando até mesmo dois navios de guerra para conter o movimento. Um jovem operário grevista, o sapateiro Antônio Martinez, não resistiu aos ferimentos pelo confronto com policiais e faleceu em 10 de julho, o que revoltou mais ainda os operários, ocasionando o aumento de mais manifestações de protesto, momento em que a greve se generalizou, inclusive com a adesão de trabalhadores do interior paulista.

Segundo dados estatísticos, apresentados por diversos historiadores, o número total de participantes da greve foi de 50.000. Há, no entanto, a crença de que 75.000 pessoas tenham participado, tendo sido uma grande preocupação para a classe dominante pela expressividade do movimento, o que, até o momento, não era preocupação.

Esse aspecto revolucionário é discutido por Leonardi e Foot (1982) na seguinte referência: o chamado *espírito de carnaval* toma conta da massa proletária em movimento: os garotos depredam os lampiões de gás, deixando as ruas às escuras; grupos de jovens invadem os bondes e convencem os motorneiros a alterar o trajeto. Crianças, homens e mulheres organizam-se nas Ligas Operárias de bairros, outra forma de associação criada pelos anarco-sindicalistas. O mesmo autor assinala que esses bairros operários constituíram-se em “verdadeiras fortalezas de resistência dos grevistas; barricadas e esconderijos impenetráveis espalham-se pelos cortiços e becos” (LEONARDI e FOOT, 1982, p. 349).

A burguesia industrial, percebendo a intensidade da greve e que a repressão e a falta de *negociação* não iriam acabar com o conflito, faz algumas concessões e falsas promessas através do governo do Estado, sem serem respeitadas e cumpridas, através da formação de uma Comissão de jornalistas interessados na assinatura de um acordo em que os mesmos foram mediadores do atendimento das reivindicações por parte dos empresários.

Entre essas concessões, estava a promessa da fiscalização das condições de trabalho de mulheres e crianças, o preço e a qualidade dos gêneros alimentícios e a libertação de presos operários.

Os trabalhadores, através da realização de um comício, decidiram retornar ao trabalho, com promessas de não serem dispensados, e a concessão de 20% de aumento salarial.

Apesar do acordo não ter sido cumprido plenamente pelos industriais, em dezembro de 1917, o governo publicou o Decreto 596, que regulamentou pela primeira vez o trabalho feminino e infantil, ficando definitivamente proibida, por lei, a utilização de crianças e mulheres em serviços noturnos (REZENDE, 1986, p. 18).

Para Iokoi, a partir da greve geral de 1917, houve a conquista de liberdade sindical, sendo o sindicato, a partir daí, um “interlocutor reconhecido para enfrentar os grupos patronais” (1989, p. 90).

Fausto cita, como exemplo, a disseminação da sindicalização, a “União dos operários em fábricas de tecidos do Rio de Janeiro, que em 1918, afirmava ter 19 mil filiados” (2000, p. 300). Ainda nas palavras do autor: “o movimento operário ganhou a primeira página dos jornais e passa a preocupar a elite dirigente” (2000, p. 300).

Em 1917, ocorreram também outras greves nas principais cidades brasileiras, como no Rio de Janeiro e no Recife, que, além da repressão, tinham em comum as mesmas reivindicações: “diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade, jornada de oito horas de trabalho, melhores condições de trabalho e abolição do trabalho infantil nas fábricas e oficinas” (REZENDE, 1986, p. 20).

Outra greve ocorrida em São Paulo (Mooca), protagonizada pelos anarquistas, também tinha como pauta de reivindicações: “jornada de trabalho de 8 horas, proteção à mulher e ao menor do trabalho insalubre, salário mínimo e direito de greve” (IOKOI, 1989, p. 90).

## 2.3 A CRIAÇÃO DO PCB

O Partido Comunista surgiu, no Brasil, em março de 1922, a partir da crise do anarquismo, contando com a maioria de integrantes desse; eram defensores da organização sindical e da luta política como questão básica, contrários, portanto, aos ideais anarquistas. Tinham por objetivo a sociedade socialista, porém eram favoráveis à valorização do papel do Estado através da conquista de posições.

Para Bóris Fausto (2000), a crise do anarquismo foi consequência dos poucos resultados obtidos pelas greves e pela ruptura, em nível internacional, entre os anarquistas e os comunistas que tinham triunfo na Rússia.

Até 1930, o PCB foi um partido de quadros predominantemente operários. Ele se subordinou à estratégia da III Internacional, com sede em Moscou, que pregava para os países coloniais e semicoloniais a revolução democrática-burguesa (FAUSTO, 2000, p. 302).

Algumas divergências estratégicas estavam claramente presentes, de acordo com o autor, entre anarquistas e comunistas:

TABELA 1

Divergências entre Anarquistas e Comunistas

ANARQUISTAS	COMUNISTAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transformação radical da sociedade, as mudanças, por etapas, conduziam a sociedade pela via pacífica, ao socialismo;</li> <li>• A política e os partidos são os responsáveis pelas desigualdades sociais;</li> <li>• Pregavam a fraternidade entre os trabalhadores (sem pátria nem patrões).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A questão política é básica, as reformas seriam o caminho para a revolução democrática-burguesa;</li> <li>• Defensores de uma liderança política contra o latifúndio e contra o imperialismo;</li> <li>• Valorização do Estado e a aliança com os setores mais progressistas da sociedade;</li> <li>• O partido era auto-definido como representante do proletariado;</li> <li>• O sindicato é uma organização centralizada, com plenos poderes aos dirigentes (sindicato por categoria de trabalhador e não mais por local).</li> </ul>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Para Rezende (1986, p. 25), o PCB

considerava-se na frente das concepções dos anarquistas, pois estes eram vistos como sectários e atrelados a uma concepção pequeno - burguesa da luta política. E, pelo fato de ser acusado de conservar “restos de ideologia burguesa e influência da maçonaria e do anarquismo, foi acusado através do Relatório do Comitê executivo da Terceira Internacional de não constituir um verdadeiro partido comunista. Só em 1924 o PCB seria aceito pela Internacional Comunista.

Os comunistas acreditavam que a revolução socialista só seria concretizada após a revolução democrático-burguesa. Para isso, era preciso aumentar o número de militares. Porém, na opinião de Iokoi, “as idéias do Partido Comunista ganham muitos adeptos na década de 20, num segmento de classe média urbana e no setor da jovem oficialidade do exército” (1989, p. 92).

No entanto, segundo Fausto (2000, p. 304),

O número de militantes do PCB até 1930 foi pequeno e esteve na ilegalidade em quase toda a sua história e passou a sofrer repressão a partir de 1922 pelo presidente Artur Bernardes, por constituir uma *ameaça* para o bem público, sendo inclusive, criada a Lei Celerada para combatê-lo e dar poderes de repressão ao governo.

## **2.4. O PROCESSO POLÍTICO NOS ANOS 20**

A década de 1920 foi marcada por profundas transformações econômicas e políticas, decorrentes da Primeira Guerra Mundial, e pela revolução intelectual marcada pela Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922. Nesta, reuniram-se jovens intelectuais (literatos, pintores, escultores, etc.) com o objetivo de libertar a cultura brasileira do modelo cultural europeu, apresentando, dessa forma, influência européia em relação à representação estética, tornando obsoleta a estética tradicional. Por esse fato, o movimento modernista de 1922 foi considerado, além de ser uma manifestação intelectual e artística, um movimento político de contestação da ordem social vigente.

Outra mudança no processo político é que a classe média urbana surgiu como uma categoria social emergente entre a burguesia urbana e o proletariado e, apesar de não ter um papel revolucionário, contribuiu enquanto força social de pressão, para abalar os alicerces do regime oligárquico.

## **2.5. TENENTISMO**

Outro importante movimento social e político que marcou a década de 1920, foi o movimento militar, formado por jovens oficiais do Exército, o tenentismo, que tinha por objetivo derrubar as oligarquias através da luta armada e assumir o poder político. Havia descontentamento com a antiga forma de governar da República Velha.

Os tenentistas pregavam uma ideologia de salvação nacional autoritária, que só iria ser conseguida com a tomada do poder. Havia divergências, também, com a alta oficialidade do Exército, sendo estes acusados de estarem a serviço das oligarquias, uma vez que sustentavam um regime corrupto e fraudulento que concedia cargos e vantagens aos chefes militares. Os tenentes eram considerados elitistas, porque não acreditavam, muito embora se preocupavam com a miséria popular que o povo, pela sua inércia e despreparo, fosse capaz, por si só de sair da sua condição de passividade e lutar por seus próprios interesses. Pregava uma maior subordinação dos estados à União, o que caracterizava o seu centralismo. O Exército deveria estar, dessa forma, à frente da luta popular.

O pensamento abaixo, do tenente J. Nunes de Carvalho, reflete essa idéia:

Apelar para o povo, esse infeliz povo sobrecarregado de impostos, sem instrução e sem vida, que jaz disseminado pelo território brasileiro, em pontos onde não chega muitas vezes sequer sombra de civilização, onde não bafeja o poderá fazer; mas se a sua frente estiver a síntese desse mesmo povo – o Exército brasileiro – , composto de caracteres bem formados, com noção exata do cumprimento de dever – de "defensor da Pátria no exterior e mantenedor das leis no interior" – esse povo terá alcançado um nível bem mais elevado do que aquele em que vive hoje aos olhos do estrangeiro ganancioso e audaz. É, pois, para esse pioneiro e expoente do civismo nacional que apelamos, no sentido de arrancar a República deste lamaçal pútrido das bajulações interesseiras e das negociatas imorais e alçá-lo ao altar mor da pátria, que se tornava assim mais forte e respeitada (NUNES DE CARVALHO, apud FAUSTO, 2000, p. 307).

Para Fausto (2000), há dois períodos que dividem a história do Tenentismo: antes de 1930, foi um movimento de rebeldia contra o governo da República; depois de 1930, quando entraram no governo e procuraram colocar em prática seus objetivos. As principais manifestações do movimento tenentista foram a revolta armada contra o Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922, o *segundo 5 de julho*, em São Paulo, com o objetivo de derrubar o governo de Arthur Bernardes.

Ocorreram revoltas tenentistas em cidades do interior de São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul, em 1924, onde destacou-se o capitão Luis Carlos Prestes, responsável pelo surgimento da Coluna Prestes, que tinha por objetivo conscientizar a população da dominação a que estava submetida pelas classes oligárquicas, bem como facilitar, assim, novas revoltas nos centros urbanos.

Durante todo o tempo de sua atuação (1924 a 1927), a coluna foi vitoriosa, enfrentando tropas do Exército, inclusive jagunços e cangaceiros contratados pelos coronéis, latifundiários, que sentiam seu poder ameaçado e temiam a vitória dos rebeldes. Embora a concretização da conscientização política popular não tenha sido plenamente alcançada pela Coluna Prestes e que o movimento tenha fracassado, a mesma é considerada, por Caio Prado Jr.,

O ápice do movimento tenentista, o ponto culminante da luta armada da jovem oficialidade do Exército brasileiro. [...] No estrangeiro, os exilados da Coluna Prestes conservavam intacto o ideal revolucionário; e dentro do país, em grande parte devido a sua ação e a seu exemplo, a agitação continuava a fermentar surdamente. Apesar da suspensão temporária de hostilidades abertas, a revolução brasileira marchava para diante (PRADO JR., apud FAUSTO, 2000, p. 308).

O governo de Arthur Bernardes (1922-1926), citado anteriormente, foi marcado por agitações, repressão e impopularidade, sobretudo nas áreas urbanas. Foi um governo em permanente estado de sítio, dando amplos poderes constitucionais ao governo central, com intervenções federais nos estados e restrições a direitos individuais a quem se opusesse ao seu governo.

No Rio Grande do Sul, Bernardes limitou o poder de Borges de Medeiros e o de Assis Brasil. E, para agravar esse quadro, o sistema financeiro estava complicado pelas "emissões maciças de moeda, feitas por Epitácio Pessoa entre 1921 e 1923, para realizar a terceira valorização do café" (FAUSTO, 2000, p. 315).

Devido a isso, o câmbio foi desvalorizado, e a inflação instalou-se no país, bem como uma situação de abandono ao setor cafeeiro, passando, com isso, através de lei, a defesa do café para o Estado de São Paulo. Embora o governo de Arthur Bernardes tenha ocorrido inteiramente sob estado de sítio, houve, na opinião de Rezende (1986, p. 26), uma política de cooptação, na qual ele expressou algumas preocupações com a questão social:

Em 1923 criou-se o Conselho Nacional do Trabalho, os empregados das empresas de estrada de ferro tiveram sua caixa de aposentadoria e pensões e o regulamento de assistência e proteção aos menores abandonados e delinqüentes foi aprovado.

O governo de Washington Luis (1926-1930) foi visto como uma esperança de apaziguamento às conturbações políticas e sociais em que vivia o país. Tomaram-se várias medidas apaziguadoras importantes, porém negou-se a dar anistia aos revolucionários civis e militares, o que causou novas rebeliões. Manteve-se a repressão policial aos movimentos operários e à liberdade de pensamento.

Foi promulgada a já mencionada Lei Celerada de 1927, que, além de restringir a organização operária, dava plenos poderes ao governo de intervir e fechar sindicatos, associações e agremiações considerados subversivos; enfim, tudo o que pudesse lesar a segurança e a ordem. Através dessa lei, o PCB atuou na ilegalidade até 1945.

Fausto (2000) afirma que o grande sonho de Washington Luis era a estabilização da moeda, pretendendo converter todo o papel-moeda em circulação, dando-lhe um valor correspondente às reservas de ouro detidas no país, ou seja, a moeda teria um valor real. A política de câmbio baixo e estável favorecia os cafeicultores e industriais que, por esse motivo, apoiaram a política financeira de Washington Luis.

Nos primeiros anos, houve um equilíbrio orçamentário, o que fez estabilizar as finanças públicas. Os preços do café mantinham-se em alta, mas, com a crise econômica mundial e a queda da Bolsa de Nova York de 1929, os Estados Unidos, embora com grande crescimento de sua produção industrial, não tinham mercado consumir compatível com esse crescimento. Acabaram por entrar em uma crise de superprodução e queda dos índices de lucratividade. Com isso, ocorreram desemprego, falências e queda de preços.

Para o Brasil, na época com a economia baseada na agroexportação do café, a crise de 1929 prejudicou profundamente a estabilidade financeira de Washington Luis. As conseqüências da crise repercutiram nos cafeicultores, que, pressionados pelos banqueiros internacionais a saldar suas dívidas contraídas através de empréstimos, viram as vendas do café paralisarem e os preços declinarem drasticamente. Sem apoio do governo em relação à concessão de novos empréstimos, a situação favorecia o final da hegemonia dos cafeicultores, o que se concretizou com a Revolução de 1930.

## **2.6. A REVOLUÇÃO DE 1930**

Na sucessão do presidente Washington Luis, pela lógica da política da escolha *café-com-leite*, o indicado seria o mineiro Antônio Carlos. No entanto, Washington Luis indicou Júlio Prestes, rompendo, dessa forma, com a tradicional política mencionada. Nesse impasse, Antônio Carlos articula-se com as oligarquias gaúchas, e Getúlio Vargas, então governador do estado e ex-ministro da Fazenda de Washington Luis, é o candidato apresentado à sucessão, tendo como vice João Pessoa. Começa, a partir daí, a formar-se uma oposição política a Júlio Prestes, composta pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Foi formada a Aliança Liberal, com a adesão do Partido Democrático, que era uma dissidência do PRP, PCB, etc.

A referida Aliança defendia as mesmas reivindicações anteriores ao seu programa: voto secreto, anistia, voto feminino, bem como propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, a saber: regulamentação do trabalho da mulher e do menor; jornada de oito horas de trabalho; aposentadoria para alguns setores; aplicação da lei de férias; etc. Os oligarcas, embora dissidentes, foram os planejadores desse programa e, como faziam parte da elite, evidentemente, não iriam querer o fim de seus privilégios. Júlio Prestes é eleito através da manipulação das eleições. Esse resultado foi contestado por políticos civis e militares, entre eles os tenentes Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, Assis Brasil, Juarez Távora, Siqueira Campos e outros. Dava-se, com isso, o início da articulação da revolução que teve seu estopim com o assassinato de João Pessoa.

Devido às agitações instaladas no país e as articulações dos tenentes, bem como as inquietações das grandes oligarquias, a revolução inicia em 03 de outubro de 1930, em Porto Alegre e Minas Gerais. No comando geral do movimento armado estava o tenente-coronel Góis Monteiro, alagoano com ligações com o Rio Grande do Sul, e contou-se, também, com a adesão das oligarquias dissidentes. Em seguida, a tropa gaúcha avança para a capital federal, conquistando, além de Santa Catarina e Paraná, parte do Norte e Nordeste. Essa junta militar, apesar dos esforços de manter-se no governo, teve que entregá-lo a Getúlio Vargas em novembro de 1930. Era o fim da República Velha e da hegemonia da burguesia do café, e o início da chamada Era Vargas.

Para Fausto, "a república de 1930 não foi feita por representantes de uma nova classe social: a classe média ou a burguesia industrial" (2000, p. 325). Apesar de dar lastro à Aliança Liberal, era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome.

O período de 1930 contou com a participação popular, mas é considerado, na História, como um período em que a burguesia brasileira foi formada num modelo político autoritário e centralizador. No entanto, a partir da Revolução de 30 é que vai ocorrer uma redefinição dos rumos da economia e da industrialização brasileira.

E foi nessa época que Getúlio Vargas, considerado a maior figura histórica política brasileira do século XX, sobe ao poder. Governou por quinze anos através de um governo provisório, eleito pelo voto indireto e como ditador. Em 1945, é deposto, voltando à presidência pelo voto popular em 1950, e em 1954 suicida-se, não chegando a completar o mandato.

No início dos anos 30, quando começa a firmar-se o Governo Provisório da Era Vargas, a crise mundial, tendo como conseqüência a Crise de 29, afetou a cafeicultura brasileira, registrando-se queda nos preços e nas exportações, além da superprodução. Em meio a muitas incertezas, o café, sem mercado consumidor, e os fazendeiros produtores vendo-se arruinados, vêem eclodir a Revolução de 30, encabeçada pelos políticos da Federação Brasileira que, considerando-se excluídos de uma maior participação no poder central, já vinham descontentes com o governo desde a República Velha.

A crise da *política do café com leite* (aliança política entre São Paulo e Minas Gerais) acabou por favorecer a Revolução, a qual possuía à sua frente Getúlio Vargas. Ainda no tocante à crise instalada no início dos anos 30, o desemprego nas cidades e as dificuldades financeiras eram grandes, o que fez o governo tomar várias medidas de solução na época (queima de estoques - 1931 e 1938), controle das saídas da safra para o exterior; suspensão da dívida externa; controle da taxa cambial, havendo um controle das importações e das exportações. Era necessário conter as despesas e reabilitar a economia.

A partir do Governo Vargas, entra em cena o Estado. Uma das primeiras medidas *revolucionárias* com o objetivo de criar direitos sociais e dar atenção aos problemas da classe trabalhadora urbana, na década de 1920, foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, contando para isso com a colaboração de trabalhadores, entre eles Joaquim Pimenta, Evaristo de Moraes e Lindolfo Collor.

Pode-se afirmar que a política trabalhista foi um dos aspectos coerentes do governo Vargas e passou por várias fases. Dentro da lógica dessa política, era necessário realizar medidas de controle sobre a classe operária e sobre os imigrantes, uma vez que havia o perigo das ideologias externas e subversivas e, para isso, foram criadas uma série de decretos e a Lei de Sindicalização em 1931, deixando claro o enquadramento ou o atrelamento dos sindicatos pelo Estado, onde se retirou a autonomia política, passando a ser regulados por ele.

Essa política tinha o objetivo de reprimir a organização da classe trabalhadora fora do controle do Estado e atraí-la para si. Uma das medidas de repressão foi a perseguição aos partidos de esquerda, especialmente o PCB. Havia o fantasma do comunismo como encabeçador da organização da classe trabalhadora em substituição ao anarco-sindicalismo.

A legislação trabalhista vinha regulamentar as relações de trabalho entre operários e industriais e se impunha com vistas a controlar a massa proletária crescente, devido à exportação industrial. Com isso, as leis sociais passam a *amparar* as classes trabalhadoras. Era a união do Estado e das classes dominantes com o objetivo único de controlá-los. "O sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o órgão público pelo decreto nº 19770 de 29 de março de 1931" (FAUSTO, 2000, p. 328).

Só era possível o reconhecimento de um sindicato por categoria profissional, não sendo necessário a sindicalização obrigatória. Ainda nas palavras do autor: "o governo se atribui um papel de controle da vida sindical, determinando que funcionários de ministério assistissem às assembléias dos sindicatos" (FAUSTO, 2000, p. 328). Caso não cumprisse as normas, o sindicato poderia ser cassado.

De acordo com Mendonça (1995), através da nova legislação sindical, toda empresa tinha de contar com dois terços de empregados brasileiros, mas também o novo Ministério teria representantes seus junto a cada sindicato, federação ou confederação, tanto de trabalhadores quanto de patrões. Anualmente, deveriam mandar um relatório para o Ministério do Trabalho, bem como o sindicato deveria ser reconhecido e aprovado por ele, além de ser proibido vincular-se as organizações internacionais sem sua aprovação.

Para Rezende, através dessas leis sociais e trabalhistas, "Vargas tentava criar a idéia de um Estado protetor da classe operária, generoso, apagando da memória dessa classe toda a sua luta anterior por melhores condições de vida e trabalho" (1986, p. 41). Era a implantação de um novo modelo político, a chamada política colaboracionista, em que os operários, proibidos de participar da política, só podiam fazê-lo na condição de apoiar o governo e atender os interesses da classe dominante.

Ainda na opinião do autor, "reforçava-se o Estado e abriam-se as portas para o crescimento da acumulação capitalista" (REZENDE, 1986, p. 41). Ideologicamente, fabricavam-se novos mitos e se obscureciam o lugar da luta de classes.

Para que os associados dos sindicatos pudessem se beneficiar da legislação social, teriam que ser reconhecidos pelo Ministério e, quem não fosse sindicalizado não poderia usufruir desses *privilégios*. Com isso, algumas leis de proteção ao trabalhador foram criadas: "a regulamentação de leis como a de férias, o limite de oito horas de jornada de trabalho, a do trabalho de mulheres e dos menores, etc" (MENDONÇA, 1995, p. 45).

Com isso, o governo passa a ter total controle do sindicato, dando-se o direito de assistir, através do envio de funcionários dos ministérios, às assembléias dos sindicatos. A pluralidade do sindicato, ou seja, a possibilidade de reconhecimento de mais de um sindicato foi reconhecida por decreto, mas não chegou a se efetivar na prática.

Nessas condições de dominação, como observa Fausto (2000), embora as associações de industriais e comerciantes acabassem por aceitar a legislação trabalhista, no início combateram as medidas governamentais, especialmente as que concediam direitos aos trabalhadores, como a extensão das férias aos mesmos.

Deve-se chamar a atenção com relação à não-aceitação passiva da classe trabalhadora, que, incentivada pela esquerda, tentou se organizar em oposição ao enquadramento ao Estado, o que levou ao fracasso das organizações operárias, uma vez que foram pressionados tanto pelo governo como pela base que regia essas organizações através da legislação.

Como exemplo de resistência e não-aceitação da implantação desse modelo político, Rezende (1986) cita, através de publicações da época, que a classe operária em São Paulo se impôs ao colaboracionismo e manteve sua autonomia, através do registro de 124 greves no país, incluindo São Paulo e Pernambuco. Nessa época, 1931, a Confederação Geral do Trabalho continuava atuando, e foi criada a Central Proletária Brasileira. O fascismo vinha ascendendo através da Ação Integralista Brasileira, tendo sido combatido pela esquerda.

Assinala Fausto que "vários benefícios, como as férias, a possibilidade de postular perante as Juntas de Conciliação e Julgamento dependiam da condição de ser membro de sindicato reconhecido pelo governo" (2000, p. 335). Afirma, ainda o referido autor, que: "em fins de 1933, o velho sindicalismo autônomo desaparecera, e os sindicatos, bem ou mal, tinham se enquadrado na legislação" (FAUSTO, 2000, p. 335).

Para Rezende, Getúlio Vargas, através de uma série de leis sociais e trabalhistas, "tentava criar uma idéia de estado protetor da classe operária, generoso, apagando da memória dessa classe toda a sua luta anterior por melhores condições de vida e trabalho" (1986, p. 341) O Estado ganhava força, e os interesses de acumulação capitalista da burguesia industrial também eram beneficiados. Ideologicamente, fabricavam-se mitos e obscurecia-se o lugar da luta de classes.

Como foi mencionado, o fascismo começava a tomar rumo no país, o que fez surgir uma grande frente popular de combate ao mesmo e ao imperialismo, incluindo em seu programa a nacionalização de empresas imperialistas, bem como o cancelamento das dívidas imperialistas. Segundo Rezende (1986), essa frente era composta por forças políticas diversificadas (liberais, comunistas, socialistas, operários civis, militares e até burgueses), formando, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora. Tinha, além do incentivo do PCB, Luis Carlos Prestes como presidente de honra do movimento, que defendia uma revolução popular a partir das bases dos trabalhadores urbanos e rurais.

Ainda, na opinião do autor: "o que havia, na verdade, eram articulações entre setores de direita do tenentismo e elementos da burguesia para que seus interesses fossem concretamente efetivados" (REZENDE, 1986, p. 31).

O governo Vargas apresentava um paradoxo entre seu discurso e a prática, pois se, de um lado, era contra o imperialismo e apoiava as forças democráticas e liberais, por outro, mostrava-se autoritário e ditador através de suas atitudes como a pregação da ordem e da disciplina, a retirada da autonomia dos sindicatos, pela impossibilidade de participação na luta de classes e de participação na política da classe trabalhadora. Nessa época, toda essa política é criticada por Carlos Prestes que, na oportunidade, lança um manifesto revolucionário.

Getúlio Vargas, através de decreto, toma medidas reacionárias contra o processo de luta, colocando a Aliança Nacional Libertadora na ilegalidade, ocasião em que o PCB toma a direção do movimento e passa a liderar o movimento operário em vários estados, sofrendo sérias repressões, o que levou ao fracasso e à prisão de Prestes. O caminho estava aberto para o Golpe de 1935, quando seria implantada a ditadura do Estado Novo, caracterizado, nas palavras de Rezende, pela perseguição radical a qualquer manifestação política contrária ao governo Vargas.

Com relação ao processo político de 1930-1934, houve a participação, a partir da Revolução de 30, dos tenentes, que defendiam, entre outras coisas: políticas econômicas como indústrias básicas, nacionalização das comunicações, navegação e transportes. Enfim, apoiavam um governo forte e centralizador, que, através de uma Constituição, deveria representar os interesses dos empregadores e empregados, além dos individuais. Houve divergências internas entre a classe dominante e os tenentes, bem como o fracasso das reformas no plano econômico por parte destes de melhorar as condições de vida das classes populares.

Com a Revolução Constitucionalista de 1932, deflagrava a Guerra Civil pelo descontentamento dos paulistas com o governo federal. As elites de São Paulo defendiam a constitucionalização do país, a partir de uma democracia liberal, e os tenentes defendiam a continuidade da ditadura de Vargas. Nessa época, algumas medidas foram tomadas como a promulgação do Código Eleitoral, pelo qual o voto feminino, pela primeira vez, foi reconhecido, assim como o voto secreto e a representação profissional. Congressistas, representando empregadores e empregados, eleitos por seus sindicatos ou associações profissionais, embora inspirado em idéias corporativas e fascistas, de acordo com as afirmações de Fausto (2000).

Em março de 1932, houve a revolução contra o governo federal, em São Paulo, unindo diferentes setores sociais: de cafeicultura, da classe média e dos industriais, com exceção da classe operária.

São Paulo, descontente com os compromissos que teria que formar com o governo central, sentia-se sobrecarregado em relação às demais regiões.

Em 1933, houve a desagregação do Tenentismo enquanto movimento, e o governo provisório de Getúlio Vargas realiza eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em maio de 1933, a qual promulgou a Constituição de 14 de junho de 1934, que seria segundo Fausto, inspirada na Constituição de Weimar, ou seja, da República Alemã, por ocasião do fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo.

Além das intenções nacionalistas de empresas mineiras, quedas d'água, o referido autor afirma que a Constituição assegurava a “pluralidade e a autonomia dos sindicatos, dispondendo também sobre legislação trabalhista” (FAUSTO, 2000, p. 352). Tratava da segurança nacional, do ensino primário obrigatório e da frequência obrigatória e do ensino religioso como facultativo nas escolas públicas. Também previa

... proibição de diferença de salários para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil, salário mínimo, regulamentação do trabalho da mulheres e dos menores; descanso semanal, férias remuneradas; indenização na despedida sem justa causa (FAUSTO, 2000, p. 352).

A 15 de julho de 1934, pelo voto indireto da Assembléia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, devendo exercer o mandato até maio de 1938. Daí para frente, haveriam eleições diretas para a presidência. Com apoio dos militares, Vargas inaugura no país um regime ditatorial chamado Estado Novo, onde há uma maior intervenção do Estado na sociedade.

Fausto (2000) afirma que o Estado Novo representou, sob o aspecto sócio-econômico, uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, com o objetivo de implantar a industrialização do país sem grandes abalos sociais, uma vez que a mesma, no ponto de vista deles, significava o caminho para a independência do país e o fortalecimento da economia pela implantação da indústria de base que, por conseqüência, garantiria a segurança nacional.

A partir de 1933, há uma aliança da burguesia industrial e do governo Vargas, após a Revolução Paulista de 1932, muito embora houvesse divergências de idéias. Fausto afirma que essa aproximação deu-se através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), da Confederação Nacional da Indústria e da Federação Industrial de Minas e, que a burguesia industrial era menos radical no apoio ao intervencionismo do Estado e na ênfase contra o capital estrangeiro, e suas reivindicações eram medidas no setor de câmbio e das tarifas sobre as importações que resultassem em proteção da indústria instalada no país.

Essa política industrial do governo Vargas, a partir de 1937, segundo o autor, refletiu-se no campo educacional, com a organização do ensino industrial, com o objetivo de preparar a mão-de-obra fabril qualificada. Como exemplo disso, surge o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destinado ao ensino profissional do menor operário. Subordinado ao Ministério da Educação, o SENAI ficou sob a direção da Confederação Nacional da Indústria.

De acordo com Rezende, a Constituição de 10 de novembro de 1937 afetava diretamente a estrutura sindical brasileira e era inspirada na base jurídica do fascismo de Mussolini, tendo como objetivo, segundo o autor, “controlar a classe operária e incentivar o processo de acumulação de capital” (1986, p. 40).

O Estado assumia o papel de grande tutor das classes sociais no aspecto político, atrelando ainda mais o sindicato e tirando sua autonomia, como assinala o autor: “fortalecia-se toda uma ideologia que criava a idéia de um Estado acima das classes, onde o Ministério do Trabalho encarregava-se de tornar o operário dócil e útil” (REZENDE, 1986, p. 40).

Com a sindicalização atrelada ao Estado, reforçava-se o papel controlador do sindicato, o que favorecia a exploração da mão-de-obra que, menos politizada, tornava-se mais fácil de ser manipulada pelos patrões, ou seja, pela burguesia industrial. Nessa época, os sindicatos são despolitizados, e o *peleguismo*<sup>3</sup> entra em cena, passando este a ter um papel assistencialista, e aqui entra a importância da fixação do salário mínimo para o crescimento industrial brasileiro, que serviu de base para o cálculo dos demais salários vigentes no país. Mendonça faz a seguinte referência em relação a essa questão: “com isso diminuía-se o nível geral de todas as remunerações pagas por quaisquer empregadores de todos os setores econômicos” (1995, p. 46).

---

<sup>3</sup> Pelego: tecido de lã, utilizado em montaria entre o cavalo e o cavaleiro. Designa o líder sindical vinculado ao patronato ou ao Estado (MENDONÇA e FONTES, 1988, p. 83).

Em referência ao salário-mínimo estabelecido, este favorecia a redução ao máximo dos gastos do empresariado com a folha de pagamento dos operários, o que promovia o aumento do lucro. A interferência do Estado no controle dos trabalhadores impedia o conflito entre empresários e operários.

A classe operária, prejudicada por esse salário que mal lhe possibilitava o atendimento de suas necessidades mínimas de sobrevivência, tenta reagir diante desse quadro, o que fez, na opinião de Mendonça, acontecer o *esvaziamento dos sindicatos* numa tentativa por parte dos trabalhadores de fugir daquilo que se transforma no maior instrumento de seu próprio controle.

Com o objetivo de corporatizar e dar um caráter assistencialista e previdenciário, o governo cria também o imposto sindical em 1942. Pelo imposto, “cada trabalhador, sindicalizado ou não, era obrigado a pagar anualmente ao estado o equivalente ao valor de um dia de trabalho” (MENDONÇA, 1995, p. 46). A quantia arrecadada era distribuída entre os próprios sindicatos, tornando-os novamente atraentes, bem como em uma oportunidade da classe mal remunerada obter ganhos indiretos.

Com relação à política econômico-financeira do Estado Novo, o governo Vargas manteve uma política dualista, uma vez que procurou atender tanto aos interesses agrários como aos do exterior. Nessa época, o governo assina um tratado com os Estado Unidos, através do qual os industriais brasileiros sentem-se prejudicados pela concorrência dos produtos americanos.

O governo americano impunha condições para que esse tratado não fosse ratificado, sob ameaças de rever a isenção de direitos de importação de café nos Estados Unidos. Esse fato faz com que Getúlio intervenha e apóie a aprovação desse acordo no Congresso. A partir de 1937, dá-se o início da política de substituição de importações e da indústria de base, tendo em vista a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. As indústrias do aço e do petróleo se desenvolvem com a associação de capital nacional e estrangeiro, com ênfase nos interesses das grandes empresas que controlavam o setor do petróleo, como a Texaco, a Atlantic e a Anglo-Mexican.

Getúlio toma medidas de nacionalização com relação à refinação do petróleo importado e o de produção nacional, ou seja, “a nacionalização significava que o capital, a direção e a gerência das empresas deveriam ficar nas mãos dos brasileiros” (FAUSTO, 2000, p. 372). O mesmo autor assinala que foi criado pelo governo o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), dominado pelo controle do Exército, sendo que o mesmo acabara sofrendo bloqueio por grupos de interesse e pelo próprio governo Getúlio, voltando-se apenas para a estocagem, racionamento e distribuição, devido à ameaça de escassez do produto.

A partir de 1943, as pressões sociais fizeram com que os interesses privados predominassem, e o CNP ganha força no sentido de bloquear o avanço do domínio das grandes empresas, o que culminou com a criação da PETROBRÁS, em 1953. Nesse período, Getúlio toma algumas medidas com o objetivo de enfrentar a crise no balanço de pagamentos, como: suspensão temporária dos serviços da dívida externa, monopólio da venda das divisas e tributo sobre as operações cambiais.

Vargas contava com o apoio da classe trabalhadora em suas manifestações e do PCB na sua luta contra o fascismo europeu. Com a vitória das forças democráticas na Segunda Guerra Mundial, a ditadura de Vargas não se justificava, e ele ficava numa situação insustentável. As pressões e as lutas se intensificavam contra o Estado Novo. Dava-se o início, em 1945, do processo de *redemocratização* do país.

Tudo indicava que o país, a partir desse momento de transição, iria viver sob regime democrático, mas as influências do regime político mantiveram a presença do Estado como elemento ideológico, tendo em vista os conflitos da classe trabalhadora. Quanto à política ideológica da Ditadura Vargas, as análises de Rezende esclarecem perfeitamente a questão: “foi a construção do universo da normatização do trabalho que possibilitou ao capital de multiplicar e exercer controle sobre os operários” (REZENDE, 1986, p. 44).

Para concluir, o referido autor afirma que, desde a Primeira República e acelerando-se após os anos 30, o modelo liberal pensava o Estado como produtor da sociedade e árbitro supremo das lutas e, para isso, não bastava apenas a força das armas, mas também o poder do convencimento, fabricar idéias. O objetivo de toda essa política era legitimar a dominação e abafar a luta de classes através da ênfase dos ideais de justiça social e de culto ao trabalho. “O Estado Novo se antepunha à República Velha, por ter uma compreensão diferente da questão social desde o trabalhador, triturado pela máquina do Estado, se tornasse um indivíduo útil e dócil” (REZENDE, 1986, p. 45).

O processo de redemocratização é construído num clima exacerbado de luta política e, apesar de o PCB e o PTB unirem forças, isso não foi suficiente para impedir o golpe militar que divide a classe dominante, lançando Eduardo Gomes pela União Democrática Nacional (UDN), e o general Eurico Gaspar Dutra pelo Partido Social Democrático (PSD), apoiado pelo PTB e Yedo Fiúza, lançado pelo PCB.

Nessa época, o PCB ocupa maior espaço político, ocasião em que sai da clandestinidade. Veja-se:

O crescimento da economia brasileira acelerou o processo de industrialização, aumentou a população das grandes capitais e, numericamente o proletariado já constituía um contingente expressivo, que servia de alvo da política do PCB (REZENDE, 1986, p. 46).

Dutra vence as eleições (1945), e os comunistas obtiveram uma votação bastante expressiva, o que consolidou sua frente de oposição ao novo governo que contemplou a burguesia industrial, além de tomar medidas repressivas como combate às greves e desorganização da classe trabalhadora. Embora o governo fosse liberal, não diferia muito da política do Estado Novo.

De acordo com Rezende, o Governo Dutra se fez favorecendo a burguesia brasileira, contendo os salários da classe trabalhadora e incentivando a acumulação de capital. Como o cruzeiro estava valorizado, houve o favorecimento da balança comercial pelas exportações agrícolas durante a Segunda Guerra Mundial.

Essa situação é expressa por Mendonça: “Assim, em vez de economizar essas reservas-ouro para importar tecnologia para as indústrias de base, ele optou por abrir as fronteiras do país às importações de bens de consumo estrangeiros, que iam desde chicletes até meias de nylon” (1995, p. 52).

Essa medida desestabilizou a economia brasileira com a desvalorização do cruzeiro e com ela uma crise inflacionária reacendendo as lutas populares através de novas ondas grevistas.

O custo de vida era alto, e a greve foi a única arma da classe trabalhadora contra a política de Dutra que, segundo Rezende, foi um “modelo capitalista aberto ao capital estrangeiro, sobretudo à influência norte-americana, e profundamente afastado dos interesses da classe trabalhadora” (1986, p. 48).

## **2.7 A CLASSE TRABALHADORA NO GOVERNO VARGAS**

Quando Vargas retornou através de eleição, sucedendo a Dutra, sua política, como já fora analisado, sustentou-se no nacionalismo, na ampliação da legislação trabalhista e no fortalecimento das indústrias de base, o que fez, na opinião de Rezende (1986), aumentar o controle do Estado sobre a economia, com a política do populismo, que se caracterizou por concessões aos trabalhadores, como o aumento de 100% do salário mínimo, logo que é empossado.

Assim, por exemplo, basta analisar os discursos para perceber o conteúdo paternalista com o qual ele faz um pacto com o povo. Rezende exemplifica essa questão ao transcrever parte do discurso de primeiro de maio de 1951, quando Vargas propõe um governo de coalisão, com ampla liberdade aos trabalhadores.

Preciso da vossa união; preciso que vos organizeis solidamente em sindicatos, preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo [...]

As autoridades não poderão cercear nossa liberdade, nem usar de pressão ou coação. [...] a única maneira eficiente do povo defender-se, para não ser explorado, e como força de opinião organizada, ajudar o governo a lutar contra os elementos negativos da sociedade e contra os que não colaboram, os que prejudicam, contra os atores das fraudes, os sabotadores, os exploradores do povo e seus advogados, ostensivos ou disfarçados (REZENDE, 1986, p. 49).

A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que foi o primeiro banco público voltado para o desenvolvimento industrial, e da PETROBRÁS, são exemplos dessa política econômica nacionalista.

Em 1950, a industrialização tomava um impulso marcante e, embora o governo tenha tomado várias medidas com vistas a impulsionar o desenvolvimento econômico, a inflação decorrente da alta dos preços do petróleo no mercado internacional, em 1949, gerando um aumento do volume de divisas, bem como o crescimento do proletariado industrial, fez eclodir, na opinião de Rezende (1986), em 1953, a greve dos têxteis, no Rio de Janeiro, com extensão a outras categorias e com forte repressão policial. Outras greves ocorreram, e João Goulart, ao assumir o Ministério do Trabalho, concede um aumento de 100% para o salário-mínimo, mas é obrigado a renunciar, e o aumento fica em apenas 42%.

O governo de Getúlio Vargas vinha perdendo o apoio da classe dos trabalhadores e dos militares, o que ocasionou um isolamento desse governo, assim como a dificuldade em manter a política nacionalista. Mendonça (1995), por sua vez, afirma que havia duas propostas conflitantes de desenvolvimento econômico para o país: uma, defendida pelos grupos neoliberais, pregava a abertura ao capital estrangeiro como estratégia de modernização da indústria brasileira; outra, propugnada pelos nacionalistas, defendia uma industrialização com base no capital nacional (privado e estatal).

Com a queda dos preços do café no mercado internacional, em 1953, e como a industrialização dependia dessas exportações, instalou-se uma crise do modelo nacionalista de Vargas. Motivada pela pressão dos grupos opositores, foi exigido pelos oficiais da Aeronáutica o afastamento de Getúlio Vargas, o que culminou com o seu suicídio em 24 de agosto de 1954.

Na opinião de Mendonça, "a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro se colocou como solução para a crise do chamado modelo de industrialização nacionalista" (1995, p. 53). Fausto (2000) afirma que, de fato, Getúlio ficaria na memória da massa trabalhadora como o homem que ouvira a voz dos *humildes* e fora responsável pela implantação da legislação trabalhista.

A classe trabalhadora ganhara força política no governo de Vargas, e o populismo ficou como marca registrada de seu governo, o que influenciou muitos políticos. Após a morte de Getúlio, a presidência da República foi assumida pelo vice-presidente Café Filho, que garantiu a realização das eleições presidenciais em outubro de 1955, sendo vencedor o candidato do PSD, Juscelino Kubitschek, contando com o apoio de PTB. Prova dessa aliança foi a eleição de João Goulart para a vice-presidência.

O governo JK caracterizou-se pela política de desenvolvimento econômico, com a utilização de capital público e privado; muito embora, de acordo com Rezende (1986), seu discurso tenha se baseado em uma ideologia nacionalista, na prática optou pela entrada de capital estrangeiro no Brasil, aproveitando-se de uma mão-de-obra barata e abundante.

Através do chamado Plano de Metas, que tinha por objetivo a industrialização, pretendia desenvolver, em cinco anos, o que levaria cinquenta anos para esse desenvolvimento. Tal política repercutiu nas camadas da população, sobretudo na classe trabalhadora. Esse plano abrangia trinta e um objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e construção de Brasília.

Na opinião de Fausto (2000), o governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado no setor de infra-estrutura como no incentivo direto à industrialização, mas assumiu também, abertamente, a necessidade de atrair capitais estrangeiros. O setor industrial implantado foi o de bens de consumo duráveis: automóveis, eletrodomésticos e o de infra-estrutura.

A política econômica do governo JK vinha atender à política já proposta no governo Dutra, que, através da política de substituição de importações, acentuada por Getúlio Vargas, favoreceu, na opinião de Fausto, a ampliação da receita de exportações em consequência da Guerra da Coréia, que permitiu ao governo, através do confisco cambial, concentrar em suas mãos recursos que foram destinados a incentivar a industrialização.

Tal política estava associada a uma postura nacionalista, através da qual o Brasil poderia superar o subdesenvolvimento e se tornar uma potência autônoma, afirma o referido autor.

Mendonça (1995) vê uma situação favorável para a implantação do setor industrial inaugurado no período de Kubitschek e aponta as condições favoráveis no país de grupos de indústrias com recursos para aplicarem em novos investimentos, o grande crescimento urbano-industrial, embora a média dos salários fosse baixa, o poder de consumo da população havia se elevado, bem como o crescimento da classe média urbana; enfim, ampliava-se o número de consumidores capazes de comprar os bens de consumo duráveis produzidos pelo novo setor implantado: automóveis, eletrodomésticos (liquidificadores, batedeiras, enceradeiras, aspiradores de pó, etc.).

Os resultados do Plano de Metas foram impressionantes, principalmente no setor industrial, como mostra Fausto (2000, p. 395):

Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). O PIB brasileiro per capita (entre 1957 a 1961) foi aproximadamente três vezes maior do que o do resto da América Latina.

Os capitais externos através da instalação no país das multinacionais, seriam os grandes financiadores da montagem do setor produtivo de bens de consumo duráveis, como a Willys Overland, a Ford, a Volkswagen e a General Motors. De acordo com Fausto (2000, p. 430), "concentraram-se no ABC Paulista, mudando completamente a fisionomia daquela região, passando a indústria automobilística a concentrar operários em proporções inéditas no país".

Para Mendonça (1995), as conseqüências desastrosas dessa modernização da nossa indústria se mostrariam com o tempo, pois a economia brasileira estava se internacionalizando, afirmando, ainda, que o preço pago pela vitória da industrialização, *cinquenta anos em cinco*, foi a profunda desnacionalização da economia brasileira.

A mesma autora afirma, no entanto, que a presença das multinacionais não chegou a prejudicar os interesses dos industriais brasileiros, mas, ao contrário, a ampliação da capacidade produtiva delas no setor de bens duráveis levou a reboque as indústrias nacionais, que também se modernizaram, considerando-se, ainda, que as empresas estrangeiras estimularam o surgimento de um cinturão de novas empresas brasileiras, que forneciam para as montadoras aqueles itens que elas necessitavam, como, por exemplo, peças complementares à montagem de veículos.

A política nacional desenvolvimentista tinha por objetivo convencer a sociedade brasileira, sobretudo os trabalhadores, que a política econômica adotada por JK era o verdadeiro caminho para o desenvolvimento, fazendo-os acreditar que teriam benefícios e elevação do nível de vida com os frutos dessa industrialização.

Mendonça (1995) afirma que, mediante esse artifício, através do qual o governo igualava todos como cúmplices do nacional-desenvolvimentismo, é que ele conseguiu levar avante seus *cinquenta anos em cinco*, neutralizando as resistências populares contra o alto custo de vida, ou mesmo, contra a presença do capital estrangeiro no país. Assim, por exemplo, basta transcrever um trecho do discurso de JK, por ocasião de um banquete, oferecido a ele por industriais do Rio de Janeiro:

Agradeço-vos, meus amigos das classes produtoras aqui reunidos, por me terdes convidado para este encontro no dia de hoje [...]. Sem falsear a naturalidade, posso dizer-vos que temos – vós, empresários, homens da produção em campos dos mais variados, e eu próprio – uma linguagem comum: podemos entender-vos pois o objetivo nosso é um só, trabalhamos pela afirmação de um Brasil autônomo e poderoso [...] Se alguma coisa há que não nos falta nessa terra, Deus Louvado, é o que fazer, é trabalho. Temos todos trabalho em excesso para desempenharmos nossa tarefa” (KUBITSCHEK, apud MENDONÇA, 1995, p. 60).

Muito embora ele nivelasse o povo quando os chamava de *classes produtoras*, para passar a idéia de que todos eram iguais e importantes para o desenvolvimento do país, Mendonça (1995) observa que, em seus discursos, ficava explícito que a burguesia industrial era realmente considerada a verdadeira *classe produtiva* do país e que, realmente, era beneficiária do desenvolvimentismo. O trecho transcrito acima reafirma, logo no início: “Agradeço-vos, meus amigos das classes produtoras” (KUBITSCHEK, apud MENDONÇA, 1995, p. 60). Evidentemente que a classe trabalhadora não participava dos banquetes; por isso, ele referia-se aos ricos, que eram os que produziam.

## 2.8 O MOVIMENTO OPERÁRIO E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Desde a sucessão de Café Filho, a classe trabalhadora foi prejudicada pelas medidas adotadas pelo governo como o “congelamento dos salários, a abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro, o forte controle sobre os sindicatos” (REZENDE, 1986, p. 55).

Portanto, conclui o autor, que “mais uma vez o processo de acumulação seguia imperturbavelmente o seu caminho, sufocando os trabalhadores, política e economicamente” (REZENDE, 1986, p. 55), apontando como característica básica do nosso capitalismo, “a coerção e o uso indiscriminado do controle sobre as organizações operárias, para evitar o acirramento das contradições” (REZENDE, 1986, p. 55).

Muito embora o governo Juscelino Kubitschek tenha oportunizado uma certa elevação dos salários dos trabalhadores, os mesmos ficavam defasados pela inflação e sobre eles recaía a carga dessa. Como escreve Fausto (2000, p. 432):

Os gastos governamentais para sustentar a programa de industrialização e a construção de Brasília e um sério declínio dos termos de intercâmbio com o exterior resultaram em crescentes déficits do orçamento federal.

Afirma o autor que o governo gastava mais do que arrecadava. Basta analisar o déficit que passou de menos de 1% do PIB, em 1954 e 1955, para 2%, em 1956, e 4% em 1957. O declínio ou a deteriorização dos termos de intercâmbio é explicado pelo autor, significando que o Brasil ficava numa situação de desvantagem, uma vez que pagava mais pelos produtos importados do que recebia pela exportação de seus produtos.

Especificamente em relação ao movimento operário e à organização sindical durante o governo JK, embora haja pouco o que falar, pode-se afirmar que teve lideranças jovens, uma participação efetiva dos comunistas e de organizações sindicais. Entre 1956 e 1960, houve um grande crescimento do número de greves. Foram criados intersindicais, com destaque para o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), em 1955, que congrega sindicatos na sua maioria representantes de categorias profissionais vinculadas à economia de mercado (metalúrgicos, têxteis, gráficos, etc).

O PUI não dera certo por uma crise, e outro pacto foi formado: o Pacto de Unidade e Ação (PUA), entre trabalhadores vinculados ao setor público. O sindicalismo atuou mais na indústria tradicional, especialmente a têxtil, encontrando dificuldades para atuar na indústria automobilística. Essas dificuldades foram apontadas por Fausto (2000): enraizamento do movimento sindical, sobretudo dos comunistas, na área das empresas ligadas ao Estado, e desorientação dos velhos dirigentes sindicais diante das novas técnicas de relações de trabalho implantadas pelas empresas multinacionais, atraindo os trabalhadores com benefícios e a esperança de promoções.

O governo vinha enfrentando muitas dificuldades, o que levou as agitações políticas a retornarem. Segundo Rezende (1986, p. 58),

O salário mínimo não acompanha a taxa de lucro das grandes empresas e, mais uma vez, a classe operária ficava excluída dos benefícios, daí seus protestos, que colocavam em questão o conteúdo da euforia desenvolvimentista do sistema.

Na opinião de Mendonça (1995), o Plano de Metas e sua proposta de instalação do tripé da industrialização brasileira foram, em geral, bem sucedidos, mas também trouxeram problemas para a economia atual do país, como o aumento da dívida externa brasileira e a concentração de renda. A mesma autora coloca, como um dos problemas apontados, que o capital estrangeiro investido no país não se resumiu à montagem das grandes indústrias, uma vez que as mesmas, por constituírem-se de filiais de multinacionais, revertiam, com isso, os lucros para as matrizes localizadas nos Estados Unidos e na Europa. Nessa transação, o cruzeiro ficava desvalorizado, porque as multinacionais revertiam o lucro para suas matrizes, e estas compravam os dólares necessários para suas remessas ao exterior e, com o cruzeiro desvalorizado, elas perderiam parte do lucro obtido, pois gastariam muitos cruzeiros adquirindo menos dólares.

Ao tomar medidas para oportunizar às multinacionais a adquirirem dólares e poderem remeter seus lucros para o exterior, o governo passa a obter mais reservas-ouro para financiá-las, assim como injetar financiamento também nas empresas estatais, ao contrário do que fizera antes, pois o contraíra empréstimos a fim de elevar o sistema produtivo do país, sendo que agora o mesmo passa a tomar

empréstimos no exterior, sem haver a finalidade de elevar a produção. Quem levou vantagem foram as indústrias de bens duráveis multinacionais que, apesar da necessidade que tinham dos bens produzidos pelas indústrias pesadas e não tendo o seu pronto atendimento, tinham que recorrer às importações, o que prejudicava, dessa forma, a economia brasileira. Como conseqüência apontada por Mendonça (1995), os saldos da balança comercial brasileira voltaram a ficar negativos, uma vez que vendíamos bens agrícolas e comprávamos bens de produção, acarretando, assim, a desvalorização da nossa moeda.

Embora o desenvolvimento industrial tenha sido positivo para o país, também teve seu lado perverso, através da concentração da renda e das desigualdades sociais já citadas anteriormente. No final do governo de Juscelino, ocorreram indecisões nas relações do Brasil com o FMI, o qual tinha por objetivo, segundo Fausto (2000), promover a cooperação monetária internacional, a expansão do comércio e a estabilidade cambial. Além disso, prestar assistência provisória aos Estados-membro dos quais era constituído e que contribuíam com uma quota correspondente ao seu potencial econômico, pois esses Estados-membros encontravam-se em dificuldades com seus balanços de pagamentos.

O FMI, dessa forma, toma medidas como a desvalorização cambial e propõe o controle do déficit público através do corte dos gastos públicos que, além da recessão e do desemprego, impõe uma política de contenção dos salários dos trabalhadores, que acabam sempre por pagar a conta. Diante dessa situação precária das condições de vida, o movimento popular se politiza e passa a fazer exigências. Juscelino, contrário a essa política, rompe com o Fundo e, apesar de

tentar recuperar a estabilidade, mesmo com a crise presente, chega ao fim de seu governo sem conseguir adiá-la.

O período que seguiu foi de profunda crise econômica, política e social, entre 1960 a 1964, começando pela renúncia do presidente Jânio Quadros e a posse do novo presidente João Goulart. É nessa época que a burguesia vai intensificar sua ação no movimento operário.

Ocorre um declínio do ritmo de crescimento econômico do país, a economia começa a decair e a inflação e o desemprego a aumentar. Houve muitas greves em São Paulo e no Rio de Janeiro, e esse período foi marcado pelas mesmas, envolvendo várias categorias que, na verdade, não queriam assumir o ônus da política econômica adotada por Juscelino.

Houve forte atuação do PCB, que passa a mobilizar as massas populares e a defender o nacionalismo, a greve geral contra o golpe, bem como a volta de Jânio Quadros e, posteriormente, apóia várias greves na tentativa de dar posse ao vice-presidente João Goulart que, segundo Rezende, "não era de forma alguma simpática a amplos setores da burguesia brasileira: temia-se que as suas reformas fossem muito além e se criasse no Brasil uma República Sindicalista" (1986, p. 60). O referido autor dá a entender que a burguesia temia o fato de Goulart ser herdeiro direto de Getúlio Vargas.

Entre 1950 e 1964, ocorrem mudanças estruturais no país, como o crescimento urbano e uma rápida industrialização. O governo populista marcou o

governo de João Goulart através da participação política de setores menos favorecidos das massas populares e das Forças Armadas, bem como de uma política nacionalista pela participação do estado na vida econômica do país.

Para Fausto (2000), as reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista e, sim, objetivava apenas modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país a partir da ação do Estado.

É nessa época de conturbação social e política que o sindicato rural, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CONTAG) é criado. O nordeste se destaca por ser o palco de lutas, inclusive pela Reforma Agrária. Os latifundiários, evidentemente, reagem através da violência, ocasionando a morte de muitos trabalhadores rurais. Um dos aspectos positivos do governo Jango, na opinião de Fausto (2000), foi a lei que criou o Estatuto do Trabalhador Rural, onde foram definidos alguns benefícios, como: a carteira profissional para o trabalhador do campo, que regulou a duração do trabalho e a observância do salário mínimo e previu direitos como o repouso semanal e as férias remuneradas.

O governo e seus seguidores não tiveram o apoio da burguesia nacional para implantar as reformas de base que previam a reforma agrária e o combate ao imperialismo, uma vez que esse iria prejudicar o capital nacional. A ação sindical manteve-se fiel aos interesses do Estado através da representação tanto de trabalhistas como de comunistas. Foram criadas a CGT, em 1962, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Fausto assinala que os sindicatos, nesse quadro, canalizaram cada vez mais demandas de caráter político. "As reivindicações especificamente operárias não foram esquecidas, mas passaram a ser consideradas de menor importância" (FAUSTO, 2000, p. 449).

Especificamente em relação ao movimento grevista, observa-se que o número aumentou consideravelmente, nessa época ocorrendo, também, um deslocamento espacial das mesmas (de São Paulo para outras regiões), bem como um deslocamento do setor privado para o público. O povo trabalhador usava a greve como arma para fazer a mobilização social.

## **2.9 O GOLPE DE 1964**

Com toda a crise social e política instalada no país, através das greves, inflação e arrocho salarial, o clima era de muita tensão, o que levou o povo a se rebelar. O quadro político, econômico e social era de exacerbação. Durante essa época, o crescimento industrial, assim como a produção, estava estagnado. O golpe de 64, na opinião de Mendonça e Fontes (1988), significou a ruptura política com o populismo e o aprofundamento das tendências econômicas preexistentes, fornecendo a moldura para algumas transformações expressivas na sociedade e nos rumos do capitalismo brasileiro.

O mercado financeiro estava instável e não dava segurança para os investidores estrangeiros apostar na economia brasileira. Era necessário restaurar a ordem para retomar o crescimento econômico. E foi nessa perspectiva de achar uma solução para resolver a crise e atrair, novamente, o capital estrangeiro que os empresários, na opinião de Mendonça (1995), vêem na solução militarista a única forma de instalar a ordem vigente e retomar o referido crescimento econômico. Afirma, dessa forma, a referida autora, que o Golpe de 1964 correspondeu aos anseios da burguesia e do capital estrangeiro aqui presente (dos militares e dos empresários industriais).

Na opinião de Rezende, à direita, ou seja, as forças conservadoras concretizavam um golpe tramado há muito tempo. Ainda, nas palavras do autor, “o velho sonho do PCB de efetivar uma revolução democrática burguesa falhou” (REZENDE, 1986, p. 65).

Para ele, as análises que o partido fazia da conjuntura política não condiziam com a complexidade da realidade sócio-econômica e até colocava-as como bastante simplistas no contexto do país inserido na ordem capitalista internacional e dependente dos grandes oligopólios.

Tendo em vista que os movimentos populares, através da mobilização das lutas, avançavam no contexto do populismo, a classe conservadora se via receosa, ou melhor, ameaçada em seu poder e em seu processo de acumulação.

A industrialização, na opinião de Mendonça e Fontes (1988), processou-se num quadro conflitivo entre o setor urbano-industrial e o setor agroexportador. A exportação de produtos agrícolas garantiria a entrada de divisas estrangeiras, com as quais se poderia adquirir máquinas e equipamentos no exterior para a implantação e manutenção do parque industrial. Era, portanto, necessário conservar a produção agroexportadora como uma das condições para a industrialização, em que os recursos gerados através dela seriam desviados para o setor urbano-industrial. Em troca, esse fortalecimento do parque industrial reverteria para o campo a infra-estrutura necessária como a construção e modernização de vias de acesso, do sistema de transportes e de comunicações, com a finalidade de facilitar o escoamento da produção.

Em referência à crise de 1964, Mendonça e Fontes afirmam que a mesma é “oriunda do estilo capitalista brasileiro apoiado no Estado e no capital estrangeiro” (1988, p. 11), bem como pela ascensão do movimento de massas. O Estado teve uma crescente participação na economia, assim como o poder Executivo teve amplo poder político em detrimento dos demais poderes.

Especificamente em relação à política fiscal adotada pelo Estado, ela foi conservadora, sem se preocupar em ampliar suas receitas, tornando-se necessário, com isso, recorrer ao capital estrangeiro para poder sustentar os gastos públicos nos setores dos transportes, energia, siderurgia, etc. Sua participação se dava através dos investimentos de infra-estrutura para atender às necessidades de infra-estrutura das grandes empresas que se destinavam a produzir bens de capital.

Segundo Manteiga e Moraes, citados por Mendonça e Fontes (1988, p. 9),

Acumulação capitalista no Brasil operava uma crescente concentração de capitais concentração de indústrias de duráveis incorporando tecnologias cada vez mais sofisticadas, impunha barreiras técnicas e financeiras à entrada de capitais de menor porte, possibilitando a estruturação monopolista do setor.

Desse modo, era favorecida a concentração de renda, criando-se novos empregos relacionados às esferas técnicas e administrativas, com salários mais elevados, mantendo-se o salário mínimo sob maior controle.

Com a desculpa da defesa de garantir a segurança nacional e conter os *comunistas*, que na verdade eram os trabalhadores na luta por melhores salários e contra o desemprego vigente, o golpe é deflagrado e conta com o apoio de vários setores da burguesia, sobretudo da classe média, inclusive com apoio financeiro. No entanto, havia interesses de retomar o crescimento econômico e a modernização já mencionada anteriormente.

E, dessa forma, como afirma Giannotti, "o Exército, a igreja e a classe média assustada com os trabalhadores nas ruas, chamam os militares para o golpe" (1988, p. 58). Afirmo ainda o autor que os Estados Unidos tinham interesse econômico e político no golpe, além de ajudarem a prepará-lo.

O golpe ocorreu em março de 1964, ocasião em que o proletariado brasileiro fora *esmagado*, após ter conseguido algumas conquistas através da sua luta. Com o golpe, a classe operária é novamente reprimida, uma vez que era preciso contê-la para garantir o crescimento econômico. Mendonça e Fontes (1988) reafirmam que o golpe de 64 significou, portanto, uma dupla reordenação. De um lado, alijava e reprimia os movimentos populares. De outro, afirmava a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos.

Era o fim da política populista e nacionalista. Várias medidas repressivas foram tomadas, entre elas Giannotti (1988, p. 59) aponta:

- a greve passa a ser crime;
- os sindicatos têm que ser "limpados"; há centenas de intervenções;
- o CGT e as outras organizações centrais dos trabalhadores são destruídos;
- milhares de delegados de fábrica e líderes sindicais são presos e torturados; vários desaparecem;
- inicia-se uma fase de arrocho salarial para garantir nova acumulação capitalista.

Em relação à acumulação capitalista, esta se vira ameaçada, antes de 1964, pelo crescimento da força popular antagônica à burguesia que impõe uma nova política social e ideológica aliada ao capital internacional norte-americano.

Pode-se afirmar que houve uma onda de repressão que, nas palavras de Giannotti (1988), se manifestou através de pressões, perseguições, cassações de direitos políticos. O sindicalismo perde sua força, ocorrendo intervenções políticas nos sindicatos, prisões de líderes sindicais, e a classe dominante passa a controlar o proletariado que, para o referido autor, tiveram seus salários controlados, assim como o movimento sindical e o combate mortal às lideranças. Mendonça e Fontes reforçam essa idéia ao reafirmarem que

O golpe militar veio a representar a imediata destruição das mais importantes conquistas realizadas pelos trabalhadores, ou seja, o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade no emprego através da criação do FGTS; a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização das refinarias de petróleo; o impedimento a todas as formas de organização popular (MENDONÇA e FONTES, 1988, p. 20).

Com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em setembro de 1966, houve, na verdade, segundo Fausto, a substituição da estabilidade dos direitos mais valorizados pelos assalariados urbanos, ou seja, a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, garantida pela CLT. Afirma o referido autor que ao trabalhador que não fizesse opção pelo FGTS seria quase impossível obter emprego, sendo vantajosa sua criação, apenas, para os empregadores que passaram a contratar e dispensar seus empregados mais livremente, acarretando conseqüências negativas para o trabalhador, uma vez que as parcelas que deveriam ser recolhidas, mensalmente, não eram realizadas, ficando, com isso, corroído pela correção monetária abaixo da inflação.

A própria população rural, a partir de 1950, foi expulsa do campo tendo por causa a expansão do capitalismo e da industrialização da agricultura através da mecanização. Esses trabalhadores rurais não tinham direitos a uma legislação trabalhista, que os amparassem, uma vez que a formação e a organização de sindicatos rurais estava proibida desde 1946.

Havia apenas a atuação das Ligas Camponesas, principalmente na região Nordeste e outras formas de organização com caráter sindical já que lutavam pelos seus direitos civis e legais também em outras regiões do Brasil. Com isso crescia o movimento dos “sem-terra”, exigindo desde a abolição de formas de trabalho tradicionais no campo, até melhorias salariais e infra-estruturais: escolas, esgotos, estradas, habitação (MENDONÇA e FONTES, 1988, p. 19).

Com respeito às conseqüências para a economia dessa *expulsão* do contingente populacional do campo para as cidades, basta transcrever esta observação feita pelas referidas autoras:

Esse contingente deslocado para as regiões urbanas não encontrava imediatamente ocupação nos setores já estabelecidos (indústria, comércio), sobrevivendo de ocupações domésticas, biscates, subempregos em suma, cuja remuneração era ainda inferior ao salário mínimo. Isso favorecia duplamente a expansão capitalista: pela formação de gigantesco exército de reserva, contribuindo para rebaixar os salários e dificultar a organização dos trabalhadores e pelo exercício de funções de suporte da rede industrial que então se montava, aliviando as grandes empresas de custos para os estabelecimentos de pontos de reparo e de venda. Inseriam-se nessa lógica as oficinas de “fundo de quintal” e a legião de vendedores ambulantes, nos anos 50 e 60 (MENDONÇA e FONTES, 1988, p. 16).

## **2.10 BREVE HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR**

Os militares, que assumiram o poder com o objetivo de nele permanecerem, instauraram um regime autoritário governando através dos chamados Atos Institucionais.

Para Mendonça, “o golpe de 64, sob o ponto de vista estritamente econômico, não representou nenhuma mudança radical, sendo responsável pelo aprimoramento e consolidação do modelo implantado desde 1955” (1988, p. 21). Quer dizer que, do ponto de vista do desenvolvimento industrial brasileiro, não houve, com o golpe, nenhuma mudança nesse sentido. No período compreendido entre 1962-67, a recessão, a inflação acelerada e o arrocho salarial caracterizaram a economia brasileira.

Nos primeiros anos, o governo militar, visando controlar as massas e manter a *ordem* vigente, toma medidas de contenção da economia. Mendonça (1995) divide a história da economia e da industrialização brasileira do pós-64 em três períodos: a) 1962-67 - fase caracterizada de crise e recessão; b) 1968-74 - fase de retomada do crescimento industrial, conhecida como fase do *milagre brasileiro*, devido às elevadas taxas de crescimento de nossa economia; c) de 1974 até o presente - fase de declínio do milagre econômico.

A economia atual, nas últimas décadas, passou por uma oscilação no nível de atividade da economia nacional. Pochmann (2000) afirma que se sucederam fases de recessão (1981/83 e 1990/92), de desaceleração (1987/89) e de recuperação (1984/86 e 1993/96) do PIB, que caracterizam um período de elevada instabilidade monetária, grandes incertezas nas decisões empresariais múltiplas, inseguranças aos trabalhadores.

Duas medidas básicas foram tomadas pelos governos militares: a busca de recursos para retomar o crescimento econômico, valendo-se, para isso, de empréstimos estrangeiros, e o incentivo à concentração oligopolista de empresas e capitais no país. O arrocho salarial também foi uma estratégia mais uma vez utilizada pelo governo para superar a crise econômica.

Pode-se resumir o governo militar como um governo de favorecimento do grande capital, da concentração desse e da renda, bem como da subordinação dos trabalhadores que, sem dúvida, foi a mais atingida com a nova política salarial e trabalhista adotada pelo arrocho salarial, que visava, entre outras medidas, segundo Mendonça e Fontes (1988, p. 22),

A sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; a criação de um novo sindicato, com funções bem mais assistencialistas e menos políticas, que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora; o fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social.

Esses eram os objetivos dessa política, ou seja, contra os trabalhadores que se viram altamente prejudicados, enquanto as camadas de maior poder aquisitivo foram beneficiadas com recursos concedidos pelo Estado.

A lei de greve aprovada em junho de 1964, pelo Congresso, criou exigências burocráticas que tornaram praticamente impossível a realização de paralisações legais. O referido autor lembra ainda que, embora o regime implantado há vinte anos fosse democrático e assegurado pela Constituição, o Congresso, nesse tempo, nunca aprovava alguma lei que garantisse o direito de greve, mesmo que, na prática, elas aconteciam livremente nos últimos anos daquele período.

A classe trabalhadora reagiu a essa situação, buscando alternativas de solução para melhorar as suas condições de vida através de formas de resistência, muito embora tenham sofrido um controle por parte do Estado sobre os sindicatos, em relação à possibilidade de realizarem greves. Ocorreu, inclusive, uma que o da sindicalização da força de trabalho no setor industrial.

Além disso, era necessário achar alternativas para poderem sobreviver diante de tal situação de arrocho salarial. Nessas condições, como observa Mendonça e Fontes (1988), o grau de exploração cresceu tanto que foi necessário recriar alternativas de sobrevivência, o que fez mudar drasticamente a qualidade de vida do trabalhador, tanto familiar como política, assinalada pelas referidas autoras:

Já o segundo aspecto pode ser dimensionado pelo aumento de contingente de mão-de-obra feminina e infantil existente no mercado a partir de então, provocando um abalo na unidade familiar operária. Enquanto em 1958 – certos estudos o mostram para São Paulo – um membro de cada família trabalhava fora, em 1969 este número elevou-se para dois. Contraditoriamente, o efeito desses expedientes foi o próprio rebaixamento do preço da força de trabalho, face ao aumento do volume de sua oferta (MENDONÇA e FONTES, 1988, p. 26).

Com seu salário real erodido, a classe operária procurou recompor sua renda recorrendo a dois expedientes básicos: a extensão da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho familiar. A elevação do número de trabalhadores cumprindo horas extras foi considerável (SINGER, 1977, p. 81).

Retomando o assunto, pode-se afirmar que, a partir de 1968, ocorre uma forte recuperação industrial com o incentivo para a indústria automobilística, produtos químicos e materiais elétricos e a construção civil. Era o início do período chamado *Milagre Econômico* (entre 1968 e 1969), devido ao acelerado crescimento econômico do país. Esse período estendeu-se, mais precisamente, de 1969 a 1973, quando foi combinado o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu, na média anual, 11,2%, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou dos 18%.

Havia grande quantidade de recursos, e os países em desenvolvimento tomam empréstimos no exterior, o que fez aumentar a dívida externa desses. Outro fator foi o crescimento do investimento estrangeiro no Brasil, sobretudo na indústria automobilística.

Foi também um período em que houve uma expansão do comércio exterior através da importação de determinados produtos necessários internamente e um incentivo às exportações de produtos industriais e agrícolas, através da concessão de créditos e isenção de tributos com o objetivo de acelerar o crescimento econômico.

A política econômica privilegiou a acumulação de capitais, pelos benefícios apontados, favorecendo a classe alta e média, desqualificando os trabalhadores através dos baixos salários, fazendo com que a concentração de renda aumentasse.

## 2.11 O GOVERNO CASTELO BRANCO

Humberto Castelo Branco assumiu a presidência da República em 15 de abril de 1964. Uma das mudanças mais importantes na política econômica implementada por Castelo Branco, na opinião de Fausto (2000), foi a abertura às exportações, tanto para a exploração das enormes reservas naturais do país e a venda de produtos agrícolas, como para promover os bens manufaturados, com incentivo à entrada de capital estrangeiro, através de lei criada em agosto de 1964, que regulava os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros.

A classe trabalhadora, mais uma vez, fora sacrificada através das medidas tomadas durante o governo autoritário dos militares. A oposição vinha se rearticulando, mas a repressão, a tortura e os desaparecimentos misteriosos, dos chamados *subversivos*, foram características da Ditadura Militar, ou seja, a todos que fossem contrários ao poder instituído.

Enquanto o país vivia essa turbulência política, o governo, através de Delfim Neto, tomava medidas econômicas objetivando incentivar o crescimento econômico, como, por exemplo, a expansão do crédito e o controle de preços para refrear e declinar a inflação.

O referido autor aponta como aspecto negativo dessa fase, do *Milagre Econômico*, o retardamento, ou mesmo, o abandono dos programas sociais pelo Estado, pois o Brasil se destacou no contexto internacional pelo seu potencial industrial, mas também por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, os quais medem a qualidade de vida de uma população.

Durante o governo Geisel, 1974, um aspecto negativo da política econômica brasileira foi a primeira crise internacional do petróleo, afetando a economia brasileira, tendo em vista que o Brasil importava, segundo Fausto (2000), 80% do total de seu consumo.

Foi nesse governo que se criou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual tinha por objetivo fazer uma política de substituição de importações, especialmente de produtos básicos (matérias-primas) para atender o mercado interno (petróleo, aço, alumínio), além de bens de capital, como máquinas e ferramentas.

Houve, nas palavras de Fausto (2000), a preocupação com o setor energético através de pesquisas de petróleo, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, o programa nuclear, a construção de hidrelétricas, como, por exemplo, Itaipu.

Para dar continuidade ao crescimento econômico que se fazia com a própria capacidade produtiva existente, era necessário buscar novos investimentos e recursos externos e, novamente, devido aos altos juros, a dívida externa aumentou substancialmente, tanto a pública, como a privada. “No final de 1978, era de 43,5 bilhões de dólares, mais do que o dobro do nível de três anos antes” (FAUSTO, 2000, p. 497).

O serviço da dívida se tornou oneroso para o Brasil, e essa elevada taxa internacional de juros fez com que o país arcasse com esse ônus, o compromisso com os serviços da dívida. Os megaprojetos do governo foram abandonados (programa nuclear, Ferrovia do Aço, etc.) nesse momento, da política de juros altos, resultou da política dos Estados Unidos, que tratou de cobrir o déficit de seu balanço de pagamentos atraindo investimentos de outros países.

Embora o PIB tenha crescido, na média anual, no governo Geisel, a inflação teve um crescimento bem superior, prejudicando as empresas estatais que se viam obrigadas a reduzir seus preços pela oferta de seus produtos no mercado. Isso só fez elevar o crescimento da dívida externa, como já foi analisado anteriormente. Com os juros elevados e os custos dos serviços da dívida, a dívida interna começou a pesar, e a indexação anual dos salários, isto é, a sua correção apenas de ano em ano contribuía para agravar o descontentamento dos assalariados.

Com relação aos movimentos sociais do período de Ditadura Militar, Fausto (2000) afirma que, embora o regime tenha reprimido as direções sindicais ligadas ao esquema populista, os sindicatos não foram desmantelados, e a organização sindical rural foi atuante e autônoma, atuando através da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), crescendo muito a partir de então.

Surge, no governo Geisel, um sindicato que abrangia profissionais liberais (professores, médicos), assim como o movimento operário surge de forma organizada, fora da influência da esquerda tradicional (PCB) e independente do Estado, principalmente em torno da indústria automobilística (ABC paulista). A Igreja teve um papel de influência na organização desse novo sindicalismo.

Em 1979, vários setores entraram em greve (metalúrgicos, professores, etc.) e as reivindicações não diferiam da luta de sempre: garantia de emprego, melhorias salariais, liberdade de organização, etc. Nesse período, ocorreu o segundo choque do petróleo, o que fez elevar os preços, agravando ainda mais a crise econômica pelo déficit na balança de pagamentos e pela elevação das taxas de juros.

Medidas econômicas internas foram tomadas, incluindo contenção de investimentos das empresas estatais e privadas. Embora o governo tenha tomado medidas para baixar a inflação, os problemas econômicos eram a marca da época, e a política econômica fracassara.

## 2.12 O GOVERNO FIGUEIREDO

Duas marcas caracterizaram o governo Figueiredo: a abertura (*redemocratização*) e o crescimento da crise econômica pelo quadro desfavorável já apontado. Outra crise do petróleo e sua conseqüente elevação dos preços mergulham o país num déficit no balanço de pagamentos com a elevação das taxas de juros e as dificuldades do governo em tomar novos empréstimos. Foi um período de recessão (1981-1983), em que o declínio do PIB foi estabelecido assim como foram atingidas as indústrias de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos e de bens de capital) concentradas nas áreas mais urbanizadas do país. O desemprego nessas áreas tornou-se um problema sério.

Calcula-se que o declínio da renda foi mais grave do que o ocorrido nos anos seguintes à crise de 1929. O Brasil entra na década de 1980 com uma crise financeira muito grande e com uma recessão sem precedentes.

No período de 1981-1983, o PIB teve um declínio considerável, tendo sido, na opinião de Fausto (2000), as indústrias de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos e bens de capital) os setores mais atingidos. Como tais indústrias estavam concentradas nas áreas urbanas do país, o desemprego, nessas áreas, tomou proporções preocupantes.

No ano de 1982, o México pediu moratória para sua dívida externa e, em 1983, o Brasil recorreu ao FMI, tendo em vista o seu déficit nas reservas monetárias, contendo, com isso, as contas externas do país. Houve cortes nos salários.

A partir de 1984, houve uma certa estabilidade da economia, com o crescimento de produtos industrializados, com a queda da importação do petróleo e a baixa no custo deste. No entanto, a inflação manteve-se em índices elevados, assim como houve um elevado aumento da dívida externa do país, no final de 1985.

### **3. FORDISMO, TOYOTISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL**

A crise dos anos 80 decorreu das profundas transformações que o mundo do trabalho nos países desenvolvidos capitalistas passou a sofrer a partir dessa década, tanto na sua nova forma de inserção na estrutura de produção, como na sua forma de organização política e social.

Na afirmação de Antunes, as modificações do trabalho foram tão profundas que a “classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise desse século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e no interrelacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser” (2002, p. 23).

Guatarri (1991), ao falar das intensas transformações técnico-científicas do mundo atual, alerta para os desequilíbrios ecológicos, bem como para a determinação das relações de parentesco, familiar e conjugal, nos modos de vida humanos. Chama a atenção para os perigos: os do racismo, do fanatismo religioso, dos cismas nacionalitários caindo em fechamentos reacionários, os da exploração do trabalho das crianças, da opressão das mulheres.

Para Cattani (1997), houve uma redefinição da dinâmica econômica, na forma de gestão das empresas, do mercado de trabalho, das condições de vida e da identidade dos trabalhadores.

Essas mudanças, na opinião do autor, tomaram dimensões e significados com conseqüências visíveis na sociedade. Em contrapartida, foi uma década em que a tecnologia deu um salto (automação, robótica, microeletrônica), substituindo, assim, as relações de trabalho e de produção do capital até então vigentes ao longo do século 20, com o Fordismo e o Taylorismo representados pela produção em série e de massa. Novos conceitos emergem através de novas formas de inserção no mundo do trabalho e da produtividade. Ocorre uma substituição pela flexibilização dessa produção, visando adequá-la à nova lógica do mercado.

Ensaíam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a "gestão participativa", a busca da "qualidade total", são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo globalizado (ANTUNES, 2002, p. 24).

Especificamente, o modelo japonês chamado Toyotismo, que revolucionou os atuais modelos de produção se caracterizou, segundo Santome (1998), pela eliminação dos recursos, com enxugamento da produção através da redução de pessoal, máquinas, estoques, com vistas a satisfazer apenas a demanda diária ou semanal, sendo utilizadas estratégias, como redução de custos e agilidade na comercialização (*just-in-time*).

A *qualidade total* ou defeito-zero visa detectar o quanto, antes, os possíveis defeitos de produção e comercialização com vistas a eliminar, desde o início, a elevação dos custos e não diminuir a produção. Várias estratégias são usadas, entre elas o *círculo de qualidade*, que aproveita a experiência dos empregados, fazendo com que estes colaborem, através de sugestões de experiências e conhecimentos, para identificar problemas, compromissando-se com a empresa, garantindo a qualidade e a produção. Para alcançar tais objetivos, a mesma incentiva a competição e a premiação como estratégias de garantir esta cooperação.

Como última característica básica do Toyotismo, configura-se o oferecimento da formação contínua através do envolvimento da classe trabalhadora na tomada de decisões no que diz respeito à produção, o que os compromete nos objetivos da empresa, ou seja, garantir a produtividade e o lucro. A flexibilidade e autonomia da classe trabalhadora são características marcantes do Toyotismo, uma vez que, ao contrário do modelo fordista, agora as pessoas realizam mais de uma tarefa e são responsáveis pelo manejo e controle de várias máquinas, bem como assumem várias funções, das mais baixas (limpeza) até a execução de tarefas de inspeção.

A experiência, através do incentivo à formação contínua e de incentivos econômicos, é praticado nesse modelo, assim como o senso de cooperação e compromisso, objetivando, naturalmente, o aumento da qualidade.

Essas mudanças requerem novas adaptações do capital. Nessa transição, os trabalhadores, mais uma vez, saem perdendo porque têm seus direitos desconsiderados, uma vez que o capital necessita adequar-se a sua nova fase. Toda luta histórica de conquistas e direitos adquiridos passa a ser desmantelada e eliminada dessa nova fase da produção.

Segundo Murray, Sabel P'Piore, Annunziato, Clarke, Gounet, Harvey e Coriat, citados por Antunes (2002, p. 24),

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em massa são 'substituídos' pela flexibilização da produção, pela 'especialização flexível', por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.

Piore e Sabel (1984) consagram a especialização flexível como um paradigma alternativo para a produção capitalista, com a fabricação de produtos barrados, com equipamentos e trabalhadores polivalentes. Opondo-se ao paradigma da produção em massa, ela mescla elementos da "produção artesanal em pequenos lotes, com tecnologia multipropósito, ancorada em trabalhadores qualificados e dotada de capacidade de alterar, constantemente, o *mix* de produção com baixos custos de reconversão" (CATTANI, 1997, p. 83).

### 3.1 FORDISMO , TAYLORISMO E FLEXIBILIZAÇÃO

Entende-se por Fordismo o modelo de organização do processo de trabalho ou do sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford em sua fábrica e, predominantemente, na indústria capitalista ao longo do século XX, que tinha por características: produção em massa pela linha de montagem, produção em série e tecnologia multipropósito, ancorada em trabalhadores qualificados e dotada de capacidade de alterar, constantemente, o *mix* de produção com baixos custos de reconversão<sup>4</sup>, produtos homogêneos; fragmentação das funções e da elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas pela constituição e consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

O fordismo caracterizou-se como prática de gestão na qual se observa uma radical separação entre concepção e execução, em que o “trabalho fragmentado e simplificado com ciclos operatórios muito curtos requerendo pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores” (LARANJEIRA, apud CATTANI, 1997, p. 89). Ocorria a divisão social e técnica do trabalho, separando, dessa forma, o trabalho manual do intelectual. Algumas pessoas pensavam e tomavam as decisões, enquanto outras apenas obedeciam.

O resultado desta política de fragmentação dos empregos e da produção fez com que as ações dos trabalhadores se tornassem bastante incompreensíveis para eles mesmos, o que propiciou, conseqüentemente, o estabelecimento de um controle mais férreo dos empresários sobre tudo o que se relacionasse com as decisões (SANTOMÉ, 1998, p. 11).

---

<sup>4</sup> CATTANI, 1997, p. 83.

A organização fordista desqualificava os trabalhadores, na medida em que fragmentava a produção e visava à redução do tempo na realização das tarefas, usando, para isso, estratégias como as linhas de montagem acoplada à esteira rolante, onde a segmentação prévia de todas as operações que fazem parte da fabricação, no caso de um automóvel, atuam de tal maneira que operários quase não precisam sair do lugar, evitando seu deslocamento, mantendo um fluxo contínuo e progressivo das peças e partes, pois as máquinas estão agrupadas conforme sua ordem de uso, e as esteiras transportadoras é que aproximam as peças que devem ser trabalhadas ou montadas (isso permite a redução do tempo).

Era necessário que os trabalhadores apenas acompanhassem o ritmo e a cadência da esteira, realizando tarefas fáceis, podendo ser realizadas até mesmo por uma criança. Isso quer dizer que os operários eram submetidos à máquina, com atividades rotineiras, monótonas e desqualificadas; não tinham iniciativa nem tomavam decisões ou poderiam apresentar propostas.

Suas necessidades e interesses não eram levados em conta, mas tinham conhecimento dos passos da produção, uma vez que ocorria a divisão social e técnica do trabalho e, como foi mencionado, apenas algumas pessoas especializadas compreendiam esses passos, tendo, dessa forma, a visão do todo. O trabalho torna-se repetitivo, monótono e parcelado, onde o trabalhador, através de uma rígida disciplina de ritmo e velocidade do trabalho, desqualifica-o e o incorpora à máquina.

Com essa política de controle, desqualificação, fragmentação do trabalho e atomização das tarefas, era fácil demitir, pois, não sendo necessários maiores conhecimentos para executar as tarefas, era fácil realizar a substituição dos operários: “passou-se a oferecer apenas um salário à classe trabalhadora como motivação para desenvolver seu trabalho; foi-lhe negada a responsabilidade de intervir em questões tão importantes e humanas como o que deve ser produzido, por quê, como, quando, etc” (SANTOME, 1998, p. 13).

No que se refere ao contexto de países periféricos, como o Brasil, a implantação do Fordismo realizou-se em termos precários, já que o desenvolvimento industrial verificou-se em contexto de exclusão, de forte concentração de renda, sem um mercado de consumo de massa e sem o chamado *compromisso fordista*, que implicava negociação com os sindicatos e no qual, em troca da evolução dos níveis de produtividade, assegurava-se elevação do nível de vida dos trabalhadores. Nesses países periféricos, o Fordismo recebe denominações como *Fordismo periférico*, *Fordismo incompleto*, *Fordismo autoritário*, pelos baixos níveis de qualificação e de escolaridade dos trabalhadores, altos índices de rotatividade, baixos salários.

### 3.2 FORDISMO

- utilização de estratégia mais abrangente de organização de produção (extensa mecanização);

- ferramentas especializadas, linha de montagem e de esteira rolante;
- divisão do trabalho;
- difunde-se em grandes empresas produtoras de bens de consumo duráveis (tecnicamente mais complexos);
  - produção de produtos padronizados, para consumo de massa com utilização de economia de escala.

### 3.3 TAYLORISMO

- Separação das funções de concepção e planejamento na execução do trabalho;
- expropriação máxima do saber operário; esse é reordenado para atender às necessidades de acumulação de capital através das tarefas, controle de tempos e movimentos;
  - o trabalho *pensado* e as iniciativas estão centrados nos dirigentes e administradores;
  - remuneração por desempenho;
  - divisão do trabalho e execução dos mesmos pelos operários;
  - disciplina fabril, eliminação da autonomia dos produtores diretos e do tempo ocioso (aumento da produtividade do trabalho);
  - racionalização científica do trabalho (execução do trabalho com controle do tempo e movimentos simplificados e cronometrados);

- aplicados em firmas médias e pequenas;
- estímulo ao desempenho da premiação por produção;
- estrutura administrativa hierarquizada (engenheiros, cronometristas, etc);
- produção de massa de produtos standardizados e escoados em mercados em expansão;
- trabalho monótono, fragmentado e repetitivo;
- operário-massa (alienado, sem autonomia e criatividade, embrutecido).

Junto com o Taylorismo, o Fordismo predominou na grande indústria capitalista ao longo desse século<sup>5</sup>. De acordo com o Taylorismo, o controle do tempo dos e movimentos eram empregados na produção em série fordista. Antunes atribui a Sabel e Piore um pioneirismo na apresentação da tese da *especialização flexível* que, a partir da experiência da *Terceira Itália* e de outras regiões (Suécia, Alemanha, EUA), trouxeram experiências de acumulação flexível através de uma nova forma produtiva que mescla desenvolvimento tecnológico e desconcentração produtiva, baseada em empresas médias e pequenas, *artesanais*. A produção volta-se para um mercado mais localizado e regional. Como agora, os mercados são mais heterogêneos e fragmentados. É adotada, então, essa política de desconcentração e descentralização da produção com o objetivo de atender às necessidades dos consumidores em um nível mais local.

Para o autor, a expansão e a generalização dessa simbiose faz surgir um novo paradigma produtivo através de novas formas de gestão e organização do trabalho que, diante da globalização das economias, entra em crise e é substituído,

---

<sup>5</sup> ANTUNES, 2002, p. 25.

por que vai substituir o modelo fordista até então predominante, que nega a produção em massa e em série.

É a chamada flexibilização da produção que vem, assim, superar o modelo produtivo até então vigente no capitalismo. Com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas, é necessário aumentar a produtividade, reduzir os custos trabalhistas e de capital, assim como melhorar a qualidade e flexibilização de produção.

*A especialização flexível* sofreu críticas em suas teses, como a feita por Clark, citado por Antunes (2002, p. 27):

A crise do fordismo não é nada de novo, é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo outrora abordada pelos autores desde que existem considerações tanto a Itália quanto no Japão, bem como no sul dos EUA e GRÃ-BRETANHA da tendência á descentralização da produção atingiu um conjunto de grandes empresas, com elevação da produtividade das pequenas empresas às grandes empresas, pelo avanço tecnológico.

Especificamente em relação ao exemplo da descentralização produtiva e ao avanço tecnológico italiano, Murray, citado por Antunes (2002), coloca claramente a idéia de que essa articulação, entre ambos, tem um claro sentido de combater a autonomia e coesão de setores do operariado italiano, a ponto de chegar mesmo a sugerir uma necessária reconsideração do papel do trabalhador.

Afirma, ainda, que, nessa descentralização produtiva, a fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, pode possibilitar ao capital tanto uma maior exploração quanto um maior controle sobre a força de trabalho. Coloca a dificuldade que os sindicatos italianos têm encontrado nesse universo do trabalhador

coletivo de massa em assimilar e incorporar essa classe trabalhadora, mais segmentada e fracionada. Para Harvey, esse novo paradigma de produção, quando se refere à acumulação flexível,

É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços, financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1992, p. 140).

Antunes afirma ainda que, devido à competição desse neofordismo, bem como à luta pelo controle da força de trabalho, levou ao surgimento de "formas industriais totalmente novas ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição dos riscos" (2002, p. 29).

Harvey não fala em *novos processos produtivos*, sem que esses tenham desvinculação das bases fordistas, mas reconhece a existência de uma combinação de processos produtivos, onde, segundo o autor, haveria uma articulação do fordismo com processos flexíveis, *artesanais*, tradicionais. Ainda nas palavras de Harvey, citado por Antunes, "o núcleo essencial do fordismo manteve-se forte até pelo menos 1973, baseado numa produção em massa e, com a recessão instalada a partir daí, ocorre um processo de transição do processo de acumulação capitalista" (2002, p. 28).

Tal mudança, acarretaria na desestabilização dos padrões de vida da população trabalhadora dos países capitalistas, assim como no lucro das empresas que detinham o monopólio da produção.

#### **4. SINDICATO – O PAPEL DOS SINDICATOS FRENTE ÀS NOVAS FORMAS DE GESTÃO DO TRABALHO**

Os sindicatos são instituições de ação coletiva que, através da ação associativa da representação profissional, podem assumir diferentes identidades, seja de caráter de resistência à contestação das relações do poder do capital e dos empresários sobre os trabalhadores, como também de tomada frente às reivindicações econômicas desses, bem como fazendo oposição a tudo que for contrário aos interesses e direitos dos trabalhadores, assumindo autonomia e liberdade na sua organização sindical ou podem estar subordinados ao capital, ou mesmo ao próprio Estado. Ao longo da história do capitalismo industrial, nascido na Europa, o sindicato foi se consolidando em meio à luta, à violência e à repressão. “As primeiras organizações foram marcadas pelos princípios da democracia, da liberdade, da justiça social e, sobretudo, da igualdade” (CATTANI, 1997, p. 226).

Uma vez reconhecidos legalmente e consolidados no final do século XIX, os sindicatos passam a atuar como representações institucionais em defesa e luta da classe trabalhadora. De acordo com Cattani (1997), na virada do século XX o sindicato sofre rupturas, passando a ser um sindicato revolucionário e aponta para: a Primeira Guerra Mundial; a repressão estatal; o abandono do ideal de solidariedade internacional; o avanço das práticas reformistas à redução dos dirigentes progressistas e à influência dos movimentos anarquistas; a transformação do padrão tecnológico e organizativo nas indústrias no pós-guerra; e ascensão dos regimes autoritários e ditatoriais no período anterior à Segunda Guerra Mundial, como fatores prejudiciais à idéia de transformação social radical e contestatório dos mesmos, passando desse para a situação de negociação, como forma de melhorarem as condições de vida dos trabalhadores.

O sindicato passa a assumir um caráter mais representativo do que de oposição e mobilização de contestação do poder empresarial em relação à organização do trabalho. Como outros exemplos de organização sindical, o autor cita o sindicalismo de reivindicação e de participação com influência reformista, o qual predominou na Alemanha e, ainda, o sindicalismo de negócios, que, priorizando os interesses imediatos de seus associados, abre mão da contestação, legitimando a condução empresarial do sistema econômico, sustentando-se no ganho da produtividade. Foi praticado nos Estados Unidos a partir dos anos 20.

Para Cattani (1997), o sindicalismo contemporâneo enfrenta dificuldades que não são distintas das citadas. Afirma que, neste final de século, a reestruturação capitalista alterou, profundamente, as bases que davam sustentação ao movimento

sindical e que a globalização, a especialização flexível, a precarização dos contratos de trabalho e a realocização industrial tendem a fragmentar os coletivos de trabalho e a ampliar a concorrência entre os trabalhadores ativos e os desempregados, entre os estáveis e os trabalhadores com contratos precários e com tempo parcial. Afirma serem de alcance limitada as iniciativas sindicais articuladas, basicamente, em torno da *cláusula social* (proibição do trabalho infantil, do trabalho forçado e da superexploração do trabalho no Terceiro Mundo).

Essa crise causada pelas transformações econômicas, políticas e sociais, para Antunes, afetou, além da subjetividade de classe, os sindicatos enquanto consciência e representação de classes. Os sindicatos, para o referido autor, “foram forçados a assumir uma ação cada vez mais ‘defensiva’, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital” (ANTUNES, 2002, p. 150).

Os direitos do trabalho, desta forma, foram afetados, bem como as conquistas adquiridas ao longo da história foram eliminadas diante dos modos de produção. Ocorre uma nova fase em que os direitos são desregulamentados, flexibilizados, e o capital precisa adequar-se a ela.

Com relação à crise que também afetou os sindicatos, Cattani (1997) aponta a precarização do emprego, a exclusão social, as diferenciações dos trabalhadores e o individualismo como principais dificuldades que barram a ação associativa, a manutenção da associação e o engajamento nas ações militantes. Assim como Antunes (2002), Cattani (1997) coloca os sindicatos como meras instâncias de

representação, distanciados das bases e com funcionalidade burocrática. É defensor da idéia de que as entidades sindicais necessitam aceitar o desafio da renovação para não correrem o risco de perderem legitimidade, bem como não ficarem envolvidas com seus problemas internos e com a defesa de interesses corporativos.

Singer (2001) afirma que o sindicato, em 1991, já está debilitado, mas que o processo de precarização só se explica pela derrota decisiva do movimento operário, do qual os sindicatos e partidos são a espinha dorsal. Na opinião do autor, mesmo quando o partido historicamente ligado aos trabalhadores vai ao governo, ele se aparta do movimento sindical e permite a precarização do trabalho e coloca como exemplo o que ocorreu nos anos 80 e 90, com Mitterrand, na França, e com Gonzalez, na Espanha.

Com o desemprego e as mudanças econômicas, sociais e políticas diante dos novos paradigmas, há quem fale no fim ou, até mesmo, na morte dos sindicatos, devido à sua impotência de ação diante das resoluções sociais, mas parece que não há quem substitua o sindicato enquanto instituição de defesa dos direitos do trabalhador. Parece-nos que a afirmação *“ruim com ele, pior sem ele”* se faz presente diante da falta de um mecanismo que possa vir a substituir o papel e a importância do sindicato.

Com relação à importância que o sindicato ainda apresenta, apesar da reestruturação econômica, Cattani (1997, p. 230) afirma que:

Os sindicatos continuam sendo uma instância indispensável para o aperfeiçoamento das relações de produção, para a defesa dos interesses dos desfavorecidos na esfera da produção e para a reconstrução do espírito de solidariedade e de igualdade que anima as iniciativas mais progressistas do ser humano.

O mesmo autor acredita, ainda, que contra a fragilização e a dispersão das forças neoliberais, a revolta e a resistência devem ser reorganizadas através da organização dos trabalhadores.

Já Antunes, quando fala do mundo do trabalho e dos impasses e desafios do novo sindicalismo brasileiro, coloca que a crise existente nos dias de hoje não foi totalmente assimilada e que vem atingindo “a materialidade e a subjetividade do ser que vive do trabalho” (2002, p. 49), afetando a forma de ser do proletariado fabril, tradicional, e transformando-o. A automação, a robótica e a microeletrônica, ao possibilitarem uma revolução tecnológica, possibilitam novas formas do processo produtivo do capital, como o Toyotismo, o *modelo sueco*, etc., não sendo mais únicos o Fordismo e o Taylorismo. Como consequência dessas transformações que atingem diretamente a classe trabalhadora, o autor cita “a flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e ‘envolvimento’ da força de trabalho (CCQ<sup>6</sup> do Japão)” (ANTUNES, 2002, p. 150).

Esse novo paradigma, com suas estratégias de fragmentação e flexibilização dos espaços produtivos e dos coletivos do trabalho, com o desenvolvimento da subcontratação, do teletrabalho, etc, busca reverter as normas e as práticas conquistadas pelas lutas sindicais.

---

<sup>6</sup> CCQ: É uma técnica de organização do processo de trabalho desenvolvida no Japão, nos anos 60, onde são criados, no interior da empresa, grupos de 6 a 10 trabalhadores com o objetivo de elaborarem projetos para a melhoria da produção, do ambiente de trabalho, da maquinaria, etc.

A lógica do capitalismo é impedir a liberdade de movimentos para poder, por exemplo, interferir, de acordo com seus interesses, nos contratos trabalhistas. Daí advém o desejo de eliminar os sindicatos, uma vez que eles representam uma barreira para que o poder de acumulação das forças produtivas do capitalismo possa se expandir, explica o autor.

Alguns autores afirmam que, devido ao fato de os sindicatos apresentarem e serem acusados de corporativismo, burocratização, reformismo, etc., deixam de cumprir com o processo de mudança radical por falta de engajamento social. O sindicato revolucionário do início do século, este, sim, estaria comprometido com as transformações radicais da sociedade.

O sindicato, além de cumprir com a tarefa de resistência ao poder, deve buscar a realização coletiva da dignidade humana, norteadas pelos princípios da igualdade e da solidariedade, para que todos que fazem parte dele lutem sempre pela ação coletiva, democrática e fraterna. Reafirmando o que Antunes diz, “os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva” (2002, p. 43), totalmente contrários aos movimentos sociais dos anos 60 e 70, quando havia um controle social da produção num sindicalismo de participação e de negociação.

Hoje, na opinião do autor, os sindicatos estão distanciados da ação e operam um intenso caminho de institucionalização, distantes dos movimentos autônomos de classe. O sindicalismo classista e os movimentos anticapitalistas que visavam ao controle social da produção, hoje estão subordinados aos valores impostos pela

sociabilidade do mercado e do capital. A luta anticapitalista não é uma tendência nos sindicatos; ocorre uma grande crise, com perda de referências para o operariado.

Embora, nos dias de hoje, o sindicato pareça estar perdendo essa identidade, ele tem o papel fundamental de defender as classes minoritárias, e aumenta, ainda mais, a sua responsabilidade diante de todas as transformações econômicas e sociais; o papel de resgatar a cidadania e diminuir as diferenças da classe trabalhadora, resistir e contrapor e buscar alternativas inovadoras e dinâmicas, adequadas ao novo modelo econômico.

Para Antunes, “o sindicalismo está cada vez mais atuando sob o prisma institucional, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos” (2002, p. 151), afirmando que o mesmo vive uma crise de identidade. O referido autor acusa os sindicatos de terem abandonado seus traços anticapitalistas e, ao deixarem de lutar pela regulamentação da jornada de trabalho e dos demais direitos sociais conquistados historicamente, colocaram o direito ao trabalho ou ao emprego em risco.

A crise do sindicalismo intensificou-se a partir de 1980 e, nas últimas décadas, diminuiu nos países avançados como EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, etc., estendendo-se para os países subdesenvolvidos. O poder dos sindicatos diminuiu.

Antunes, ao abordar o quadro crítico do sindicalismo brasileiro, aponta aspectos positivos vividos na década de 1980, tais como: a expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; o avanço do sindicalismo rural; o surgimento de centrais sindicais, como a CUT; a liberdade e autonomia dos sindicatos em relação ao Estado; bem como o aumento do número de sindicatos. Mas, no entanto, afirma que a automação, a robótica e a microeletrônica inseriram nosso sindicalismo numa onda recessiva, sobretudo no governo Collor.

Atualmente, existe uma ofensiva que visa diminuir a intervenção reguladora do Estado, as conquistas sociais e liquidar o poder dos sindicatos. Para Pochmann (2000), tanto o desempregado como as novas ocupações atípicas tendem a ficar à margem do sindicato, bem como do sistema público de proteção social e de garantia de renda. O sindicato e demais organizações de trabalhadores são vistos como elementos de atraso, uma vez que barram, através de sua ação, o livre jogo das forças de mercado da lógica do capitalismo.

O fortalecimento de medidas *antilabor*, identificadas por intermédio das modificações introduzidas no marco regulatório do mercado de trabalho, aumenta as dificuldades dos sindicatos em aglutinar o conjunto dos interesses dos trabalhadores empregados, subempregados e desempregados. Cresce a diversificação e a dispersão dos interesses de classe dos trabalhadores.

Por outro lado, as alterações no mercado de trabalho também contribuem ainda mais tanto para fragilizar a organização tradicional dos trabalhadores quanto para favorecer a difusão de mudanças nas legislações social e trabalhista. Ao minar a base de garantia dos direitos do trabalho e de proteção social, coloca-se em risco a solidariedade das classes trabalhadoras. Com a escassez de empregos e a ampliação da concorrência nos mercados, trabalhadores de outras empresas podem ser vistos como concorrentes e a empresa como uma corporação capaz de atendimento pleno dos seus anseios. O avanço da *desordem* econômica e das políticas neoliberais ocorre simultaneamente à diferenciação e desaglutinação dos interesses dos trabalhadores. Por isso tudo, talvez um dos maiores desafios dos sindicatos hoje seja o de representar, de fato, os interesses do conjunto dos trabalhadores, galvanizando esforços na construção de um novo projeto político nacional, junto com outros segmentos sociais.

Neste momento de crescentes dificuldades não podemos excluir, necessariamente, a alternativa de desbravar novos caminhos por aqueles que acreditam ser possível a construção de uma sociedade democrática, justa e com pleno emprego. Para isso, urge ousar, sempre mais (POCHMANN, 2000, p. 180-181).

Para Antunes (2002), as transformações vêm afetando não só o movimento sindical, mas também o social e político dos trabalhadores, principalmente em países periféricos. Para ele, há um grande desafio para a luta pela emancipação da classe trabalhadora tanto dos mais qualificados que se beneficiam com o avanço tecnológico e que vivenciaram uma maior intelectualização do seu trabalho, pela sua existência complexificada, até aqueles que fazem parte do trabalho precário, parcial, *terceirizado*, participantes da *economia informal*, da subclasse dos trabalhadores.

Antunes (2002, p. 98) defende a tese de que as duas classes (qualificados e proletários) poderiam realizar lutas anticapitalistas, mas, em contrapartida, acredita que

O enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários, etc., que denominamos *subproletariado*, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento (ou mesmo exclusão) do processo de criação de valores teria, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como um sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, *uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder* no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia. As recentes greves e as explosões sociais, presenciadas pelos países capitalistas avançados, mesclam elementos desses dois pólos da "sociedade dual". Por isso entendemos que a superação do capital somente poderá resultar de uma empreitada que *aglutine e articule o conjunto* dos segmentos que compreendem a *classe-que-vive-do-trabalho*.

**II PARTE:**  
**DESREGULAMENTAÇÃO E AS NOVAS TRANSFORMAÇÕES**  
**NO MUNDO DO TRABALHO**

## **5. GLOBALIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL**

Com o predomínio das políticas neoliberais e com o avanço tecnológico, o mundo socioeconômico deixou sua homogeneidade para tornar-se mais heterogêneo, o que refletiu nas relações de trabalho, levando à desregulação dessas e, por conseqüência, o desemprego, a insuficiência de renda e a exclusão em todos os países periféricos e nas economias capitalistas.

A chamada mundialização da economia, através de políticas neoliberais, atua contra a produção e o trabalho. O mercado de trabalho torna-se precarizado. Pochmann (2000, p. 179), sobre isto, diz:

A instabilidade dos contratos de trabalho, sobretudo com a presença de maior rotatividade nos empregos secundários (terceirização e subcontratação), é apresentada como um dos pressupostos de modernidade dos novos processos de gestão da mão-de-obra.

Diz ainda o mesmo autor que as novas ocupações (muitas de natureza atípicas, por tempo parcial e por trabalho em casa) têm resultado na intensificação do uso da mão-de-obra e na precarização do mercado de trabalho. O aumento da participação dos postos de trabalho informais no total da ocupação nos países capitalistas revela, em certa medida, o retorno às antigas formas de uso da força de trabalho.

Cattani (1996) abordou esse problema quando escreveu sobre as estratégias de que se vale o capitalismo contra os interesses coletivos, colocando a desconcentração através da subcontratação da produção como uma das medidas contra o movimento sindical e pelos seus aliados nas esferas políticas e estatais.

Desconcentração – subcontratação da produção. O progresso técnico, a intensificação da concorrência e a demanda cada vez mais volátil criaram condições para que o pesado parque produtivo do período fordista se fragmentasse num grande número de unidades de menor escala. Um produto que antes era elaborado integralmente numa usina, hoje pode ser fabricado em dezenas de empresas, montado, embalado e distribuído por dezenas de outras, sem que haja vínculos orgânicos, e, no que nos interessa, sem que os inúmeros trabalhadores envolvidos estejam em contato uns com os outros. A subcontratação de peças e tarefas ressuscitou o trabalho a domicílio, estratégia capitalista usada no século XVIII. Transformado em seu próprio feitor, o trabalhador não tem condições de encaminhar suas reivindicações através da antiga entidade sindical (CATTANI, 1996, p. 120).

Singer (2001), ao abordar os impactos da globalização sobre o nosso país, coloca como causa do desemprego e do subemprego, bem como o agravamento da exclusão social todo um conjunto de mudanças estruturais como: o acentuado crescimento do desemprego desde 1990.

Nesta década, abrimos o mercado interno às importações, a deterioração das relações de trabalho que se agravou pela abertura do mercado juntamente com a desregulamentação do comércio externo e o sistema financeiro, no qual foi extinto o controle de preços e criada uma âncora cambial para estabilizar os mesmos, tornando o Brasil dependente de maciças entradas de capital externo.

Cattani (1996), ao se referir a este assunto, aborda referências gerais sobre o agravamento dos problemas, da deterioração social e, até mesmo, aponta o reforço das tendências suicidas, devido ao avanço tecnológico nos países avançados. Ao se referir aos efeitos da dominação, à concentração de renda e à desigualdade social marcada por essas transformações socioeconômicas que vivemos, Cattani (1996) afirma que, no Terceiro Mundo, a situação já é bem conhecida, mas o que, de certa forma, é novidade e pouco conhecido é o que vem acontecendo no Primeiro Mundo, e cita como exemplo o ressurgimento da pobreza, a explosão da violência urbana, o aumento das gangues juvenis, das máfias especializadas, das milícias que atentam contra a vida em sociedade, o retorno do misticismo e dos fundamentalismos políticos e religiosos.

Afirma, ainda, que a aplicação intensiva da tecnologia e de outras formas eficientes de produção reduz a necessidade de mão-de-obra, e novas relações se fazem presentes, aguçando a concorrência e a rivalidade entre trabalhadores contratados e subcontratados.

A ameaça onipresente da demissão ou da ruptura dos contratos de subcontratação facilita a intensificação do trabalho e a precarização das condições de sobrevivência. Face à possibilidade de exclusão definitiva da esfera econômica, os trabalhadores são obrigados a aceitar a flexibilização do tempo de trabalho (trabalho parcial, horários mutantes, mudanças constantes de ritmos e de cadências, etc.) e a desqualificação profissional (CATTANI, 1996, p. 122).

Singer (2001, p. 18) coloca como consequência do desemprego tecnológico as Revoluções Industriais, muito embora tenham sido importantes para a elevação da produtividade. Especificamente em relação à Terceira Revolução Industrial afirma:

É que ela afeta profundamente os processos de trabalho e, com certeza, expulsa do emprego, milhões de pessoas que cumprem tarefas rotineiras, que exigem um repertório limitado de conhecimentos e, sobretudo, nenhuma necessidade de improvisar em face de situações imprevistas.

Para exemplificar o que vem ocorrendo nos países desenvolvidos pela globalização através do chamado desemprego tecnológico, descreve:

Se a globalização não reduz, pelo menos de forma sistemática e contínua, a ocupação nos países exportadores de capital e importadores de produtos industriais, não há dúvida de que ela ocasiona “desemprego estrutural”. Ela faz com que milhões de trabalhadores, que produziam o que depois passou a ser importado, percam seus empregos e que possivelmente milhões de novos postos de trabalho sejam criados, tanto em atividades de exportação como em outras. O “desemprego estrutural” ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho. Estes vão sendo tipicamente ocupados por mão-de-obra feminina, muitas vezes empregada em tempo parcial, ao passo que os ex-operários moram em zonas economicamente deprimidas, são muitas vezes arrimos de família, dispõem de seguro-desemprego proporcional aos salários que ganhavam antes, geralmente mais elevados do que os proporcionados pelas novas ocupações (SINGER, 2001, p. 23).

Tanto o desemprego estrutural como o tecnológico causado pela globalização, na opinião de Singer (2001), contribuem para aumentar o desemprego, mas também para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir.

Tanto a Terceira Revolução Industrial como a globalização atingiram, na opinião de Singer (2001), no Primeiro e no Terceiro Mundo, uma boa remuneração para os trabalhadores mais bem organizados. O mesmo autor cita, também, a segurança no trabalho, afirmando que os trabalhadores industriais conseguiram o direito de se sindicalizar, de barganhar coletivamente com os empregadores, de fazer greve sem correr o risco de demissão, de ter representação permanente junto à direção da empresa. Na medida em que foram exatamente mais atingidos pelo desemprego tecnológico e pelo desemprego estrutural, a correlação de forças entre compradores e vendedores tornou-se muito mais favorável aos primeiros.

Cattani (1997) cita como causa do desemprego a tecnologia, uma vez que ela racionaliza os processos produtivos e o aumento da produtividade do trabalho, sem que haja, necessariamente, contrapartida em termos de incremento na demanda do trabalho. É o chamado desemprego tecnológico. “Esse processo de racionalização produtiva poupador de mão-de-obra, uma vez que se produzirá mais com um menor número de trabalhadores empregados, sendo suposta constante a extensão da jornada de trabalho” (CATTANI, 1997, p. 52).

De acordo com o referido autor,

Empregos que envolvem atividades rotineiras, repetitivas e com baixos requisitos de escolaridade são mais afetados negativamente pelo processo de introdução de inovações de base microeletrônica, o qual exige, dos trabalhadores, maior capacidade de abstrações, de comunicação e de conhecimentos básicos, tornando seus postos de trabalho menos estreitos e sua especialização menos rígida (CATTANI, 1997, p. 54).

Ainda na opinião de Singer (2001, p. 29), “a precarização do trabalho inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições”.

Continua o autor:

Como não poderia deixar de ser, a contra-revolução do capital teve como consequência, em todos os países, o aumento da exclusão social. Trata-se, na realidade, de um processo cumulativo: a precarização do trabalho tornou sem efeito para uma parcela crescente da força de trabalho a legislação do trabalho, inclusive a que limita a jornada a 8 horas, determinando ainda descanso semanal e férias. Essas conquistas históricas do movimento operário foram decisivas para limitar a extensão do desemprego em face do crescimento acelerado da produtividade do trabalho durante os anos dourados (1945-73). Agora todos os ocupados por conta própria, reais ou formais, perderam estes direitos. Seus ganhos em geral se pautam não pelo tempo de trabalho dado mas pelo montante de serviços prestados. Nesta situação, os trabalhadores por conta própria tendem a trabalhar cada vez mais, na ânsia de ganhar o suficiente para sustentar o padrão usual de vida (SINGER, 2001, p. 29-30).

Antunes escreve as seguintes afirmações em seu livro quando se refere às mudanças processuais do universo do mundo do trabalho, no capitalismo contemporâneo. Veja-se:

De um lado verificou-se uma *desproletarização do trabalho industrial, fabril*, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menos repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a *sociedade dual* no capitalismo avançado, da qual os *gastarbeiters* na Alemanha e o *lavoro nero* na Itália são exemplos do enorme contingente de trabalho migrante que se dirige para o chamado Primeiro Mundo, em busca do que ainda permanece do *welfare state*, invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores, que era do centro para a periferia.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviço. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora (ANTUNES, 2002, p. 49-50).

As tendências, de acordo com o autor, evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial e manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural. Para Antunes (2002), está ocorrendo um enorme incremento do subproletariado fabril e de serviços, denominado mundialmente de trabalho precarizado (terceirizados, subcontratados, *part-time*, etc.).

Paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa, dada pela *subproletarização* do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, vinculados à “economia informal”, entre tantas modalidades existentes. Como diz Alain Bihr [...], essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial (ANTUNES, 2002, p. 52).

Para reforçar a idéia do exposto acima, diz o autor: “A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos” (ANTUNES, 2002, p. 52). O autor mostra ainda, em percentuais, os exemplos franceses, ingleses, alemães e norte-americanos, que vêm utilizando mão-de-obra em tempo parcial ou em trabalho temporário e desenvolvendo trabalho precário.

São inúmeras as citações de diversos autores ao afirmarem que a tendência de desenvolvimento das sociedades ocidentais altamente industrializadas vem apresentando um crescimento absoluto e relativo do setor terciário ou de serviços, apesar de esse ser dependente da indústria.

Para Antunes (2002), o operariado não vem reduzindo apenas em termos quantitativos, mas também em qualidade na sua forma de ser do trabalho, falando até em desqualificação do trabalho, mas afirma que as máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Coloca que a situação é ao contrário, a utilização das máquinas se valem do trabalho intelectual do operário.

Ocorre um processo interativo, na opinião do autor, entre trabalho e ciência produtiva que não pode levar à extinção do trabalho vivo. Com a conversão do trabalho vivo em trabalho morto, como por exemplo o desenvolvimento dos *softwares*, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, ocorre um processo de objetivação das atividades cerebrais junto a maquinaria informatizada que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, através dos computadores, acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto.

Ao analisar essa interpretação de Marx, Antunes (2002, p. 56-57) observa:

O trabalhador já não introduz o objeto natural modificado, como um anel intermediário entre a coisa e ele, mas insere o processo natural que transforma em industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, a qual domina. Apresenta-se ao lado do processo de produção, em lugar de ser seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, senão a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. O *roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual*, aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém-desenvolvido, criado pela grande indústria. Logo que o trabalho, em sua forma imediata, tiver deixado de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser sua medida e, portanto, o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso. O *sobre trabalho da massa* deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o *não-trabalho de uns poucos* deixa de ser a condição para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isso se desmorona a produção fundada no valor de troca.

O autor afirma ainda que o próprio Marx colocava que essa abstração era inviável e impossível para a sociedade capitalista pela sua contradição, como mostra o texto abaixo:

O capital mesmo é a contradição em processo, (pelo fato de) que tende a reduzir a um mínimo de tempo de trabalho, enquanto que, por outro lado, converte o tempo de trabalho em única medida e fonte de riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – *question de vie et de mort* – do (trabalho) necessário. Por outro lado desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho empregado por ela. Por outro lado, mensura com o tempo de trabalho estas gigantescas forças sociais criadas desse modo e as reduz aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras, aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem frente ao capital unicamente como meios para produzir, fundando-se em sua mesquinha base. De fato, todavia, constituem as condições materiais para fazer saltar esta base pelos ares (ANTUNES, 2002, p. 57-58).

Para Marx, na visão de Antunes (2002), é impossível eliminar o trabalho como fonte criadora de valor e supõe a ruptura em relação à lógica do capital. A contradição apontada por Marx e abordada por Antunes é de que se, por um lado, há uma tendência à qualificação do trabalho, por outro, desqualifica os trabalhadores. Exemplificando essa situação, o autor faz as seguintes reflexões:

Com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* ou do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o operário industrial, mas uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no *agente real* do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, dos produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (*manager*), engenheiro (*engineer*), técnico etc., outro como capataz (*overlooker*), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante –, temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de *trabalho produtivo*, e seus agentes no conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral a seu processo de valorização e produção. Se se considera o *trabalhador coletivo*, de que a oficina consiste, sua *atividade combinada* se realiza materialmente (*materialiter*) e de maneira direta num *produto total* que, ao mesmo tempo, é um *volume total de mercadorias*; é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalho coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto (MARX, apud ANTUNES, 2002, p. 58).

Hoje, o que se vê são vários ramos e setores qualificados e outros desqualificados, em que, por exemplo, o trabalhador manual não dá mais conta do novo trabalho operário nas indústrias: “o que se constata, por exemplo, na figura do operador vigilante, do técnico de manutenção, do programador, do engenheiro, etc.” (ANTUNES, 2002, p. 59-60).

Paralelamente a esta tendência se acrescenta outra, dada pela *desqualificação* de inúmeros setores operários, atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram, de um lado, à *desespecialização* do operário industrial oriundo do fordismo e, por outro, à massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da “economia informal”, enfim, a este enorme contingente que chega até a faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, quando nele se incluem também os desempregados, que alguns chamam de *proletariado pós-industrial* e que preferimos denominar de *subproletariado* moderno.

No que se refere à *desespecialização* dos operários profissionais, em decorrência da criação dos “trabalhadores multifuncionais”, introduzidos pelo toyotismo, é relevante lembrar que esse processo também significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho. Os trabalhadores qualificados enfrentaram esse movimento de *desespecialização* como um ataque à profissão e qualificação, bem como ao poder de negociação que a qualificação lhes conferia, realizando inclusive greves contra esta tendência (ANTUNES, 2002, p. 60).

Para o autor, o que ocorre hoje é uma maior *intelectualização* ou qualificação do trabalho, e como exemplo cita a fábrica automatizada japonesa *Fujitsu Fanuc*, onde robôs fabricam robôs, onde os trabalhadores não fabricam robôs, mas os supervisionam, assim como controlam o processo produtivo em máquinas computadorizadas.

Para concluir seu pensamento, Antunes (2002, p. 62) faz as seguintes reflexões:

Há, isto sim, como procuramos indicar, uma processualidade contraditória e multiforme. Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a *classe-que-vive-do-trabalho*. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de *intelectualização do trabalho manual*. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma *desqualificação* e mesmo *subproletarização* intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado, etc. Se é possível dizer que a primeira tendência – a *intelectualização do trabalho manual* – é, em tese, mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a Segunda – a *desqualificação* – mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista, em sua *lógica destrutiva* e com sua *taxa de uso decrescente* de bens e serviços [...] Vimos também que houve uma significativa incorporação do trabalho feminino no mundo produtivo, além da expressiva expansão e ampliação da classe trabalhadora, através do assalariamento do setor de serviços. Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Nesse caso, toda mercadoria gerada dentro do mundo do capital resulta de uma atividade manual ou intelectual, ou seja, é elaborada por um trabalho humano numa interação com os meios de produção. A “diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” ou o “aumento crescente do capital constante em relação ao variável” reduz relativamente, mas não elimina o papel do trabalho coletivo na produção de valor de troca (MARX, apud ANTUNES, 2002, p. 83).

Harvey, citado por Antunes (2002), afirma que, no centro do processo produtivo, encontra-se o grupo de trabalhadores em processo de retração em escala mundial, permanecendo em tempo integral dentro das fábricas, com maior segurança no trabalho e mais inserido na empresa.

Os custos potenciais de dispensa temporária de empregados do grupo central em época de dificuldade podem, no entanto, levar a empresa a subcontratar, mesmo para funções de alto nível (que vão dos projetos à propaganda e à administração financeira), mantendo o grupo central de gerentes relativamente pequeno (HARVEY, apud ANTUNES, 2002, p. 61).

Continuando na análise sobre a segmentação da classe trabalhadora, Harvey, citado por Antunes (2002, p. 61-62), afirma ainda:

A *periferia* da força de trabalho compreende dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoa das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Esse subgrupo tende a se caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo situado na *periferia* “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico”. Este segmento tem crescido significativamente nos últimos anos.

Antunes (2002), ao defender algumas teses, afirma, por exemplo, que, levando em conta essa tendência de uma maior intelectualização do trabalho fabril (trabalho qualificado) ou, à sua desqualificação (subproletarização), e que, embora alguns autores sejam defensores da perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, para ele não ocorre a perda de uma sociedade produtora de mercadorias nesta centralidade. A idéia do autor reafirma o que Marx pregava em relação à não-eliminação do papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca, muito embora o fator subjetivo do progresso de trabalho venha diminuindo.

O autor afirma que na sociedade contemporânea o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era de acumulação flexível apresentam um caráter destrutivo, dando como exemplo o crescente desemprego, a precarização do trabalho e os problemas ambientais causados pela lógica do capital voltada para a produção de mercadorias no mundo globalizado. Afirma, também, que a crise que atinge a sociedade contemporânea engloba, também, os países capitalistas Centrais ou do Norte, entre eles o Japão. “A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca de produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade de excluídos e dos precarizados” (ANTUNES, 2002, p. 166).

As forças produtivas, a natureza e a força humana de trabalho vêm, portanto, sendo destruídas em nível mundial, visto se encontrarem numa situação de precarização ou exclusão. Os trabalhadores, além de se tornarem precarizados sem qualificação, participam das mais variadas formas de emprego temporário, parcial ou do desemprego estrutural.

Por fim, o autor afirma que essas mutações criaram uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, etc. Para ele o capital pode diminuir o trabalho vivo, intensificar sua utilização, precarizá-lo, desempregar, etc., mas não poderá extingui-lo ou eliminá-lo, porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano.

A América Latina se “integra” à chamada mundialização destruindo-se socialmente. Na Ásia, a enorme expansão se dá à custa de uma brutal superexploração do trabalho, de que as recentes greves dos trabalhadores da Coreia do Sul, em 1997/8, são firme denúncia. Superexploração que atinge profundamente mulheres e crianças.

O que dizer de uma forma de sociabilidade que, segundo dados recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), desemprega ou precariza cerca de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, *algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha?* Como uma seringa depois de usada, são todos descartáveis. Assim é, dizem, a lógica “inexorável” da modernidade (ANTUNES, 2002, p. 176-177).

Diz, ainda, o autor:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (ANTUNES, 2002, p. 176).

Para Cattani (1996), esses processos têm um custo social extremamente elevado, e cita como exemplo a angústia e tensão fragilizando os excluídos, assim como a degradação definitiva para os *descartados* do sistema, colocando-os numa condição de vítimas desse sistema. A apatia e o conformismo acabam por fragilizá-los ainda mais.

Para exemplificar essa situação de penúria e exclusão, especialmente das crianças, Cattani abordou esse problema ao citar Manière de Voir. Veja-se:

Pela primeira vez na sua história, os homens dispõem de meios para fazer desaparecer a fome e a ignorância. Mas eles não o fazem. As duas aumentam, distanciando cada vez mais uma minoria consumista do grande número, despossuído de tudo. Primeiras vítimas inocentes deste crime coletivo, os milhões de crianças – nosso futuro –, para quem o mundo não terá deixado a mínima chance de viver, crescer, compreender, agir, a não ser na mais assustadora miséria. Nenhum fatalismo nesta injustiça, mas uma implacável lógica de dependências econômicas e de desigualdades sociais que não conhecem fronteiras. Ilustração caricatural, longínqua e localizada de crimes de alguns tiranos saqueadores? Em hipótese alguma. No coração dos países ricos prosperam os predadores, enquanto se ampliam as disparidades, jogando na exclusão um quarto mundo privado de dignidade e do exercício dos direitos formalmente reconhecidos para todos (MANIÈRE DE VOIR, apud CATTANI, 1996, p. 82-83).

Antunes, ao analisar a reestruturação produtiva do capital e as mudanças no mundo do trabalho, cita entre tantas tendências com nefastas conseqüências, “a inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como países asiáticos, latino-americanos, etc.” (ANTUNES, 2002, p. 183).

O autor, na mesma linha, cita ainda o aumento considerável do trabalho feminino, chegando a 4% da força de trabalho nos países avançados, sendo preferido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado. Nesse aumento dos níveis de exploração, também jovens, velhos e pessoas acima dos 40 anos ficam excluídos do mercado de trabalho.

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2002, p. 184).

Singer (2001), ao abordar a atual situação social e econômica da RMSP<sup>7</sup>, coloca como problemas que deverão ser enfrentados pelos governantes o dessalariamento e a informalização que se deram a partir de 1989/92 e que vêm reduzindo o crescimento econômico e elevando o desemprego. São as chamadas políticas compensatórias, implementadas por algumas prefeituras e governos estaduais:

Trata-se basicamente de desenvolver programas de combate à miséria extrema, como por exemplo os programas de garantia de renda familiar mínima para famílias com crianças em idade escolar, com a finalidade de oferecer um incentivo material para que estas crianças freqüentem a escola em vez de “ganhar a vida” prematuramente nas ruas (SINGER, 2001, p. 55).

Para Singer, muito embora as políticas compensatórias estejam tendo êxito, estão longe de resolver os problemas econômicos. Entretanto, poderão

diminuir os efeitos cumulativos da perda de postos de trabalho, da perda de qualidade de grande parte dos postos remanescentes, do incremento sistemático da marginalidade, da criminalidade, da violência repressiva pública e privada, além do agravamento do desânimo, do cinismo, da alienação [...] (SINGER, 2001, p. 56).

Portanto, conclui o referido autor:

A maioria dos brasileiros trabalha, compra e vive informalmente porque sua situação econômica não lhe oferece qualquer outra alternativa. A demanda *formal* por trabalho é de longe demasiado pequena para abranger todos aqueles que querem e precisam trabalhar. Exigências legais para o estabelecimento de assentamentos *formais* são de tal natureza que, mesmo em São Paulo, a maior e mais rica cidade do Brasil, 65% dos habitantes vivem em conjuntos *informais*, principalmente porque não têm recursos para pagar o preço de uma residência decente. A maior parte desta gente não tem inclusive meios de enviar as crianças à escola pública após o primeiro grau ou para usar os serviços das clínicas normais de saúde (SINGER, 2001, p. 64-65).

---

<sup>7</sup> Rede Metropolitana de São Paulo

## 6. PRECARIZAÇÃO – TRABALHO INFORMAL

### 6.1 TRABALHO - SIGNIFICADO

A palavra trabalho tem várias conotações: em muitas línguas, podem lembrar desde fadiga ou dor, até transformação de matéria-prima em bens culturais; noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura.

Albornoz afirma que as palavras *labor* e trabalho, em português, apresentam duas significações: “a de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável” (ALBORNOZ, 2000, p. 9). A mesma autora afirma que, em nossa língua, a palavra trabalho se originou do vocábulo latino *tripalium*, que, originalmente ou mais adiante, constituía-se em um instrumento de tortura.

O trabalho visa um fim e pode ser físico ou intelectual. É um esforço e também um resultado. “É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas” (ALBORNOZ, 2000, p. 8).

A partir do século XIX e com as mudanças econômicas, como a modernização da industrialização, o crescimento demográfico e a urbanização, as populações rurais migraram em massa para as cidades atraídas sobre tudo pela indústria.

Em relação ao que se pensa, ou melhor, ao que os povos de todo o planeta pensavam sobre o trabalho, Albornoz (2000) aborda várias maneiras das diferentes culturas e acredita que muitas, carregadas de preconceito, estavam influenciando sobre nós em relação ao trabalho. Aponta, por exemplo, que, para os gregos, o trabalho tinha um elo com a divindade; portanto não constituía ação de transformação.

O trabalho na lavoura, incluindo o físico, tinha o mesmo prestígio que a atividade de um guerreiro para os gregos. Somente no período Helenístico, o trabalho passa a ser realizado por escravos e não mais por proprietários.

Em relação à divisão do trabalho na Antigüidade, a referida autora coloca que a produtividade, como hoje é almejada, não era o objetivo do artesão na cidade-estado; ela existia com vistas à qualidade do produto e devido à diversidade das capacidades e dos dons dos mesmos. Não era mais escravo, mas também não era livre.

Ainda, conforme análise da autora sobre o pensamento antigo:

A essência de um objeto é a perfeita adaptação de todas as suas partes ao uso que se quer, à necessidade que se deseja atender com aquele objeto. Por exemplo, a essência de uma cadeira é a sua adaptação ao uso a ela determinado, ou seja, o de servir de assento, para o descanso de alguém. A essência do produto *cadeira* não depende do artesão nem do seu modo de trabalhar ou dos processos de fabricação, habilidades ou inovações técnicas. É inerente ao produto visado de possibilitar assento e descanso. Este é o produto que importa. E uma vez que se aliena na forma concreta do produto e em seu valor de uso, o trabalho do artesão se manifesta para os gregos como serviço de outrem, e assim, um trabalho escravo. À mercê do usuário, e servidor de um modelo que é uma norma, o artesão representa o papel de mero instrumento destinado a satisfazer as diferentes necessidades do usuário. Aristóteles citava lado a lado, entre instrumentos que produzem um objeto, tanto utensílios como os próprios artesãos (ALBORNOZ, 2000, p. 45-46).

O texto transcrito acima afirma que a causa real da fabricação, ou seja, a finalidade que dá sentido e comanda o conjunto da atividade humana não está na vontade do artesão, mas fora dele, no produto feito, no fim a que se dirige a atividade. Para Aristóteles, filósofo grego, o artesão é a causa motriz de toda produção criadora que, ao operar sobre uma causa material, é responsável pela sua forma, que é a causa final, o fim de toda a obra.

Hannah Arendt (apud ALBORNOZ, 2000), distingue a diferença que tinham para os gregos as palavras *labor*, *praxis* e *poiesis*, diante do mundo contemporâneo. A autora, quando se refere a *labor*, afirma tratar-se do trabalho do corpo do homem pela sobrevivência, havendo uma dose de passividade nessa atividade humana: a submissão aos ritmos da natureza, às estações, à intempérie, às forças incontroláveis biológicas: hormônios, musculatura autônoma.

*Poiesis* é o trabalho propriamente dito, “o fazer, a fabricação, criação de um produto pela arte, é a obra da mão humana que maneja instrumentos que a imitam” (ALBORNOZ, 2000, p. 48). Este fazer humano toma o aspecto de permanência. *Praxis* ou ação, conclui a referida autora, é aquele domínio da vida ativa em que o instrumento usado pelo homem é o discurso, a sua própria palavra. Compreende o âmbito no qual se discutem os interesses, as paixões e as questões políticas e sociais. A ética se forma na *praxis*.

Para os gregos, esta distinção entre os diversos níveis do trabalho humano se dava num contexto social e cultural em que doméstico e público se separavam radicalmente. O espaço da casa, o *domus*, era onde o chefe, o patriarca, imperava sem lei e sem necessidade de uma ética racional. O espaço da *polis*, a cidade grega, era onde se efetivava a democracia dos iguais, dos cidadãos livres, que decidiam pelo debate os seus negócios: negação do ócio. O exercício da palavra é a atividade significativa para o homem livre (ALBORNOZ, 2000, p. 49).

No mundo moderno em que vivemos, dá-se uma mudança, uma separação nas relações familiares, ocorrendo uma transferência, para o seu interior, daquelas atribuições tradicionais e a *praxis*; a democracia é decidida por outrem.

Mais uma vez abordando o pensamento de Arendt (apud ALBORNOZ, 2000, p. 50), afirma ela que: “no mundo contemporâneo a redução de todo trabalho [ficou] ao nível de labor, de esforço rotineiro e cansativo com o único objetivo da sobrevivência”. Conclui a autora, afirmando que está ocorrendo uma laborização do mundo, bem mais do que a elevação do trabalho produtivo ao plano da *praxis* pela politização da vida operária, segundo o projeto socialista.

Deve-se chamar a atenção que, para os gregos, somente poderiam viver livres e no ócio os homens políticos, filósofos, etc., que realizavam trabalho intelectual. Já o trabalho servil e humilhante cabia aos escravos e às mulheres. Havia a separação do trabalho intelectual e manual.

Para o Cristianismo, de acordo com Albornoz, influenciado pela tradição judaica, o trabalho também tinha uma conotação penosa e como uma punição para o pecado “que também servia aos fins últimos da caridade, para a saúde do corpo e da alma, e para afastar os maus pensamentos provocados pela preguiça e a ociosidade” (ALBORNOS, 2000, p. 51). Com a Reforma protestante, o trabalho continuou como modo de servir a Deus e para a salvação; enfim, como virtude e obrigação.

O trabalho tinha, portanto, a idéia de salvação porque era visto como uma boa ação e como finalidade da vida. O ócio era uma tentação para a vadiagem e para o relaxamento. Perda de tempo era um grave pecado. Albornoz cita a expressão de São Paulo: “quem não trabalha não deve comer” (ALBORNOS, 2000, p. 55). Assim, o dever de todo cristão é trabalhar.

Essa ideologia do trabalho no Cristianismo reafirma a ideologia fascista: quem não está produzindo, está fadado à vagabundagem, no caso, ao pecado. Havia, também, a idéia de que as diferenças sociais (burgueses e pobres) são vontade divina. Para tanto, os trabalhadores deveriam se dedicar ao trabalho sem quererem enriquecer ou consumir, o que favorecia, obviamente, a acumulação capitalista. Nas palavras de Albornoz (2000, p. 58):

Dizer que agrada a Deus ser constante e submisso a uma profissão e a um papel social parece dar justificativa ética para a moderna divisão social do trabalho do capitalismo; assim como dizer que a providência divina provê as chances de lucro e enriquecimento parece dar justificativa ética para os homens de negócio.

Ainda na análise da visão do trabalho, a autora aborda que, na Renascença, o trabalho tem um significado intrínseco: as razões de trabalhar não estão na renda ou na salvação, mas na satisfação de realizar qualquer coisa. “O trabalho é expressão do homem e expressão da personalidade, do indivíduo, ele é um criador por sua própria atividade e o trabalho é a melhor maneira de preencher sua vida” (ALBORNOZ, 2000, p. 58). No Renascimento, a filosofia da produção mudou em função da exigência das relações capitalistas e do desenvolvimento da ciência e da técnica. O homem livre passou a ser um sujeito ativo, e o trabalho passou a ser condição necessária de sua liberdade.

Com os iluministas (século XVIII), a autora afirma que houve uma exaltação do homem sobre a natureza, louvando a técnica, a ciência e a cultura. No entanto, o filósofo Jean-Jacques Rousseau não percebeu isso como bom resultado e considerou essa transformação da natureza como algo negativo, uma vez que veio degradar e aviltar o homem.

O filósofo inglês John Locke (1632-1704) defendeu que a mente infantil era uma *tábua rasa*, que era alimentada com conhecimentos passados pelo mundo exterior e que a qualidade dessas primeiras experiências seria vital para sua boa formação.

Havia uma idéia medieval de que as crianças eram más, o que Rousseau contradiz ao afirmar que elas nasciam boas e deveriam ser preservadas das maldades do mundo exterior para que mantivessem esse espírito.<sup>8</sup>

Para Ferreira (2001), Rousseau foi a primeira voz a levantar-se a favor da infância indefesa, publicando *Émile*, um tratado sobre educação no qual tenta conscientizar os adultos sobre a situação dos pequenos infelizes, denunciando a perversidade com que eram tratados.

A obra de Rousseau, além de ter sido um escândalo para a sociedade da época, impressionou e influenciou escritores, pensadores e humanistas como Victor Hugo (1802-1885) e Charles Dickens (1812-1870), que passaram a expor em suas obras e romances a trágica e bárbara realidade de exploração da mão-de-obra infantil, conclui a autora.

Com Hegel (apud ALBORNOZ, 2000), filósofo alemão, ocorre uma nova concepção do trabalho humano. Para ele, há uma relação peculiar entre homens e objetos, em que se mesclam o substantivo e o objetivo, o particular e o geral, através do instrumento, da ferramenta, que nada mais são do que manifestações da racionalidade do homem, expressando a sua vontade (mediação entre o homem e a natureza). O trabalho como processo de transformação é satisfação imediata do desejo e da carência, aquela necessidade natural que o desejo manifesta, conclui Albornoz.

---

<sup>8</sup> SOMMA, Isabelle. As Cruzadas das Crianças. *Super Interessante*, São Paulo, ed. 5, p. 34-39, jan. 2004.

Nessa relação, através do uso de instrumentos, fica claro caber ao homem a superioridade, uma vez que domina a produção, constituindo-se, dessa maneira, numa relação de senhor e escravo. Para Hegel, o homem necessita ser reconhecido; para isso, precisa lutar numa relação de dominação, onde haverá vencedores e vencidos, de senhor e escravo. “É graças ao trabalho, enquanto cria, que o homem se produz a si mesmo, se eleva e atinge a plena consciência. O homem, na visão de Hegel, reconhece-se nos produtos que cria e reconhece um novo mundo” (ALBORNOZ, 2000, p. 66).

Transformando a natureza, o escravo reconhece a sua própria natureza. Esse reconhecimento de si em seus produtos é consciência de si como ser humano. Enquanto o senhor, por nada criar, por não transformar coisas, não se transforma a si mesmo e não se eleva como ser humano, o escravo se eleva como tal e, no processo do trabalho, adquire consciência de sua liberdade. O escravo se eleva à consciência de sua liberdade, mas não à realização de sua liberdade possível; o escravo só se liberta idealmente, no plano da consciência (ALBORNOZ, 2000, p. 66).

No século XIX, o trabalho é visto em outro ângulo, na opinião de Albornoz (2000), que cita o utopista francês Charles Fourier ao defender a tese de que o trabalho está associado ao prazer, devendo ser atraente, saudável, realizado ao ar livre, com espaço, sazonal, etc.

Ainda na análise sobre o significado do trabalho, Albornoz (2000) cita Marx e afirma que, na sua visão, a essência do ser humano está no trabalho, e o que este produz é o que são, o que faz. Marx, na opinião da autora, coloca o trabalho como exclusivamente humano, distinto de um mero *labor* animal.

Para ele, o homem tem a capacidade de planejar mentalmente o que irá produzir e, segundo ele, na produção em série, como no fordismo, ele perde essa capacidade, o que torna o trabalho alienante e desumanizador. Enquanto Fourier pregava a liberdade, Marx achava que o trabalho pertencia ao reino da necessidade, e o da liberdade só seria possível do outro lado do trabalho, no tempo livre cada vez mais acessível, nas horas de festa, no prêmio do descanso e no prazer de gozar a vida, conquistado pelo esforço produtivo. Antunes reafirma essa visão de Marx, acreditando que é preciso criar alternativas para resgatar uma nova lógica social.

A produção de *coisas socialmente úteis* deve ter como critério o *tempo disponível* e não o *tempo excedente*, que preside a sociedade contemporânea [...]. Com isso o trabalho social, dotado de maior dimensão humana e societal, perderia o caráter fetichizado e<sup>9</sup> estranhado, tal como se manifesta hoje e, além de ganhar um sentido de auto-atividade, abriria possibilidades efetivas para um tempo livre cheio de sentido além da esfera do trabalho, o que é uma impossibilidade na sociedade regida pela lógica do capital. Até porque não pode haver *tempo* verdadeiramente *livre* erigido sobre *trabalho coisificado e estranhado*. O *tempo livre* atualmente existente é tempo para consumir mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais. O tempo fora do trabalho também está fortemente poluído pelo fetichismo da mercadoria (ANTUNES, 2002, p. 190).

Para Marx,

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza como uma de suas forças [...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149).

---

<sup>9</sup> O trabalho alienado (ou estranhado) é a forma como a atividade humana se objetiva na sociedade capitalista, onde o que deveria ser uma atividade vital do ser social que trabalha se converte em mercadoria, e o produto do trabalho aparece como alheio e estranho ao trabalhador.

Atualmente, o trabalho pode ser compreendido como qualquer atividade que resulte, direta ou indiretamente, condições de manutenção da vida.

A ocupação no trabalho de oito horas, mesmo quando quatro horas seriam mais do que suficientes para manter a produção de alimentos e produtos de necessidade real para a sobrevivência, tem o sentido de manter as massas ocupadas e obedientes, de abafar os protestos, e assim manter as inércias de um sistema que se auto-reproduz quase insensivelmente. O trabalho das pessoas tem a finalidade de consumir e não propriamente de produzir alguma coisa.

Sobre a reprodução, conservação e constante atualização da força viva do trabalho, Albornoz (2000) nos convida a repensar o trabalho doméstico, em geral, segundo ela realizado por mulheres. A autora cita como exemplo exatamente o que se propõe o tema deste trabalho. Nas palavras dela:

O trabalho encomendado pela fábrica e realizado em casa é uma espécie de trabalho doméstico, mas sua contribuição para a produção social não é questionada. Faço em casa a trama das tiras de couro para a sandália que o industrial de Novo Hamburgo me encomendou, mas naquele instante sou uma operária: estou indiretamente ligada à linha de montagem, embora não receba um salário fixo, e por causa disso não tenha as vantagens da previdência social nem participe das lutas do sindicato dos operários da indústria de calçados.

Ao lado deste trabalho produtivo ligado à ordem industrial e capitalista, que dá claramente lucro ao empresário, no âmbito da casa se realiza uma outra produção de objetos, de feição artesanal, informal, na forma de “prendas domésticas”, labores domésticos, tais como a produção de rendas ou roupas de malha, tricô e crochê, que, se não entram no conceito de trabalho produtivo segundo o capital, nem devolvem em lucro a força empenhada e seus custos – o que só ocorre quando o trabalho é feito para vender – , com certeza serão usados pela produtora e sua família, e nesse sentido são trabalho que produz bem de uso, portanto, trabalho produtivo em seu sentido mais amplo, além de que o é também porque produz objeto material (ALBORNOS, 2000, p. 86 -87).

Cattani, ao defender a promoção solidária contra a precarização, a exclusão, o desemprego e a alienação do trabalho da sociedade moderna, coloca o resgate do conteúdo crítico do conceito de trabalho como uma das táticas e estratégias contra toda forma de elitismo. Diz o autor:

A atividade produtiva continua sendo um dos referenciais centrais na organização da sociedade, a forma estruturante das identidades e das sociabilidades. As mutações contemporâneas alteram, em profundidade, as formas de inserção na esfera produtiva, a divisão entre trabalho manual e intelectual. O tempo dedicado ao trabalho não é mais contínuo, os contratos e os coletivos fragilizam-se e fragmentam-se. A confrontação entre capital e trabalho perde a nitidez. Essas e outras metamorfoses da sociedade pós-industrial reforçam, ainda mais, a importância do trabalho, mesmo quando ele é uma referência negativa (como nas situações de desemprego). A sociologia do trabalho não pode ser colonizada pela economia ou anulada pelo enfoque liberal. Ela deve recuperar seu potencial crítico e, ao analisar as situações de trabalho, revelar as novas formas de submissão, de exploração e de alienação, que estão continuadas tanto nas pseudoformas de participação, como nas situações de precariedade funcional e empregatícia (CATTANI, 1996, p. 33).

## 7. EXCLUSÃO SOCIAL

A exclusão social é vista por Singer (2001) como um processo de várias exclusões que estão inter-relacionadas com a desigualdade e o desemprego, embora sejam distintas.

Para reforçar o exposto acima, o autor afirma que

Aqueles que foram expulsos do mercado de trabalho formal, ou do mercado de residência formal (em contraste com o informal, formado por cortiços e favelas) ou da escola, ficam em desvantagem na competição por novas oportunidades, tornando-se candidatos prováveis a novas exclusões (SINGER, 2001, p. 62).

O desemprego, para Pochmann (2000), não pode ser visto como uma novidade, mas como um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação de capital. Para o mesmo autor, excluir um cidadão do mercado de trabalho (subclasse) pode levá-lo não apenas à privação material, mas à restrição de direitos, de segurança socioeconômica e de auto-estima, isso porque o desemprego não representa um risco como qualquer outro (doença, acidente de trabalho, etc.).

Nesta mesma linha, Cattani (1997) ao abordar a questão da saúde e do trabalho e suas relações, em que o trabalho aparece como fator constitutivo de adoecimento ocupacional e de saúde mental e, mais perverso ainda, às pressões do trabalho e o medo do desemprego, levando os trabalhadores a acometerem-se de doenças e transtornos psíquicos.

Segundo Pochmann (2000, p. 19-20):

Nas últimas duas décadas, portanto, o baixo dinamismo econômico, acompanhado da fragilização das condições de proteção social, tornou mais vulnerável a situação das classes trabalhadoras. O crescimento das desigualdades aponta para a conformação de uma nova fase de exclusão social nas economias capitalistas, ainda que importantes diferenças possam, existir entre as nações avançadas.

Existem, segundo Singer (2001), duas concepções sobre a exclusão social: a *individualista*, que propõe a proteção ao trabalhador pelas instituições e uma política de redistribuição de renda, dos ricos aos pobres, com vistas a evitar o desemprego. Para ele, os pobres devem ser incentivados a ajudarem-se a si mesmos para saírem da pobreza, trabalhando duro, com autodisciplina, etc.

A corrente dos *estruturalistas* acredita que as instituições de bem estar-social são indispensáveis à proteção dos trabalhadores, que, na visão do autor, são perdedores no jogo do mercado econômico. Para eles, o governo deve estar engajado na distribuição da renda para atender às necessidade básicas dos referidos trabalhadores.

## 7.1 EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

A precarização do trabalho, como já foi exposto, além de atingir os países capitalistas, atinge também os periféricos. Em relação ao Brasil mais especificamente desde 1986-90 este fenômeno passou a intensificar-se desde então levando à exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais a um exército de reserva e o agravamento de suas condições.

O referido autor chama a atenção para o fato de que, em distintas sociedades, a forma fundamental de exclusão social pode diferir, bem como de que a exclusão econômica leva à exclusão social, conforme o exposto abaixo:

          Todavia, nos países do Terceiro Mundo (e esse é certamente o caso do Brasil) é um truísmo dizer que a grande maioria dos socialmente excluídos é formada por gente excluída das principais fontes de renda, considerando-se como pertencente, em geral, às “posições de classe” que formam a assim chamada *economia formal*: empresários, executivos, trabalhadores assalariados de diversos níveis, autônomos. Os excluídos de semelhantes posições de classe são forçados a ganhar a vida em ocupações precárias como atividades sazonais ou trabalhos semiclandestinos: vendedores ambulantes, lavadores de carro, guardadores automeados de carros estacionados em lugares públicos etc. Eles participam não somente do assim chamado *mercado de trabalho informal* como produtores, mas também dos chamados *assentamentos informais* como moradores; o que implica a utilização de todo tipo de mercados de consumo *informal*, como os camelôs, atendimento informal de saúde e coisas do gênero. No Brasil, a exclusão das instituições formais é fortemente condicionada por fatores econômicos (SINGER, 2001, p. 64).

Para explicar essa tendência mundial, Pochmann (2000) aborda as transformações pela reestruturação econômica que aconteceram desde a primeira e segunda revoluções industriais e tecnológicas, bem como das empresas. Afirma, ainda, que a proletarização dos camponeses deu-se por mudanças na estrutura fundiária e nas políticas de abertura comercial, o que, conseqüentemente, estimulou a queda de renda agrícola.

Com o excedente de mão-de-obra, o padrão de uso e remuneração da força de trabalho na indústria caracterizou-se por extensas jornadas de trabalho, contratos individuais e de adesão, uso intensivo do trabalho feminino e infantil, baixos salários, entre outros (POCHMANN, 2000, p. 31).

Com relação ao Brasil, Singer (2001) afirma que a globalização foi a responsável pela inclusão social durante os anos 70, no chamado *Milagre Econômico*, mas coloca a seguinte contradição, o que acarretou em perdas tanto para a classe média quanto para as classes mais baixas:

No Brasil, a globalização foi o principal propulsor da inclusão social durante os anos 70, quando o assim chamado “Milagre Econômico” teve lugar. Nesta época, o Brasil tornou-se exportador de manufaturados para muitas empresas multinacionais em busca de economia no custo da mão-de-obra. Nos centros urbanos das regiões mais industrializadas do país, as pressuposições do individualismo tornaram-se mais verídicas para a maioria, à medida que aqueles que tinham capital humano procurado pelo “mercado” tiveram oportunidade de conquistar bons empregos e gozar de um padrão de vida muito melhor.

Porém isto não durou. Os choques do petróleo criaram um desequilíbrio nas contas externas do Brasil e os déficits progressivos foram cobertos por um crescente fluxo de empréstimos externos (petrodólares) feitos por bancos privados. A aguda reversão chegou um ano antes da crise da dívida externa, aberta pela *débâcle* do México de 1982. Os fatores estruturais derivados de crises econômicas e sociais fizeram da exclusão social o traço dominante da “década perdida”, que no Brasil durou de 1981 até 1992.

Diferentemente das crises passadas, desta vez a exclusão social afetou não somente os camponeses, trabalhadores sem-terra e trabalhadores não-qualificados mas também um amplo número de pessoas de classe média. Particularmente durante os anos 90, as empresas, sob pressão da competição internacional, demitiram executivos, gerentes de médio e baixo nível e trabalhadores qualificados. [...] a renda real das camadas relativamente privilegiadas sofreu fortes reduções, enquanto as perdas dos segmentos de renda mais baixa foram ainda maiores (SINGER, 2001, p. 64).

## 7.2 EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA NO BRASIL

Ao analisar a pobreza no Brasil, fala-se em linhas de pobreza e indigência. De acordo com Singer (2001, p. 86), definiram-se dois níveis mínimos de renda *per capita*. Vejamos:

1.Linha de Indigência (In): a renda mínima mensal necessária para suprir as necessidades individuais exclusivamente alimentares;

2.Linha de Pobreza (Po): a renda mínima mensal para satisfazer as necessidades básicas de um indivíduo.

Ao analisar as regiões urbanas e áreas metropolitanas, nos aspectos de linha de indigência e de pobreza, o autor conclui que tanto o Po quanto o In são maiores na Região Norte e Centro-oeste do que no Nordeste, o que seria uma contradição no nosso entender.

Singer (2001) cita ainda, como outras formas de exclusão social, fortemente associadas à pobreza, ao analfabetismo, à ausência de escolaridade e ao trabalho infantil. Na opinião do referido autor, as taxas de analfabetismo baixaram em relação ao século passado (de 85% para 65%), explicado pela modernização econômica e social. Os que permanecem analfabetos são, em sua maioria, idosos ou excluídos socialmente, assim como as taxas de analfabetismo são maiores na Região Nordeste e entre negros e pardos.

Pochmann (2000), ao se referir aos desempregados nos países europeus, afirma que, principalmente a partir de meados dos anos 70, tem crescido o número de jovens, mulheres e idosos no total dos excluídos do mercado de trabalho e coloca que os programas de proteção social aos desempregados foram reduzidos através de cortes de verbas.

### 7.3 A INFORMALIZAÇÃO DO EMPREGO

Para Singer (2001), a demanda no mercado formal de trabalho vem crescendo no Brasil como resultado de uma economia industrial capitalista. Isso, na opinião dele, se deu a partir dos anos 30, no auge da implantação da legislação em que se distinguia emprego formal do informal.

As obrigações impostas pela legislação implicam um custo que ultimamente vem se tornando mais pesado para os empregadores. Firms maiores, em função basicamente de seu tamanho, não podem fugir desse custo. O emprego informal só é uma alternativa viável a pequenas firmas ou àquelas que só contratam mão-de-obra temporária, como fazendas em épocas de colheita ou empresas de construção, que empregam trabalhadores diferentes em cada fase do projeto. Na economia normalmente inflacionária do Brasil, a maioria das firmas acha normal registrar seus empregados e onerar o consumidor pelo salário indireto que são obrigadas a desembolsar.

Isso aparentemente se modificou no começo dos anos 90. Foi uma época de recessão e mais empresas (supostamente pequenas ou de tamanho médio) tornaram-se informais para escapar do pagamento não só dos salários indiretos, mas também dos impostos. Além disso, uma nova tendência ganhou importância: a assim chamada *terceirização*, que implica a substituição de empregados permanentes (na maioria formalizados) por fornecedores autônomos de serviços. Tanto a crescente informalização quanto a terceirização são tendências mundiais e resultam do consistente processo de abertura das economias nacionais à competição internacional e da revolução nas formas e conteúdos do trabalho trazidos pela informatização. Como consequência, o emprego formal no Brasil começou a encolher, enquanto o emprego informal e o trabalho autônomo aceleraram o ritmo de seu crescimento (SINGER, 2001, p. 108-109).

É neste contexto de terceirização, que os já citados ateliês de calçados se inserem para adequarem-se às novas relações de trabalho na região coureiro-calçadista. Reforçando as idéias de Schneider através de seus estudos sobre o tema, afirma-se que é no ateliê que partes ou peças de sapatos são confeccionados. Sobre isso, afirma o autor:

Embora boa parte dos ateliês seja registrada como micro ou pequena empresa, a maioria da produção é, de fato, realizada através do trabalho domiciliar de pessoas subcontratados. A rigor, só recebe a denominação de ateliê o estabelecimento que se constituir legalmente como pessoa jurídica. Mesmo assim, em toda região do pólo coureiro-calçadista, o trabalho domiciliar de confecção de partes de sapato ou a costura de peças é entendida como sendo “trabalho de ateliê”.

Somente o proprietário de um ateliê registrado consegue a concessão de peças de sapatos junto às empresas do setor coureiro-calçadista para, posteriormente, redistribuí-las. O registro como micro ou pequena empresa não implica a legalização completa das atividades produtivas dos ateliês. É muito freqüente que o dono do estabelecimento seja meramente um repassador de serviços para os domicílios, reservando a si o papel de intermediário entre a empresa e os subcontratados. Além de distribuir as peças, o proprietário do ateliê também pode produzir uma parte em seu próprio domicílio, empregando mão-de-obra familiar ou contratada (SCHNEIDER, 1999, p. 156-157).

Singer (2001), ao afirmar que o emprego formal constitui-se num dos mais importantes processos de exclusão social e que o Brasil teve esta aumentada a partir da abertura do seu mercado interno à competição internacional, que começou em 1990 e se acelerou em 1994. Nesta mesma linha de pensamento, o autor observa que o desemprego mais que dobrou no período de 1989 e 1993, e permaneceu no mesmo alto patamar em 1993-1995. O trabalho informal cresceu sensivelmente no período 1989-1993 e permaneceu elevado no período de 1993-1995.

Sendo assim, conclui o referido autor: “a liberalização comercial facilitou a importação de equipamentos que economizam mão-de-obra. A maior parte do investimento industrial tem por objetivo aumentar a produtividade do trabalho, muito mais do que expandir o emprego” (SINGER, 2001, p. 116).

Enfatiza, ainda, que a tendência à informalidade teve como causa a sensível debilitação da legislação trabalhista, e as longas crises inflacionárias causaram o desmantelamento do Estado através da crise fiscal desse, o que resultou no crescimento da sonegação fiscal e da informalidade nas relações de trabalho.

Para Pochmann, os “subempregados, além de estarem à margem dos sistemas de proteção social e trabalhista, voltados especialmente para os empregados urbanos, são também discriminados tradicionalmente com remuneração reduzida (abaixo da média do mercado)” (2000, p. 51). O autor afirma que, no período entre 1950 e 1973, houve um crescimento econômico pela política econômica e financeira dos movimentos de internacionalização dos mercados e de integração supranacionais nos países latino-americanos. Essa política criou empregos formais, mas também criou o *subemprego*. Diz o autor: “os subempregados, além de estarem à margem dos sistemas de proteção social e trabalhista, são também discriminados tradicionalmente com remuneração reduzida” (POCHMANN, 2000, p. 51).

Assim, quem se beneficiou com essa situação de crescimento econômico foram os países desenvolvidos, em detrimento dos países latino-americanos, que se caracterizaram pela ausência de políticas econômicas e sociais voltadas essencialmente ao enfrentamento dos problemas do emprego. Esse desenvolvimento econômico estimulado alterou a estrutura produtiva de grande parte dos países latino-americanos, seja pelo fortalecimento do mercado interno, seja pela proteção dos setores produtivos. Ocorreu uma

associação entre capitais produtivos domésticos e internacionais o que fez modificar o modo de inserção de vários países na economia mundial, abandonando a antiga situação na Divisão Internacional do Trabalho, por meio da exportação de matérias-primas e de produtos alimentícios básicos apenas (POCHMANN, 2000, p. 52).

A estrutura econômica, neste contexto, apesar das desigualdades sociais, vai se modernizando, e novos segmentos na cadeia produtiva vão sendo introduzidos, e houve uma elevação da geração de empregos, sobretudo nos setores secundário e terciário. Neste clima de desenvolvimento econômico, mais especificamente no final da década de 1960, no chamado período dos *Anos Dourados*, é que o Brasil ingressa no mercado internacional de calçados que ocorre, segundo Costa e Passos (2004), a partir de um movimento deslocando a produção desse bem de consumo – e de outros produtos intensivos em mão-de-obra – dos países desenvolvidos em direção a regiões com oferta abundante e barata de força de trabalho. Para os referidos autores, a inserção bem sucedida do setor no comércio internacional contou com variados estímulos, entre eles os custos de produção e o preço final do calçado: salários baixos, incentivos fiscais e financeiros e câmbio adequado.

Nessa fase de prosperidade, a taxa de salários se elevou nos países desenvolvidos, encarecendo a fabricação de produtos que requeriam elevado conteúdo de trabalho direto. Alguns países desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e outros, passaram a substituir sua produção de calçados, principalmente os de menor preço, pela importação de regiões do mundo que tinham condições de competir, como, por exemplo, o Brasil, a Coreia do Sul e Taiwan, justificando, dessa forma, o ingresso desses no mercado.

No segundo período, que vai do final dos anos 70 aos dias de hoje, Pochmann (2000) afirma que houve uma precarização do mercado de trabalho, uma redução na capacidade de geração de novos empregos regulares e regulamentados, a distribuição de parte das ocupações formais existentes, a diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação da subutilização da força de trabalho. Nessas condições, já era possível verificar a crise desse modelo de desenvolvimento econômico em alguns países a partir dos anos 70, agravando-se a partir da crise da dívida externa, em 1982. A estagnação da economia, com altas taxas de inflação e os impactos dos planos de ajustamento econômico realizados em vários países, levaram à elevação do desemprego, investimentos numa crescente deterioração do padrão de vida dos trabalhadores.

Pochmann (2000) afirma que, em 1980, a pobreza e a indigência agravaram-se e novas formas de exclusão no mercado de trabalho fizeram-se presentes, como o desemprego aberto, precarização nas condições e relações de trabalho, fortalecendo assim o processo de exclusão social e desigualdade socioeconômica.

Na opinião de Singer (2001), a altíssima inflação e a extrema instabilidade são responsáveis pela extensão média da pobreza, atingindo, desde 1983, uma faixa entre 28% e 42% da população. A inflação citada pelo autor, assim como a estagnação produtiva, deveram-se, segundo Pochmann (2000), à política de substituição de importações com o objetivo de elevar os saldos da balança comercial e custear os serviços das dívidas externas dos países latino-americanos durante a década de 80.

Somente ao final dos anos 80, com substancial mudança nas condições internacionais – a partir de então mais satisfatórias ao reingresso voluntário de recursos externos às economias periféricas emergentes –, foram implementados novos programas de ajustes macroeconômicos, caracterizados por: abertura comercial, estabilização monetária ancorada no dólar, privatizações de empresas estatais e redução do Estado, desregulamentação do mercado financeiro, flexibilização do mercado de trabalho, entre outros (POCHMANN, 2000, p. 55).

Essa tendência estrutural que caracterizou o período pós-1980 consistiu, na realidade, numa desestruturação do mercado de trabalho devido à política adotada que veio paralelamente mudar as formas de ocupação, desempregando grande parte da população economicamente ativa, sem um projeto de industrialização nacional, tornando-a dependente e enfraquecida. Os programas de liberalização comercial que marcaram os anos 90 eram o inverso dos que marcaram os anos 80. Os países latino-americanos viram, nas medidas liberalizantes, uma oportunidade para ingressar no mercado de capitais e aumentar as exportações.

Em 1990, Fernando Collor de Mello toma posse na presidência e cria o plano conhecido como Collor, que vai gerar recessão, fazendo cair o número de assalariados do setor privado, bem como o aumento do desemprego.

De março de 1993 até março de 1995, a economia teve nítida recuperação, mas o mercado de trabalho, na opinião de Pochmann (2000), dava sinais de desestruturação, ocorrendo o que a autora chama de desassalariamento, provocado fundamentalmente pela eliminação dos empregos com registros.

Entre 1989 e 1995, o desemprego foi considerado uma das principais razões do crescimento da subutilização da força de trabalho. Nesse período, a quantidade de desempregados aumentou cerca de 16% em média a cada ano, um acréscimo de 442 mil pessoas por ano.

Em 1997, o quadro do Produto Interno Bruto era apenas 3% superior ao de 1980, o que comprova que a economia brasileira estagnada, nessa década, seja pela falta de investimentos, seja pela incapacidade de recuperação, não se modificou muito. O período de 1990/97 apresentou taxas negativas de variação média em relação ao nível nacional de emprego regular e regulamentado.

Alguns autores afirmam que a década de 1990 representou uma nova etapa de crescimento da economia brasileira, em substituição ao modelo de crescimento por substituição de importações, marcado pelo desemprego, pela instabilidade monetária, pelas baixas taxas de investimento e do PIB *per capita*. Os problemas do mercado de trabalho brasileiro se caracterizariam pela baixa qualidade dos postos de trabalho gerados, da baixa qualificação e remuneração da mão-de-obra.

Pochmann (2000) afirma que as modificações ocorreram de uma forma desfavorável em relação ao emprego. A partir de 1990, foi resultado de políticas recessivas, de desregulamentação e remuneração da mão-de-obra, na opinião de alguns autores, mas que, para outros, as mudanças ocorridas na economia e a precarização das relações de trabalho, bem como o desemprego, seriam resultantes de uma política macroeconômica.

Os efeitos combinados a partir de 1990, de políticas recessivas, de desregulamentação e redução do papel do Estado, de abertura comercial abrupta, de taxas de juros elevadas e de apresentação cambial seriam responsáveis pela montagem de um cenário desfavorável ao comportamento geral do emprego nacional (POCHMANN, 2000, p. 85).

## **8. INDÚSTRIA DO CALÇADO**

### **8. 1. ORIGEM E TRAJETÓRIA**

O setor calçadista constituiu-se na região chamada Vale dos Sinos<sup>10</sup> a partir da colonização alemã no Rio Grande do Sul, em 1824. Inicialmente, chegaram à Real Feitoria do Linho Cânhamo, hoje município de São Leopoldo.

A fabricação do calçado desenvolvia-se, nessa época, de forma artesanal, com o objetivo de atender o consumo interno. Os colonos, como eram chamados os primeiros imigrantes, desenvolviam o artesanato como uma atividade complementar às atividades agrícolas. Também houve o desenvolvimento do comércio rural, onde os alemães produziam e comercializavam produtos de sua subsistência em Porto Alegre e de onde traziam para a colônia produtos manufaturados.

---

<sup>10</sup> Vale dos Sinos: Alvorada, Cachoeirinha, Cambará do Sul, Campo Bom, Canela, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gramado, Gravataí, Igrejinha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Hartz, Nova Petrópolis, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Picada Café, Portão, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Três Coroas e Viamão. (Fonte: Guia Econômico do Vale, 1995.)

Com o desenvolvimento comercial, deu-se a divisão do trabalho na colônia, o que mais tarde veio contribuir para o desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul. Esses núcleos comerciais se deram pela unificação econômica de espaços geográficos.

De acordo com Schneider (1999), a agricultura e a economia tiveram um avanço na colônia, cuja evolução se dava à medida que os colonos iam desmatando, ocupando novas áreas, aumentando, com isso, a produtividade e a área agricultável. A expansão da zona pioneira deu-se em direção à Encosta da Serra, bem como para o Vale do Caí e Vale do Taquari, região que, juntamente com o Vale dos Sinos, ficou conhecida como Colônia Velha.

O modo de vida tinha um sistema produtivo e de organização social tradicional, mas, a partir de meados do século XX, esse modo de vida desarticula-se e entra em crise, “de um lado pelas mudanças ocorridas na agricultura familiar e, de outro, em razão do processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista” (SCHNEIDER, 1999, p. 24).

Alguns fatores limitaram o sistema agrícola colonial, fragilizando-o. Neste sentido, Waibel, citado por Schneider (1999, p. 29) destaca a natureza das técnicas agrícolas utilizadas, como a queimada e a rotação de terras, o que destruía a fertilidade do solo, levando à busca incessante de novas áreas, além das migrações dos colonos e o tamanho reduzido das propriedades rurais.

## 8. 2. DO ARTESANATO À FÁBRICA

Como foi abordado, inicialmente, o artesanato teve importante papel no desenvolvimento do processo de industrialização com relação ao setor coureiro-calçadista, visto que a mão-de-obra utilizada era semi-especializada. O colono imigrante trazia a experiência do artesanato da Alemanha, prática comum como fonte de renda e atividade complementar à agricultura.

A principal profissão do setor primário era a de colono, sendo inexpressiva a pecuária. O setor secundário, no entanto, compunha-se de um total de 97 profissões diferentes, sendo as de sapateiro, curtidor, marceneiro, carpinteiro, alfaiate, ferreiro, aquelas de maior destaque. Já o setor terciário dividia-se em 42 atividades diferentes das quais comerciante e taberneiro eram as de maior incidência (WEIMER, apud SCHNEIDER, 1999, p. 32).

Schneider (1999) afirma que a preponderância do artesanato do couro, seja ele usado nos curtumes ou em sapatarias e selarias, indica uma relativa interdependência entre a colônia e a campanha, uma vez que a segunda dedicava-se à criação animal. Havia, com isso, matéria-prima disponível, fazendo com que o artesanato do couro (sapatos, tamancos, botas, selarias, etc.) tivesse um crescimento mais acelerado que os demais ramos, conclui o autor.

Os artesãos eram os homens que exerciam um ofício manual, ajudados por um ou mais companheiros, que, no geral, aprendiam o ofício pela prática ensinada pelos pais ou parentes. “Para o colono, o artesanato facilitava o trabalho agrícola, permitia desfrutar de maior conforto e qualidade de vida e, às vezes, ainda possibilitava a obtenção temporária de rendas” (SCHNEIDER, 1999, p. 35).

O artesanato, assim como o sistema agrícola, na opinião do autor, teve as seguintes fases: ressurgimento, expansão, seleção e especialização e a estagnação e o desaparecimento. Todo esse período foi de 1830 até 1890.

Em 1874, surge a primeira estrada de ferro do Rio Grande do Sul, em São Leopoldo.

Com a melhoria nas comunicações, o artesanato passaria a conhecer um rápido processo de seleção e especialização em sua estrutura produtiva. A cada ano aumentava a quantidade de produtos estrangeiros, sobretudo ingleses e alemães, que competiam com os artesãos locais a preços mais baratos e de superior qualidade (SCHNEIDER, 1999, p. 36).

O estudo sugerido para abordar as fases do processo de industrialização do setor coureiro-calçadista, segundo Schneider (1999), é o que foi feito por Lagemann, no qual aponta dois períodos: (1890-1930), marcado pelo surgimento dos ofícios rurais até a instalação das fábricas: mais local e regional (República Velha); e o segundo, marcado pela integração desses mercados regionais e a participação massiva do Estado na economia: é o período que vai da instauração do Estado Novo até o final da década de 1960 (1930-1970).

O autor reafirma a importância do artesanato para a industrialização, mas diz que antes de 1890, pelo fato de o calçado ser um subproduto da fabricação de selas e arreios (atividade principal) pela troca do couro cru, excedente na campanha, a atividade coureiro-calçadista não pode, dessa forma, ser considerada como indústria.

De modo geral, essas unidades manufatureiras não passavam de pequenos ofícios localizados no centro dos povoados aglomerados, relativamente bem espalhadas por todo o espaço da Colônia Velha. Utilizavam exclusivamente mão-de-obra familiar e eram despojadas de qualquer divisão interna de trabalho. Os instrumentos e ferramentas utilizadas no fabrico de botas, sapatilhas, tamancos, etc., eram rudimentares e de propriedade dos donos do empreendimento. A produção era destinada às casas de comércio locais (vendas) e de Porto Alegre, sendo o próprio fabricante (dono do ofício) seu vendedor direto. Muitas vezes, após um certo período de produção, o fabricante punha-se na estrada e, acompanhado de uma ou de duas bestas de carga, oferecia suas mercadorias de casa em casa, de picada em picada, aos colonos e vendeiros.

A estrutura produtiva dos ofícios de sapateiros era artesanal e familiar. O processo de produção era dominado por inteiro pelo artesão, que tinha o conhecimento e a técnica de produção. Para tornar-se um mestre ou proprietário de um ofício era necessário ingressar ainda jovem na profissão e dispor-se a trabalhar, gratuitamente, na condição de aprendiz durante anos até que o mestre considerasse que o postulante tivesse adquirido seus ensinamentos. Geralmente, essa relação dava-se de pai para filho ou entre parentes próximos como sobrinhos e primos e, até mesmo, por relações de apadrinhamento. Quando esse não era o caso, o aprendiz ficava na dependência da boa vontade e da sorte de encontrar um mestre que se dispusesse a ensiná-lo (SCHNEIDER, 1999, p. 38).

Os ofícios, embora com poucas condições no que diz respeito aos recursos, foram fundamentos para o início da industrialização. Aos poucos, a produção foi se diversificando e certas técnicas aperfeiçoadas, o que permitiu uma certa autonomia dos ofícios em relação às outras atividades artesanais do couro.

A tabela abaixo mostra o aumento das exportações para o mercado interno a partir de 1920.

TABELA 2

Produção de sapatos, borzeguins<sup>11</sup> para crianças e adultos, chinelos, sandálias, perneiras e botas em 1921 e 1929.

	1921	1929
Sapatos e borzeguins para crianças	158.314	1.381.810
Sapatos e borzeguins para adultos	207.796	987.284
Chinelos e sandálias	409.534	310.857
Perneiras	1.198	19.015
Botas	1.417	1.803

Fonte: PETRY, apud SCHNEIDER, 1999, p. 41.

<sup>11</sup> Borzeguim: Botina cujo cano se fecha com cordões (FERREIRA, 2004, p. 114).

Ao analisar a tabela acima, Schneider afirma que

a partir do final da Primeira Guerra Mundial, as fábricas de calçados do 2º, 3º, 4º, 5º distritos de São Leopoldo (Novo Hamburgo, Campo Bom, Ivoti, Dois Irmãos, respectivamente), que formavam a zona sujeita à jurisdição fiscal da Coletoria de Novo Hamburgo, apresentaram um aumento significativo da produção (SCHNEIDER, 1999, p. 42).

Em 1913, a energia elétrica, segundo o autor, foi o impulso fundamental ao setor coureiro-calçadista do Vale dos Sinos como força motriz, difundindo-se ao longo da década de 1920. Com a estrada de ferro, a melhoria das comunicações e da eletricidade, estava aberto o caminho que impulsionou a produção de calçados no país. Rio Grande do Sul (Vale dos Sinos) e São Paulo (Franca) foram os estados que concentraram as manufaturas de calçados.

Segundo Costa (2004), o desenvolvimento da tecnologia da manufatura dos calçados deu-se de modo relativamente lento e proveio do estrangeiro e de desenvolvimentos em outras áreas produtivas. Citando Carneiro, o autor afirma que

o uso de máquinas movidas a vapor na atividade de manufatura e couro no Rio Grande do Sul inicia por volta de 1875, quando Nicolaus Schmitt, em São Leopoldo, inventou uma máquina que era utilizada na impressão de desenhos nos lombilhos que então fabricava. E no almanaque do Rio Grande do Sul de 1897 constava a existência na região de duas fábricas de calçados – fundadas no início daquela década – com máquinas movidas a vapor. Na área da matéria-prima básica do ramo – o couro –, inovações relevantes ocorreram com a introdução de materiais substitutos ao solado do calçado. Isto remonta aos anos 1930 com o uso de borracha natural, da borracha sintética introduzida em 1950 pela Goodyear [...] e de materiais oriundos da petroquímica nos anos de 1960 e 1970. Na área de equipamentos de produção do calçado, após a Primeira Guerra Mundial, a firma americana Unidet Shoes Machinery Co. instalou uma unidade de produção de suas máquinas no Brasil, as quais permitiam que as solas fossem coladas por pressão ao corpo do calçado em vez de serem pregadas, como se fazia tradicionalmente (CARNEIRO, apud COSTA, 2004, p. 10).

De acordo com o autor (2004, p.11), esse ambiente produtivo predominou até o final dos anos 1960, com características artesanais, “baixas barreiras à entrada e à saída, uma produção com mão-de-obra intensiva e o predomínio de pequenas e médias empresas fabris”.

Em 1920, pelo censo, foram contabilizados 1.319 estabelecimentos no território nacional, ocorrendo um crescimento no número desses estabelecimentos, bem como do emprego a partir das exportações em 1970. Atualmente, a cadeia coureiro-calçadista (couro, calçados e artigos de couro) é composta por aproximadamente 9.488 estabelecimentos formalmente registrados. A indústria brasileira de calçados era formada por 6.346 estabelecimentos, responsáveis pelo emprego formal de 211.582 pessoas<sup>12</sup>.

Pode-se concluir que a estrutura industrial de calçados vai se modificando de forma lenta, tanto no nível tecnológico, quanto no número de seus estabelecimentos, e que, a partir das exportações, no início de 1970, a indústria calçadista gaúcha e nacional vai se modificando. Essas mudanças produtivas e tecnológicas levaram ao desenvolvimento desse importante setor da indústria gaúcha: o calçadista.

Ao longo do tempo, foi se formando na região um complexo produtivo desenvolvido. Ao final do século XX, a fabricação de calçados era a que individualmente mais empregava na indústria de transformação gaúcha, sendo também um setor de elevados encadeamentos para emprego e renda.

---

<sup>12</sup> BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Trabalho Precoce: saúde em risco*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2001.

A indústria de calçados no Vale dos Sinos teve uma trajetória competitiva ao longo da sua constituição: do desenvolvimento e afirmação da sua estrutura, bem como do ingresso no mercado internacional na década de 70 até a crise das exportações, em 1990. A indústria calçadista, foi, sem dúvida, muito importante para o desenvolvimento da indústria brasileira a partir do artesanato.

### **8. 3 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO DA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA**

O mercado de trabalho do setor calçadista foi marcado por várias transformações, entre elas os processos de transformações demográficas pela imigração e urbanização. Esse fato, especificamente, está ligado à inovação tecnológica do capitalismo monopolista na América Latina, e no caso do Rio Grande do Sul, à modernização do campo sendo responsável pelo crescimento das cidades.

Singer (1998) afirma que os últimos dados censitários estão revelando que continua, de forma intensa, a migração rural-urbana em quase todos os países da América Latina. As grandes tensões sociais que se supunha existirem no campo, estão sendo aparentemente levadas pelos migrantes às cidades. A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente os da habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria – mendicância, prostituição, comércio ambulante, etc. – se multiplicam.

Schneider (2004) afirma que, à medida que o processo formativo do mercado de trabalho do setor coureiro-calçadista se desenvolve, a indústria se consolida e vão surgindo novas formas de regulação das relações de trabalho, entendidas como mecanismos e estratégias de que as empresas fazem uso para recrutarem a força de trabalho.

O referido autor identifica três formas de regulação distintas da força de trabalho ao longo do processo de desenvolvimento industrial do setor coureiro-calçadista. As três formas são explicadas, de forma bem clara, no texto transcrito abaixo:

A primeira refere-se à instauração do trabalho contratado, que ocorre no momento da passagem das oficinas que produziam produtos de couro para as empresas propriamente ditas. Esta fase é marcada pelo abandono do caráter artesanal das unidades produtivas e pela separação entre trabalho e gestão do processo produtivo. Surge daí a figura típica que se denomina “operário antigo”, que são os trabalhadores que guardam forte identidade étnica e cultural com os proprietários das empresas. A Segunda forma de regulação surge a partir do momento em que as empresas calçadistas alcançam o mercado externo e iniciam um processo de alteração da base tecnológica, primeiro via introdução dos chamados trilhos de transporte de sapatos e, em seguida, por meio das cadeias de montagem. Em razão disso, aumenta vertiginosamente a demanda por força de trabalho nesse setor, que passa a chegar a partir de meados da década de 1970 com as grandes levas de imigrantes que deixam o meio rural gaúcho em busca de melhores condições de trabalho e de vida nas cidades. De fato, como se argumentará, foi somente com a chegada dos imigrantes que as fábricas de calçados puderam fazer frente à falta de braços com que se defrontavam desde que esse setor da indústria alcançara o mercado externo.

A terceira e última forma de regulação das relações de trabalho surge da confluência de dois processos distintos, que ocorreram de modo sincronizado a partir da década de 1980. De um lado, as empresas calçadistas estabelecidas desde sua origem majoritariamente nos municípios da microrregião do Vale do Sinos passaram a contar com a possibilidade de expandir suas unidades fabris, iniciando a partir de então um processo que será denominado de descentralização e interiorização. A descentralização caracteriza-se pelo movimento de abertura de filiais e subunidades das empresas nas pequenas cidades das microrregiões vizinhas do Vale do Sinos, como a Encosta Inferior da Serra, o Vale do Caí e o Vale do Taquari. A interiorização é entendida como um processo de difusão e espraiamento do setor coureiro-calçadista, que ocorre por meio do crescimento das empresas instaladas nas regiões próximas ao Vale do Sinos. Em razão desse movimento, surge nessas regiões um novo tipo de trabalhador, que é o colono-operário.

Os colonos-operários são trabalhadores assalariados que mantêm uma estreita relação com a agricultura e com o meio rural, muitas vezes até dedicando parte de seu tempo de trabalho livre às atividades agrícolas da propriedade. Essa convergência entre a demanda por mão-de-obra por parte da indústria, que patrocina a descentralização, e a oferta de força de trabalho disponível nas famílias rurais dessas regiões estimulará um conjunto de transformações sociais e econômicas a partir do início da década de 1980. Essas transformações alteraram as formas tradicionais de inserção social dos agricultores familiares, que passaram a vislumbrar nos empregos assalariados da indústria de calçados uma das principais estratégias para viabilizar sua reprodução. Em razão dessa articulação entre a indústria e a agricultura familiar, via mercado de trabalho, verifica-se o aparecimento da pluriatividade das famílias, que se caracteriza pela combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas pelos membros de uma mesma unidade familiar (SCHNEIDER, 2004, p. 26).

Ao analisar o desenvolvimento industrial e as formas de regulação do trabalho, Schneider (2004) afirma que o processo de industrialização coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul inicia-se somente a partir de 1970, devido às condições favoráveis ao crescimento industrial, ou seja, pela ampliação do parque produtivo das empresas, seja pelo seu nível tecnológico ou pela concentração de capital, momento esse em que se deu a passagem do estágio fabril simplificado para a constituição industrial propriamente dita.

Mas o autor afirma que é também no início da década de 1970 que o quadro de dificuldades se alteraria, quando na oportunidade havia incentivo do Estado através de um programa de estímulos fiscais e créditos ao setor calçadista, bem como pela ampliação dos contatos com os importadores internacionais, através da participação desses na Feira Nacional do Calçado (FENAC).

Rapidamente, ampliaram-se os contatos com compradores externos, realizaram-se viagens e visitas a feiras internacionais e logo se instalaram no Vale do Sinos os *agentes de exportação*, também chamadas de *companhias de exportação*, que passaram a agenciar a compra de calçados e a fazer a interface entre as demandas do mercado externo e os produtores locais. O mercado norte-americano mostrou ser, desde o início, o pólo privilegiado das exportações [...].

As vendas para o exterior se concentravam nos calçados femininos, com reduzido número de modelos e cores pouco variadas, vendidos em grandes lotes de produção com baixos preços. As empresas calçadistas do Rio Grande do Sul conquistaram, em pouco tempo, uma expressiva fatia do mercado norte-americano de sapatos femininos de couro, no qual tornaram-se competitivas e cativas, o que pode ser atestado pelo fato de que esse continua a ser, até os dias atuais, o principal mercado comprador dos calçados gaúchos e brasileiros (COSTA, apud SCHNEIDER, 2004, p. 27-28).

Ainda hoje as companhias de exportação são as que estabelecem as regras em relação ao tipo de calçado a ser produzido e exportado pelas empresas domésticas, além de controlarem e acompanharem tendências da moda internacional, interferindo, inclusive nas etapas produtivas no interior das próprias empresas. O setor coureiro-calçadista, ao ingressar no mercado internacional, precisou rever e alterar seus processos produtivos para adequar à nova realidade que se fazia presente, uma vez que precisava atender a demanda que crescia consideravelmente, tanto em termos de volume como em atendimento aos prazos exigidos. Foi introduzido, nessa época, o sistema de trilhos em substituição aos cavaletes, até porque a grande demanda externa por calçados femininos exigia uma rápida mecanização das empresas. Como havia padronização em termos de modelagem e cores, favoreceu essa alteração por parte das empresas.

A tabela abaixo mostra que, por esse novo sistema, em apenas um dia de funcionamento, o aumento no rendimento foi de 66%, fazendo ocorrer uma verdadeira revolução no processo produtivo da indústria calçadista, aperfeiçoando a gestão da produção e modificando as formas de uso da força de trabalho.

TABELA 3

Sistema de trilhos na Indústria de Calçados Reichert S. A.

DISCRIMINAÇÃO	CAVALETES	SISTEMA DE TRILHOS
Tipos de sapato em produção	Chispa, salto alto	Chispa salto alto
Área útil de produção	1.250m <sup>2</sup>	1.875m <sup>2</sup>
Produção total média	1.100 pares/dia	1.800 pares/dia
Empregados diretos ocupados	300	283
Produção média <i>per capita</i>	3,6 pares/pessoa/dia	6,4 pares/pessoa/dia

Fonte: BREDEMEIER, apud SCHNEIDER, 2004, p. 29.

Com esse sistema, não há dúvidas de que as empresas elevaram sua produtividade, assim como houve o aumento do rendimento do trabalho. As tarefas executadas pelos trabalhadores foram simplificadas, gerando-se com isso, empregos de operários sem sequer terem qualificação.

A introdução da cadeia de montagem, assim como a mecanização dos processos produtivos da indústria coureiro-calçadista instalava o modelo fordista/taylorista já abordado anteriormente. As funções simples da fábrica não precisavam ter muito conhecimento na fabricação de sapato, necessitando apenas saber operar melhor as máquinas. Como era evidente que esse trabalhador apenas repetia gestos e movimentos, sem ter uma visão da concepção e execução das tarefas, nos parece claramente que o modelo Taylorista se instala nesse ramo.

Schneider (2004) confirma essa tese no momento em que diz que as operações de caráter taylorista modificaram a organização da produção, aumentando rapidamente as escalas produtivas e sendo responsável pela atração de um grande contingente de trabalhadores às cidades da microrregião do Vale dos Sinos.

De acordo com o autor, a empresa absorveu, a partir de 1970, tanto a mão-de-obra dos filhos dos colonos (Vale dos Sinos e Encosta da Serra), como oportunizou a absorção da força de trabalho oriunda de outras regiões do Rio Grande do Sul, assim como os filhos de colonos e pequenos proprietários rurais em dificuldades, oriundos das regiões de expansão da sojicultura.

A proletarização massiva da força de trabalho dos migrantes foi decisiva para que as empresas de calçados pudessem ampliar seus volumes de produção e conquistar fatias cada vez maiores no mercado mundial de calçados. Embora esses trabalhadores fossem pouco qualificados e sem conhecimentos prévios de atividades fabris, formavam uma força de trabalho capaz de ser absorvida no processo produtivo.

A simplificação das operações na produção de sapatos, promovida pela organização taylorista do trabalho, possibilitou a inserção direta do colono-migrante no processo produtivo. Schneider (2004) se refere à mudança do perfil produtivo por ocasião da entrada da indústria calçadista no mercado externo, a partir de meados dos anos 1970.

Houve intenso crescimento econômico industrial, atingindo especialmente o setor coureiro-calçadista. Com isso, a oferta de empregos era abundante e, não havendo mais oferta de mão-de-obra disponível no Vale dos Sinos, o anúncio de emprego alastrou-se a partir de 1975. A partir daí vinham os migrantes proletarizados.

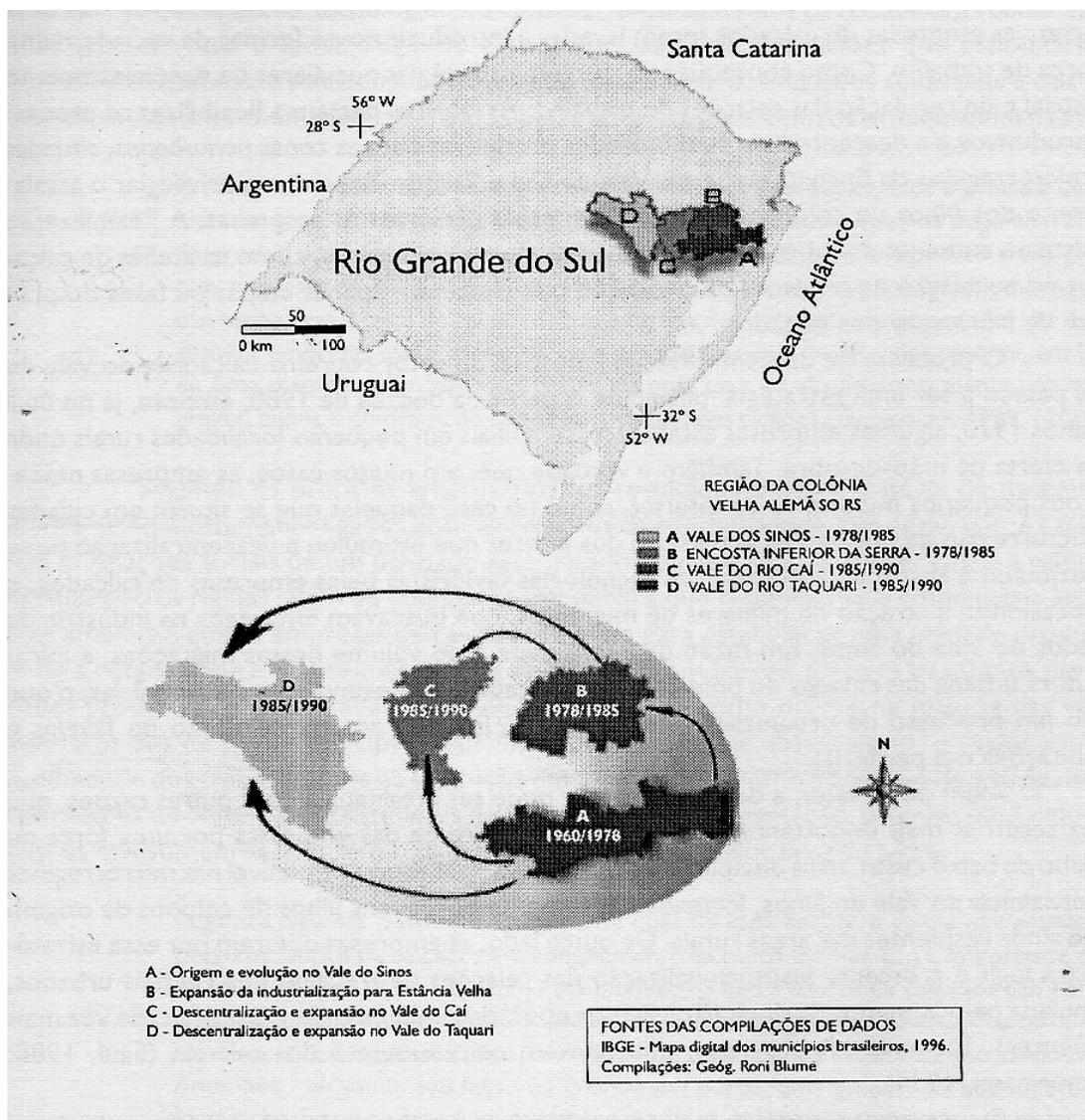
Este grupo compõe-se de indivíduos egressos do meio rural das regiões de modernização agrícola do Rio Grande do Sul, como o Alto Uruguai, Grande Santa Rosa e Missões. São indivíduos cujas condições de sobrevivência como agricultores foram solapadas pelo processo de transformação da base tecnológica da agricultura gaúcha, ocorrido nos anos 1970, o qual ficou conhecido entre os especialistas como “fenômeno soja”. Em geral são indivíduos que possuem trajetórias pessoais e coletivas (famílias ou grupos sociais) com um traço comum a todos: a migração rural-urbana. Migraram em várias direções, ora para áreas de fronteira agrícola do norte do país, ora reivindicando a terra e ocupando áreas na condição de “sem-terra” e, na maior parte das vezes, dirigindo-se à periferia dos centros industriais-urbanos como proletários, como é o caso do Vale dos Sinos (SCHNEIDER, 2004, p. 37).

Singer sugere um estudo mais profundo dos fatores de atração do meio urbano sobre os migrantes, afirmando poder ser um estereótipo de que esses viriam prontos a serem integrados à sociedade de consumo e levanta como hipótese que a causa suposta pelos

principais fatores de atração da cidade são constituídos pelos laços sociais, decorrentes de uma situação de classe comum, entre migrantes antigos e novos. Os primeiros migrantes, ao assegurarem seu sustento, mesmo que seja como servidores domésticos ou trabalhadores autônomos, “chamam” outros migrantes, geralmente parentes ou amigos, oferecendo-lhes não apenas o benefício de sua experiência mas também apoio material e, eventualmente, oportunidade de trabalho (SINGER, 1998, p. 62).

A partir da década de 1980, a industrialização vai tomando nova forma espacial, abrangendo outras microrregiões, como o Vale do Caí e o Vale do Taquari, onde as fábricas se instalaram pelo número de mão-de-obra disponível, tendo em vista que a agricultura familiar colonial aí praticada, além de não possibilitar condições econômicas, remunerava mal essa força de trabalho. Baseado nessa idéia de Schneider, o mapa abaixo comprova a origem e a evolução do setor coureiro-calçadista no Estado.

MAPA 1:  
Setor coureiro-calçadista no RS



Fonte: SCHNEIDER, 2004, p. 31.

Foi nessa década, que as empresas iniciaram o processo de flexibilização da produção, bem como se expandiram e descentralizaram-se em direção às microrregiões da Encosta da Serra, Vale do Caí e do Taquari. Nessas regiões, havia mão-de-obra disponível, ou seja, filhos de colonos residentes em áreas próximas às empresas. “A flexibilização consiste no aumento da subcontratação de prestadores de serviços, como os ateliês de calçados, e na instalação de unidades de produção que executam apenas etapas ou fases de fabricação de calçados” (SCHNEIDER, 2004, p. 32).

Na opinião do autor, as tecnologias tayloristas nas empresas calçadistas, o interesse dessas por uma força de trabalho de baixo custo, mais disciplinada e mais cativa (filhos dos colonos alemães), bem como a fuga à crescente institucionalização das relações de trabalho nos centros urbanos, estimulada pelo aumento da sindicalização dos operários e pelos emergentes e freqüentes movimentos grevistas que lutavam por aumento de salários, foram fatores propulsores da descentralização industrial do setor coureiro-calçadista. O governo local deu incentivos fiscais e isenções tributárias, ao passo que a melhoria nas comunicações e no transporte garantiram o sucesso da estratégia de descentralização e interiorização das empresas calçadistas do Vale dos Sinos a partir de 1980.

Schneider (2004) destaca como uma outra estratégia das indústrias os *ateliês de calçados*, ou seja, um amplo conjunto de micro, pequenas e médias empresas, sendo também utilizados como estratégia de produção industrial na própria sede das empresas. Através da subcontratação ou prestação de serviços, essas unidades de fabricação são estabelecimentos onde se confeccionam partes dos sapatos ou fases inteiras, como o chamado pré-fabricado (parte do solado).

No geral, os ateliês são administrados por ex-funcionários das empresas maiores, que se demitiram dessas e passaram a prestar serviços de produção. Essas peças ou partes do sapato são produzidas fora da planta industrial das grandes fábricas calçadistas. Em relação ao repasse dos trabalhos do ateliê, Schneider (2004, p. 35) afirma:

Somente o proprietário de um ateliê registrado consegue a concessão de peças de sapatos junto às empresas do setor coureiro-calçadista para, posteriormente, redistribuí-las. O registro como micro ou pequena empresa não implica a legalização completa das atividades produtivas dos ateliês. Embora boa parte dos ateliês seja registrada como micro ou pequena empresa, parte expressiva da produção, especialmente no caso de costuras e trançados, é realizada nos domicílios de pessoas subcontratadas por ateliês. É muito freqüente que o dono do ateliê seja meramente um *repassador de serviços* para os domicílios, reservando a si o papel de intermediário entre a empresa e os subcontratados. Além de fazer a distribuição, o proprietário do ateliê também pode produzir certas peças em seu próprio domicílio, empregando mão-de-obra familiar ou contratada.

Ainda em relação aos ateliês, o autor faz as seguintes afirmações:

Mais recentemente, a estratégia de repassar os trabalhos tem se intensificado. Em geral, as grandes externalizam (ou terceirizam) inteiramente a fase do pré-fabricado para as microempresas [...]. Estas, por sua vez, transferem partes do conjunto das operações da pré-fabricação, como a forração de saltos, palmilhas e outros, para ateliês de menor porte ou mesmo para serem confeccionados nos domicílios. Essa transferência de serviços vem sendo chamada de *quarterização* pelo fato de implicar o repasse de serviços terceirizados e já subcontratados para outros também subcontratados. Às vezes, essa transação amplia a informalização das relações de trabalho vigentes nessas atividades. Outro efeito importante desse esquema de produção é que aumenta substancialmente a apropriação intermediária de valor por parte daqueles que contratam os trabalhadores, tanto de forma direta, via ateliês, ou por meio de estratégias de subcontratação destes, como no caso do repasse de tarefas para serem executadas nos domicílios, pois quem pratica a *quarterização* remunera seus trabalhadores de acordo com o valor que recebe daqueles que terceirizam (SCHNEIDER, 2004, p. 35).

Os ateliês diferem em tipos, número de empregados, bem como em relação à quantidade de calçados produzida diariamente, as fases produtivas que desempenham e as condições de trabalho.

Schneider (2004), ao especificar os tipos de ateliê, aponta como os mais comuns: os de costura, de pré-fabricado, de preparação, de forração de saltos, de forração de palmilhas, de enfiados e de cartonagem (caixas de sapatos). Quanto à classificação em categorias, o autor, citando Azevedo, apresenta três: o ateliê domiciliar, o ateliê microempresa e o ateliê pequena empresa. Para que tenhamos uma idéia de cada categoria de ateliês, Schneider assim os caracteriza:

O ateliê domiciliar caracteriza-se pela predominância das operações manuais, como a costura e o enfiado. Em geral, estas atividades são executadas nos domicílios por pessoas idosas (aposentados), jovens e, principalmente, pelas mulheres que agregam aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos a confecção de peças de sapatos. Esse tipo de trabalho possui uma intermitência bastante acentuada, o que parece desestimular o registro formal das trabalhadoras como autônomas e muito menos o estabelecimento de vínculos contratuais regulares com as empresas ou com os repassadores de serviços. A remuneração pelo trabalho é quinzenal e se dá pela quantidade de peças produzidas e não pelo tempo de trabalho dispensado. Em momentos de grande demanda, é freqüente a extensão da jornada de trabalho para períodos noturnos e para os finais de semana.

A principal característica do ateliê microempresa é a função de intermediação que realiza entre o trabalho domiciliar e as empresas de calçados. Em geral, esse tipo de ateliê desempenha a tarefa de repassar as peças de sapatos retiradas na empresa e levá-las aos subcontratados, que as confeccionam em seus domicílios. Na maioria dos casos, os proprietários dessas microempresas são ex-funcionários das grandes empresas, que mantêm um relacionamento privilegiado com suas chefias, sobretudo aqueles encarregados de liberar as peças dos sapatos a serem confeccionadas. Cabe aos proprietários de ateliês a responsabilidade pela qualidade e prazos de entrega, bem como pelo pagamento dos subcontratados. Essa situação lhes confere prestígio e confiança, atributos indispensáveis para obtenção do serviço junto às empresas. Tanto o proprietário do ateliê microempresa quanto os seus subcontratados são remunerados pela quantidade de peças produzidas.

A terceira categoria de ateliê constitui o nível mais avançado do processo de terceirização na indústria calçadista do Rio Grande do Sul. A maioria dos ateliês de pequeno porte tem sua origem no ateliê microempresa, evoluindo para essa condição a partir de mudanças na execução dos processos produtivos. Essas pequenas empresas começaram a se expandir rapidamente a partir do final da década de 1980, quando as empresas passaram a flexibilizar seus processos de produção de forma mais intensa. Uma das maneiras de flexibilizar a produção de calçados foi mediante a terceirização de fases do processo produtivo, como a preparação e a costura do cabedal e o pré-fabricamento (formatação da plataforma do solado). Há casos em que grandes empresas desativaram inteiramente as seções de pré-fabricamento (etapa em que se produz a parte de apoio do pé, o solado), optando pela subcontratação de empresas menores, prestadoras desse serviço. Essas fases passaram a ser assumidas por completo por pequenas empresas, que são unidades de prestação de serviço autônomas e dispõem de maquinário e mão-de-obra apropriada. Nesse tipo de ateliê ocorre a contratação regular de força de trabalho na forma de assalariamento (SCHNEIDER, 2004, p. 35-36).

Ao concluir seu trabalho de análise da constituição do mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista, Schneider afirma que a industrialização desse setor foi o principal fator de transformação social e econômica da região do Vale dos Sinos. Para tanto, escreve:

A indústria de calçados do Rio Grande do Sul, ao longo do tempo, foi patrocinando formas específicas de regulação das relações de trabalho e de articulação desse setor produtivo com o sistema econômico local. Essas interrelações iniciaram mediante a incorporação dos habitantes da microrregião do Vale dos Sinos quando as empresas passaram do estágio da organização fabril para industrial, processo que ocorreu nos primórdios da década de 1970. Em seguida, à medida que a indústria foi se ampliando e aumentando sua participação no mercado internacional, novas formas de recrutamento de mão-de-obra foram surgindo, como é o caso da absorção dos migrantes vindos das outras regiões do estado. Já nos anos 1980, a indústria calçadista passou a colocar em prática uma estratégia de descentralização e interiorização de seu desenvolvimento, o que permitiu que surgissem novas empresas e que as áreas circunvizinhas ao Vale dos Sinos também fossem afetadas pela industrialização do setor coureiro-calçadista. Esse processo, conforme analisado no trabalho, operou transformações sociais e econômicas significativas nessas áreas, alterando, sobretudo, os modos de reprodução e inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2004, p. 47).

#### **8. 4. INDÚSTRIA DE CALÇADOS – DO AUGÉ À CRISE**

Como já foi analisado, a formação, ou as origens, da indústria do calçado no Vale dos Sinos deu-se de uma forma específica, em relação à regulação das relações de trabalho bem como em relação à maneira como articulou o setor produtivo, como responsável pela modificação social e econômica dessa região.

De acordo com Costa (2004), na década de 1960, mais precisamente no final, a indústria calçadista ingressa no mercado externo, ainda na condição de manufatura, e dá-se o início do processo de modernização através da mecanização do processo de fabricação, da qualidade do produto. O crescimento de pedidos de importações de calçados permitiu o desenvolvimento extensivo do setor. Em 1970, a indústria calçadista ingressa no mercado internacional à custa da abundância de mão-de-obra e custos baixos de produção. Como já fora apontado, o sucesso das exportações contou com os incentivos fiscais e financeiros, baixos salários, etc.

Costa lembra que o ingresso do Brasil no mercado internacional de calçados ocorre a partir do movimento da produção de calçados e de outros bens, fabricados nos países desenvolvidos em direção a regiões como oferta de mão-de-obra barata.

Afirma

que o final da década de 1960 constitui-se na fase derradeira dos chamados “anos dourados”, período de acelerado crescimento econômico que se iniciou ao término da Segunda Guerra Mundial. Nessa fase de prosperidade, a taxa de salários se elevou nos países desenvolvidos, encarecendo a fabricação de produtos que requeriam elevado conteúdo de trabalho direto. Assim, ao longo do tempo, Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e outros foram substituindo sua produção doméstica de calçados – de um modo geral, aqueles de menor preço – pela importação de regiões do mundo que apresentavam melhores condições competitivas. Foi a partir daí, então, que o Brasil, Coréia do Sul e Taiwan – para citar os mais expressivos à época – ingressaram nesse mercado (COSTA, 2004, p. 15).

O mesmo autor justifica que o motivo de as regiões do Vale dos Sinos – RS e de Franca – SP, terem recebido os pedidos dos importadores de calçados deve-se a um fato trivial: há muito se achava ali instalado um parque industrial calçadista com uma longa tradição de produção, o que não ocorria em outras regiões brasileiras.

A partir de 1990, devido à competição da exportação dos calçados asiáticos, principalmente da China, Tailândia, etc., a economia brasileira foi afetada tanto pela queda das barreiras tarifárias e não-tarifárias, como pela política de estabilização do Plano Real em julho de 1994, o que levou a uma valorização do câmbio. Os calçados perderam em competitividade, tanto no mercado externo quanto no interno.

Além disso, outro agravante que contribuiu para a diminuição dos pedidos por parte das empresas importadoras, assim como para a crise na demanda, foi “a mudança no padrão de consumo, com o aumento na demanda por calçados atléticos e calçados confeccionados em material sintético frente ao sapato de couro” (COSTA, 2004, p. 17). Além de diminuírem os pedidos, ocorreu uma baixa taxa de crescimento da demanda internacional de calçados em decorrência da queda no crescimento demográfico e do baixo desempenho econômico mundial e uma maior fragmentação e volatilidade dos mercados, completa o autor.

Além dos impactos negativos citados, na economia do setor calçadista, em 1990, o desemprego foi o aspecto mais negativo, causado pela falência de várias empresas que acabaram por fechar suas portas.

Tanto no mercado internacional, quanto no interno, a política de juros altos e a crise da economia brasileira afetaram as empresas e os consumidores. O quadro abaixo mostra as dificuldades das exportações de calçados a partir de 1994.

TABELA 4

Exportações brasileiras de calçados – 1970-2000

ANO	PARES (milhões)	US\$ MILHÕES
1970	4	8
1975	28	165
1980	49	387
1985	133	907
1990	143	1 107
1991	133	1 177
1992	158	1 409
1993	201	1 846
1994	171	1 537
1995	138	1 414
1996	143	1 567
1997	142	1 523
1998	131	1 330
1999	137	1 278
2000	162	1 547

Fonte: SECEX/MDIC; apud COSTA, 2004, p. 18.

Para que se tenha uma idéia do auge à crise que sofreram as empresas que enfrentaram dificuldades nas exportações pela concorrência de produtores chineses no mercado americano, da política cambial e de estabilização, Costa chama a atenção que

O ano de 1993 foi aquele, ao longo de toda a década, em que o setor atingiu o mais alto valor das exportações de calçados, alcançando US\$ 1,8 bilhão e ocupando 257,6 mil trabalhadores nessa atividade. No período 1994-1998 – que antecede a mudança no regime cambial brasileiro em janeiro de 1999 –, houve uma acentuada redução de postos de trabalho tanto na indústria brasileira de calçados como um todo, quanto no seu segmento localizado no Vale do Sinos. Em âmbito nacional, o emprego no setor reduziu-se de 240,6 mil trabalhadores em 1994 para 184,7 mil em 1988, enquanto no Vale do Sinos essa queda foi de 95 mil para 69,3 mil trabalhadores (COSTA, 2004, p. 19).

Entretanto, o autor afirma que, em janeiro de 1999, com a mudança do câmbio brasileiro, a política de âncora cambial teve uma livre flutuação do valor da moeda brasileira, ocorrendo, com isso, uma desvalorização cambial com repercussões positivas na performance das exportações de calçados já no ano seguinte, como mostra a Tabela 4.

Tendo em vista a perda da competitividade devido à política cambial citada e do mercado concorrente, as empresas adotam estratégias como mecanismos para enfrentar a situação caótica que se gerou na indústria calçadista. As medidas adotadas principalmente pelas empresas de médio e grande porte, segundo Costa, foram: modernização tecnológica, diversificação dos mercados, ampliação do número de linhas e modelos de calçados fabricados, bem como preocupação em aumentar a qualidade, reduzir desperdícios e adotar práticas de gestão mais flexíveis e profissionais. O autor afirma, ainda, que o deslocamento de fabricantes de calçados de unidades de produção do Vale para fora das fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul em direção ao Nordeste brasileiro, principalmente para os estados da Bahia e do Ceará, foi outra estratégia das empresas, conforme tabela abaixo

TABELA 5

Motivos que estariam influenciando no deslocamento de empresas de calçados para outras regiões do país, segundo as médias e grandes empresas de calçados do Vale dos Sinos

MOTIVOS	MI	I	PI	SI	N
Mão-de-obra melhor qualificada nessas regiões	-	4	1	13	18
Mão-de-obra não sindicalizada nessas regiões	4	13	7	3	27
Salários menores nessas regiões	19	20	2	-	41
Esgotamento da capacidade de expansão na região do Vale dos Sinos	-	3	7	8	18
Melhores condições de competitividade com concorrentes asiáticos	16	15	2	1	34
Maior rentabilidade da empresa	15	17	-	1	33
Proximidade do mercado consumidor	1	11	5	7	24
Escassez de mão-de-obra no Vale dos Sinos	-	2	8	8	18
Fornecedores mais eficientes e confiáveis nos prazos de entrega nessas regiões	-	-	-	-	-
Constatação de melhores condições nessas regiões por meio de:	-	1	3	14	18
• impostos menores	-	-	-	-	-
• incentivos fiscais	25	13	-	-	38
• terreno mais barato	25	16	-	-	41
• energia mais barata	16	14	3	-	33
• transporte mais barato	10	4	4	1	19
• apoio logístico governamental (feiras, etc.)	6	8	2	1	17
• crédito mais fácil e barato	6	7	6	1	20
	13	16	-	-	29
TOTAL DE EMPRESAS DA PESQUISA: 42					

Fonte: NETIT/UFRGS, apud SCHNEIDER, 2004, p. 20.

LEGENDA:

- MI = Muito Importante
- I = Importante
- PI = Pouco Importante
- SI = Sem Importância
- N = N° de respondentes

As empresas receberam uma série de incentivos para esse deslocamento, citados por Costa, tais como:

i) aqueles associados ao ICMS para o financiamento de capital fixo ou capital de giro das empresas em novos projetos de investimento, ou ampliação dos já existentes, e isenção de imposto de renda; ii) os vinculados ao estabelecimento de infra-estrutura – terrenos, energia, transportes e apoio logístico governamental para a participação em feiras – e isenção de impostos municipais; iii) financiamento automático às exportações correspondente a um percentual – cerca de 10% – do valor total exportado, em condições vantajosas de pagamento e prazos; iv) os referentes ao salário da mão-de-obra, que se manifesta em um valor em torno de um salário-mínimo e sem a incidência de encargos sociais, pois a mão-de-obra é contratada indiretamente pelas empresas por meio de *cooperativas de trabalho*, em que não há vínculo empregatício e a remuneração é sobre serviços prestados. Acrescente-se ainda que a organização dessas cooperativas cabe aos próprios estados da região, bem como a seleção e o treinamento da força de trabalho (COSTA, 2004, p. 21).

De acordo com Costa, as empresas nacionais, ao enfrentar a crise do setor calçadista, no período de 1994 a 1999, vêm procurando novos mercados consumidores como o mercado latino-americano e o árabe. “No final da década de 1990, a Argentina já se apresentava como o segundo maior comprador de calçados brasileiros (com cerca de 6% do total), desbancando a Inglaterra, tradicional detentor dessa posição” (COSTA, 2004, p. 22).

Finalizando o comentário, o autor faz a seguinte abordagem:

As vendas no exterior de calçados com marca própria é um objetivo cada vez mais presente nas estratégias mercadológicas dos fabricantes gaúchos. As exportações brasileiras de calçados desde o seu início ocorreram tendo como base capacidade de produção, com os calçados saindo das linhas de produção de empresas já contendo a marca do importador. A fase da comercialização é uma das mais rentáveis, daí que a venda com marca própria – do produtor ou do varejista – é do interesse individual das empresas participantes da negociação. A capacitação nesse atributo requer um esforço em *design* e estilo, qualidade do calçado, promoção comercial com participação em feiras e eventos internacionais, marketing e pontos de venda junto ao consumidor final. Sob esse aspecto, empresas brasileiras já têm colocado no mercado internacional calçados com a sua marca e instalado pontos de distribuição em alguns dos principais mercados mundiais. Este é um caminho que tende a ser trilhado por um maior número de empresas, podendo ampliar os espaços de crescimento para a indústria de calçados do Vale dos Sinos (COSTA, 2004, p. 22).

## **9. TRABALHO INFANTIL**

### **9.1 BREVE HISTÓRICO**

A História registra a mão-de-obra infantil desde as antigas civilizações (Egito, Mesopotâmia, Grécia, Roma, China e Japão). Há registros de trabalho escravo, coleta, artesanato, carpintaria, marcenaria, guarda de rebanhos, olarias, embarcações marítimas, etc.

Crianças trabalhando a partir de três anos de idade, muitas subnutridas, feridas e doentes, trabalhando em atividades penosas e vítimas das conquistas e conflitos políticos das nações conquistadoras.

Na Índia, legitimadas pelo vedismo, filosofia religiosa que pregava a predestinação do indivíduo em pertencer a uma determinada classe social, impunham às crianças os trabalhos menos qualificados, como limpar fossas, dejetos humanos e de animais, ajudar a queimar defuntos ou consertar sapatos.

Segundo a religião, eram consideradas impuras por pertencerem ao grupo dos intocáveis e, quando impedidos de achar trabalho, eram vendidos pela própria família para não onerar o orçamento caseiro.

As primeiras denúncias são, também, mencionadas na Bíblia sagrada, mas é na Idade Média que as crianças tiveram as piores condições de trabalho onde o frio, os ferimentos e o ataque de animais acompanhavam essa situação. Há registros em documentos históricos que comprovam outras péssimas condições como falta de higiene, promiscuidade, epidemias, abuso sexual contra as crianças.

Ferreira (2001) afirma que, na Baixa Idade Média (séculos XII-XV), os primeiros sinais do capitalismo comercial já se faziam evidentes, colocando em crise o sistema feudal. A Igreja, no intuito de acumular riquezas, passa a pregar a virtude através da pobreza. Com a crise do Feudalismo, os servos ocupavam as cidades e as metrópoles cresciam, assim como a falta de emprego. A miséria e a marginalidade social passaram a imperar.

Nas ruas, havia adultos, adolescentes e crianças sem nenhum lugar para morar, mendigando e ocupando buracos no chão. Alimentavam-se de grama, cascas, cadáveres de pessoas e animais, forçando os mais jovens a lutar pela sobrevivência através do roubo. Grande número de bebês eram abandonados na rua, nas latrinas ou estrumeiras e as mães que trabalhavam no campo levavam seus filhos em caixas de madeira que eram muitas vezes deixadas no local (FERREIRA, 2001, p. 22).

Nesse contexto, era comum a mortalidade infantil, que, em 1530, atingia 75% dos nascidos, causada por miséria, espancamento, sufocamento na cama, desnutrição, tuberculose, congelamento pelo frio, etc.

As precárias condições e os atos desumanos com que eram tratadas as crianças levavam-nas à morte, o que fez proliferar, a partir de 1772, a criação de orfanatos por toda a Europa e para onde eram encaminhadas as crianças. Além dos orfanatos, as crianças superlotavam as prisões onde era oferecida uma espécie de *educação* sistemática para desenvolverem *amor ao trabalho*, sem nenhum interesse por suas necessidades básicas. As crianças que trabalhavam nos setores de produção da seda e confecção de roupas eram submetidas a duras jornadas de até 16 horas por dia, eram supervisionadas, espancadas e com escassa alimentação.

A utilização do trabalho infantil não é, portanto, um fato novo na história da humanidade. As relações de dominação social e política, características de uma sociedade de classes, favorecia os fabricantes e comerciantes que viam seus lucros e sua riqueza aumentarem pelo domínio do capital e da circulação de mercadorias.

Essa foi a fase de acumulação primitiva do acúmulo do capital, citada no início deste trabalho. Nesse período que antecede a Revolução Industrial, o trabalho não era visto como tal, mas como ajuda, e a criança era incorporada à lida da terra com jornada intensa ao lado de seus pais.

A partir da Revolução Industrial, a própria divisão do trabalho, as tarefas simplificadas e depois automatizadas (taylorismo e fordismo) acabaram propiciando a utilização intensiva da mão-de-obra infantil (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2000, p. 4).

Segundo a Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que muda, no tempo, é a proporção da demanda e da oferta, as formas de inserção no mercado, as ocupações e condições de trabalho destinadas a essa faixa etária.

No século XVIII, dar trabalho às crianças era um *favor*, um *benefício* dos empregadores para com o Estado, que tinha por obrigação manter as Casas de Trabalho, instituições que abrigavam crianças pobres que viviam de vadiagem e mendicância.

Podemos afirmar que esse mito permanece arraigado na sociedade capitalista, ou seja, o trabalho continua com um valor ético e moral. O caráter *formativo* do trabalho em que a criança que trabalha fica mais esperta, torna o homem do futuro mais *digno*, com melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho e como prevenção da marginalidade, associado à precarização das relações de trabalho são as principais causas da incorporação de crianças no mercado de trabalho.

A sociedade influenciada por essa ideologia legitima esses motivos no momento em que reforça e associa o *não-trabalho* com a marginalidade e a delinqüência, contribuindo, assim, para o mito de que o trabalho é o formador das crianças e adolescentes das camadas populares.

Parece-nos claro o estigma instalado em relação à infância pobre, em que os pobres, durante muito tempo, eram acusados pela sua sorte, ou seja, eram pobres porque não queriam trabalhar. Essa idéia explica a exclusão social, sendo dessa forma que o trabalho infantil, entendido como forma de inserção social *formativa*, passa a ser imposta às famílias empobrecidas como uma falsa solução aos graves problemas da crise social, assim como desmistificou a índole má e seu caráter perverso.

É do conhecimento de todas as entidades que lutam pela erradicação do trabalho infantil que o interesse e a preferência dos empregadores pela mão-de-obra infantil é por essa é a mais *dócil*, menos custosa e mais fácil maneira de explorar.

## **9. 2 ONDE TRABALHAM AS CRIANÇAS**

Segundo as estimativas mundiais, existem em torno de duzentos e cinquenta milhões de menores no mercado de trabalho, a maioria deles na América Latina, África e Ásia. Grande parte desse trabalho escravo é insalubre e sem remuneração. É um fenômeno que reaparece nos países desenvolvidos, como em Portugal, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, etc., e se amplia nos países subdesenvolvidos.

A faixa etária do trabalho infantil mundial está entre os cinco e quatorze anos de idade.

Ferreira (2001, p. 58) afirma que a Tabela 6

Elabora uma projeção da mão-de-obra infantil, desde o ano 1950 até o ano 2010, referente a uma faixa etária específica. Serve para orientar e esclarecer o leitor sobre os percentuais de crianças trabalhadoras, de idade entre 10 e 14 anos, não somente de nosso país, mas do mundo inteiro. Dados provenientes da África do Sul, Arábia Saudita, Chile, Cuba, Honk Kong e Tunísia, entretanto, são questionáveis, pois seus registros demonstram evidências nulas de jovens inseridos no mercado de trabalho, quando na verdade fatos comprovados e documentados pela imprensa, rádio, televisão e ONGs (organizações não governamentais) confirmam a presença da minoridade em diversos campos de ação nesses países, em busca de um salário.

TABELA 6

Crianças de 10 a 14 anos economicamente ativas – 1995

ÁFRICA (%)		ÁSIA (%)		AM. LATINA (%)		EUROPA (%)		OCEANIA (%)	
Argélia	1,63	Arábia Saudita	0,00	Argentina	4,53	Albânia	1,11	Papua Nova Guiné	19,31
Burkina	51,05	Bangladesh	30,12	Bolívia	14,36	Hungria	0,17	Ilhas Salomão	28,89
Burundi	48,97	Butão	55,10	Brasil	16,09	Itália	0,38	Polinésia	3,67
Camarões	25,15	China	11,50	Chile	0,00	Portugal	1,76		
Côte d'Ivoire	20,46	Filipinas	8,04	Colômbia	6,62	Romênia	0,17		
Egito	11,23	Honk Kong	0,00	Costa Rica	5,48				
Etiópia	42,30	Índia.....	14,37	Cuba	0,00				
Gana	13,27	Indonésia	9,55	Guatemala	16,22				
Quênia	41,27	Irã	4,71	Haiti	25,30				
Mali	54,53	Iraque	2,95	Nicarágua	14,05				
Marrocos	5,61	Japão	0,00	Paraguai	7,87				
Niger	45,17	Jordânia	0,68	Peru	2,48				
Nigéria	25,75	Malásia	3,16	R. Dominicana	16,06				
Senegal	31,36	Nepal	45,18	Uruguai	2,08				
África do Sul	0,00	Paquistão	17,67	Venezuela	0,95				
Tunísia	0,00	Síria	5,78						
Uganda	45,31	Tailândia	16,22						
Zâmbia	16,27	Timor	45,39						
Zimbábue	29,44	Turquia	24,00						
		Vietnã	9,12						
		Iêmen	20,15						

Fonte: FERREIRA, 2001, p. 59.

Ferreira (2001) afirma que o trabalho infantil vem se expandindo no mundo inteiro e que isso se deve a uma doutrina que recomenda elevada produção a baixo custo, em nome de uma economia rentável sustentada por trabalho assalariado precariamente pago e não qualificado, criam-se subempregos nos quais são explorados adultos e crianças. Regiões do sul da Europa são citadas por contratarem crianças em atividades de caráter sazonal, comércio de rua, pequenas oficinas ou trabalho à domicílio. Em outras regiões também vem aumentando a mão-de-obra infantil com vistas a diminuir as dificuldades relativas às mudanças de planificação do mercado econômico, completa o referido autor.

Conforme informações da Organização Internacional do Trabalho, citadas por Ferreira (2001, p. 47),

O mesmo ocorre nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento do setor terciário, o rápido crescimento da oferta de empregos em tempo parcial e a busca de uma mão-de-obra mais flexível contribuem para alimentar, desde muitos anos, o mercado de trabalho infantil.

O relatório do Tribunal Contra o Trabalho Infantil<sup>13</sup> considera cínico por parte da sociedade nacional e internacional que no nosso entender, é a mesma que explora o trabalho infantil e numa contradição é a mesma que denuncia, como é o caso dos Estados Unidos que a partir dos anos 90 argumentava que não iria importar calçado brasileiro uma vez que era utilizada mão-de-obra infantil. É sabido que essa política nada mais é do que medida de manipulação comercial e de protecionismo.

Conforme aponta o Relatório, o governo norte-americano incluiu o Brasil numa relação de vinte países denunciados pela exploração do trabalho infantil. A contradição se faz presente no momento em que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que nesta época, existiam meio milhão de crianças na agricultura apenas no Estado da Califórnia, nos próprios Estados Unidos.

Nos países subdesenvolvidos, o trabalho infantil é uma prática generalizada e vem se expandindo, principalmente em consequência da rápida urbanização que vem se verificando nesses países nas últimas décadas. Várias são as atividades desempenhadas pelos menores: na indústria manufatureira, na agricultura, nos serviços e comércio, além do trabalho doméstico.

De acordo com fontes oficiais, em Ghana, Índia, Indonésia e Senegal, as atividades de mais de ¾ de menores entre quatro e quatorze anos desenvolvem-se em empresas mantidas pela própria família, e o salário praticamente inexistente. Além desses, um grande número de crianças é explorado em indústrias que visam à exportação, como a têxtil, a de confecção e a indústria de tapetes e calçados, em países do terceiro mundo (FERREIRA, 2001, p. 47).

---

<sup>13</sup> TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL. Sessão Preparatória do Tribunal Internacional Independente Contra o Trabalho Infantil. Brasília: s.n., 1995.

### 9.3 HISTÓRIA DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

De acordo com Ferreira (2001), o primeiro trabalho infantil no Brasil foi entre os indígenas no século XVI, que em troca de quinquilharias ajudavam os portugueses na extração do pau-brasil e a erguer as primeiras vilas.

Nas matas, os serviços de caça, pesca e coleta de frutos e raízes, bem como de plantas medicinais ficavam a cargo de homens e mulheres. As crianças tinham as seguintes atividades: procura de mel, de ovos de tartaruga e outros produtos de origem animal, bem como a caça de passarinhos. Também eram encarregados de cortar cipó. Era um trabalho simples e prazeroso, com exceção quando as crianças se tornavam adolescentes, daí eram submetidas a severos castigos e verdadeiras torturas com a finalidade de torná-los preparados para a vida adulta.

Mais tarde, com a escravidão os jovens entre dez e vinte anos eram a preferência dos comerciantes para trabalharem nas lavouras. O autor cita um trecho de um relato de estrangeiros que passavam pelo Brasil, onde os mesmos descreviam horrorizados o que viam. Vejamos:

Meninos e meninas com todos os indícios de doença e inanição, conseqüências da comida insuficiente e do longo confinamento em lugares insalubres, [...] sentados e deitados entre os animais mais imundos [...]. As provisões são agora tão escassas, que nem um pedaço de carne animal condimenta a pasta de farinha de mandioca, que é o sustento dos escravos; e mesmo desta, essas pobres crianças, por seus ossos saltados e rostos encovados, mostram que raramente obtêm o suficiente [...] (FERREIRA, 2001, p. 66).

Outras atividades eram executadas pelos escravos, como empregados em tarefas domésticas, ajudantes de cozinha, copeiros e criados dos filhos da casa e, no sul do Brasil, mais tarde, trabalhavam nas charqueadas.

O francês Saint Hilaire, por ocasião de sua passagem aqui pelo Sul, descreve o que viu em uma residência de um charqueador. Vejamos:

Há sempre na sala um pequeno negro de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é freqüentemente maltratado pelos filhos do dono. À noite chega-lhe o sono e, quando não há ninguém na sala, cai de joelhos para poder dormir. Não é esta casa a única que usa esse impiedoso sistema: ele é freqüente em outras (SAINT HILAIRE, apud FERREIRA, 2001, p. 69).

#### **9. 4. O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL**

O Brasil é um dos países que apresenta um dos maiores índices de trabalho infantil. De acordo com o IBGE (1990), 7,5 milhões de crianças e adolescentes de dez a dezessete anos trabalhavam no Brasil, o equivalente a 30% da população economicamente ativa. Essa situação tem sido denunciada e tem colocado o país numa situação constrangedora e desconfortável no cenário político-econômico-social, tanto em nível nacional como internacional.

Ainda de acordo com dados do PND – Pesquisa Nacional por Domicílios (1996), foi constatado por uma amostragem o aumento dos números, em que cerca de 552.185 crianças na faixa de cinco a nove anos, trabalhavam no Brasil.

Em outro relatório do PNAD (1998), é apresentado o índice de 4 milhões de crianças e adolescentes com menos de dezesseis anos que trabalham no Brasil no emprego doméstico, com jornadas de 43 horas semanais. Os locais e tipos são os mais diversos: na indústria do sisel, nos fornos das carvoarias, no corte da cana, na indústria do calçado, entre outros.

Especificamente em relação ao trabalho com calçados, dados apresentados pelo Tribunal Nacional Contra o Trabalho Infantil (1995) afirmam que as crianças, em alguns casos, recrutadas com menos de sete anos de idade, dobram, costuram, cortam linha, aparam, lixam e, principalmente, colam peças sob condições insalubres em ambientes fechados, impregnados pelos vapores da cola, pelo pó das lixadeiras e sob o barulho das máquinas.

Afirma, ainda, que essa situação é um imperativo da terceirização, em que a unidade de produção pode estar instalada na própria moradia ou na casa de vizinhos e parentes, sendo cerca de 65% dessas *bancas clandestinas*.

Diz ainda o Relatório:

A indústria de calçados, nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, na maioria das vezes voltadas para a exportação, intensificou nos últimos anos o processo de terceirização, na maior parte via trabalho doméstico, empregando crianças: no centro exportador de calçados de Franca – SP, 15% da mão-de-obra total tem entre cinco e quatorze anos de idade (4 mil crianças) (TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL, 1995, p. 60).

Sabe-se que os números apresentados em todo o mundo podem ser muito superiores, se forem consideradas as crianças que desempenham outros tipos de ocupação, como o trabalho doméstico, chamado *invisível*, visto não aparecer nas estatísticas oficiais. Outra questão é que nem sempre os dados apresentados pelo IBGE correspondem à realidade, o que levou o Diretor da OIT (Organização Internacional do Trabalho) a afirmar que “é difícil encontrar no Brasil uma mercadoria que na cadeia produtiva não tenha por trás a mão de uma criança” (TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL, 1995, p. 20).

O trabalho considerado intolerável é o trabalho realizado por crianças de forma insalubre, penoso, perigoso, com longas jornadas e remuneração. No Brasil, de acordo com a mídia, o trabalho infantil intolerável é exemplificado com a confecção de calçados, corte de cana-de-açúcar, sisal, pedreira (quebra de pedras) e o chamado *perigoso*, o *bico* (vendedores ambulantes, engraxates, etc.), realizado por crianças nos grandes centros urbanos. Vários estudos mostram que o trabalho precoce acarreta danos ao desenvolvimento físico e psicológico das crianças. Alguns casos foram denunciados de criança que apresentaram estatura e peso inferiores àquelas que não trabalham.

Em 1996, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, sob a coordenação técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômicas – DIEESE e com o apoio da CUT e da OIT – IPEC, realizou pesquisa em seis capitais brasileiras, objetivando levantar as condições de trabalho e de educação de crianças de 7 a 14 anos, bem como as conseqüências que o trabalho traz para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social delas e, ainda, sobre a convivência trabalho-estudo no cotidiano dessa população.

A seguir, constam algumas tabelas que refletem as conclusões dessa pesquisa citada pela CNTE e CUT à formulação de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil:

TABELA 7

Número de crianças que trabalham no Brasil

Faixa etária	Total de crianças	Crianças que trabalham	
		Quantidade	Percentual
5 a 9 anos	16.348.827	581.307	3,6%
10 a 14 anos	17.571.091	3.289.262	18,7%
5 a 14 anos	33.916.918	3.870.569	11,4%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, IBGE, 1995.

TABELA 8

Percentual de crianças que trabalham por faixa etária

Região	Faixa etária	
	5 a 9 anos	10 a 14 anos
Norte	4,4%	4,5%
Nordeste	51,7%	47,4%
Sudeste	17,5%	23,8%
Sul	19,8%	17,8%
Centro-oeste	7,6%	6,4%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, IBGE, 1995.

TABELA 9

As crianças, o trabalho e a frequência na escola

Freqüenta a escola?	Dos que trabalham	Dos que não trabalham	Dos que trabalham	Dos que não trabalham
Sim	78,1%	80,59	77,0%	92,7%
Não	21,9%	19,41	23,0%	7,3%
Total	100,0%	100,00	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, IBGE, 1995.

TABELA 10

Relação entre rendimento familiar e trabalho infantil

Remuneração mensal do chefe da família	Famílias com crianças que trabalham	Famílias cujas crianças não trabalham
Sem rendimento	3,1%	5,1%
até R\$ 80	19,9%	6,8%
de R\$ 81 até R\$ 100	12,4%	10,4%
de R\$ 101 até R\$ 150	18,6%	12,4%
de R\$ 151 até R\$ 200	14,2%	11,1%
de R\$ 201 até R\$ 250	6,4%	6,8%
de R\$ 251 até R\$ 330	8,5%	9,5%
de R\$ 331 até R\$ 457	6,3%	10,2%
de R\$ 458 até R\$ 662	4,8%	9,7%
de R\$ 663 até R\$ 1.200	4,1%	10,2%
Mais de R\$ 1.200	1,7%	7,7%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, IBGE, 1995.

TABELA 11

Horas trabalhadas por crianças de 10 a 14 anos

Horas trabalhadas	Números absolutos	Percentual
Até 14	577.142	254,1%
15 a 39	1.920.898	814,7%
40 a 44	372.738	158,3%
45 a 48	182.658	77,6%
49 ou mais	235.481	100%
Total	3.288.917	1396,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, IBGE, 1995.

TABELA 12

Rendimento de crianças de 10 a 14 anos

Faixas de rendimento	Número de trabalhadores infantis	Participação percentual
Prejuízo	548	0,05%
Até ½ salário	593.271	54,80%
De ½ até 1	367.886	34,00%
De 1 até 2	101.736	9,40%
De 2 até 3	14.236	1,30%
De 3 até 5	3.257	0,35%
De 5 até 10	1.717	1,15%
Total	1.082.921	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, IBGE, 1995.

Fazendo uma síntese geral das tabelas, pode-se afirmar que, em 1995, de acordo com dados do IBGE (1995), havia 580 mil crianças trabalhando com idade entre 5 e 9 anos, sendo que 80% dessas em atividades agrícolas. Os estados que apresentaram os maiores percentuais foram Maranhão, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, e os menores foram São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Em 1995, de acordo com dados do IBGE, na faixa etária entre 10 e 17 anos, 4,5 milhões estudavam e trabalhavam e 27 milhões, na mesma faixa etária, só trabalhavam. Somando esses dois grupos, 3,5 milhões trabalham mais de 40 horas semanais. Na mesma faixa etária, havia 658 mil que não estudavam, não trabalhavam nem realizavam afazeres domésticos.

Uma outra pesquisa mais recente aponta

Que em 1999 existiam mais de 8 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos trabalhando cerca de 40 horas por semana. Na faixa etária de 10 a 14 anos, 3.213.795, e de 15 a 17 anos, 5.335.337 jovens, distribuídos nos setores urbanos e agrícolas. Os empregos inseriram-se nos setores formal, informal, doméstico, por conta própria, consumo próprio, domiciliar não-remunerado e sem nenhum pagamento (este último referindo-se à agricultura). O total representa um número alarmante de pequenos brasileiros cujas prioridades como saúde, nutrição e educação estão relegadas a segundo plano. Deixamos de incluir o lazer na necessidade básica, pois aparece, neste momento, como um fator irrelevante, considerando-se que crianças subnutridas e sem escola, com estruturas familiares visivelmente comprometidas e suportando diariamente uma jornada de trabalho exaustiva, pouco tempo têm para brincar (FERREIRA, 2001, p. 75).

O autor também chama a atenção para

Outro grupo específico, extremamente desfavorecido em nosso mercado de trabalho: meninos e meninas entre cinco e nove anos, economicamente ativos na economia brasileira. No ano de 1999, existiam cerca de 433.041 crianças – cerca de 25 mil com cinco anos de idade – operando majoritariamente nas regiões agrícolas e em famílias que se estabeleceram por conta própria. Como nas idades mais baixas prepondera o ofício sem remuneração (até os 14 anos, mais da metade nada recebe), o Brasil contava com essa mão-de-obra absolutamente gratuita e extremamente eficiente: apesar de pequenas e franzinas, essas crianças igualavam-se aos adultos nas funções de revolver a terra, semear, colher, participar de pulverizações com agrotóxicos e armazenar cereais. Muitas foram encontradas trabalhando entre colheitadeiras, tratores e debulhadoras, completamente vulneráveis aos perigos das máquinas. Crianças colocadas nesse contexto raramente freqüentam a escola, e seu desempenho não é reconhecido, por estar geralmente incluído no trabalho dos pais.

Na área rural nordestina, a situação ainda é alarmante: em Alagoas, grande parte das crianças desconhece uma sala de aula, mesmo quando alcança a idade de iniciar o primeiro grau.

Embora a zona nordestina absorva tantos e tão novos campesinos, no Sul concentrou-se, de igual modo, grande número de crianças menores de 10 anos ocupadas em lidas agrícolas. Mais de 90% dessas crianças não recebiam nenhum pagamento, e, entre as que conseguiram remuneração, o valor foi inferior a 0,5 salário mínimo.

Em números absolutos, os estados que mais utilizaram a força operacional situada entre cinco e nove anos foram: Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco. São Paulo e Rio de Janeiro foram os únicos estados onde a maior parte dessas crianças atuou em setores não-agrícolas e cujos índices vêm baixando desde 1992 (FERREIRA, 2001, p. 76-77).

Ainda, em uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em 1999, afirma-se que um terço das crianças e dos adolescentes utilizados no trabalho doméstico infantil na América do Sul vive no Brasil.

A maioria é formada por mulheres, com baixa escolaridade, remuneração mensal inferior a meio salário mínimo (R\$ 100,00), que não têm férias. A Região Sul tem 76.580 trabalhadores (15,23% do total do país). Os mesmos dados de 1999 indicam 502.839 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos nesse tipo de trabalho.

De acordo com a divulgação dos relatórios de Organizações Não-Governamentais (ONGS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas (ONU) recebeu, no dia 10 de junho de 2004, dados que indicam a existência de um milhão de crianças, entre sete e quatorze anos de idade, fora das salas de aula, apontando ainda a existência de 559 mil crianças e adolescentes trabalhando em funções domésticas no Brasil (ZERO HORA, 11 jun. 2004).

Como podemos observar, a legislação que protege as crianças e os adolescentes em nosso país é totalmente violada e desrespeitada. Especificamente no que tange ao trabalho doméstico, de acordo com o Relatório Azul 2002-2003<sup>14</sup>, a maioria dessas crianças são meninas, afrodescendentes, com baixa escolaridade, remuneração inferior a um salário mínimo e desprovidas do benefício de férias.

O referido relatório aponta outros dados do IBGE: 8% das crianças que trabalham no Brasil realizam tarefas domésticas; 492 mil meninas têm entre cinco e dezessete anos; 230 mil estão abaixo de dezesseis anos; 21 horas é a média da jornada semanal de empregadas domésticas entre cinco e nove anos de idade; R\$ 13 é a sua remuneração média mensal. A questão do trabalho infantil doméstico é vista com naturalidade pela sociedade, não sendo esse trabalho encarado como exploração da criança e do adolescente, e recebe o apoio da família, o que dificulta o combate dessa prática.

---

<sup>14</sup> RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul 2002-2003: garantias e violações dos Direitos Humanos*. Porto Alegre: Corag, 2003.

Em relação, ainda, ao resultado das mais recentes pesquisas sobre o Trabalho Infantil no mundo, 246 milhões de crianças e adolescentes, o que equivaleria a toda a população dos Estados Unidos, estão trabalhando para sobreviver, sendo que 179 milhões, em sua maioria menores de quinze anos, ocupam-se de tarefas consideradas perigosas, como a mineração, a pesca e a construção civil.

O setor agrícola é responsável por 70% desse conjunto. “Cerca de 15% da população infantil brasileira trabalha e, desse percentual, 15,2% encontram-se na Região Sul” (RIO GRANDE DO SUL, 2002-2003, p. 30). O IBGE aponta que 256 mil crianças, no Rio Grande do Sul, trabalham, sendo que, destes, 49,55% não recebem remuneração alguma e 60% encontram-se em atividades do setor agropecuário.

Em recente estimativa realizada pelo Conselho Tutelar, durante a Semana de Combate ao Trabalho Infantil, realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SAHAB) de Novo Hamburgo, “existem mais de 400 crianças e adolescentes exercendo algum tipo de trabalho no município” (JORNAL NH, 15 jun. 2004).

De acordo com o presidente do órgão citado, Edison Matos, “a maior parte dos casos diz respeito a prestadores de serviços terceirizados pela indústria calçadista e ao trabalho doméstico realizado para o mesmo setor, denominados *ateliês de fundo de quintal* que empregam crianças entre sete e quatorze anos” (JORNAL NH, 15 jun. 2004). Esses locais destinam-se à preparação de solados e costuras.

Na opinião do titular da Vara Regional da Infância e da Juventude, Juiz Joel Scheva, a lei não condiz com a realidade brasileira. “Somos um país de miseráveis e acho que a menina ou o menino de quatorze anos tem condições de trabalhar, desde que sem risco ou insalubridade” (JORNAL NH, 15 jun. 2004). Segundo ele, os pais não têm condições de dar o mínimo necessário ao sustento de seus filhos, e existem poucos programas de atendimento assistencial. O Juiz chega a afirmar que é um “contra-senso proibir o trabalho desses adolescentes” (JORNAL NH, 15 jun. 2004) e que não há trabalho escravo, que é também a opinião dos pais. Afirma ainda que os pais que mandam seus filhos aos semáforos para venderem balas ou pedirem esmolas, têm dificuldade para entender o porquê de estarem infringindo a lei, visto esta ser a realidade social que o Brasil enfrenta.

Em outra matéria recente, veiculada pelo Jornal Zero Hora<sup>15</sup>, o Rio Grande do Sul foi escolhido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para liderar, no Brasil, junto com mais quatro estados (Maranhão, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro), um plano piloto de combate ao trabalho infantil. Conforme dados da OIT publicados nesta matéria, em nosso Estado, 30% das crianças e dos jovens entre cinco e quinze anos trabalham. Ainda de acordo com o relatório emitido pela OIT, o Estado do Rio Grande do Sul ocupa a oitava colocação no *ranking* nacional de exploração do trabalho infantil. Segundo informações divulgadas pelo jornal, Porto Alegre, Caxias do Sul e Novo Hamburgo são os municípios onde existem mais crianças e jovens, de até dezessete anos, envolvidos em alguma atividade própria para adultos.

---

<sup>15</sup> ZERO HORA, 16 jun. 2004.

#### O PROBLEMA DO ESTADO

Onde o trabalho infantil de alto risco entre jovens de 10 e 17 anos é mais freqüente no RS.

- 1º LUGAR – PORTO ALEGRE

4.276 crianças

22% como cozinheiro ou garçom

- 2º LUGAR – CAXIAS DO SUL

2.476 crianças

17% na construção civil

- 3º LUGAR – NOVO HAMBURGO

2.225 crianças

46% na fabricação de calçados

(ZH, 16 jun. 2004).

Se formos analisar o índice de 46% de trabalho infantil na fabricação de calçados em Novo Hamburgo, comprovaremos ser um contra-senso a estimativa exposta pelo Conselho Tutelar quando afirma que “existem mais de 400 crianças e adolescentes exercendo algum tipo de trabalho em Novo Hamburgo” (JORNAL NH, 15 jun. 2004).

O Rio Grande do Sul foi apontado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como um dos cinco Estados com as “piores formas de trabalho infantil” (ZERO HORA, 12 out. 2004), ocasião em que divulgou um programa de ação de combate e prevenção com o objetivo de atingir 775 crianças e adolescentes em Porto Alegre, Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Candelária.

#### 9. 4. 1 Programas e Projetos de Erradicação do Trabalho Infantil no Vale dos Sinos

De acordo com a revista UPDATE<sup>16</sup>, os países importadores passaram a exigir de seus fornecedores a adoção de alguns princípios de ética, como, no caso, a não-utilização de mão-de-obra infantil. Os Estados Unidos, em relação à indústria calçadista, fizeram denúncias da utilização de mão-de-obra na indústria brasileira, ocasião em que também ameaçaram fazer sanções comerciais aos calçados fabricados no país. Nesse período, houve uma reação do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e dos representantes da indústria calçadista.

Em 1994, realizou-se um seminário, em Brasília, com o tema *A Problemática do Trabalho Infantil em Nível Nacional*, reunindo fiscais do Ministério do Trabalho de vários Estados da Federação e representantes da OIT. Segundo Schneider (1996), a Subdelegada do Ministério do Trabalho em Novo Hamburgo, na época, apresentou o projeto *Implementação do Centro de Iniciação Profissional*, da ASBEM, entidade que visa resgatar adolescentes com desvio de conduta, em caráter preventivo e profissionalizante. Esse projeto pioneiro reuniu entidades públicas e privadas que se engajaram na busca de alternativas e soluções para a problemática situação dos adolescentes na região do Vale dos Sinos.

---

<sup>16</sup> PEDRA no Sapato: Indústria Calçadista do Rio Grande do Sul Investe para Erradicar o Trabalho Infantil. Disponível em: <<http://www.anchem.com.br/revista.htm>> Acesso em 1 jun. 2003.

A partir dessa iniciativa e da repercussão dela, em dezembro de 1994, a OIT enviou para o Rio Grande do Sul um representante com a incumbência de produzir um relatório sobre a situação do trabalho infantil no setor coureiro-calçadista, bem como estabelecer contatos locais para futura implementação de um Projeto Piloto com recursos do IPEC.

Assim, em 1995, um projeto foi elaborado e encaminhado, contribuindo para a tomada de consciência e para o envolvimento de diversas entidades sobre a questão do trabalho infantil, como também envolveu empresas, escolas e a comunidade em geral dos municípios de Novo Hamburgo e de Dois Irmãos.

## **9. 5. CAUSAS DO TRABALHO INFANTIL**

Vários são os fatores que contribuem para a exploração do trabalho infantil. Estudos acusam que a precária situação financeira dos pais das crianças e adolescentes, assim como a estrutura de mercado e a falta de uma política social e outros benefícios socioculturais são a raiz do problema.

Em tese, se podem mencionar as seguintes causas da incorporação da força de trabalho infantil: concentração da renda e da riqueza no Brasil; miséria, baixos salários e desemprego; falta de política educacional, de cultura, de esporte e de lazer e as recentes transformações no mundo do trabalho, representadas pela crescente precarização das relações e condições de trabalho ou de mão-de-obra flexível definindo a divisão do trabalho.

O modelo socioeconômico obriga as famílias a colocarem seus filhos no mercado de trabalho. Segundo Ferreira (2001, p. 72), “as famílias pobres cuja renda mensal per capita não ultrapassa um salário mínimo são as que mais intimidam seus filhos a trabalhar”. Chama-nos a atenção o que aponta a maioria das pesquisas realizadas, nas diversas atividades exercidas pelas crianças, pelos diversos órgãos, em relação ao prejuízo em relação à dificuldade de aprendizagem resultante do cansaço e da má alimentação, levando a uma considerável taxa de evasão escolar, assim como a mísera remuneração que recebem e o grande percentual de crianças que não recebem nenhuma remuneração.

Essas causas não são exclusivas pela inserção das crianças no mercado de trabalho. Vale ressaltar algumas já citadas, como a ideologia caracterizada como mito que ele enseja de que o trabalho é *formativo, prepara a criança para a vida, para aprender uma profissão*, enfim, como afirma o Relatório elaborado pela CUT de que é “preventivo da ociosidade e da marginalidade, sendo uma panacéia para muitos males” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 1998, p. 11).

## **9. 6. TRABALHO INFANTIL NA REGIÃO DO VALE DOS SINOS**

O trabalho infantil na indústria calçadista do Vale do Rio dos Sinos foi praticamente eliminado dentro das fábricas e ateliês, mas é sabido que muitas crianças e adolescentes fazem parte da cadeia produtiva do setor, confirmando a persistência do problema.

Essa questão é muito complexa, pois o trabalho desses menores é realizado para atender as necessidades básicas de suas famílias.

No Vale do Rio dos Sinos, as famílias têm medo de falar e perder o ganha-pão. Metalúrgicas entregam a preparação de fivelas para pessoas conhecidas do bairro ou para ateliês, legais ou clandestinos. Tanto uns como outros redistribuem o material às famílias. Ao final de uma quinzena, uma família consegue entregar sete ou oito milhares de fivelas prontas. Recebe R\$ 35. Por essa equação, vê-se que quanto mais gente estiver produzindo, mais a família irá ganhar. Nasce daí um pacto de silêncio entre pais e prestadores de serviços à indústria de calçados.<sup>17</sup>

Para o presidente do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, Carlos Gilberto Koch, “o trabalho infantil em casa sempre existiu, mas a subcontratação de mão-de-obra preservou as empresas e passou o problema para os pais. Transferido para dentro de casa, o trabalho infantil se tornou mais difícil de ser controlado”.<sup>18</sup> Na opinião do referido presidente, ocorre uma falta de demanda de pessoal para realizar o controle e, para amenizar o problema, seria preciso nomear mais auditores fiscais, assim como repensar a política educacional, extensiva ao Ensino Médio, com escolas junto à moradia das crianças e dos adolescentes.

Outro aspecto apontado pelo presidente é o de que existe um pacto de silêncio e de cumplicidade; quando, por exemplo, os fiscais recebem denúncias e vão averiguar a veracidade, os ateliês ou intermediários, que fazem a subcontratação, são *avisados*.

---

<sup>17</sup> PEDRA no Sapato: Indústria Calçadista do Rio Grande do Sul Investe para Erradicar o Trabalho Infantil. Disponível em: <<http://www.anchem.com.br/revista.htm>> Acesso em 1 jun. 2003.

<sup>18</sup> KOCH, Carlos Gilberto. Atuação do trabalho infantil e opinião do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo sobre o tema. Sindicato dos Sapateiros, Novo Hamburgo, 13 jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

Outro problema apontado por ele é a falta de demanda de pessoal para realizar a fiscalização. O Ministério do Trabalho e o Sindicato fazem a sua parte, tentam acompanhar, mas foge do controle por ser muita gente trabalhando nas casas, sendo necessária a realização de novos concursos públicos para contratações de auditores fiscais. Schneider, ao abordar essa questão, afirma:

A problemática dos trabalhos irregulares e precários vem preocupando o movimento sindical e as autoridades públicas e privadas da região do Vale dos Sinos. Os sindicatos, ainda pouco cientes do real significado e das prováveis conseqüências do processo de terceirização em curso nas indústrias de calçados, vêm demonstrando uma capacidade reduzida de intervenção sobre o problema. A principal dificuldade reside no alto grau de dispersão e pulverização dos ateliês. Como a maior parte do trabalho é realizada nos domicílios, torna-se difícil a intervenção generalizada (SCHNEIDER, 1999, p. 161).

Esse problema se reflete em todos os enfrentamentos tentados pelas entidades preocupadas com a erradicação da mão-de-obra infantil, porque os sindicatos e os grupos combatentes são freados pelo princípio da inviolabilidade do domicílio, garantida pela Constituição Federal.

O Subdelegado do Trabalho (SRT), de Novo Hamburgo, Bel. Emerson Tyrone Mattje<sup>19</sup>, observa dificuldades na fiscalização do Ministério do Trabalho, tendo em vista que o trabalho infantil domiciliar não é ilícito penalmente, ou seja, não é de sua competência fiscalizar residências, mas, sim, empresas. O artigo 5º da Constituição Federal define a inviolabilidade do domicílio, quando se refere à questão da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

---

<sup>19</sup> MATTJE, Emerson Tyrone. Fiscalização do trabalho infantil e opinião da Subdelegacia Regional do Trabalho de Novo Hamburgo sobre o tema. Subdelegacia Regional do Trabalho, Novo Hamburgo, 15 jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

Afirma, ainda, que o trabalho infantil domiciliar não é ilícito penalmente, visto que os pais autorizam os filhos a trabalhar, e que este fato tira a responsabilidade do empresário, o qual somente poderá ser punido quando em flagrante de delito ou por ordem judicial.

O referido Subdelegado afirma que o trabalho de menores de 16 anos não acontece nas empresas, mas, quando ocorre, cabe ao Ministério a fiscalização através dos seus auditores fiscais, sempre que houver denúncias; estes, porém, por não serem onipotentes nem onipresentes, não têm como controlar o problema. Acredita que nos ateliês, sim, o trabalho infantil é desenvolvido.

Como alternativas de soluções, aponta o Subdelegado, em primeiro lugar, que, por achar ilegal o repasse do trabalho dos pais para as crianças, sugere que a Promotoria da Infância e Adolescência chame os pais e providencie um Termo de Ajuste e Conduta através do Ministério Público, passando a responsabilidade para os Conselhos Tutelares. Visto ter poder e competência, a Promotoria deve fazer valer o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sugere, ainda, a aplicação de políticas públicas de inserção social, como a mudança da lógica de crenças arraigadas na sociedade alemã, em que o *trabalho enobrece*, tendo essa cultura sido repassada de geração em geração. Por último, sugere o controle indireto da natalidade, com políticas públicas de inserção social.

---

Na opinião do titular da Subdelegacia Regional do Trabalho em São Leopoldo, Dr. Rui Nei Daniel<sup>20</sup>, as causas do trabalho infantil no município devem-se a uma questão cultural, em que valores de culto ao trabalho estão fortemente arraigadas na comunidade alemã, principalmente na zona rural.

Assim como o Subdelegado de Novo Hamburgo, ele acredita que o trabalho infantil nas empresas não existe e que, nos ateliês, o mesmo vêm decrescendo. Sempre que ocorre uma denúncia, o trabalho de fiscalização e auditoria é efetivado por parte da DRT local. Também confirma a impossibilidade de autuar pessoas a domicílio, devido à inviolabilidade domiciliar garantida pela Constituição Federal.

Como soluções para a erradicação do trabalho infantil no município, de forma geral, ele aponta, em primeiro lugar, a realização de identificações e encaminhamentos das crianças que trabalham no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o qual está sendo implantado em São Leopoldo. Também se dispôs a fazer um maior acompanhamento a partir de então, para que o mesmo se concretize, tendo em vista que o convênio da Prefeitura com a União já foi assinado, viabilizando o programa.

Por fim, é necessária uma integração de todos os órgãos envolvidos na proposta de erradicar o trabalho infantil, os quais são: Ministério do Trabalho, Conselho Tutelar, Casa da Criança, ONGs e comunidade em geral.

---

<sup>20</sup> DANIEL, Rui Nei. Fiscalização do trabalho infantil e opinião da Subdelegacia Regional do Trabalho de São Leopoldo sobre o tema. Subdelegacia Regional do Trabalho, São Leopoldo, 7 jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

Na opinião da Promotora da Infância e Juventude de São Leopoldo, Dr<sup>a</sup> Mara Cristiane Job Beck Pedro<sup>21</sup>, apesar de não ter conhecimento de trabalho infantil ligado ao setor calçadista realizado em domicílios de São Leopoldo, ela afirma que, existindo levantamento de dados, o Ministério Público Estadual do Trabalho, bem como a própria promotoria podem e devem, sim, autuar as famílias para que não permitam o trabalho infantil e, ao mesmo tempo, responsabilizar as empresas que repassam trabalho aos terceirizados. Na oportunidade, interessou-se nos dados levantados nesta pesquisa e se dispôs, à medida que tomar conhecimento de irregularidades, estabelecer mecanismos de controle e de erradicação do trabalho infantil ligado à indústria calçadista.

## **9. 7. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA**

Antes de abordar a questão pertinente à legislação de proteção à infância, é necessário conceituar *trabalho infantil*. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), “Trabalho infantil é aquele executado por criança menor de 15 anos, com o objetivo de prover o seu sustento e/ou de sua família [...] em condições mais ou menos regulares” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1999, p. 10).

---

<sup>21</sup> PEDRO, Mara Cristiane Job Beck. Conhecimento e posição da Promotoria da Infância e Juventude de São Leopoldo acerca do trabalho infantil na indústria calçadista no município, bem como sugestões e alternativas de soluções para o problema. Promotoria da Infância e da Juventude, São Leopoldo, 14 set. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

No Brasil, organizações não-governamentais, sindicais, Conselhos Tutelares, entre outros, definem:

Trabalho infantil como aquele realizado por menores de 14 anos de idade, de modo regular, por mais de 20 horas semanais, com vinculação formal ou não de trabalho, com definição de remuneração ou não, e principalmente, quando a ocupação não permite a frequência regular à escola e o desenvolvimento de atividades extra-escolares (lazer, esportes, artes) além da convivência familiar e comunitária (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 1998, p. 11).

Essas mesmas organizações afirmam que ocorre exploração do trabalho quando as crianças e os adolescentes realizam trabalho de adulto, cumprem longas jornadas diárias e semanais, quando seus direitos não são garantidos através de uma proteção legal e remuneração digna e, finalmente, quando acarreta prejuízo de suas atividades escolares, de lazer e de saúde.

Ferreira faz uma crítica aos primeiros dispositivos legais de proteção ao trabalho juvenil, datados de 1891 (Decreto-Lei nº1313) e de 1927 (Código de Menores), citados no início do presente trabalho. O autor afirma que o Código do Menor representou

Arbitrariedade, abandono e violência contra a criança, alterado em 1979, período de intensa turbulência em virtude da política autoritária vigente, transferindo de 14 para 12 anos a idade mínima para início de qualquer ofício e assegurando o direito de o empregador manter as crianças trabalhando durante sete horas (FERREIRA, 2001, p. 108).

Nessas condições, o autor observa o retrocesso que também se verificou no caráter repressivo de um artigo aprovado e introduzido no mesmo Código, o qual determinava prisão cautelar para os menores “suspeitos de terem praticado algum delito”. Na verdade, “a categoria *menor* subentendia *pequenos miseráveis*, em sua maioria de cor negra, classificados como delinqüentes” (FERREIRA, 2001, p. 108).

Foi a partir do descontentamento dessas políticas de omissão ao atendimento das crianças, sobretudo pela arbitrariedade dos governos autoritários da época, marcando especificamente os anos 80 e, ainda, pelo caráter assistencialista e repressivo, que iniciou-se, de acordo com Ferreira (2001), uma mobilização de diversos segmentos sociais e instituições, através de Comissões, Seminários, etc. em prol de mudanças que viessem beneficiar a criança e o adolescente. Em 1986, é elaborada uma nova Carta Constitucional, priorizando os direitos humanos dos cidadãos.

Escreve o autor:

Várias esferas sociais organizaram-se em defesa de seus interesses, particularmente aquelas voltadas ao bem estar do menor, que imediatamente criaram o movimento “A Criança e a Constituinte” e passaram a tomar parte ativa nas discussões das emendas apresentadas à Assembléia. Mais tarde, esses dispositivos transformaram-se em artigos constitucionais, incorporando princípios internacionais a favor de meninos e meninas brasileiros e abolindo definitivamente o trabalho a menores de 14 anos (FERREIRA, 2001, p. 109).

De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT<sup>22</sup>, a última década do século passado foi marcada pelo crescimento da consciência de que o trabalho de crianças é um problema social e que seu enfrentamento não poderia ser mais adiado. A legislação do Brasil avançou em relação à proteção das crianças e dos adolescentes, especialmente na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da implantação de Conselhos Tutelares em todo o país, além de estruturas e programas de governo voltados para a assistência e proteção à criança.

---

<sup>22</sup> AS MUITAS faces do Trabalho Infantil. *SINAIT*, Brasília, ano 3, nº 6, p. 10-17, set./out., 2002.

Abaixo, uma relação de algumas dessas leis:

TABELA 13

Leis, convenções e declarações de proteção à infância

• Convenção nº 5 da OIT (1919)
• Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943)
• Declaração dos Direitos das Crianças (1959)
• Convenção nº 138 da OIT (1973)
• Recomendação nº 146 da OIT (1973)
• Constituição Federal, arts. 6 e 7 XXXIII, 203, I e II, 204-206, I, VI, VII, 227, 229 (1988)
• Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, arts. 28, 29, 31, 32 e 33 (1989)
• Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, Proteção e Desenvolvimento da Criança (1990)
• Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, arts. 3 a 7, 15 a 18, 22, 53 a 55, 58, 60, 61, 67, 69, 70, 86 a 88 (1990)
• Lei Orgânica da Assistência Social, arts. 1 e 2, I e II (1993)
• Ratificação da Convenção 138, que fixa a idade mínima para o trabalho, fixando a idade mínima de 16 anos para registro em carteira e a de 14 anos o adolescente está apto ao aprendizado.
• Ratificação da Convenção 182, que trata da eliminação das piores formas de trabalho infantil

Fonte: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 1998, p. 12.

Parece-nos claro que não é por falta de leis e regulamentações em nosso país que o trabalho infantil é explorado. Há um paradoxo, pois existe uma legislação séria, considerada por muitos como uma das melhores do mundo por ser completa e coerente com as reais necessidades das crianças e dos adolescentes, mas o que acontece na realidade é uma incoerência da sua prática, em que a mesma sociedade que condena, que cria leis de proteção, que critica o trabalho infantil, por outro lado, o tolera e legitima quando aceita o caráter *formativo* do trabalho, ou pior ainda, quando não faz cumprir a lei.

O que vemos é uma situação de extrema violência e exclusão social dessas crianças e adolescentes, agravando a situação dos mesmos. A própria Constituição de 1988, segundo o Relatório do Tribunal Nacional Contra o Trabalho Infantil (1995, p. 26), acusa que a legislação atual representou um retrocesso em relação à velha CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) de Vargas, que, há meio século, proibiu o trabalho infantil abaixo de 14 anos, mas nunca fiscalizou seu cumprimento.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho,

A pressão da sociedade foi fundamental para que o Brasil, depois de décadas de relutância, finalmente ratificasse a Convenção 138, que fixa a idade mínima para registro em carteira é de 16 anos e a partir de 14 anos o adolescente está apto ao aprendizado (AS MUITAS faces do Trabalho Infantil, 2002, p. 11).

Com relação à Convenção 182, que trata das piores formas de trabalho infantil, o que foi mais rápido para o referido Sindicato, uma vez que o governo brasileiro já havia assumido publicamente o combate ao trabalho infantil como uma de suas prioridades.

Retomando, a ratificação da Convenção 138 proíbe a Carteira de Trabalho para menores de 16 anos, exceto na condição de aprendizes. Na opinião de Ferreira (2001, p. 106), a legislação torna-se falha:

Não existe punição criminal para quem transgride suas determinações, e o empregador que contrata menores apenas corre o risco de ser multado em quantias irrisórias, as quais giram em torno de R\$ 600,00. Além disso, amparado pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ainda terá um desconto de 50% do valor da multa caso não recorra da decisão e efetue o pagamento em dez dias.

A Tabela 14 mostra como algumas empresas se posicionam diante do trabalho infantil ou que atitudes tomam em relação ao mesmo.

TABELA 14

Posicionamento de algumas empresas sobre o trabalho infantil

EMPRESAS	SEDE	SETOR	MATÉRIA-PRIMA CADEIA PRODUTIVA	ATITUDE
Belgo-Mineira	MG	Siderurgia	Carvão e madeira	Audita serviços de terceiros, deixará de comprar carvão nativo.
Camargo Corrêa	SP	Construção pesada	Serviços	Não participa de programas para inibir o trabalho infantil
Cargil	SP	Agroindústria	Laranja	Aderiu à campanha de erradicação do trabalho infantil
Cesp*	SP	Energia	Serviços	Mantém projeto educacional para crianças
Cisal	PB	Fios têxteis	Sisal	Não mantém programas para inibir o trabalho infantil
Cofap	SP	Autopeças	Carvão	Não comenta o assunto
Cia. Vale o Rio Doce*	RJ	Mineração	Minérios	Mantém programas de profissionalização e apóia entidades
Construtora Oliveira Roxo*	SP	Construção Civil	Olaria/cerâmica	Pioneira no setor de combate ao trabalho de crianças
Dako*	SP	Eletrodomésticos	Carvão	Mantém creches municipais e apóia projetos de prevenção ao trabalho infantil
Fiat	MG	Veículos	Carvão	Não aderiu ao programa de eliminação do trabalho infantil
Ford	SP	Veículos	Carvão	Procura inibir o trabalho infantil na cadeia produtiva
General Motors	SP	Veículos	Carvão	Tenta inibir o trabalho infantil na cadeia produtiva
Gerdau	RS	Siderurgia	Carvão	Não comenta o assunto
Mercedes-Benz	SP	Veículos	Carvão	Tenta inibir o trabalho infantil na cadeia produtiva
Natura*	SP	Indústria de Cosméticos	Resinas	Mantém escolas e programas sociais
Odebrecht*	BA	Construção pesada	Serviços	Mantém programas de formação profissional
Pão de Açúcar	SP	Comércio varejista	Alimentos e outros	Não comenta o assunto
Petrobrás	RJ	Combustíveis	Álcool	Governo determina a compra do álcool de usinas
Samello*	SP	Indústria de calçados	Couro e calçados	Participa de campanhas de prevenção do trabalho infantil
Samitri*	MG	Minérios	Mineração	Mantém programas de saúde e educação de menores
Scania	SP	Veículos	Carvão	Tenta inibir o trabalho infantil na cadeia produtiva
Souza Cruz	RJ	Cigarros	Fumo	Não comenta o assunto
Svedala Brasil	SP	Produtos para mineração	Carvão	Mantém projetos de capacitação profissional para crianças
Usina Santa Elisa	SP	Agroindústria	Álcool/cana-de-açúcar	Mantém parceria com escolas públicas
Viação Paratodos	SP	Transporte coletivo	Serviços	Mantém escola e financia cursos de capacitação profissional para crianças
Volkswagen	SP	Veículos	Carvão	Procura inibir o trabalho infantil na cadeia produtiva
Votorantim	SP	Cimento, metalurgia e outros	Laranja, cana-de-açúcar, álcool	Não participa do movimento da Fundação Abrinq
Wal-Mart	SP	Comércio Varejista	Alimentos e outros	Contrato impede que fornecedor empregue crianças

\* Participa do grupo de "Empresas Amigas da Criança" da Fundação Abrinq

Fonte: FERREIRA, 2001, p. 105.

Como um dos exemplos de empresas que não se posicionam sobre o trabalho infantil, cabe-nos refletir sobre o *porquê* de a Souza Cruz não se manifestar, pois, segundo Ferreira (2001), a indústria fatura cerca de US\$ 10 bilhões por ano às custas da mão-de-obra infantil, favorecida pelo baixo custo da produção, uma vez que utiliza grupos familiares sem qualquer tipo de vínculo empregatício, além de competir no mercado internacional como maior exportadora do produto.

Abordamos a Souza Cruz como exemplo de empresa que não se manifesta em relação ao trabalho infantil por se tratar de uma empresa que corresponde à realidade regional, vindo a contemplar, desta forma, o contexto da pesquisa, uma vez que assim como as crianças e adolescentes ficam expostas aos riscos pelo contato com os pesticidas, também as crianças pesquisadas que trabalham com o calçado ficam expostas aos riscos pelo contato com a cola, como veremos mais adiante.

O autor faz uma denúncia sobre os riscos que os pequenos fumicultores (crianças e adolescentes) do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina correm pelo contato com pesticidas potencialmente venenosos nas lavouras de fumo, onde os mesmos são intoxicados por não usarem equipamentos de proteção. Além disso, outros danos ocorrem pelo contato com agrotóxicos, onde estes, ao se acumularem no organismo, provocam esgotamento físico, emagrecimento, graves moléstias, podendo ocasionar até a morte.

De acordo com Ferreira (2001), os organofosforados são inibidores de uma enzima chamada acetilcolinesterase, cuja função é degradar o neurotransmissor acetilcolina que, entre outras funções, desempenha importante papel no controle dos estados afetivos. Com a inibição da enzima, aumenta a concentração de acetilcolina nas sinapses do sistema nervoso central e, como o processo é cumulativo, acaba por tornar-se uma intoxicação crônica, gerando um desequilíbrio dos sistemas que se organizam a partir da acetilcolina e causando o estado depressivo.

Afirma, ainda, o autor:

Estudos indicam que a cultura do fumo é uma das que mais requerem dosagem intermitente de organofosforados, herbicidas, fungicidas, piretróides, carbamatos e fumigatórios, elementos altamente tóxicos e que, em conjunto ou mesmo isoladamente, representam ameaça constante ao sistema neurológico, imunológico e físico de quem os manuseia (FERREIRA, 2001, p. 94).

O processo, de acordo com o autor, tem início na evaporação dos resíduos de pesticidas em contato com o sereno nas folhas de fumo. Pela manhã, o calor do sol

potencializa os efeitos do veneno e da nicotina, elemento presente na planta, que são rapidamente absorvidos pela pele de quem faz a colheita, na grande maioria crianças cuja idade mínima é de sete anos. Especialistas suspeitam que essa combinação tóxica pode ter efeitos devastadores nos impulsos nervosos, provocando depressão seguida de delírios, confusão mental e um enorme sentimento de desvalia (FERREIRA, 2001, p. 96).

Existe a possibilidade de atribuição aos elevados percentuais de suicídios entre crianças, bem como a lotação dos hospitais de casos de intoxicações na região fumegeira à época de plantio e safra. Os suicídios ocorrem após um longo período depressivo causado por sucessivas intoxicações, onde constata-se a presença dessa substância química presente em certos tipos de agrotóxicos, o organofosforado.

Ferreira (2001) mostra alguns tipos de agrotóxicos utilizados pelas lavouras fumageiras e suas conseqüências e sintomas para as pessoas que trabalham com elas. Vejamos:

TABELA 15

Agrotóxicos comumente usados nas plantações de fumo

TIPO	PRAGA COMBATIDA	ALGUNS PRODUTOS	SINTOMAS E/OU LESÕES
Organofosforados	Insetos e ácaros	Thiomex Fenitroion Parathion Metílico Malation Triclorfon	Efeitos neurológicos, diminuição de reflexos, deterioração do raciocínio e da memória e alterações de comportamento – tendência ao suicídio
Herbicidas	Ervas daninhas Inço	Ordram 2, 4-d Paraquat (Gramoxone) Clorofenóis e Trifluralina	Hiperglicemia (elevação de glicose no sangue), hipertemia (febre alta), mutações e câncer
Fumigatório	Ervas daninhas Inço	Brometo de Metila Fosfina	Distúrbios visuais, cefaléia, edema pulmonar
Piretróides	Insetos	Ambush, Talcord Cypermtrim, Belmark e Deltametrina	Alergia, asma e alterações no sistema nervoso
Carbamatos	Insetos	Carbaril Sevin Carbofuran	Formação de nitrosominas altamente carcinogênicas nos alimentos
Fungicidas	Fungos	Maneb Captan Mancozeb Dinocap Thiran	Câncer, malformações congênitas, lesões renais, atrofia testicular e ataque cardíaco quando também misturado com bebidas alcoólicas

Fonte: FERREIRA, 2001, p. 106.

De acordo com Abreu (1999), o legislador não delimitou a idade mínima para o aprendiz, e o que se tem considerado é a idade mínima de doze anos para o menor aprendiz, já que legislações anteriores à Constituição Federal 1988, inclusive a CLT, consideravam essa idade mínima para o menor trabalhador, tendo a Constituição de 1967 fixado em doze anos a idade mínima, em contraposição à Constituição de 1946, que já a fixava em quatorze anos.

O ECA, ao defender a integridade de crianças e adolescentes, deixa claro que há um conjunto de circunstâncias especialmente difíceis a que parte dessa população está afeta, entre elas o trabalho infantil, proibido por lei, que acaba discriminando, violentando e oprimindo a população infanto-juvenil das camadas populares, revelando a negligência do Estado e da sociedade na realização do direito à educação, saúde, lazer, profissionalização, entre outros. O mesmo documento aponta que o mais justo é a definição e realização de uma política de enfrentamento da pobreza com a criação de novos empregos, ou seja, pela efetivação das políticas sociais básicas, pela defesa e garantia dos direitos humanos.

Há uma unanimidade em relação à idéia coletiva de que o Estado deve inverter esse quadro através de políticas públicas que combatam a miséria, como o aumento da escolaridade e de programas educacionais; aumento da distribuição de renda e remuneração dos trabalhadores compatível com o custo de vida, pois, como escreveu o economista Rubens Ricupero, citado por Velasco: “se há empregos para

crianças, mas não há para adultos, haveria também para estes últimos se eles aceitassem receber salário de criança” (VELASCO, 2001, p. 107).

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores, através da contribuição à formulação de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil<sup>23</sup>, além das ações psico-jurídico-sociais do fortalecimento da família, são necessárias ações em conjunto com o Estado e a sociedade: “prover os membros menores de idade do direito à vida, à educação, à saúde, à cultura, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Constituição Federal, Art. 277). Como podemos observar, a Constituição Federal, através desse Artigo, coloca a criança como prioridade absoluta.

Ainda como uma medida de alerta, a referida contribuição, elaborada pela CNTE e pela CUT (2001, p. 11), coloca como necessário que os mecanismos de controle sobre o trabalho infantil sejam intensificados para que o mercado não encontre *brechas* para a contratação dessa força de trabalho, ao mesmo tempo que sejam intensificadas políticas de proteção ao grupo familiar das crianças trabalhadoras para que elas prescindam do trabalho de seus filhos.

---

<sup>23</sup> CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. *Lugar de Criança é na Escola: Uma contribuição da CNTE e da CUT à formulação de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil*. Brasília: Terranova Propaganda, 1998.

Sintetizando o aspecto legal abordado neste trabalho relativo à proteção do trabalho infanto-juvenil, Ferreira (2001) afirma que ela continua sendo infringida, e a participação da menoridade no setor agrícola ou urbano em condições de subserviência, dificilmente podendo ser interpretada como um aprendizado favorável ao seu desenvolvimento futuro, demonstra o flagrante desrespeito dos empregadores às recomendações da OIT e ao próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

## **9.8 A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT**

A OIT é um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que dispensa especial atenção ao trabalho infantil. Sua atuação está dedicada às questões que regulam a idade mínima para o emprego infantil através da adoção de tratados, de convenções e recomendações estabelecidas pelos seus Estados-membro. A primeira dessas medidas foi adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em 1919. Criada juntamente com a Liga das Nações, a OIT tornou-se, em 1946, o primeiro organismo especializado das Nações Unidas.

Em 1973 a Conferência adotou uma convenção geral sobre a idade mínima, que foi além das convenções anteriores aplicáveis apenas a certos setores econômicos. A Convenção nº 138, de 1973, sob o título de Idade Mínima para Admissão a Emprego, entrou em vigor em 19 de junho de 1976. Foi fixada a idade mínima de 15 anos para a admissão a emprego, mas de flexível aplicação circunstancial em muitos países em desenvolvimento.

A Convenção nº 138 foi ratificada por mais de quarenta países-membro, entre os quais doze do mundo em desenvolvimento. Outra maneira de a OIT cuidar do trabalho infantil é implantando programas e projetos no âmbito das comunidades nacionais e locais. Assim como a Convenção nº 138, a Recomendação nº 146 (1973) passa a regular a atuação da OIT sobre o trabalho infanto-juvenil.

## **9. 9 A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) E O PROGRAMA INTERNACIONAL DE ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (IPEC)**

No Brasil, a atuação da OIT começou a crescer a partir de 1988, ocasião em que a atuação reformista da Constituição brasileira resultou na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

Em 1992, a OIT trouxe para o Brasil o Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC). O país foi escolhido para ser o primeiro a ter o programa implantado na América Latina, pois as denúncias sobre a presença de trabalho infantil começaram a tomar corpo e a incomodar a sociedade e o governo. Esse programa veio aumentar a consciência sobre o trabalho infantil, bem como trazer bons resultados através do interesse e da mobilização de esforços da sociedade brasileira e do governo no sentido de reduzir o número de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, embora essa redução do número dos que trabalham no Brasil foi menor do que o esperado.

Segundo Schneider (1999), as formas de atuação do IPEC (International Programme on Elimination of Child Labour) nascem apoiadas sob forma de um acordo financeiro firmado entre a OIT e o governo da Alemanha, em 1991, passando, posteriormente, a ter vários governos como signatários.

Nesse sentido, o IPEC tem o trabalho de complementar, de uma forma independente, as atividades que a OIT vem desenvolvendo há muitos anos no trabalho de erradicação do trabalho infantil. O IPEC foi criado, dessa forma, para dar novo impulso às atividades operacionais da OIT nesse campo.

O Programa é global, pois vários países fazem parte como países-membro, mas seis deles (Brasil, Índia, Indonésia, Quênia, Tailândia e Turquia) solicitaram a assistência da OIT e foram escolhidos como países prioritários para ação no campo do trabalho infantil, no período de 1992-93.

Os principais objetivos do IPEC são:

- a) aumentar a capacidade dos membros da OIT e das ONGs de projetar, implementar e avaliar políticas e programas que objetivem a eliminação do trabalho infantil e a proteção das crianças trabalhadoras;
- b) determinar os pontos relativamente fortes e fracos de vários tipos de intervenção em âmbito comunitário local e nacional, como modelos para reaplicação e adaptação;
- c) criar mecanismos nacionais e internacionais capazes de gerar e manter uma intensa conscientização pública e campanhas de mobilização social de combate ao trabalho infantil (OLIVEIRA, apud SCHNEIDER, 1999, p. 16).

## **9. 10 A ATUAÇÃO DO PROGRAMA INTERNACIONAL DE ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (IPEC)**

A atuação do IPEC no Brasil se realiza em várias frentes e atinge vários setores da vida social e econômica. Seu alvo, como já dissemos, é a atuação em áreas ou atividades que envolvem o trabalho precoce de crianças e adolescentes.

O setor coureiro-calçadista constitui-se em uma dessas atividades em que a intervenção da OIT, através do IPEC, tem se manifestado. Um dos primeiros trabalhos apoiados nesse setor foi o estudo “Crianças que Estudam e Trabalham na Cidade de Franca”, realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados e do Vestuário de Franca e região, com assessoria do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

A partir da repercussão dessas iniciativas, em dezembro de 1994, a OIT envia para o Rio Grande do Sul um representante com a incumbência de produzir um relatório sobre a situação do trabalho infantil no setor coureiro-calçadista, bem como estabelecer contatos locais para a implementação de um Projeto-Piloto com recursos do IPEC.

Desse contato resultou a elaboração de um anteprojeto apontando as possibilidades de intervenção em relação à problemática do trabalho infantil. As negociações em torno dessa proposta estenderam-se ao longo do ano de 1995, durante o qual o projeto foi elaborado e encaminhado.

No projeto, pode-se ler como objetivo geral o desencadeamento, em Novo Hamburgo e Dois Irmãos, de um processo de reflexão, debate e tomada de consciência entre a comunidade, trabalhadores, empresários, escolas, crianças e famílias dos prejuízos causados à saúde, ao desenvolvimento escolar, psíquico e social, bem como do comprometimento do futuro das crianças envolvidas no trabalho precoce, para, a partir daí, indicar caminhos alternativos dentro da normativa brasileira (ECA) e internacional (OIT) sobre o tema.

Em síntese, pode-se afirmar que há uma luta geral pela defesa da criança no sentido da erradicação do trabalho infantil, bem como pela sua prevenção. A Central Única dos Trabalhadores vem lutando através do acompanhamento de políticas públicas com vistas a melhorar as condições de vida e de trabalho dessas crianças.

No entanto, mesmo com os bons resultados dos Programas e Projetos do IPEC, da OIT e da CUT, no sentido de aumentar a consciência sobre o trabalho infantil, os resultados em relação à diminuição do trabalho das crianças, na opinião da maioria das pessoas que tratam do assunto, foi inferior ao esperado.

Foi na década de 90 que o olhar sobre a criança tomou outro rumo, através da ênfase sobre a questão da infância que a legislação passou a dar (Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069 de 1990).

Vale ressaltar os trabalhos dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares, os projetos desenvolvidos pela CUT no campo das políticas de Educação/Formação e Trabalho, assim como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, criado pelo IPEC, que distribui bolsas para que as crianças saiam do trabalho e voltem para a escola.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, o próprio SINAIT (sindicato citado) também foi um dos responsáveis pela criação do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil<sup>24</sup>. Ainda de acordo com a revista, o sindicato participa desde 1998 do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, buscando alternativas para tratar o problema.

---

<sup>24</sup> AS MUITAS faces do Trabalho Infantil, 2002, p. 10-17.

Esse fórum foi instalado em novembro de 1994, inicialmente junto à sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Brasília, com o objetivo de discutir ações que contribuíssem para prevenir e erradicar o trabalho infantil, fazer cumprir a legislação vigente e intervir de forma articulada em áreas consideradas de risco que comprometem o desenvolvimento físico e psicológico das crianças.

Há quem afirme que o próprio Ministério do Trabalho, com seus programas de ações de apoio político para fiscalizar o trabalho infantil a partir de 1996, deu um salto de qualidade através do financiamento de investimentos.

Primeiro foram criadas as Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil, que depois se transformaram em Núcleos de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Hoje existem os Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – GECTIPAS, constituídos em cada uma das Delegacias Regionais do Trabalho – DRTS (AS MUITAS faces do Trabalho Infantil, 2002, p.12).

Através da Secretaria de Inspeção do Trabalho Infantil no Brasil (SIT), é feita uma radiografia do trabalho infantil no Brasil, onde, através do mapeamento de informações colhidas pelos Auditores Fiscais do Trabalho, são identificadas regiões e atividades econômicas nas quais são encontradas crianças e adolescentes em situação irregular (AS MUITAS faces do Trabalho Infantil, 2002, p. 12).

A partir desse mapeamento, é feito um trabalho de fiscalização, que é utilizado como subsídio para as entidades que financiam e executam projetos com vistas a erradicar o trabalho infantil. Existem convênios com as DRTS, permitindo que os auditores fiscais cadastrem e encaminhem as crianças a programas governamentais ou não-governamentais, tanto em âmbito estadual como municipal. As crianças, a partir disto, são encaminhadas para a escola regular e lhes são oferecidas atividades de lazer, educação complementar e, no caso de maiores de 14 anos, cursos profissionalizantes.

Especificamente em relação a esses últimos, na opinião de Velasco, ao se referir ao SENAI e SENAC, afirma ele que “não estão convenientemente aparelhados para cumprir as cotas em treinamentos exigidas pelo Ministério do Trabalho” e conclui que, “...desvirtuada de seu objetivo primeiro, essa aprendizagem se transforma em atalho para a obtenção de mão-de-obra a baixo custo” (VELASCO, 2001, p. 109).

Na opinião de Marília de Oliveira, AFT e coordenadora do GECTIPA/SP, “...a evolução da Fiscalização do Trabalho em relação ao trabalho infantil foi grande”. Afirma que os AFTS interagem com a sociedade e dão visibilidade ao trabalho da Fiscalização, porém a auditora questiona por que razão o MTE ainda não incluiu o GECTIPA em sua estrutura organizacional e por que a “pontuação é tão irrisória” e que, para conseguir uma pontuação melhor, seria necessário regularizar as situações encontradas na ação fiscal, e essas sofrem uma enorme burocratização (AS MUITAS faces do Trabalho Infantil, 2002, p. 12).

Outras críticas são realizadas, como a de que o discurso ao combate do trabalho infantil é prioridade, mas, na prática, desestimula os AFS a realmente solucionarem os problemas encontrados. Fica, no nosso entender, mais no sonho, no idealismo.

Embora, no Brasil, essa fiscalização venha sendo o principal instrumento para pelo menos amenizar a questão do trabalho infantil, observa-se que, apesar do esforço e do *discurso ufanista*, a prática não representa a coerência, seja pela valorização do trabalho, seja pelos poucos investimentos ou pela fragilidade dos programas, de curta duração, que não atendem realmente às necessidades das crianças que trabalham.

Uma última discussão que se faz e que nos parece muito séria é a apontada pelo Sindicato dos Auditores Fiscais, transcrita a seguir:

Os interesses políticos de cada governo e/ou governante, muitas vezes, determinam a continuidade ou não das políticas sociais. Aí residem sucessos ou retrocessos de programas sociais e seus enfoques. Em casos de aperto, contenção de despesas ou remanejamento de orçamentos, as verbas destinadas a programas sociais são sempre as primeiras a serem cortadas. Para 2003, por exemplo, estava prevista a distribuição de 813 mil Bolsas do Peti, do Governo Federal. Mas na hora de cortar, o Congresso Nacional optou por tirar recursos do Programa e aprovou apenas 650 mil bolsas, diminuindo o contingente de crianças que poderiam ser beneficiadas (AS MUITAS faces do Trabalho Infantil, 2002, p. 12).

Velasco reafirma essa idéia quando enfatiza que o problema do trabalho infantil é “agravado pelo componente eleitoreiro, pelo canto de urna”, que enfeitiça o político, assim como, no Nordeste, o sucesso nas urnas passa pelo malcheiroso caminho da seca (VELASCO, 2001, p. 105). O referido autor critica, ainda certas organizações não-governamentais que, oficialmente, *cuidam* do menor, recebendo para isto volumosos recursos externos.

O Tribunal Nacional Contra o Trabalho Infantil dá a sua contribuição para denunciar este fato, a partir do qual faz severas críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso pela sua ação e omissão à questão do trabalho infantil, como mostra o texto abaixo:

Na seqüência, em 1990, o então presidente Collor, outro dos responsáveis, sancionou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Algumas vezes tido como progressista, por reconhecer direitos à infância ignorado em Constituições anteriores, o ECA representa o mesmo retrocesso na questão do trabalho infantil. Ele consagra a dita aprendizagem – mas aprendizagem do que, quando o IBGE revela que 55% das meninas trabalham na condição de empregadas domésticas, por exemplo?

Assim, é com base nesse Estatuto que deputados como Beto Mansur, do PPR, ou vereadores como Zenas Vieira, também do PPR, apresentam diferentes projetos ao Congresso Nacional e à Câmara Municipal de São Paulo, propondo isenções fiscais às empresas que contratem crianças. É outro escândalo: o poder público favorecendo a exploração do trabalho infantil.

E, no entanto, isso já existe em vários estados: Ceará e Minas Gerais, por exemplo, desde a entrada em vigor do ECA, em 1991. Ali, o trabalho dos adolescentes entre 14 e 17 anos, já virou programa de governo – empresas modernas e competitivas de calçados (Arezzo) e de eletrodomésticos (Suggar), em Minas, são dispensadas de direitos trabalhistas, por sua pretensa contribuição benemerita para o bem comum.

Aliás, um fenômeno que acompanha o trabalho infantil é a hipocrisia da caridade oficial ou privada – a benemerência.

O que está por trás são os beneficiários pela chaga do trabalho infantil, tentando esconder sua responsabilidade. Examinaremos dois casos mais notórios:

O *Projeto Axé*, na Bahia, que recebeu doações da não menos notória Construtora Oderbrecht, conhecida pela habilidade em corromper e desviar gigantescos fundos públicos em seu próprio benefício. Pretende “limpar-se” contribuindo com o Axé. E o que é o projeto? “Além de promover as atividades musicais, o Projeto Axé consegue que artistas famosos criem e doem idéias para serem aproveitadas pelos meninos de rua em roupas, que são compradas por turistas.” [...]. Em resumo, exploração do trabalho infantil.

O *Projeto Travessia*, em São Paulo, parcialmente inspirado no Axé, tem como patrocinadores a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) – centro de especulação financeira no país, terceira maior bolsa de derivativos do mundo – e o Banco de Boston. Associando 53 ONGs, o Projeto visa “dar educação e trabalho para 950 menores que moram nas ruas” [...] Até aí seria mais um desses projetos, não fosse a participação nele do presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, filiado à CUT. O fato foi comemorado pelo diretor do Banco de Boston, que através dele vê que os Bancários “reconhecem que o Estado tem limites (sic) e que a sociedade deve, por si só, resolver seus problemas” [...]. Ou seja, serve para obscurecer tudo.

Generalizar o trabalho infantil e depois esconder os responsáveis e beneficiários pela caridade. No fundo, essa é a mesma política do governo Fernando Henrique Cardoso para esta questão.

Assim, seu primeiro ato de governo foi extinguir o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, entidade assistencial voltada para a área. A pretexto de combate à ineficiência, o resultado foi o desmantelamento de serviços públicos com desaparecimento de programas sociais. A maioria das entidades vinculadas à CBIA desapareceu sem deixar traço e, outras entidades de amparo ligadas também à extinta LBAS, estão até hoje esperando pelas verbas orçamentárias a que tinham direito.

Ainda mais, através do Programa Comunidade Solidária, dirigido por Ruth Cardoso, FHC quer atacar o ensino técnico e profissionalizante. Anunciou sua “rentabilização” por meio de sua substituição por programa de formação profissional de curta duração, de modo a despejar os jovens rapidamente no mercado de trabalho.

Para encobrir tudo isso, o governo FHC mobilizou artistas, alguns deles membros do Conselho da Comunidade Solidária, para um grande show no dia 12 de outubro, transformado nos últimos anos, pela indústria de brinquedo em Dia da Criança. O que, evidentemente, não as impediu de demitir 12 mil pais de família desde 1989, sendo 2500 só neste não [...]. Na ocasião do show, o governo vai lançar uma campanha promocional contra o “turismo sexual” e a prostituição infantil. Fazendo apelo à delação individual de proxenetas e aproveitadores, seu objetivo diversionista é chamar à atenção ao que constitui, sem dúvida, um mal, mas que é subsidiário, na verdade, desta grande máquina de exploração humana que é a exploração do trabalho infantil, que vai ganhando fóruns de “normal”.

Como quer a ONU, pela erradicação do trabalho infantil, FHC nada fez, nem mesmo recomenda a sua servil maioria no Congresso Nacional a ratificação da Convenção 138 da OIT, com tudo que daí decorre.

Com efeito, se fica assim claro quem são os beneficiários e responsáveis pelo trabalho infantil, não importa sua força e seu poder hoje; na sociedade eles são minoria, impõem-se a conclusão de que a força maior do número dos que são a maioria – o povo e os trabalhadores – têm a legitimidade para erguer as instituições legais que varram a chaga do trabalho infantil da sociedade humana (TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL, 1995, p. 26-28).

**III PARTE:**  
**RESULTADOS DA PESQUISA DO TRABALHO INFANTIL**  
**NA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA**  
**SÃO LEOPOLDO/RS**

## SONHO IMPOSSÍVEL

(versão: Chico Buarque)

*Sonhar mais um sonho impossível;  
Lutar, quando é fácil ceder;  
Vencer o inimigo invencível;  
Negar, quando a regra é vender;  
Sofrer a tortura implacável;  
Romper o incabível, prisão;  
Voar no limite provável;  
Tocar o inacessível chão.*

*É minha lei, é minha questão  
Virar esse mundo,  
Cravar esse chão,  
Não importa saber  
Se é terrível demais.*

*Quantas garras terei que vencer  
Por um pouco de paz  
E amanhã esse chão que eu beijei  
For meu leito e perdão  
Vou saber que valeu delirar  
E morrer de paixão.*

*E assim, seja lá como for,  
Vai ter fim a infinita aflição,  
E o mundo vai ver uma flor  
Brotar do impossível chão.*

## **10. CRIANÇAS QUE ESTUDAM E TRABALHAM NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO**

### **10.1 QUEM SÃO ESSAS CRIANÇAS?**

Em São Leopoldo, foram entrevistadas cem crianças. A maior parte delas possui entre sete e onze anos (61%), sendo que a faixa etária de doze a dezessete anos reúne (39%) da amostra. Das sessenta e uma meninas encontradas em São Leopoldo, seis (3,6%) possuem sete anos, sete (4,2%) possuem oito anos, quatro (2,4%) possuem nove anos, nove (5,4%) possuem dez anos, doze (7,3%) possuem onze anos, cinco (3%) possuem doze anos, seis (3,6%) possuem treze anos, nove (5,4%) possuem quatorze anos. As outras duas meninas possuem dezesseis e dezessete anos, respectivamente.

Dos trinta e nove meninos encontrados, seis (2,3%) possuem sete anos, quatro (1,5%) possuem nove anos, cinco (1,9%) possuem dez anos, sete (1,9%) possuem onze anos, dez (3,9%) possuem doze anos, cinco (1,9%) possuem treze anos, dois (0,7%) possuem quatorze anos e um possui oito anos.

Analisando os dados acima, podemos afirmar que a maior concentração de crianças que trabalham ocorre nas faixas etárias mais altas: onze, doze, treze e quatorze anos. O sexo predominante é o feminino (59%) sobre o masculino (41%). Dos entrevistados, 65% são brancos, 18% são mulatos e 17% são negros. É o que mostram as Tabelas 16, 17 e 18.

Tabela 16

Distribuição das crianças por sexo

Sexo	
Feminino	59
Masculino	41
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Tabela 17

Distribuição das crianças por cor

Cor	
Negro	17
Mulato	18
Branco	65
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Tabela 18

Distribuição das crianças por idade  
em que começaram a trabalhar no setor coureiro-calçadista

Idade	
07 a 11 anos	61
12 a 17 anos	39
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

## 10.2 A ESCOLA NA VIDA DAS CRIANÇAS TRABALHADORAS

Singer (2001), ao analisar a exclusão social por cor, gênero e nas regiões brasileiras, cita, como outras formas de exclusão social fortemente associadas com a pobreza, o analfabetismo, a ausência de escolaridade e o trabalho infantil.

Ao estudar esses aspectos, o mesmo autor concluiu que as taxas de analfabetismo, assim como crianças fora da escola e a participação na força de trabalho eram sempre maiores entre crianças negras e pardas, sobretudo na região nordeste do Brasil. Afirma, ainda, que:

...pardos e negros são economicamente excluídos porque não têm capital e nunca tiveram chance de acumular, carecendo de condições básicas, tais como uma oferta adequada de escolas públicas e um lar que satisfaça as suas necessidades, o que reforça a exclusão social e os preconceitos raciais vigentes (SINGER, 2001, p. 100).

As crianças pesquisadas estão distribuídas em diferentes séries escolares, estando 65% estudando de 1ª a 4ª séries e 35% entre a 5ª e a 8ª séries.

Tabela 19

Distribuição das crianças por escolaridade

Escolaridade	
1ª a 4ª série	65
5ª a 8ª série	35
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

As séries predominantes, pela ordem, são: 5ª série (27%), 1ª série (18%), 3ª série (17%), 2ª série (15%), 4ª série (15%), 7ª série (5%), 8ª série (2%) e 6ª série (1%).

Das cem crianças, 46% ingressaram na escola com a idade de cinco e seis anos, 51% entre sete e oito anos, 2% entre nove e doze anos e 1% não informaram este dado. A distribuição por idade e a distribuição por série não correspondem diretamente, pois muitas crianças já repetiram o ano uma ou mais vezes. Dessas, 72% não repetiram o ano, sendo que 28% repetiram. Os motivos apontados para os índices de repetência foram: 11% por desinteresse, 6% por dificuldades, 3% por doença, 6% por freqüência, 2% por desistência e 70% não souberam informar. As Tabelas 20, 21 e 22 mostram essa realidade.

Tabela 20

## Distribuição das crianças por idade de ingresso escolar

Idade de Ingresso Escolar	
5 a 6 anos	46
7 a 8 anos	51
9 a 12 anos	2
S.I.	1
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Tabela 21

## Distribuição das crianças por taxa de repetência escolar

Índice de Repetência	
Sim	28
Não	72
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Tabela 22

## Distribuição das crianças por motivo de repetência escolar

Motivo da Repetência	
Desistência	2
Freqüência	6
Doença	3
Reprovação	2
Desinteresse	6
Dificuldades de Aprendizagem	11
S.I.	70
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Com relação à frequência escolar, 61% dos entrevistados afirmaram não faltar às aulas; 18%, muitas vezes; 9%, poucas vezes; e 12%, não souberam informar, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 23

Distribuição das crianças por frequência escolar

Frequência Escolar	
Muitas vezes	18
Poucas vezes	9
Não falta	61
S.I.	12
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Com relação ao rendimento escolar, 50% das crianças responderam estar com *suficiente*, 42% consideram-se *regulares*, 7% responderam estar com *insuficiente* e 10% não souberam informar. Os motivos apresentados são dificuldades em algumas disciplinas, porque bagunçam, não estudam e brincam demais.

Tabela 24

Distribuição das crianças por rendimento escolar

Rendimento Escolar	
Suficiente	50
Regular	42
Insuficiente	7
S.I.	1
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

A tabela a seguir aponta o índice de aprovação e de reprovação em 2002.

Tabela 25

Distribuição das crianças por índices de aprovação e reprovação

Índice de Aprovação e Reprovação em 2002	
Aprovados	48
Reprovados	23
Evadidos	6
Transferidos	3
Não localizados	20
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Tabela 26

Taxa de rendimento das crianças trabalhadoras/2002  
e da Rede Municipal/2002

	Crianças pesquisadas	Rede Municipal
Aprovação	48%	83,9%
Reprovação	23%	13,3%
Taxa de evasão	6%	2,8%

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação, 2003.

Analisando os dados acima, constata-se que vinte e três crianças foram reprovadas no ano de 2002, 48% foram aprovadas, 6% são evadidos, 3% são transferidos e 20% não puderam ser localizados, porque terminaram a série final na escola e foram embora. Constatou-se que, no geral, as crianças conseguem combinar trabalho com freqüência às aulas, mas, se compararmos os índices de aprovação com os da Rede Municipal, percebemos que caiu para a metade destes.

Com relação aos índices de repetência escolar, somados aos de evadidos (23%), percebemos que os mesmos são bastante elevados, e se os compararmos com os índices de repetência da Rede Municipal, verificamos que eles quase dobraram. Quanto aos índices de evasão, percebemos que o das crianças trabalhadoras mais que duplicou.

A hipótese para os índices de repetência (28%), assim como os motivos apresentados para justificar a repetência escolar, bem como a frequência escolar daquelas crianças que apresentaram índices relativamente altos, justifica-se pela necessidade de trabalhar e por pertencerem a famílias pobres, ou seja, a situação de pobreza e exclusão econômica dos pais gera a exclusão social dos filhos. Se somarmos as crianças negras e mulatas, temos um percentual de 35% de crianças realizando o trabalho.

De acordo com a Contribuição da Central Única dos Trabalhadores ao debate sobre o trabalho infantil no Brasil, temos:

De uma série de conseqüências sociais indesejáveis do trabalho infantil, a mais grave é o prejuízo que o trabalho causa à educação escolar das crianças, dado que as inovações tecnológicas têm requerido um novo tipo de trabalhador. O nível de escolaridade e a qualidade do ensino constituem-se pré-requisitos para a entrada no seletivo mercado de trabalho. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1999, p. 4)

Para aquelas famílias que apóiam o trabalho infantil, pela sua situação de miséria e necessidade de aumentar o orçamento doméstico, quando se vêem pressionadas pela lei a retirar seus filhos do mercado e matriculá-los na escola, em

contrapartida, não lhes são criadas outras alternativas de geração de renda ou de emprego que venham substituir os ganhos com o trabalho de seus filhos e que justifiquem esse deslocamento.

Estudos revelam que

... as carências infantis de toda ordem têm sido associadas a uma questão maior, que é a do desenvolvimento econômico, assim como a situação da infância empobrecida têm indicado a falência das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sadio e adequado dessa faixa da população, como a saúde, a educação, o esporte, o lazer e a cultura (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 1998, p. 6).

Tabela 27

Taxa de rendimento – Ensino Fundamental – RS 2002

Município	Dependência Administrativa	Taxa Aprovação	Taxa Reprovação	Taxa Evasão
São Leopoldo	Estadual	67,9	24,6	7,5
São Leopoldo	Municipal	83,9	13,3	2,8
São Leopoldo	Particular	93,0	6,3	0,7
São Leopoldo	Total	77,7	17,6	4,7

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação, 2003.

Tabela 28

Distribuição das crianças por horário em que realizam os deveres de casa

Horário dos deveres de casa	
Manhã	7
Tarde	14
Noite	62
Dois turnos	5
Sem horário fixo	12
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Com relação aos horários dos deveres de casa, 62% afirmaram realizar as atividades extraescolares no turno da noite, 14% as cumprem no turno da tarde, 12% informaram não ter horário fixo, 7% as realizam no turno da manhã e 5% informaram realizar em dois turnos.

Quanto às disciplinas de que mais gostam de estudar, 85% das crianças responderam preferir Português e Matemática; 49% Educação Física, Artes, Desenho e Música; 19% Ciências; 18% História e Geografia; e 5% outras disciplinas.

Tabela 29

Distribuição das crianças por preferência nas disciplinas escolares

Disciplina da qual mais gosta	
Português e Matemática	85
História e Geografia	18
Ciências	19
Educação Física, Artes, Desenho e Música	49
Outras	9
Total	180

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Observa-se que as crianças reconhecem a importância do ensino-aprendizagem como um mecanismo de ascensão para as suas vidas, e existe uma teoria dentro da psicopedagogia afirmando que as crianças, sobretudo as de periferia, demonstram grande energia e sensibilidade, com o intuito inconsciente de mudarem sua realidade socioeconômica. Talvez isso explique o grande interesse pelas disciplinas apontadas como as de maior interesse por eles.

O Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata do Direito à Educação, à Cultura, ao esporte e ao lazer, em seu artigo 53, diz:

A criança e o adolescente têm direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, 1993, p. 24).

Ainda de acordo com o ECA, em seu artigo 54:

É dever do Estado assegurar à criança e adolescente:

I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio (BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, 1993, p. 25).

Sabemos que, assim como outros direitos, o direito à educação primária gratuita e obrigatória não é respeitado, uma vez que não são prioridades dos governos, pelos quais a Constituição Federal é ignorada a cada ano por cortes de verbas à educação.

### **10.3 A FAMÍLIA DAS CRIANÇAS ENTREVISTADAS**

As crianças que trabalham em São Leopoldo provém, em grande parte, de famílias estruturadas, ou seja, moram com os pais e irmãos (65%), tal como mostra a tabela abaixo:

Tabela 30

## Distribuição das crianças por composição familiar

Com quem mora	
Pais/Irmãos	65
Pais	7
Mãe	5
Avó (ô)	3
Mãe e irmãos	18
Mãe/Padrasto/Irmãos	2
Pai/Madrasta/Irmãos	1
Pais/Avós	2
Mãe/Parente/Irmão	5
Pai/Irmãos	1
Pais/Irmãos/Parente	1
Pai/Parente	2
Pais/Avós/Irmãos	1
Parente	1
Mãe/Avó	1
Mãe/Padrasto	2
<b>Total</b>	<b>117</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Indagamos os entrevistados sobre quais as pessoas, em sua casa, que trabalham, e constatamos que quase a totalidade de seus pais exercem atividades remuneradas, assim como os demais familiares. Apenas 7% das crianças disseram que seus pais estão desempregados.

As profissões exercidas pelos pais e familiares são as mais variadas possíveis, predominando as seguintes: 43% realizam alguma atividade ligada à produção de calçados, 35% são empregadas domésticas, 21% trabalham em empresas, 50% realizam outra atividade ou algum tipo de trabalho informal, com pouca possibilidade de ascensão salarial (marceneiro, lixador, cortador de grama, crochê e tricô, pedreiro, madeireiro, matrizeiro, costureira, babá, pintor, carpinteiro,

cabelereira, empreiteiro, padeiro, cozinheiro, montador de móveis, matador de porcos, serviços gerais, eletricista, etc.). Chama-nos a atenção, também, o significativo número de irmãos (25%) trabalhando em atividades ligadas à confecção de calçados.

Tabela 31

Distribuição de trabalhadores residentes na mesma casa das crianças

Trabalhadores que residem na mesma casa	
Mãe/Pai	105
Irmã (s)/Irmão (s)	25
Parentes	12
Padrasto/Madrasta	1
Desempregado	7
<b>Total</b>	<b>150</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Tabela 32

Distribuição dos pais das crianças por profissões

Profissão dos Pais	
Segurança, Policial	3
Setor coureiro (calçados, bolsas...)	43
Doméstica, Dona de casa, Artesã	35
Trabalhador (a) da indústria	21
Motorista	2
Pedreiro, Pintor, Marceneiro	23
Comércio	7
Outros	15
<b>Total</b>	<b>149</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Tabela 33

Distribuição dos familiares trabalhadores das crianças  
por atividade na confecção de calçados

Quem trabalha na sua atividade	
Parentes	7
Pais	8
Pai	11
Mãe	40
Irmão (s)	2
Mãe/Parente	3
Mãe/Irmão (s)	18
Avós	9
Mãe/Avós	1
Avós/Parente	1
Pais/Irmão (s)	4
Mãe/Avós/Parentes	1
Irmão (s)/Parentes	1
Ninguém	14
Total	120

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

De acordo com a tabela acima, podemos perceber o significativo número de pais (51%), sobretudo de mães (40%), do percentual mencionado, respectivamente ligados ao setor coureiro-calçadista. Esta realidade nos faz compreender a inserção das crianças neste setor, principalmente se cruzarmos com a variável *Quem indicou*, onde 38% das crianças foram indicadas por algum familiar (pai, mãe ou irmãos). E, se totalizarmos *Outros parentes* (25%), que englobaria tios, avós e primos, entre outros parentes, teríamos um percentual de 60% no total.

Em relação ao elevado número de mães trabalhando no mesmo local que os entrevistados, este fato nos leva a crer que há uma associação ao elevado número de trabalho a domicílio, ou seja, no caso da indústria de calçados, feito pela família em casa.

Os lares chefiados por mulheres também se destacam nesse conjunto de fatores que propicia o trabalho infantil. Conforme informações oficiais, no fim dos anos 90, 31, 1% de meninos e meninas na faixa etária de zero a 17 anos viviam sob sustentação da mãe, com a presença ou não do pai. A maioria dessas mulheres não contava com ajuda financeira do parceiro, tinha escolaridade insuficiente e recebia menos de um salário mínimo agravantes de uma situação que classificava seus filhos, principalmente os primogênitos, como arrimos de família (FERREIRA, 2001, p. 73-74).

Tabela 34

Distribuição dos pais e mães das crianças por escolaridade

Escolaridade dos pais	
1ª a 4ª série	73
5ª a 8ª série	74
Ensino Médio/Incompleto	15
Analfabeto	9
S.I.	29
<b>Total</b>	<b>200</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Tabela 35

## Distribuição dos pais das crianças por escolaridade

Escolaridade do pai	
1ª a 4ª série	30
5ª a 8ª série	45
Ensino Médio/Incompleto	7
Analfabeto	4
S.I.	14
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Tabela 36

## Distribuição das mães das crianças por escolaridade

Escolaridade da mãe	
1ª a 4ª série	43
5ª a 8ª série	29
Ensino Médio/Incompleto	8
Analfabeto	5
S.I.	15
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Perguntamos aos entrevistados acerca da escolaridade de seus pais e mães, e constatamos uma expressiva concentração no ensino de 1ª a 4ª séries (73%), ou seja, na faixa de *ensino fundamental incompleto*, seguido do ensino fundamental completo (74%).

Especificamente em relação aos pais, constatamos que o nível de escolaridade desses também predomina entre 1ª e 4ª séries (30%), entre 5ª e 8ª séries (45%), sendo que o nível de escolaridade da mãe, quando comparado ao do pai, é inferior: entre 1ª e 4ª séries (43%) e entre 5ª a 8ª séries (29%). O nível de ensino médio e de superior, para ambos os sexos, é muito inferior, conforme mostram as Tabelas 35 e 36.

Vindo ao encontro destas constatações, Ferreira escreveu:

O nível de estudo e o ofício dos pais constituem outros motivos fundamentais à colocação de menores no mercado de empregos. Adultos que não terminaram o primeiro grau ou sequer freqüentaram a escola têm mais probabilidade de fornecer mão-de-obra através de seus dependentes. Além disso, o tipo de função que exercem é um condicionante importante dessa oferta, pois trabalhadores informais, sem benefícios e com baixos rendimentos tendem a incorporar o esforço dos filhos como “ajuda” à família (FERREIRA, 2001, p. 74).

Igualmente chamando a atenção para essas reflexões feitas por Ferreira, a CUT faz as seguintes observações em torno do Trabalho Infantil:

Quanto menor o nível de escolaridade da família, mais os seus filhos participam do trabalho; quanto maior o grau de informalidade nas relações de trabalho dos adultos e o tipo de atividade (agricultura, extrativismo, assalariado informal) maior é a incorporação do trabalho da criança junto ao grupo familiar; e quanto maior o número de famílias chefiadas por mulheres, maior é o envolvimento das crianças no trabalho (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1999, p. 12).

Podemos concluir com isso, que há uma repetição de *padrão de comportamento socioeconômico*, no qual ocorre o que se chama, dentro dessa discussão, de *ciclo de exclusão social*, em que o trabalho infantil precoce é explorado como uma forma de sustentação econômica de apoio à família.

Perguntamos aos entrevistados qual era o município de origem de seus pais.

Vejamos o resultado na tabela abaixo:

Tabela 37

Distribuição dos pais das crianças por região ou municípios de origem

Origem da Família	
Passo Fundo	1
Cruz Alta	1
Santa Cruz	1
Seberi	1
Frederico Wetsfalen	2
Brochier	1
Palmeira das Missões	1
Cachoeirinha	1
São Leopoldo	23
Bahia	3
São Borja	2
Dois Irmãos	1
São Lourenço	1
Santana do Livramento	1
Estrela	1
Novo Hamburgo	11
Portão	1
Guarani das Missões	2
Palmitinho	3
Itaqui	1
Três Coroas	2
Montenegro	1
Campo Bom	1
Campo Grande	1
Sapucaia	3
Santa Rosa	3
Rio Grande	2
Canoas	2
Feliz	1
Candelária	2
Carazinho	2
Pinhal	1
Santo Ângelo	1
Pinhal Grande	1
Uruguaiana	1
Pelotas	1
Paraná	10
São Paulo	2
Santa Catarina	4
Campinas	1
Interior	8
Outros	6
Total RS	98
Total Outros Estados	17
Total	115

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Buscamos saber a origem das famílias das crianças entrevistadas e constatamos que apenas 23% dos pais têm origem no município de São Leopoldo e 11% no de Novo Hamburgo, mas, se totalizarmos o percentual dos dois municípios (34%), podemos verificar que é um índice considerável.

No entanto, se compararmos esse último percentual com o total da origem dos pais provenientes de outros municípios e regiões (81%), podemos afirmar que a maioria tem sua origem fora da região, o que pode nos levar a inferir a possibilidade da dificuldade dos pais em ter com quem deixar seus filhos, ou seja, com familiares próximos, o que contribuiria, não de maneira isolada, para o ingresso precoce dos mesmos no mercado de trabalho.

No tocante ao motivo da mudança dos seus pais para a região do Vale dos Sinos, tivemos os seguintes argumentos: 19% acreditam que a motivação deveu-se à necessidade de emprego; 11% motivaram-se devido a convite feito por familiares; 11% procuraram mudar-se para um lugar menos violento do que aquele de onde vinham; 3% não tinham onde morar; e 56% não souberam responder esta questão.

Tabela 38

Distribuição dos pais das crianças por motivações da mudança para São Leopoldo

Motivo da Mudança	
Moradia	3
Emprego	19
Parentes	11
Violência	11
S.I.	56
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

A tabela seguinte mostra os bairros de São Leopoldo, onde residem as crianças. Todos os lugares em que elas moram são da periferia do referido município, com todos os problemas acarretados pela aceleração da urbanização, tais como: ausência de infra-estrutura básica, saneamento, esgoto, habitação, saúde, educação, violência, etc.

Tabela 39

## Distribuição das crianças por local de residência

Bairro que reside	
Brás	41
São Borja	3
Morro do Paula (São Borja)	2
Feitoria	7
Arroio da Manteiga	2
Vicentina	10
Campestre	3
Scharlau	1
Campina	12
Bom Fim	2
Santos Dumont	5
Paim	3
Vila Maria	1
São Miguel	3
Jardim América (Vila Esperança)	3
Outro Município (NH)	1
S.I.	1
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Perguntamos aos entrevistados quanto eles julgam ser o valor das rendas familiares, ou seja, essa informação significa apenas aquilo que os entrevistados acreditam ser o valor das rendas familiares.

Tabela 40

## Distribuição das crianças por renda familiar dos pais

Renda Familiar (menos a sua)	
Até um salário mínimo	7
R\$ 241 a dois salários mínimos	14
R\$ 481 a três salários mínimos	19
R\$ 721 a quatro salários mínimos	2
Mais que quatro salários mínimos	11
Sem valor fixo	1
S.l.	47
Sem renda	1
Sem renda definida	3
<b>Total</b>	<b>105</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Com relação à moradia de sua família, 90% das crianças dizem possuir boas condições de moradia (rede de água e esgoto, coleta de lixo, etc.) e 85% dizem morar em casa própria, predominando o percentual de 24% de casas com quatro cômodos, seguidos de 20% para seis cômodos e de 18% para cinco cômodos. As moradias em casas alugadas totalizam 6%; mesmo percentual (6%) é colocado para a moradia em casas de parentes, e 2% das crianças moram em casas de amigos; 2% responderam morar em casa de *meia-água*, 4% responderam morar em casa de alvenaria, e 1% em peça dividida por cortinas.

Apenas quatro crianças disseram não ter banheiro em casa; seis delas não possuem rede de esgoto, e quatro não recebem o serviço de coleta de lixo; duas crianças responderam não ter em suas casas rede de esgoto nem coleta de lixo; uma não possui água encanada, rede de esgoto e coleta de lixo; uma criança respondeu não ter luz elétrica em casa.

## 10.4 O TRABALHO NA VIDA DAS CRIANÇAS

### 10.4.1 Que tipo de trabalho realizam

Os tipos de trabalho realizados pelas crianças são, predominantemente, o enfiadinho, o trançadinho, o ponto seleiro, a costura e o bordado (81%); 27% colam salto nos sapatos, 21% apertam pinos nas fivelas, fazem cintos, furam ou cortam, e 10% fazem caixa, enfeite, etiqueta e cadarço.

Tabela 41

Distribuição das crianças por tipo de tarefa realizada

Tipo de Trabalho	
Enfiadinho, Trançadinho, Ponto Seleiro, Costura, Bordado	81
Cola	27
Aperta Fivela e Pino, Cinto, Tira, Fura, Corta	21
Caixa, Enfeite, Etiqueta, Cadarço	10
Total	139

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

### 10.4.2 Há quanto tempo trabalham?

Independentemente do tipo de trabalho realizado, verifica-se, que das cem crianças entrevistadas, 28% começaram a trabalhar no período de sete a doze meses; 19% estão trabalhando de treze a vinte e quatro meses; 10% de vinte e cinco a trinta e seis meses; 6% há mais de trinta e seis meses, e, também, apenas 6% começaram a trabalhar há menos de seis meses; 31% não souberam informar há quanto tempo trabalham.

Tabela 42

## Distribuição das crianças por tempo de trabalho

Há Quanto Tempo Trabalha	
Menos de seis meses	6
De 7 a 12 meses	28
De 13 a 24 meses	19
De 25 a 36 meses	10
Mais de 36 meses	6
S.I.	31
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

A tabela acima permite observar que a maior parte das crianças começou a trabalhar no setor coureiro-calçadista há cerca de menos de um a dois anos, aproximadamente.

Tabela 43

## Distribuição das crianças por idade que começaram a trabalhar

Com quantos anos começou a trabalhar	
De 0 a 6 anos	14
De 7 a 11 anos	48
De 12 a 14 anos	13
De 15 a 17 anos	1
S.I.	24
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Constatou-se que a faixa etária inicial do trabalho das crianças e adolescentes predominou entre os sete e os onze anos. Se considerarmos o Artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (ABREU, 1999, p. 48), vemos que, na prática, há uma contradição, uma vez que as crianças começam a trabalhar bem antes dessa idade. Segundo o autor, o legislador não delimitou a idade mínima para o aprendiz.

Ressalta, ainda, que temos uma legislação hipócrita e destoante, em uma realidade completamente oposta e ensejada pelos mentores da Lei 8069/90 (ECA).

Reforçando a tese de Abreu (1999), Ferreira afirma que há uma falha na própria Constituição, quando esta abre a exceção “salvo na condição de aprendiz”, constante no Artigo 7º, Inciso XXXIII, pois o termo *aprendiz* abrange larga concentração (FERREIRA, 2001, p. 106). O autor afirma, ainda, que muitas empresas beneficiam-se dessa dúbia interpretação da lei, uma vez que o trabalho de aprendiz é desvirtuado e transformado simplesmente em mão-de-obra barata.

Tabela 44

Distribuição das crianças por local de trabalho

Local de Trabalho	
Própria Casa	120
Ateliê, Sapataria	14
Casa Amigo, Parentesco	9
Total	143

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

De acordo com Cattani, o trabalho a domicílio é o trabalho exercido no espaço doméstico, por conta própria, quando o produto é diretamente comercializado com o consumidor ou encomendado por terceiros, sendo parte ou etapa da produção de uma mercadoria, cujo acabamento ou montagem final realizem-se em outro local (CATTANI, 1997, p. 275).

O autor, ao se referir ao trabalho executado sob contratação, que, na sua visão, pode ser produzindo parte de um produto mais complexo ou, mesmo, de um produto final, diz que o mesmo “caracteriza-se como atividade subordinada a determinações externas quanto à especificidade da mercadoria, quantidade, prazos de entrega e remuneração. Neste caso, é chamado trabalho industrial a domicílio” (CATTANI, 1997, p. 275).

Diz, ainda, o autor que, no início da Revolução Industrial, essa forma de organização da produção foi bastante generalizada e cita Marx, o qual examinou detalhadamente e registrou as precárias condições de trabalho e remuneração às quais estavam submetidos os trabalhadores nele integrados.

Partes ou etapas da produção de um artigo eram distribuídas por um agente do empresário capitalista entre trabalhadores geograficamente dispersos, que trabalhavam em suas próprias casas, com prazos determinados para a entrega do produto, sendo remunerados por tarefas. Em geral, apenas o trabalho de uma pessoa era contratado e remunerado, mas, para que os prazos de entrega pudessem ser observados, fazia-se necessário o envolvimento de todos os membros da família, inclusive crianças, resultando na exploração desmesurada da força de trabalho. Executado para um capitalista e a ele subordinado, era já trabalho assalariado, mas essa relação era mascarada pela aparente autonomia dos produtores, pois esses, trabalhando em suas próprias casas, longe da vigilância permanente do contratante, ainda podiam definir a duração da jornada de trabalho, que tendia a ser muito longa devido à exigüidade dos prazos, assim como tinham o controle da intensidade e dos ritmos e dos processos de produção (CATTANI, 1997, p. 275-276).

Marx, apud Cattani, conclui:

O sistema fabril, manufatureiro e, depois, mecanizado, reunindo os trabalhadores num mesmo espaço de trabalho, separado do local de moradia, e sob a vigilância permanente do empregador, em jornadas com duração por ele arbitradas, fizeram declinar, consideravelmente, o trabalho industrial a domicílio (CATTANI, 1997, p. 276).

Por fim, afirma que, durante algum tempo, esta forma de organização da produção e do trabalho foi considerada

... sobrevivência anacrônica das primeiras etapas da sociedade capitalista, tendo sido condenada a desaparecer como resultado da concentração e centralização do capital, da conseqüente expansão da grande indústria e da generalização do assalariamento da força de trabalho, concentrada em grandes estabelecimentos, tendência e forma, por excelência, da organização capitalista da produção. A persistência do trabalho industrial a domicílio refutou a validade dessa expectativa (CATTANI, 1997, p. 276).

Podemos concluir, com isso, que esse trabalho terceirizado ou industrial a domicílio ressurgiu no contexto tanto em nível mundial quanto local, numa situação de reestruturação produtiva e, como já fora abordado, como uma estratégia do capital para flexibilizar o uso da força de trabalho e adequá-lo às novas formas de gestão dos processos de trabalho e de produção, tudo com o intuito de reduzir custos e de enxugamento do pessoal ocupado na empresa que repassa os trabalhos.

O Tribunal Nacional Contra o Trabalho Infantil, ao fazer denúncias dos casos específicos de exploração da mão-de-obra infantil, coloca as crianças sapateiras como exemplo dessa exploração, ao citar:

Recrutadas, em alguns casos com menos de sete anos de idade, as crianças dobras, costuram, cortam linha, aparam, lixam e, principalmente, colam peças sob condições insalubres em ambientes fechados, impregnados pelos vapores da cola, pelo pó das lixadeiras e sob o barulho das máquinas. Imperativo da terceirização, a unidade de produção pode estar instalada na própria moradia ou na casa de vizinhos e parentes, sendo cerca de 64% dessas “bancas” clandestinas (TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL, 1995, p. 8).

O índice de 14% de crianças que responderam trabalhar em ateliês comprova que, embora o fato seja negado pelas autoridades e empresários, os mesmos existem, como informa o relatório de denúncias do Tribunal citado anteriormente.

Vejamos:

No Vale dos Sinos (RS) – 29 cidades ao norte de Porto Alegre – concentra a maior parte da produção gaúcha de calçados, a maior do país. Nessa região, segundo dados da DRT-RS, dos 110.000 empregados diretos nas indústrias, 30% da mão-de-obra é composta de adolescentes de 14 a 18 anos. As centenas de *ateliês* (galpões de fundo de quintal sem qualquer norma de segurança), contratados pelas grandes empresas para produzir parte dos calçados, é onde acontece em maior grau, a exploração do trabalho infantil.

Nesses *ateliês*, dos cerca de 215.000 empregados, 30% são crianças e adolescentes expostos constantemente a ruído superior a 85 decibéis, em contato direto com produtos químicos sem qualquer controle, trabalham em pé em jornadas sempre superiores a 8 horas diárias e 75,9% não estudam (segundo pesquisa da própria DRT-RS) (TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL, 1995, p. 9).

Singer (2001) aborda o paradigma marxista, afirmando que este vê as sociedades capitalistas contemporâneas como compostas de classes: a *classe capitalista*, a *classe operária* e o dos *produtores simples de mercadorias*, formados por aqueles que possuem alguns meios de produção, mas os utilizam eles próprios, ganhando sua vida pela venda de bens e serviços que são produzidos por eles sozinhos ou, no máximo, com outros membros da família, ou um pequeno número de trabalhadores contratados.

### 10.4.3 Por que trabalham?

#### 10.4.3.1 A Inserção no Mercado de Trabalho

Com o objetivo de compreender as razões que levaram essas crianças a ingressarem precocemente no mundo do trabalho, perguntamos a elas por que começaram a trabalhar. Houve respostas múltiplas, sendo que as mesmas foram agrupadas para não especificar detalhadamente os motivos apontados.

Tabela 45

Distribuição das crianças por motivos  
que levaram ao ingresso no mercado de trabalho

Por que trabalha	
Obrigação	1
Ocupa�o do tempo	5
Subsistência familiar	22
Autonomia/Independência – Dinheiro	28
Para não ficar na rua	2
Para não usar drogas	1
Prazer	21
Ajuda outrem	1
Ajuda mãe	35
Total	116

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Os dados acima mostram que quatro motivos apresentados pelas crianças despontam para explicação do ingresso precoce no mercado de trabalho: o primeiro (35%) é o desejo de ajudar a mãe, o segundo (28%) é o desejo de obter autonomia, ou seja, de ganhar o próprio dinheiro, o terceiro (22%) é a subsistência familiar ou a necessidade econômica. Observamos que essas três variáveis estão correlacionadas entre si. A quarta causa apresentada, a qual nos chamou muito a atenção, é a resposta de que as crianças trabalham para não *usar drogas* (21%) e para não ficar na rua (2%).

A justificativa de ter que ajudar a mãe acaba por fornecer importantes referenciais de aferição e apoio sobre algumas variáveis fundamentais da análise desta questão, pois, de acordo com Cattani:

Na sociedade industrial, o espaço de trabalho foi separado do espaço doméstico e manteve-se a concepção de que o lugar natural da mulher seria a casa, e sua função primordial ter filhos e cuidar deles, concepção paradoxal, na medida em que grandes contingentes de mulheres e, também, de crianças foram se integrando na produção social, particularmente após a introdução da maquinaria (CATTANI, 1997, p. 62).

Através de vários estudos feitos sobre os variados tipos de trabalho infantil, diversos pesquisadores apontam entre as causas a precária situação financeira de seus pais, sendo ainda apontado por Ferreira (2001) a estrutura de mercado, a falta de apoio dos serviços sociais e outros benefícios de origem sociocultural.

Com relação às causas do ingresso da criança no mercado de trabalho, percebe-se que o fator pobreza não é exclusivo, uma vez que existe o mito instituído e introjetado na sociedade, através do senso comum, de que é melhor a criança ficar trabalhando do que roubando, como afirma Ferreira. “Certos adultos, inclusive associam a inatividade das crianças à delinquência e ao vício, providenciando imediatamente uma ‘reposição’ de tarefas que as mantenham ocupadas para não se tornarem ‘uns marginais’” (FERREIRA, 2001, p. 73).

Para comprovar o exposto acima, transcrevemos a posição de um cidadão, num contexto em que o trabalho é tolerado por parcela significativa da sociedade pelos mitos que ele enseja, no caso, aqui, o da marginalidade. Veja-se:

#### Trabalho Infantil

Analisando, lendo e revendo vários artigos nos mais variados meios de comunicação sobre o trabalho infantil no Brasil, tomo a liberdade de expressar minha opinião como cidadão e trabalhador, o que segue: tanto o governo como entidades ligadas à ONGS combatem o trabalho infantil como se fosse um mal terrível (crime?) para quem o defende e/ou incentiva. Concordo que o trabalho infantil não é o correto até os 16 anos de idade e, a partir daí, deve ser atribuído ao adolescente um trabalho leve, não insalubre, bem como deva ser exercido no período diurno.

Mas, por outro lado, acho melhor e mais correto um adolescente exercer uma atividade leve, com a qual possa ajudar no sustento da família e aprender a valorizar as coisas. Melhor isto do que estar envolvido na prática de pequenos delitos (MOMBACH, *Vale dos Sinos*, São Leopoldo, abr. 2004).

Constatamos que esse mito está na crença das próprias crianças entrevistadas, das quais 23% associaram o trabalho como algo formativo ou educativo, para se livrarem dos *perigos da rua*. Vejamos o relato de um menino:

Relato de um menino trabalhador

Tenho 10 anos, tô na 2ª série. Chego em casa, faço meus deveres de aula, daí eu limpo a casa, lavo a louça, varro... porque é só eu e meu avô. Depois eu faço sapato.

E: Por que seu avô veio morar aqui (Vila Brás – São Leopoldo)?

R: Ele veio de Frederico porque minha vó tava doente. Daí ele vendeu um cavalo e uns boi que tinha pra poder trazer ela pra se tratar aqui... Daí ela morreu e eu tinha cinco anos, daí ficou só nós, eu e meu avô.

E: Você não tem pais?

R: O meu pai eu vi só uma vez e ele me deu R\$ 1,00. O meu avô disse que ele tinha que pagar pensão pra mim. A minha mãe nunca vem me ver e ela não quer que eu ligue a cobrar.

E: Que tipo de trabalho você realiza? Há quanto tempo? Quanto ganha? Como ganha?

R: Furo os espelhos e os pés dos sapatos, às vezes costuro também (ponto seleiro). Faço dez de cada, por tarde. Ganho R\$ 5,00 por quinzena, daí dou R\$ 4,00 para meu avô e fico com R\$ 1,00 para comprar doces. O meu avô não tá trabalhando, ele faz sapato também. Às vezes o meu tio empresta dinheiro para ele. Eu trabalho pra ajudar o meu avô.

E: Se não precisasse trabalhar, o que você ficaria fazendo?

R: Eu iria só limpar a casa, ou cuidar dos meus primos. Às vezes eu limpo a casa e cuido deles, daí a minha tia me paga.

E: Você concorda que as crianças devam trabalhar desde cedo? Por quê?

R: Sim, porque tem que aprender com os grandes que dão apoio, e pra não ficar fumando maconha nas ruas.

E: Você ficaria fumando maconha nas ruas?

R: Eu!? Deus me livre!? Meu avô me matava! Ele sempre tá me dizendo pra eu não fazer isso, ele me dá bons conselhos, sabe? (D.G. – 10 anos)<sup>25</sup>.

Note-se que, quando questionado sobre *Se não precisasse trabalhar, o que ficaria fazendo?* O menino respondeu que ia limpar a casa e cuidaria dos primos. Fica evidente que o trabalho já está incorporado na vida da criança em estudo, diferentemente daquelas que responderam fazer alguma atividade de lazer ou, simplesmente, brincar.

<sup>25</sup> MENINO TRABALHADOR. Trabalho Infantil. Escola Municipal João Goulart, São Leopoldo, 4 abr. 2002. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

Quando questionado se concordava com o trabalho precoce, afirmou que sim, *para não ficar fumando maconha nas ruas*, mas, ao mesmo tempo, se contradisse ao afirmar que não o faria. Fica claro que uma criança que tem estrutura familiar, no caso, o avô, dificilmente iria desvirtuar-se com drogas, caso não trabalhasse.

Concluimos, com isso, que a infância pobre é estigmatizada por esses mitos, em que a sua exclusão social é explicada e por isso incentivada, quando o trabalho diz respeito ao filho do pobre. O trabalho infantil é entendido e legitimado pela sociedade como forma de inserção social e como um atestado de boa índole, e imposto às famílias empobrecidas como uma falsa solução aos seus problemas econômicos e sociais. A sociedade promove a tolerância ao trabalho infantil.

#### 10.4.3.2 Forma de Acesso ao Trabalho

Tabela 46

Distribuição das crianças por “Quem as indicou para trabalhar”

Forma de acesso ao trabalho	
Indicação de Amigo	15
Indicação de Parente	22
Familiar (Trabalho Familiar)	38
Vontade Própria	12
S.I.	13
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

A forma mais freqüente de acesso ao trabalho apresentada pelas crianças foi através da indicação de um familiar da casa onde reside (pai, mãe ou irmão), totalizando 38%. A indicação por um parente (tio ou tia, primo ou prima, etc.) foi citada por vinte e duas crianças. Somando os familiares (38%) e os parentes (22%), temos 60% das crianças que trabalham sendo indicadas através de pessoas de seu círculo familiar. A indicação por amigos (15%) foi citada por quinze crianças, 12% por vontade própria, e 13% não souberam informar.

O fato de a predominância da indicação incidir sobre algum familiar, pode indicar uma certa receptividade e incentivo por parte da própria família para o trabalho infantil precoce. Perguntamos, ainda, às crianças quem havia indicado as pessoas que as indicaram e constatamos que, mais uma vez, os parentes predominaram na indicação, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 47

Distribuição das respostas das crianças  
sobre “Quem indicou aqueles que as indicaram”

Quem indicou outrem	
Parente – parente	8
Outrem – parente	42
Parente – outrem	2
S.I.	48
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Parece-nos claro, no entendimento dessa relação da família, que o chamado *círculo vicioso* tende a perpetuar a pobreza, de acordo com o artigo publicado por Honor de Almeida Neto. Vejamos o que diz:

... essa é a condição primeira para seu ingresso precoce no mercado. Isso porque ao trabalhar precocemente, a criança acaba desvinculando-se da escola, prejudicando assim sua formação, o que possivelmente seja determinante para que ingresse no mercado em uma condição desfavorável, devido a sua baixa qualificação e que em função disso, venha receber baixos rendimentos, possivelmente tendo que colocar à disposição do mercado no futuro a mão-de-obra de seus filhos (ALMEIDA NETO, 2002, p. 7).

Para entendermos melhor a legitimação dos pais e quais as suas atitudes frente ao trabalho precoce dos filhos, perguntamos às crianças como elas vêem o seu trabalho. Responderam o que imaginam ser a posição dos pais a respeito da questão. O resultado encontra-se na tabela abaixo.

Tabela 48

Distribuição das crianças por atitudes de seus pais em relação ao trabalho precoce

Atitudes dos responsáveis em relação ao trabalho	
Apóiam	82
Não apóiam	12
Não tem pai e/ou mãe	7
<b>Total</b>	<b>101</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Chamou-nos a atenção o elevado percentual (82%) de respostas dadas pelas crianças que dizem ter apoio dos pais e, inclusive, incentivo para realizarem a atividade laboral. Apenas 12% disseram que os pais não concordavam, mesmo aceitando a disposição da criança em querer trabalhar. Doze crianças responderam ter apoio da mãe.

As justificativas apresentadas para esse apoio recebido variaram entre *ter responsabilidade desde cedo* e *porque é melhor do que ficar fumando*. Entre as justificativas apresentadas para os que não apóiam estão: *porque a criança é muito pequena*, ou seja, porque seria muito cedo para trabalhar, *porque a criança fica sem tempo para conversar e brincar*, *porque o barulho atrapalha à noite*, e duas crianças responderam que acreditam haver exploração.

Como vimos, essas crianças são impulsionadas precocemente para o mercado de trabalho e têm o apoio dos pais devido à sua condição de pobreza.

#### 10.4.4. Condições de Trabalho

##### 10.4.4.1. Turno de trabalho

A tabela a seguir mostra-nos o turno em que as crianças trabalham, evidenciando-se o caráter regular do mesmo. Percentualmente, 36% das crianças trabalham em dois turnos, sendo que, dessas, 25% responderam trabalhar no turno da noite e/ou manhã e tarde em conjunto; somente 5% responderam trabalhar apenas no turno da noite. No contra-turno escolar da criança, o trabalho oscila entre 1 hora e 5 horas por dia. Nos turnos em que a criança estuda, predominou o horário após a sua volta da escola, no caso, se estuda à tarde ou à noite. As crianças que responderam não ter horário fixo totalizaram 3%, e alegaram depender da quantidade de serviço a ser feito para organizarem seus horários de trabalho.

Tabela 49

Distribuição das crianças por turno de trabalho

Turno de Trabalho	
Manhã	27
Tarde	29
Noite	5
Dois Turnos	36
Sem Horário Fixo	3
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

A lei, tentando assegurar o trabalho protegido, no Artigo 67, Caput e Incisos I e IV do ECA, diz que, em qualquer condição do adolescente trabalhador, empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, entre outros,

é proibido que ele se submeta a trabalho noturno, ou seja, aquele realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte, bem como qualquer outro trabalho perigoso, insalubre ou penoso, ou realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, ou que ele proporcione qualquer outro prejuízo que lhe afete o pleno desenvolvimento. A lei também veda o trabalho que venha a ser realizado em horários e locais que não permitam a frequência regular à escola (ABREU, 1999, p. 52).

Ferreira lembra, ao criticar a legislação brasileira, que a mesma não alterou o Parágrafo Único do Artigo 402, que exclui do alvo da CLT o trabalho “em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, da mãe ou tutor” (FERREIRA, 2001, p. 107), desde que a atividade não seja insalubre, exponha o jovem a perigos ou seja realizada à noite. Essa omissão poderá legitimar seu trabalho em condições prejudiciais.

#### 10.4.4.2. Carga horária de trabalho

Tabela 50

Distribuição das crianças por carga horária de trabalho

Carga Horária de Trabalho	
1:00 a 3:00 horas	36
3:01 a 5:00 horas	35
5:01 a 6:00 horas	9
6:01 a 8:00 horas	15
Mais que 8:00 horas	4

S.I.	1
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Durante a semana, as crianças trabalham de 1 hora/dia a 3 horas/dia (36%) e de 3 horas/dia a 5 horas/dia (35%), sendo esses os percentuais mais elevados, conforme se pode ver na tabela acima.

#### 10.4.4.3. Trabalho em finais de semana

Das cem crianças entrevistadas, vinte e duas disseram trabalhar nos finais de semana regularmente, quinze responderam trabalhar esporadicamente; seis, somente no sábado, e quatro, somente aos domingos. Como podemos observar na tabela a seguir, cinquenta e três crianças responderam não trabalhar em finais de semana, mas, se somarmos os índices daquelas que responderam afirmativamente, teremos praticamente a metade delas trabalhando nesses dias.

Tabela 51

Distribuição das crianças por realização de trabalho nos finais de semana

Trabalha nos finais de semana	
Sábado	6
Domingo	4
Sábado/Domingo	22
Às vezes	15
Não	53
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Quando lhes foi perguntado se trabalhavam durante as férias escolares, trinta e nove crianças responderam que não, vinte e cinco responderam que sim, dez disseram que o fazem esporadicamente e vinte e seis não informaram, tal como veremos na tabela abaixo.

Tabela 52

Distribuição das crianças por realização de trabalho no período de férias escolares

Trabalha nas Férias	
Sim	25
Não	39
Às vezes	10
S.I.	26
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

#### 10.4.4.4. Período de descanso

Tabela 53

Distribuição das crianças por período dedicado ao descanso

Período de Descanso	
Manhã	4
Tarde	15
Noite	22
Fim de Semana	17
Intervalo do Trabalho	22
Todos os Dias	2
Sem Horário Fixo	3
Não Descansa	7

S.I.	8
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

De acordo com a análise da tabela acima, constatamos que o descanso do trabalho realizado pelas crianças fica restringido aos horários em que elas não estão trabalhando ou estudando. Assim, 22% responderam descansar apenas no turno da noite, outros 22% afirmaram descansar somente no horário de intervalo do trabalho, e 17% responderam que descansam nos finais de semana.

As crianças que afirmaram não ter horário fixo de descanso alegaram que o fazem apenas na hora de dormir (6%); que descansam quando sentem-se cansadas (3%); que aproveitam para descansar quando o pai coloca o calçado para secar (1%); que só descansam quando não têm serviço para fazer (1%); e sete crianças responderam que não descansam em nenhum momento.

## 10.5. LAZER, RECREAÇÃO E ESPORTE NA VIDA DAS CRIANÇAS

### 10.5.1. Não trabalhar para fazer o quê?

Tabela 54

Distribuição das crianças por preferência nas atividades de lazer

Lazer Preferido	
Ler	4
Assistir à televisão	21
Escutar música	16
Jogar vídeo-game, karaokê	8
Esporte (vôlei, roller, skate, futebol, bicicleta, dança, teatro)	51
Passear	10

Brincar ( <i>stop</i> , pega-pega, pular corda, esconder, carro de lombo, caçador, subir em árvore, bolita, casinha, escorregador, boneca, aulinha, praça, parque)	33
Arrumar a casa (outros)	1
<b>Total</b>	<b>144</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Perguntamos às crianças quais eram as atividades de lazer preferidas delas e, de acordo com o exposto na tabela acima, constatamos o que segue: 51% responderam gostar de praticar esportes (*vôlei, roller, skate*, futebol, bicicleta, dança, teatro), 33% responderam que aproveitam para brincar, 21% disseram que preferem assistir à televisão, 16% ouvem música, 10% gostam de passear e 8% demonstraram preferência por jogos.

Está claro, segundo as respostas, o desejo manifestado pelas crianças de ocupar o tempo livre com alguma atividade de lazer, o qual, como podemos observar constitui-se de atividades caseiras. Também perguntamos às crianças entrevistadas sobre os esportes que mais gostam de praticar. Vejamos:

Tabela 55

Distribuição das crianças por preferência na prática esportiva

<b>Esporte que pratica</b>	
Vôlei	27
Futebol	37
Capoeira	2
Salto em Distância	1
Corrida	4
Dança	2
Outros (Violão, Corda...)	3
Não Pratica	25
<b>Total</b>	<b>101</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Perguntamos aos entrevistados sobre o horário em que brincavam, ao que responderam, segundo a tabela abaixo:

Tabela 56

Distribuição das crianças por horário dedicado ao brincar

Horário de brincar	
Manhã	7
Tarde	23
Noite	4
Sem Horário Fixo	18
Não Brinca	13
Final de Semana	22
Depois do Trabalho	4
S.I.	11
Total	102

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Quando questionadas sobre o que gostariam de fazer, caso não precisassem trabalhar, 35% das crianças responderam que gostariam de ficar em casa realizando algum tipo de lazer. A tabela a seguir mostra quais atividades iriam ao encontro dos interesses e/ou preferências dessas crianças.

Como já foi visto, levando em conta o que as crianças gostariam de fazer se não tivessem a necessidade de trabalhar, 80% delas afirmaram que gostariam de estar envolvidas em outras atividades, caso tivessem um turno livre. Diante do exposto, perguntamos aos entrevistados quais eram suas atividades preferidas de lazer. A tabela a seguir mostra as atividades destacadas pelas crianças.

Tabela 57

Distribuição das crianças por atividades preferidas

O que gostaria de fazer	
Ficar em casa/lazer	35
Ajudar em casa	18
Passear/viajar	9
Estudar/cursos	22
Brincar	30
Ajudar o próximo	7
Nada	25
Outro trabalho	4
<b>Total</b>	<b>150</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Considerando lazer como preferência das crianças, observamos que o brincar, o assistir à televisão e o escutar música predominam na sua preferência, o que vem ao encontro da questão *o que gostariam de fazer se não precisassem trabalhar*, na qual predominou a opção ficar em casa (35%), estudar (22%), brincar (3%) e fazer nada (25%). Estas variáveis, relacionadas entre si, demonstram o interesse explícito de que as crianças prefeririam ficar em casa realizando outras atividades que não fossem relacionadas com o trabalho. Chamou-nos a atenção o percentual de 13% que, embora baixo, comprova que as crianças não brincam.

Se totalizarmos as preferências que não fazem parte do *trabalhar*, ou seja, do *que gostaria de fazer como outra opção ao trabalho*, temos o percentual de 128%. Esse índice elevado indica o desejo das crianças em *parar de trabalhar*, caso possam optar por fazê-lo.

Se somarmos as respostas de quantas crianças colocaram como opção *ajudar em casa* (18%) e *realizar outro trabalho* (4%), observamos que, para algumas delas, o trabalho já está tão arraigado que não conseguem ver-se desvinculadas dele, sendo, portanto, o mesmo considerado uma extensão do seu dia-a-dia.

Especificamente em relação a essas crianças, para comprovar o que foi exposto acima, constatou-se que dos 22% que responderam como outra opção caso não precisassem trabalhar, a continuidade em outro tipo de trabalho, temos o seguinte perfil: cinco crianças são repetentes, dezessete delas não estão repetindo o ano escolar, nove responderam que o seu rendimento escolar é regular, três responderam que seu desempenho escolar é ruim, e onze crianças afirmaram estar com um bom rendimento na escola.

Quando perguntadas sobre o horário em que fazem os deveres de casa, doze crianças afirmaram realiza-los no turno da noite, oito responderam que o fazem à tarde, duas disseram que fazem as tarefas após as aulas e uma afirmou fazer os mesmos na escola. Quanto ao horário de brincar, sete crianças responderam que brincam à tarde, duas disseram brincar esporadicamente, seis afirmaram que o fazem nos finais de semana, duas brincam todos os dias, uma brinca nos turnos da manhã e tarde e uma criança afirmou brincar aos sábados.

Tivemos as seguintes afirmações quando perguntamos sobre o porquê do trabalho: onze crianças disseram que trabalham para ajudar a mãe (ou avós) e para não ficar nas *ruas vagabundeando*, ou se *drogando*; nove responderam que o fazem para ganhar o seu dinheiro; três porque gostam de trabalhar e duas para poderem comprar comida.

Quando perguntadas sobre o que gostariam de fazer além do trabalho, as crianças em estudo responderam que gostariam de realizar outro trabalho, como ajudar a mãe ou avós nas tarefas domésticas, ou cuidar dos irmãos; duas crianças gostariam de ter outro emprego; uma gostaria de trabalhar com o pai, outra com o avô; e uma gostaria de trabalhar mais com sapato.

Se considerarmos as cinco variáveis: rendimento escolar, horário de brincar, horário dos deveres de casa, o porquê do trabalho e o que gostariam de fazer caso não precisassem do trabalho, constatamos que o índice de reprovados e de crianças que estão com rendimento escolar baixo é bastante significativo. Vimos que o tempo dedicado ao *brincar* fica deslocado para o final de tarde e para os finais de semana, assim como o horário dedicado aos temas de casa também ficam restritos à adequação do tempo de que a criança dispõe em função do trabalho que realiza. Isso significa que ela não pode escolher um horário ideal e mais adequado às suas necessidades; é preciso ceder espaço para a ampliação do tempo disponível para o trabalho.

Quanto à importância do brincar na vida da criança, especialistas da área psicossocial são unânimes ao afirmarem que a brincadeira é uma forma estimulante, natural e espontânea de manifestação do corpo, da mente, da cultura e, principalmente, do nível de desenvolvimento cognitivo em que a criança se encontra. Os jogos e as brincadeiras colaboram para o desenvolvimento intelectual, motor e afetivo da criança. É uma via natural de auto-expressão. As atividades lúdicas permitem-lhe explorar e entender o mundo que a rodeia através de todos os seus sentidos e proporcionam-lhe os meios para expressar suas ações, sentimentos e idéias.

Se levarmos em conta o grande interesse demonstrado pelas crianças pelas aulas de Educação Física, nas quais o jogo está presente, somos sabedores que esse constitui um elemento útil, indispensável e inevitável a todo o plano diagnóstico, de intervenção e reorganização da linguagem infantil.

Vejamos o que alguns autores consagrados na área afirmam com relação à importância do brinquedo e do jogo na vida das crianças:

Brincar é a linguagem mais secreta que devemos respeitar, mesmo se não a entendemos. (BETTELHEIN)

A brincadeira é o meio pelo qual a criança efetua suas primeiras grandes realizações culturais e psicológicas. (FREUD)

Para Piaget (1992) o jogo é o conduto da ação à representação, evolui de sua forma inicial o exercício sensório-motor para sua forma secundária de jogo simbólico ou jogo de imaginação. Os jogos de exercício acompanham a vida da criança. Aparecem toda vez que a criança adquire um poder novo e que lhe dá prazer. Quando não dá lugar a nenhuma aprendizagem, a uma espécie de saturação e ele acaba.

Segundo Piaget, o jogo é o retrato, com a harmonia de assimilações e de acomodações que implicarão as evoluções do pensamento verbal, intuitivo e abstrato. As brincadeiras infantis, evoluem paralelamente ao desenvolvimento global da criança. (MARINHO, 1993)

O jogo da criança permite observar como ela assimila o mundo, como exprime sentimentos que não expõe abertamente, como usa simulacros ou ficção, etapa fundamental ao seu desenvolvimento mental. (RIZKALLAH, 1997)

O movimento existente durante o jogo provoca mudanças qualitativas naquele que joga, quer sejam elas no comportamento, na personalidade, no desenvolvimento ou na aprendizagem. Do ponto de vista cultural e social, o lúdico tende a inserir as crianças no seu meio, demonstrando os diversos aspectos de sua cultura. (CARNEIRO, 1995)

Vygotsky (1993) afirma que o simbolismo é fundamental para o desenvolvimento da linguagem, ele tem algumas funções básicas: a de intercâmbio social e pensamento generalizante. (RIZKALLAH, 1997)

Piaget também diz que o aparecimento da linguagem e da brincadeira simbólica está ligado à formação da função simbólica que diz respeito a capacidade de representar. Tal função envolve linguagem, brincadeira simbólica, imagens mentais, imitação e a resolução de problemas por combinação mental de ações. (ZORZI, 1993)

O brinquedo é a forma de expressão da criança, pode ser considerada a linguagem infantil. O jogo permite canalizar as forças do desenvolvimento, assimilar o real, reviver as experiências vitais por simples prazer, compensar realidades dolorosas, realizar o que lhe é proibido. (RECA, apud BORNHOLDT, 1989)

Carneiro também afirma que é através do brincar que a criança vê e constrói o mundo, expressa aquilo que tem dificuldade de colocar em palavras. Sua escolha é motivada por processos e desejos íntimos, pelos seus problemas e ansiedades.

De acordo com a professora e pedagoga da UNISINOS, especialista em Educação Infantil, mestre em Educação e doutoranda na mesma área, Marita Martins Redin, a criança, quando brinca, *aprende a brincar*. Diz ela:

A criança nasce com um impulso para a descoberta, para a atividade e no contato que faz consigo mesma, com seu corpo, com o mundo de objetos que a cerca e com os outros, que aprende a brincar. Esse contato só se faz pela mediação de outras crianças ou adultos. Logo é necessário criar uma *cultura lúdica*<sup>26</sup> para que a criança aprenda e desenvolva suas formas de brincar. Além de aprender a brincar, o brinquedo é um espaço de liberdade para a criança. Ao brincar ela pode criar um mundo de coisas possíveis, que na realidade não poderia.

Por exemplo: uma criança pequena sabe que não poderia dirigir um avião com a sua idade. Já no seu mundo de faz-de-conta, ela consegue essa façanha. Por isso o faz-de-conta é tão importante para a criança pequena. Ao brincar a criança imagina situações, resolve conflitos, aprende a compartilhar idéias e diferentes pontos de vista, aprende a lidar com frustrações.

Por isso, o brinquedo é um campo de produção de sentidos e juntamente com a linguagem ajuda a dar significados para o mundo.<sup>27</sup>

De acordo com o exposto sobre a importância dos jogos e das brincadeiras na vida das crianças, bem como o desejo das crianças em brincar, percebemos o quanto esta fase da vida delas fica prejudicada quando esse espaço, que deveria ser lúdico, acaba sendo penoso, por tudo o que analisamos até o presente momento.

Acreditamos ser muito interessante registrar um relato, publicado na revista Nova Escola, feito por uma sindicalista mineira, onde a mesma afirma que alguns meninos carvoeiros receberam doações de brinquedos na época de Natal, mas não souberam o que fazer com eles, os quais acabaram jogados no meio do carvão. Nas palavras da sindicalista: “As crianças não têm tempo e não sabem brincar” (GUERRA, 1994, p. 14).

---

<sup>26</sup> Conceito de Bougére.

<sup>27</sup> REDIN, Marita. A importância do brincar na vida da criança. Unisinos, São Leopoldo, 6 jul. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

## 10.6 O SIGNIFICADO DO TRABALHO

### 10.6.1 Opinião sobre o trabalho

Tabela 58

Distribuição das crianças por opinião sobre o trabalho

Gosta do Trabalho	
Sim	74
Adora	7
Não sabe ao certo	8
S.I.	11
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Perguntamos aos entrevistados, em uma questão aberta, se gostavam de realizar as atividades laboriais, e constatamos que majoritariamente o *sim* predominou. Sete crianças responderam *adorar*, oito não souberam dizer, e onze não informaram sua opinião.

Nessa mesma questão, perguntamos a eles o que consideravam existir de bom e de ruim em seus trabalhos. Observamos que *o que existe de bom*, apontado como aspecto positivo, foram as tarefas consideradas fáceis pelas crianças, tais como: apertar pino nas fivelas, fazer enfiadinho, etc., assim como a não-obrigatoriedade e o *lado social* do trabalho. Nove crianças responderam que *não há nada de bom* no trabalho.

No tocante ao *que existe de ruim* ou de *difícil*, inclusive perguntamos-lhes o que achavam que prejudicava sua saúde, obtivemos respostas dirigidas às dificuldades advindas especificamente das condições de trabalho, tal como veremos na Tabela 60.

Tabela 59

Distribuição das crianças por considerações sobre os aspectos positivos do trabalho

Aspectos positivos do trabalho	
Modelos de fácil manuseio (fivelas, pinos, enfiadinho...)	24
Não obrigatoriedade e sociabilidade	12
Ajuda (contribuir com a renda familiar)	6
Profissionalização e Aprendizagem	5
Por dinheiro	6
Sem problemas	8
Nada é bom	9
S.l.	11
<b>Total</b>	<b>81</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa  
Tabela 60

Distribuição das crianças por considerações sobre os aspectos negativos e prejudiciais do trabalho

Dificuldades que encontra para realizar o trabalho e prejuízos à saúde	
Dor nas juntas, ombros, dedos, pulsos, pescoço, costas, olhos, cabeça	25
Cheiro de cola	13
Mesma posição	5
Trabalho sobre pressão	20
Manuseio (dificuldades com os instrumentos e peças)	51
Causa danos físicos (curativos)	16
Sem dificuldades	28
<b>Total</b>	<b>158</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Em relação aos aspectos positivos apontados pelas crianças, chama-nos atenção a questão da *sociabilidade* apontada pelas crianças quando afirmam: “[...] é legal porque a gente aprende, se diverte com os amigos, conversa e brinca [...]”; “[...] as pessoas são legais [...]”; “[...] nos tratamos bem [...]”; “[...] nos deixam conversar [...]”; “[...] a gente trabalha dizendo bobagem, conversando [...]”; “[...] sexta deixam sair mais cedo, daí dá para jogar [...]”.

A Teoria da Escola de Relações Humanas na Organização do Trabalho<sup>28</sup> defende a tese da necessidade psicológica do homem de sentir-se como membro social. Conseqüentemente, além da recompensa financeira, entende que o trabalhador necessita encontrar na organização da produção situações que favoreçam a cooperação e a sua integração. Ganham ênfase, nessa vertente, as recompensas sociais e simbólicas, o respeito aos grupos que vão se estabelecendo no interior da planta industrial, os aspectos emocionais, em suma, as relações humanas.

Cinco crianças responderam ter uma satisfação em ver o trabalho pronto. Sentem uma realização ou satisfação. “O reconhecimento que se dirige ao trabalho e não mais à pessoa, uma vez que o julgamento deve referir-se ao trabalho e não à pessoa, para permitir a construção da identidade” (JACQUES, 2002, p. 137). A autora explica, ainda, que o *julgamento da beleza* é assim feito pelos pares, isto é, pelo coletivo do trabalho, que é a equipe ou a comunidade à qual a pessoa pertence.

---

<sup>28</sup> COHN, 1997, p. 67.

A Psicodinâmica do Trabalho que será abordada aqui na questão da saúde, especialmente em relação ao sofrimento causado pelo trabalho, aborda também poder existir o prazer entre o trabalhador e seu trabalho. Sobre isso, escreve Jacques:

Na realidade concreta e na vivência individual do trabalho, não se encontram apenas sofrimento, mutilação e morte. A compreensão da maneira como se elaboram as duas facetas da organização do trabalho, isto é, aquelas que são, respectivamente, fonte de sofrimento e de prazer, é indispensável para se tentar uma interpretação mais global dos laços entre trabalho e saúde e, também, para se procurarem alternativas satisfatórias (JACQUES, 2002, p. 139).

Cattani (1996), ao analisar o trabalho, aborda esta ambivalência afirmando que ele pode ser fonte de satisfação e de prazer, ato de criação, vida, autodeterminação, criação e produção. Mas retoma a associação da atividade laboral ao instrumento de tortura dos romanos (*tripalium*) como fora abordado por Albornoz (2000), em que o trabalho era tido como algo penoso, fonte de sofrimento e de aprisionamento.

Diz o autor, ao se referir a este paradoxo, ou seja, ao aspecto negativo do trabalho, criticando os sistemas Taylorista e Fordista:

O trabalhador coloca sua identidade, sua saúde e boa parte da sua vida no trabalho, mas, face às imposições da relação assalariada, seu empenho, sua iniciativa e sua responsabilidade são alienados. Mesmo que o processo de produção permita mobilizar sua inteligência criativa, ele é tratado como coisa e não dispõe mais do produto do seu esforço. A economia capitalista funciona basicamente sob o princípio da fungibilidade da força de trabalho e de consumo produtivo do trabalhador, matéria substituível após desgaste. O processo de trabalho, regido por imposições arbitrárias e por regulamentos restritivos, embota a inteligência, dilapida a saúde e transforma-se em fonte de frustração e de sofrimento psíquico [...]. O desenvolvimento do trabalho parcelar e seu enquadramento pelas normas tayloristas é uma das etapas mais empobrecedoras da atividade humana. Alienados da organização das condições gerais de produção, os produtores diretos não sabem o que estão fazendo e para que serve o produto de seu esforço (DEJOURS e BRAVERMAN, apud CATTANI, 1996, p. 141).

Segundo Jacques, citado por Cattani (1997), a identidade é um constante *estar sendo*, embora se represente com aparência de *ser* e diga respeito tanto à singularidade humana quanto à particularidades de grupos, segmentos, estratos, classes ou culturas.

Para a referida autora, a articulação entre identidade e trabalho confere ao trabalho social a expressividade na constituição da identidade. Através da socialização e sobre ela, no caso, a *identidade do eu*, e mediante a integração dos papéis sociais pela igualdade e diferença em relação aos outros, é que o trabalhador encontra, no mundo do trabalho, essa oportunidade para fazer uma mediação entre a individualidade e o coletivo.

Estudos empíricos revelam que a identidade de trabalhador constitui-se precocemente através da identificação com modelos adultos e/ou através da inserção concreta no mundo do trabalho. Na vida adulta, essa inserção aparece como seqüência lógica de uma “vida adaptada e normal” e como atributo de valor em uma sociedade pautada pelo mérito produtivo. Os diferentes espaços de trabalho vão se constituir em oportunidades diferenciadas para a aquisição de atributos qualificativos da identidade de trabalhador (CATTANI, 1997, p. 129).

Estudos mostram características próprias de identidade na classe operária e que, através do convívio social, vão constituindo *modos de ser* que qualificam os pares como iguais, completa o autor<sup>29</sup>. Fala-se na identidade social dos trabalhadores pela consciência de pertencerem a um grupo social até pela carga afetiva que isso implica e pela incorporação de valores e normas do grupo social, oportunizando a esses uma participação ativa do sujeito na construção da identidade grupal. Alguns espaços de trabalho ou categorias profissionais que, por apresentarem prestígio ou desprestígio social, podem aferir atributos de qualificação ou desqualificação ao eu.

Cattani afirma estar havendo uma descentralização da questão do trabalho como eixo identificatório nos países desenvolvidos e estados de bem-estar social:

A introdução de novas formas de organização do processo produtivo, considerando automação, inovações tecnológicas, políticas de gestão de pessoal, etc., tem suscitado novas indagações sobre a articulação trabalho/identidade. São questões que se referem ao impacto dessas alterações sobre o trabalhador e suas expressões na identidade (CATTANI, 1997, p. 131).

Em outra obra, o mesmo autor compara o trabalho com a educação, por ser uma experiência social, e o coloca como um “fator essencial da construção identitária, da socialização e da dinâmica das relações sociais” (CATTANI, 1996, p. 40). Atribui, ainda o fato da perda de autonomia e de identidade profissionais a determinados postos profissionais, especificamente no Brasil, “a partir da introdução de inovações tecnológicas no cotidiano profissional” (CATTANI, 1997, p. 131).

---

<sup>29</sup>SANTOS, apud CATTANI, 1997, p. 130.

Essa questão da tecnologia, como já fora analisado por Antunes (1995) e explicitado neste trabalho, irá interferir na subjetividade do trabalhador, uma vez que transforma os modos de conhecer e organizar, pressionando-o a adquirir novos conhecimentos para poder executar as tarefas ou, no caso de não estarem qualificados para o modelo de trabalho imposto, acabarão excluídos do mercado de trabalho.

Os novos modos de gestão do trabalho, a informatização, o desemprego, a terceirização e o grande número de mão-de-obra não qualificada no mercado de trabalho, no caso, o trabalho informal feito pelas crianças pesquisadas, as quais não têm perspectiva nenhuma, no nosso entender, de ascender socialmente ou ter a possibilidade de se qualificarem num trabalho artesanal, domiciliar e explorado, como é realizado.

De acordo com estudos feitos em relação às conseqüências psicológicas do trabalho precoce, fica evidenciado que a criança que trabalha,

submetida às mesmas disciplinas exigidas ao adulto, como cumprimento da jornada, dedicação, responsabilidade, produtividade, objetivos e metas, gera a ruptura entre maturidade, responsabilidade e força, com a perda de uma etapa fundamental da vida, ou seja, torna-se adulto antes do tempo, o que altera o desenvolvimento da identidade e da personalidade (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 2001, p. 16).

Fica claro que a criança *salta* etapas em que vai tornar-se um adulto que não foi criança, tal como afirma o texto abaixo:

Tratando-se do *psiquismo*, são os seguintes aspectos que estão inter-relacionados: estado de ânimo, habilidades, identidade, motivação. Quando dizemos que o *direito de ser criança* precisa ser realizado ele está relacionado com o desenvolvimento desses aspectos fundamentais à vida saudável desse grupo etário. Nesse estágio da vida “é importante a realização de brincadeiras e a observação dita ‘desinteressada’ do ambiente com o que é possível a construção de um adulto psicologicamente saudável”.

Se o trabalho é a principal atividade de crianças e adolescentes esse desenvolvimento integral fica comprometido, pois a “sucessão de experiências desagradáveis, com medo, explorado, sem chances de ter sucesso” pode tornar essa população “doente”, depressiva.

No desenvolvimento de habilidades, não se pode “cortar” etapas, pois “existe uma sucessão necessária em que novos conhecimentos são assimilados antes que a criança entre numa fase seguinte [...] Uma dificuldade qualquer em uma das fases não impede a passagem para outra fase, mas alterará o ritmo normal da aquisição da mesma [...] Como o sistema neurológico e psicológico estão imaturos, o aprendizado feito de maneira grosseira, com os piores trabalhos, violentos, com punições, em muitas vezes, a criança fica robotizada e será impotente diante de novas exigências”.

Na construção de uma identidade sadia e adequada, as crianças não podem viver “em desamparo, violência, adestramento desqualificado”, pois essas situações de vida poderão comprometer sua vida adulta. No plano das motivações e necessidades básicas de cada pessoa, tais como as fisiológicas, de segurança, afeto, estima e de auto realização, e consideradas as diferenças quanto à faixa etária, cultura, contexto sócio-econômico, destacamos a importância das etapas com que tais necessidades acontecem, na infância, na adolescência e na vida adulta. Assim, se o trabalho constitui uma das principais ocupações da criança, as diferentes fases de busca e realização das motivações podem ficar comprometidas interferindo no seu pleno desenvolvimento (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 1998, p. 20).

Questionamos os entrevistados quanto ao significado geral do trabalho, tanto quanto perguntamos se gostavam daquilo que faziam. Constatamos que 74% das crianças consideram importante o trabalho que realizam. Ao interpretar os motivos que os levam a essa afirmação, vemos que os mesmos estão ligados prioritariamente a questões de natureza material, ou seja, ajudam no provimento das suas próprias necessidades e de sua família, tal como nos mostra a Tabela 45.

Retomando os resultados da Tabela 57, quando perguntamos *O que gostaria de fazer, caso não precisasse trabalhar com o calçado?*, a maioria afirmou que gostaria de realizar outra atividade. Dezoito crianças responderam que gostariam de ajudar em casa, e quatro afirmaram que gostariam de realizar outro tipo de trabalho.

Perguntamos aos entrevistados se concordavam que deviam trabalhar desde cedo, ao que obtivemos: 61% das respostas afirmativas, pelos motivos já apresentados, e 25% negativas. Os motivos apresentados foram: duas crianças responderam que deveriam trabalhar a partir dos 14 anos de idade; quatorze responderam que deveriam somente brincar e estudar; duas alertaram para o perigo de sofrerem algum tipo de acidente de trabalho; uma respondeu achar ruim a grande exigência que é feita no trabalho; duas disseram que é muito cedo para trabalhar; três afirmaram que aceitariam o trabalho precoce apenas pela necessidade de ajudar os pais; e duas responderam não ser correta a entrada precoce no mercado de trabalho, mas não souberam justificar a afirmação.

Tabela 61

Distribuição das crianças por opinião sobre a sua precoce entrada no mercado de trabalho

Concorda que deva trabalhar desde cedo	
Sim	61
Não	25
S.I.	14
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Acreditamos que o trabalho está fortemente arraigado nas crianças, tanto pelos *benefícios* financeiros que ele pode proporcionar, quanto pelo mito de seu caráter *formativo*. Também podemos observar uma clara contradição ao analisarmos as Tabelas 58, 60 e 61, pois vimos que a maior parte das crianças diz *gostar e concordar* com o trabalho. No entanto, quando questionadas sobre o que o trabalho tem *de bom e de ruim*, verificamos que o mesmo não apresenta nenhum atrativo que possa fazer com que as crianças gostem e aceitem sua própria atividade laboral.

Tabela 62

Distribuição das crianças por profissão desejada

Profissão Sonhada	
Veterinário	7
Modelo, Cantor, Jogador de Futebol	17
Professor	25
Militar, Policial, Segurança	13
Secretária, Telefonista	4
Engenheiro: Químico, Elétrico, Civil	6
Sapateiro	4
Massagista, Enfermeiro, Médico, Dentista	16
Mecânico, Caminhoneiro	2
Advogado	9
S.I.	9
Total	112

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Segundo a tabela acima, podemos perceber que a profissão de professor (25%), seguida pela de modelo, cantor e jogador de futebol (17%), e profissões ligadas à área da saúde (16%), são as mais apontadas pelos entrevistados. Igualmente, na área da segurança, o número é considerado relevante (13%). Acreditamos que as profissões desejadas, que as crianças apresentaram, estão diretamente ligadas ao seu modo de vida e aos problemas que enfrentam em seus locais de moradia, entre eles, a precariedade da saúde pública e os elevados índices de violência; características comuns das áreas urbanizadas, especialmente do município de São Leopoldo.

### **10.6.2 Conteúdo do trabalho**

Conforme a Tabela 41, verificamos que as tarefas realizadas pelas crianças são o ponto-seleiro, o enfiadinho, o trançadinho, apertar pino e passar cola, entre outros; em suma, tarefas simples e artesanais. O trabalho é sazonal, feito por encomendas e sem fazer uso de qualquer mecanização, não atendendo ao item como forma de aprendizagem, uma vez que pouco ou nada contribuem para o seu aprendizado.

### **10.6.3. Condições de trabalho**

Como vimos nas Tabelas 42, 49 e 50, o trabalho das crianças não é esporádico e temporário; os turnos são variados e de acordo com a disponibilidade e o volume de serviço a fazer. Das crianças entrevistadas, 66% afirmaram trabalhar durante todo o ano; 36% trabalham nos dois turnos, 29% trabalham no turno da tarde, 27% trabalham no turno da manhã e 3% trabalham em turnos variados. Durante a semana, as crianças trabalham de 1h/dia até mais que 8h/dia. O percentual mais elevado, conforme podemos ver na Tabela 50, é de crianças que trabalham 3h/dia e 5h/dia. As crianças que possuem entre doze e quatorze anos de idade têm jornadas variadas, que vão desde menos de 4h/dia até 10h/dia.

Das cem crianças entrevistadas, 25% trabalham regularmente, de segunda-feira a sexta-feira, e 53% afirmaram não trabalhar em finais de semana. Vinte e duas crianças trabalham aos sábados e domingos, 6% trabalham somente aos sábados, 4% somente aos domingos, e 15% por vezes trabalham nos finais de semana. Vinte e cinco crianças afirmaram trabalhar durante o período de férias escolares, e 10% disseram que por vezes trabalham também nesse período.

#### **10.6.4. Ambiente de trabalho**

Quanto ao ambiente de trabalho, perguntamos às crianças como era o local onde elas realizavam suas atividades. O questionamento foi bastante amplo, enfocando o que achavam das condições de trabalho e do ambiente de trabalho.

Percebemos que as crianças sentiram-se *atrapalhadas*, talvez pelo que o seu imaginário infantil gostaria que fosse o ambiente de trabalho. Por outro lado, devemos levar em consideração que a criança, mesmo que inconscientemente, compara o ambiente do seu trabalho com o da sua casa, tornando-se difícil para ela admitir, de forma consciente, que trabalha e/ou mora em um local insalubre.

Diante de uma situação pela qual ela pouco poderá fazer para altera-la, é mais fácil considerá-la satisfatória ou negá-la, ocasião em que disseram não saber informar (74%). Dezesete crianças afirmam serem boas as condições de seu trabalho; nove responderam que as mesmas são ruins.

Tabela 63

Distribuição das crianças por avaliação do seu ambiente de trabalho

Condições do Ambiente	
Salubre	17
Insalubre	9
S.I.	74
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Ainda no tocante às condições do ambiente de trabalho, vimos que o número de crianças que trabalham com cola regularmente é considerado bastante elevado (27%). Dessas vinte e sete crianças, oito disseram que o cheiro da cola enjoa o estômago; duas disseram sentir, além de enjojo, dor nos olhos e na cabeça; uma disse sentir dor na barriga, enjojo e dor de cabeça; e cinco crianças reclamaram da cola quente, porque gruda nas mãos e dedos.

A maioria dessas crianças trabalha sem utilização de equipamentos de proteção, pois como o trabalho infantil não é permitido, não existem equipamentos adequados para o tamanho delas, não havendo também qualquer tipo de fiscalização. Apenas uma das crianças entrevistadas afirmou usar máscara para sua proteção. Para comprovar o descaso do cumprimento da legislação que trata da Segurança e da Medicina do Trabalho e de que esse trabalho é pernicioso, registramos, a seguir, a legislação que trata do Equipamento de Proteção Individual (EPI)<sup>30</sup>.

A Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que dispõe de normas regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, e de normas regulamentadoras rurais (NRR), diz, em seu Artigo 166 – Seção IV:

IV – Do equipamento de proteção individual

A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados (BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, 2003, p. 13).

Quanto ao aspecto que trata das atividades insalubres ou perigosas, o Artigo 189 – Seção XIII, diz:

---

<sup>30</sup> EPI – Equipamento de Proteção Individual – todo dispositivo ou produto de uso individual, utilizado pelo trabalhador destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho (BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, 2003, p. 80).

Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos (BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, 2003, p. 16).

A referida lei, nesta questão, prevê todo um aparato de normas e critérios, bem como de medidas e punições para as empresas que excederem os limites de tolerância aos agentes agressivos e tóxicos ao organismo do trabalhador. Ela determina, em seu Artigo 191, Parágrafo Único, que caberá às Delegacias Regionais do Trabalho, uma vez comprovada a insalubridade, notificar as empresas.

São previstos, também, adicionais aos salários (insalubridade ou periculosidade), bem como multas como medidas e penalidades para promover e fiscalizar o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalhador. Em relação aos graus de insalubridade nas atividades nacionais econômicas, existe um grau de risco que varia de 1 a 3, considerando o 1 como mínimo, o 2 como médio e o 3 como máximo.

São considerados grau de risco 3, insalubridade de grau máximo, algumas atividades como: carvão, arsênico, chumbo, cromo, fósforo, mercúrio, silicatos e outras substâncias consideradas cancerígenas, como o benzeno, etc. O éter e os solventes, assim como os componentes da cola (tolueno e acetona) utilizados na fabricação de sapato, também tem seu grau de insalubridade, tal como mostra a tabela abaixo.

#### Tabela 64

#### Limites de Tolerância I

Agentes químicos	Valor Teto	Absorção também p/pele	Até 48hs/semana		Grau de insalubridade a ser considerado no caso de sua caracterização
			ppm*	mg/m3*	
Metilamina			8	9,5	máximo
Metil cellosolve		+	20	60	máximo
Metil ciclohexanol			39	180	médio
Metil clorofórmio			275	1480	médio
Metil demeton		+	-	0,4	máximo
<b>Metil etil cetona</b>			<b>155</b>	<b>460</b>	<b>médio</b>
Metil isobutilcarbinol		+	20	78	máximo
Metil mercaptana (metanotiol)			0,4	0,8	médio
2-Metóxil etanol (vide metil cellosolve)			-	-	-
Monometil hidrazina	+	+	0,16	0,27	máximo
Monóxido de carbono			39	43	máximo
Negro de fumo			-	3,5	máximo
Neônio			Asfixiante	simples	-
Níquel carbonila (níquel tetracarbonila)			0,04	0,28	máximo
Nitrato de n-propila			20	85	máximo
Nitroetano			78	245	médio
Nitrometano			78	195	máximo
1-Nitropropano			20	70	médio
2-Nitropropano			20	70	médio
Óxido de etileno			39	70	máximo

\* ppm – partes de vapor ou gás por milhão de partes de ar contaminado

\*\* mg/m3 – miligramas por metro cúbico de ar

[grifo nosso, objetivando destacar os componentes da cola]

Fonte: BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, 2003, p. 198.

Tabela 65

Limites de Tolerância II

Agentes químicos	Valor teto	Absorção também p/pele	Até 48hs/semana		Grau de insalubridade a ser considerado no caso de sua caracterização
			ppm*	mg/m3**	
Tetracloroetano		+	4	27	máximo
Tetracloroetileno (vide percloroetileno)			-	-	-
Tetrahidrofurano			156	460	máximo
<b>Tolueno (toluol)</b>		<b>+</b>	<b>78</b>	<b>290</b>	<b>médio</b>
Tolueno – 2,4 – diisocianato (TDI) (vide 2,4 diisocianato de tolueno)			-	-	-
Tribromometano (vide bromofórmio)			-	-	-
Tricloreto de vinila (vide 1, 1, 2 tricloroetano)			-	-	-
1, 1, 1 Tricloroetano (vide Metil clorofórmio)			-	-	-
1, 1, 2 Tricloroetano		+	8	35	médio
Tricloroetileno			78	420	máximo
Triclorometano (vide clorofórmio)			-	-	-
1, 2, 3 Tricloropropano			40	235	máximo
1, 1, 2 Tricloro – 1, 2, 2 trifluoretano (Freon 113)			780	5930	médio
Trietilamina			20	78	máximo
Trifluormonobromometano			780	4760	médio
Vinilbenzeno (vide estireno)			-	-	-
Xileno (xilol)			78	340	Médio

\* ppm – partes de vapor ou gás por milhão de partes de ar contaminado

\*\* mg/m3 – miligramas por metro cúbico de ar

[grifo nosso, objetivando destacar os componentes da cola]

Fonte: BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, 2003, p. 198.

Especificamente à fabricação de calçados, temos a seguinte classificação:

Tabela 66

Atividades e respectivos graus de risco

Código	Atividades	Grau de risco
19 – 31 - 3	Fabricação de calçados de couro	3
19 – 32 - 1	Fabricação de tênis de qualquer material	3
19 – 33 - 0	Fabricação de calçados de plástico	3
19 – 39 - 9	Fabricação de calçados de outros materiais	3

Fonte: BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, 2003, p. 36.

De acordo com o Anexo I da mesma Lei, os equipamentos abaixo fazem parte da Lista de EPI, entre outros. Vejamos:

B – EPI para *proteção dos olhos e face*

a) óculos de segurança para proteção da face contra impactos de partículas volantes;

[...]

e) óculos de segurança para proteção da face contra respingos de produtos químicos.

D – EPI para *proteção respiratória*

a) respirador purificador de ar para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas;

b) contra fumos;

[...]

D2 – Respiração de adução de ar

a) respirador de adução de ar tipo linha de ar comprimido para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração Imediatamente Perigosa à Vida e à Saúde e em ambientes confinados;

b) máscara autônoma de circuito aberto ou fechado para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração Imediatamente Perigosa à Vida e à Saúde e em ambientes confinados;

[...]

E – EPI para *proteção dos membros superiores*

[...]

F.1 Luva

a) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes;

b) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurantes;

[...]

f) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes biológicos.

F.2 Creme protetor

a) creme protetor de segurança para proteção dos membros superiores contra agentes químicos;

[...]

### F.3 Manga

[...]

b) manga de segurança para proteção do braço e do antebraço contra agentes abrasivos e escoriantes;

c) manga de segurança para proteção do braço e do antebraço contra agentes cortantes e perfurantes;

[...]

### F.4 Braçadeira

a) braçadeira de segurança para proteção do antebraço contra agentes cortantes;

[...]

### F.5 Dedeira

a) dedeira de segurança para proteção dos dedos contra agentes abrasivos e escoriantes;

[...]

(BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, 2003, p. 83-86).

A referida legislação traz, ainda, em seus anexos, medidas de proteção que prevêm equipamentos para proteção do corpo inteiro, como calçados, meias, calça, macacão e outros conjuntos de segurança de vestimenta contra todos os riscos de acidentes possíveis com objetos cortantes, produtos químicos, etc. Especificamente em relação às dores apresentadas pelas crianças (mãos, pernas, pés, braços e costas), vejamos o que diz o Artigo 199 – Seção XIX, que trata “Da Prevenção da Fadiga”:

Art. 199. Será obrigatória a colocação de assentos que assegurem postura correta ao trabalhador, capazes de evitar posições incômodas ou forçadas, sempre que a execução da tarefa exija que trabalhe sentado.

Parágrafo Único – Quando o trabalho deva ser executado de pé, os empregados terão à sua disposição assentos para serem utilizados nas pausas que o serviço permitir (BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, 2003, p. 17).

As dores na coluna, dores de cabeça, dores musculares e os distúrbios digestivos estão relacionados além do mobiliário e dos equipamentos inadequados. Também, a postura inadequada, a manipulação de agentes químicos, a fadiga provocada por longas jornadas de trabalho, o esforço físico e horários indevidos constituem-se como os principais problemas de saúde que podem ser causados pelo precoce ingresso no mercado de trabalho da confecção calçadista no Vale dos Sinos.

Nessa questão da dor, cabe-nos fazer uma reflexão sobre a mesma. O Relatório Azul, ao abordar o *sofrimento da dor*, faz a seguinte observação:

A natureza do sofrimento que faz que se procure um hospital é sempre grave e, invariavelmente muito dolorida. Dependendo da condição de faixa etária, o mesmo problema pode estar agravado em termos de padecimento. No Brasil há uma cultura médica avessa à mitigação das dores das doenças, como se preferisse que o eventual paciente deva senti-la. Quando vemos uma pessoa queixar-se de dor, quase antes de atendê-la parece que analisamos a sinceridade da expressão e, se a doença confere dignidade ao gemido, aí sim, nos sentimos livres para socorrê-la. Do contrário, quando a manifestação da dor nos parece desproporcional à doença, desconfiamos se a doença realmente existe. Há, assim, uma cultura que aceita como doença, apenas aquilo que, na manifestação do doente, não parece exacerbado na exclamação da dor (RIO GRANDE DO SUL, 2003, p. 351).

O referido relatório aponta, ainda, que somente a partir de 2002 o Sistema Único de Saúde (SUS) reconhece a *dor do paciente* como uma enfermidade em si mesma, exigindo a intervenção médica, mesmo que a origem não seja diagnosticada. Até então, a dor de quem a sentia só existia no diagnóstico médico, depois de a doença ter sido diagnosticada e a dor referida pelo paciente ter sido respectivamente verossímil.

As chamadas doenças ocupacionais que muitas vezes comprometem a saúde mental dos trabalhadores, tem atualmente adquirido importância através de políticas de saúde e assistência, visando à prevenção das doenças tal como tem feito a Ergonomia<sup>31</sup>.

No Brasil, de acordo com Cattani, o SUS enfrenta uma série de dificuldades por depender da intervenção direta do Estado. Vejamos o que o autor diz acerca disso:

O Brasil, de certa forma, chegou atrasado na História ao propor uma política de *welfare state* (bem-estar social), dentro do modelo social-democrático adotado no pós-guerra na Europa, pois o fez em um momento em que o mundo está sendo varrido pela onda neoliberal. Sem ter conseguido estabelecer-se e enraizar-se dentro do sistema público de atenção à saúde, a Saúde do Trabalhador enfrenta as correntes da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, que se beneficiam de uma intervenção estatal mínima, ficando a relação capital-trabalho no campo da saúde sem a mediação direta do Estado. Esse é o risco que corre a Saúde do Trabalhador no Brasil e os modelos similares no resto do planeta. Na França, já existem estudos referentes às conseqüências da precarização do trabalho – decorrente da flexibilização dos contratos de trabalho – sobre a saúde dos trabalhadores, como resultado das políticas de liberalismo econômico (HUEZ, apud CATTANI, 1997, p. 223).

Permanece o questionamento de como fiscalizar essa situação, quando a maior parte do trabalho é realizado nos domicílios, com jornadas excessivas, onde a criança ou o adolescente exerce atividades que forcem-no a ter uma postura inadequada, resultando em deformações físicas sobre o seu corpo em crescimento. Além disso, a criança, por desconhecer tais riscos do trabalho e por ter pouca resistência física, acaba por fazer esforços demasiados que a levam à fadiga e à debilidade.

---

<sup>31</sup> Ergonomia: Ciência humana aplicada que objetiva transformar a tecnologia para adaptá-la ao ser humano. Estuda a adaptação do trabalho ao homem e o comportamento humano no trabalho, organizando-o de forma favorável ao ser humano e ao sistema produtivo (ser humano, máquina e ambiente) (GUIMARÃES, apud RENNERT, 2002, p. 67).

Existem, ainda, estudos que denunciam peso e estatura (nanismo) inferiores nas crianças que ingressam precocemente no mercado de trabalho, muito também pela baixa qualidade da alimentação, quando comparadas com crianças que não trabalham.

Organizações de saúde chamam a atenção para as conseqüências do trabalho precoce, especialmente em locais insalubres e perigosos, tais como os já citados.

O trabalho precoce é responsável por moléstias do aparelho respiratório, causadas pela poeira, resíduos, etc., intoxicações, lesões, queimaduras, cortes, fraturas comuns por exposição a atividades de risco, mutilações e acidentes fatais ou danos irreversíveis à vida da criança (FERREIRA, 2001, p. 56).

Esta questão está relacionada a longas jornadas de trabalho, às ferramentas que são utilizadas, aos utensílios e aos mobiliários inadequados e impróprios às exigências ergonômicas das crianças, por terem sido projetados para o uso de adultos. Ferreira aponta algumas deformações ósseas causadas pela má postura.

Vejamos:

A osteofitose da coluna, conhecida como bico de papagaio; a osteoartrite, inflamação nas articulações envolvidas em prolongadas atividades diárias e sem equipamento adequado; periostite e osteomielite, inflamações da membrana que reveste os ossos, devida a insuficiente nutrição, higiene deficiente e esforços estressantes (FERREIRA, 2001, p. 56-57).

Para confirmar o que foi exposto em relação às conseqüências nessas crianças que são impulsionadas precocemente para o mercado de trabalho, devido à sua condição social, vejamos a contribuição da CNTE e da CUT quanto aos danos à saúde das mesmas:

“A ossificação completa-se no homem aos 21 anos e na mulher aos 18 anos”. Assim, nas crianças e adolescentes as principais ocorrências são a *cifose juvenil de Scheuermann*, devido a “permanência por longas horas na posição em pé, ou sentado erroneamente e carregando pesos acima de sua capacidade, provocando um acunhamento anterior em três até cinco vértebras dorsais por distrofia ósteocartilaginosa”, também chamada de *osteocondrose espinhal*.

Os estudos sobre essa ocorrência mostram que “em 20% a 40% dos casos existe escoliose, desvio lateral da coluna associada”. Outra ocorrência refere-se à *coxa vara do adolescente*, ou seja, “uma desordem na epífase superior do fêmur, levando à deformação e deslocamento da cabeça deste osso, com a possível concomitância de artrose da articulação coxo-femural. A origem se situa no carregamento de pesos acima da capacidade de crianças e adolescentes”.

[...]

“Nas crianças e adolescentes o sistema muscular permanece em desenvolvimento o que é influenciado não só pelos fatores herdados, mas também pelos fatores ambientais, como nutrição, exercícios físicos e esforços realizados”. Esse desenvolvimento é marcado por diferenciações entre sexo e faixa etária. Tomando-se o “valor de 100% ao desenvolvimento muscular de um jovem adulto com 25 anos, o desenvolvimento deste sistema pode ser descrito como: aos 10 anos equivale a 40% nos meninos e meninas; aos 14 anos equivale a 60% nos meninos e 50% nas meninas; aos 18 anos, equivale a 90% nos jovens e 60% nas jovens, e, nestas, não progride muito mais”. Assim sempre que “a taxa de produção é superior à velocidade de sua remoção, surge a fadiga precoce com dor e edema muscular” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 1998, p. 20).

Para contribuir com essas considerações a respeito da saúde do trabalhador e com todas as questões que vêm sendo discutidas em termos de promoção, prevenção, cura e reabilitação, ocorre o estabelecimento de uma nova prática para a compreensão das relações entre saúde e trabalho. Segundo Cattani (1997), muitas disciplinas passam a tratar da saúde do trabalhador, tais como: Medicina Social, Saúde Pública, Saúde Coletiva, Clínica Médica, Medicina do Trabalho, Sociologia, Epidemiologia Social, Engenharia, Psicologia, etc.

Continua explicando o mesmo autor que, de forma genérica, existem duas grandes categorias de agressões à saúde no trabalho: de um lado, aquelas que resultam das condições e ambientes de trabalho, e, de outro lado, aquelas que têm origem na organização do trabalho propriamente dito, constituindo-se nas doenças chamadas Lesões por Esforços Repetitivos (LER<sup>32</sup>).

Tendo presente, novamente, as queixas das crianças entrevistadas que trabalham na fabricação de calçados, tais como de dores no antebraço, no braço, nos punhos e nas mãos, e da confirmação de que o trabalho executado por elas é repetitivo, bem como de algumas queixas individuais de insônia, em que muitas vezes a criança precisaria parar o trabalho para deitar-se, receber uma massagem ou tomar um café para que pudesse repor suas energias, arriscamos a afirmação de que os referidos trabalhadores precoces acabam desenvolvendo Lesões por Esforços Repetitivos.

Cattani afirma, ao conceituar LER:

Lesões por Esforços Repetitivos (LER) é um conceito que define um conjunto de doenças ou alterações funcionais que atingem a região escapular, o pescoço, os ombros, os braços, os cotovelos, os antebraços, os punhos e os dedos. As doenças que fazem parte da LER podem ser divididas em: tendíneas inflamatórias (tenossinovite ocupacional, Dedo de Gatilho, síndrome de De Quervain, tendinite da cabeça longa do bíceps, tendinite do supra-espinhoso, epicondilite lateral e medial), nervosas periféricas compressivas (síndrome do desfiladeiro torácico, síndrome do supinador, síndrome do pronador redondo, síndrome do túnel cubital, síndrome do túnel do carpo, síndrome do canal de Guyon) e outras (síndrome tensional do pescoço, cisto sinovial, radiculopatia cervical, síndrome miofascial, fibromialgia) (HOEFEL, apud CATTANI, 1997, p. 143).

---

<sup>32</sup> A proposição do termo ocorreu a partir da tradução de *Repetitive Strain Injuries*, termo utilizado por australianos desde a década de 70 (BROWNE, apud CATANNI, 1997, p. 144).

Cattani cita como exemplo as doenças crônicas e recidivantes, como a tenossinovite, que “respondem mal aos tratamentos, e as crises tendem a renovar-se toda vez que o trabalhador realiza, novamente, movimentos repetitivos” (CATTANI, 1997, p. 145). Os sintomas dessa doença são descritos minuciosamente pelo autor:

... a tenossinovite, vemos que essa doença tem um início insidioso, com queixa de “peso” no braço, às vezes dor no braço à noite, após o trabalho, sendo que, seguidamente, o próprio trabalhador não associa tais sintomas à atividade profissional. Habitualmente, o quadro clínico evolui para edema, sensação de perda de força e dor muito intensa no antebraço, que faz com que a pessoa desperte à noite. Em geral, é nesse momento que vai haver a procura de assistência médica.

O trabalhador que chega à consulta vem cansado de noites maldormidas, muitas vezes estressado, mas sem nenhum sinal evidente da doença, a não ser edema no antebraço, que pode ser muito pequeno ou até inexistente.

Uma nova crise pode ser provocada pelo trabalho, mas, também, por outras atividades corriqueiras do dia-a-dia familiar, como lavar louça ou roupa à mão. A consequência é, então, uma incapacidade para a vida fora do trabalho, que, muitas vezes, não é compreendida nem mesmo pelas pessoas mais próximas do trabalhador lesionado. Isso leva a uma associação de problemas. De um lado, a patologia é vivida de forma individual, com suspeita de simulação e um quadro de dor e incapacidade crônica, e, de outro, ocorre uma ampla incapacidade funcional. A principal consequência é um grande sofrimento do trabalhador atingido.

As Lesões por Esforços Repetitivos podem ser provocadas por problemas de ordem ergonômica, vinculados às características dos postos de trabalho, dos instrumentos utilizados pelo trabalhador e das condições dos ambientes de trabalho. Porém, a organização do trabalho tem uma importante responsabilidade, também, sobre o surgimento e a rápida expansão da LER, principalmente nas atividades industriais onde predomine a taylorização/fordização do trabalho, com a realização de tarefas de forma repetitiva – sucedendo-se, portanto, sempre os mesmos gestos –, em alta velocidade, com horas-extras freqüentes e pressão da hierarquia para maior produtividade, seguidamente agravada pela própria cumplicidade do trabalhador, obtida, entre outros, graças aos prêmios à produção.

Outra característica importante da LER é que ela tem sido diagnosticada, principalmente, em mulheres [...]. Isso ocorre não por uma diferença constitucional particular do corpo feminino, mas devido à divisão social e sexual do trabalho, que reserva às mulheres, como regra, os postos onde as tarefas sejam mais repetitivas e monótonas (CATTANI, 1997, p. 144-145).

A referência à simulação de dor, por parte dos trabalhadores, era suspeitada como sendo um pretexto para afastarem-se do trabalho. No Brasil, somente na medida em que os casos foram se repetindo, através das queixas dos trabalhadores, é que os diagnósticos passaram a ser considerados, uma vez que, anteriormente, era uma doença restrita a pianistas, segundo Cattani (1997).

Portanto, o autor conclui que:

A partir do final da década de 80, a LER deixou de ser uma doença de digitadores e passou a ser diagnosticada em trabalhadores de outras atividades, como na indústria microeletrônica, nas empresas de pequenos produtos manufaturados, na indústria de processamento de alimentos, na manufatura de componentes eletrônicos, em linhas de montagem e em atividades de escritório (ASSUNÇÃO e ROCHA, apud CATTANI, 1997, p. 146).

De acordo com pesquisas, o número de casos de Lesões por Esforços Repetitivos vem diminuindo no Brasil e nos países do capitalismo central.

A perspectiva é de que se assista, nos próximos anos, a um aumento ainda maior, apesar da tendência apontada por diversos autores de que o trabalho seja transformado no sentido de um maior “enriquecimento” e de uma redução de atividades repetitivas realizadas a alta velocidade [...], uma vez que o essencial do trabalho produtivo continua sendo feito em moldes que não se alteraram muito, nos últimos 50 anos, mantendo-se, basicamente, dentro de propostas de gestão da produção taylorizada ou, pelo menos, com grande intensificação na realização das tarefas (CATTANI, 1997, p. 146).

Freyssenet, citado por Cohn, aponta para os efeitos dessa automação:

... se de um lado ela aumenta consideravelmente a produtividade e suprime numerosas tarefas repetitivas, de outro ela acaba por excluir o operador do controle dos parâmetros da produção. Sua função é reduzida ao campo limitado da vigilância de operações precisas de ajuste sobre um processo no qual o trabalhador não tem mais intervenção direta. (FREYSSENET, apud COHN, 1997, p. 63).

De acordo com Cohn (1997), o trabalho em si não é nocivo e perigoso; o que lhe daria esses atributos seria a forma como ele é organizado pelo próprio homem. Afirmando que o trabalho, tal qual está organizado, no que diz respeito à divisão técnica e social, à hierarquia interna dos trabalhadores, ao controle do ritmo e das pausas feito pela empresa e ao padrão de sociabilidade interna, assim como também pelas condições do trabalho (condições físicas, químicas e biológicas do ambiente de trabalho – temperatura, vibrações, radiações, poeiras, ruídos, etc.) esses seriam os causadores do *desgaste físico e psíquico* dos trabalhadores.

Assim, eles são os grandes causadores do sofrimento psíquico, doenças mentais e físicas dos trabalhadores. No caso das crianças em estudo, as causas da *dor* e do *mal-estar* causado pelo cheiro da cola estariam associadas à jornada de trabalho excessiva, à má posição e ao contato com substâncias químicas. Neste sentido, Cohn afirma:

No momento da *cooperação simples*, por exemplo, o trabalhador interage com um número bastante limitado de objetos naturais e despende de muito esforço físico, apresentando um gasto calórico bastante elevado. A interação com objetos naturais que podem ser propriedades nocivas à sua saúde não chega a alterar em demasia o ambiente químico geral; os instrumentos de trabalho por serem rudimentares exigem grande dispêndio de esforço físico e a ampliação da jornada de trabalho para a obtenção da rentabilidade do capital. No entanto, dada a autonomia do trabalhador em termos de mobilidade e liberdade de movimentos no processo de produção, o trabalho não se caracteriza pela monotonia e desqualificação. As principais fontes de desgaste dos trabalhadores residem no grande esforço físico despendido na extensão da jornada de trabalho e no contato com algumas matérias-primas nocivas (COHN, 1997, p. 72).

Portanto, conclui o referido autor, que:

... na ordem capitalista o trabalhador é radicalmente diferente daquele homem pré-capitalista regido e se movendo pelo ciclo natural. O trabalhador no capitalismo é um homem que rompeu com o tempo natural e é regido pelo tempo do capital: pelo tempo que é valor (COHN, 1997, p. 72).

Ao se referir ao processo de trabalho na história do modo de produção capitalista, o autor cita três momentos característicos já apontados por Marx: a cooperação simples, a manufatura e a maquinária. A automação é citada por Freyssenet, apud Cohn.

Baseados nas características desses momentos citados por Marx e Freyssenet, elaboramos uma tabela explicativa com a pretensão de diferenciar cada um deles de acordo com suas peculiaridades, bem como o *desgaste* causado pelo trabalho em cada uma das etapas.

Tabela 67

Modos de Produção

	Cooperação simples <sup>33</sup>	Manufatura	Maquinária	Automação
Características	<ul style="list-style-type: none"> <li>• baseia-se no ofício;</li> <li>• divisão incipiente do trabalho;</li> <li>• tarefas artesanais;</li> <li>• ferramentas simples;</li> <li>• unidade entre concepção e execução do trabalho;</li> <li>• o controle do capital sobre o processo de trabalho é pela relação de propriedade;</li> <li>• controle sobre o trabalhador para que ele produza mais – longas jornadas e queda do salário (mais valia absoluta).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• nova divisão do trabalho;</li> <li>• os ofícios dos artesãos são decompostos em várias atividades;</li> <li>• cada trabalhador realiza tarefas parcializadas;</li> <li>• início da desqualificação do trabalho;</li> <li>• maior intensidade e produtividade do trabalho;</li> <li>• trabalho parcializado combinado com trabalho individualizado (trabalho coletivo);</li> <li>• redução do tempo;</li> <li>• separação entre concepção e execução do trabalho;</li> <li>• alguns trabalhadores organizam e outros executam;</li> <li>• aumento de controle do capital sobre o processo de trabalho;</li> <li>• forma de exploração é a mais valia relativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• máquina substitui as ferramentas artesanais;</li> <li>• fonte energética não é mais humana;</li> <li>• maior separação entre concepção e execução na divisão do trabalho;</li> <li>• o trabalho é dividido em várias etapas, operadas pela máquina;</li> <li>• maior desqualificação do trabalhador (execução de tarefas isoladas sem conhecimento da totalidade do processo de trabalho);</li> <li>• utilização de máquinas simples e organização científica do trabalho (Taylorismo e Fordismo).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• reduzida participação da força de trabalho no processo de produção;</li> <li>• a força de trabalho se restringe às funções de vigilância do processo produtivo;</li> <li>• aumento do número de trabalhadores qualificados para as tarefas de manutenção;</li> <li>• dois tipos de processo de produção: <i>Processos de Fluxo Contínuo</i> (os produtos se dão sem a intervenção humana direta, somente pelo acompanhamento) <i>Processos Descontínuos</i> ou <i>Semi-Automatizados</i> (homens e máquinas trabalham em conjunto)</li> <li>• aumento da produtividade, supressão de tarefas repetitivas e exclusão do operador do controle da produção.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• grande esforço físico com elevado gasto calórico;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• o desgaste provocado pelo trabalho deve-se à nova divisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• gasto calórico é menor, surgem novos fatores de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• controle computadorizado do</li> </ul>

<sup>33</sup> Cooperação Simples - baseia-se no ofício, com uma divisão incipiente do trabalho: o trabalhador executa tarefas variadas correspondentes às do artesão, utilizando as ferramentas deste.

<p>Perfil de Morbidade e Mortalidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>os objetos naturais não alteram em demasia o ambiente químico geral;</li> <li>o trabalhador tem autonomia de mobilidade e liberdade;</li> <li>o trabalho não se caracteriza pela monotonia e desqualificação.</li> </ul>	<p>técnica do mesmo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>grupos de trabalhadores concentrados em poucas atividades;</li> <li>limitação da mobilidade dos trabalhadores, monotonia e repetição.</li> </ul>	<p>desgaste;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>predomínio sistemático de movimentos estereotipados e repetitivos;</li> <li>os objetos naturais do trabalho são bem mais diversificados, com aumento de riscos físico-químicos.</li> </ul>	<p>processo de trabalho, o qual é limitado apenas a atividades de vigilância;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>automação em ramos de produção como a química, petroquímica e metalurgia expõem o trabalhador a objetos de alta periculosidade e contaminação, assim como o meio ambiente;</li> <li>os trabalhadores são submetidos a formas de organização que implicam na sua imobilidade e à exigência de grande concentração, gerando situações de grande tensão.</li> </ul>
<p>Maiores Fontes de Desgaste dos Trabalhadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>grande esforço físico dispendido na extensão da jornada de trabalho e no contato com algumas matérias-primas nocivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ruptura entre a concepção e a execução do trabalho repercute no equilíbrio psíquico do trabalhador, agravado pela exigência de maior concentração na mesma atividade durante uma jornada de trabalho prolongada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o trabalho por turnos rotativos com implicações sobre o ciclo circadiano (transtornos gastro-intestinais, sexuais, distúrbios do sono, etc.) e sobre a vida social do trabalhador.</li> <li>Com a intensificação do ritmo e as técnicas de gestão taylorista e fordista, provocam a fadiga física e mental dos trabalhadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a redução da exigência de esforço físico é acompanhada de significativo desgaste psíquico do trabalho expresso em fadiga, estresse e demais patologias psicossomáticas e nervosas.</li> </ul>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

Especificamente em relação à saúde das crianças em estudo, buscamos saber se o trabalho causava algum dano para a mesma ou se, por vezes, chegava mesmo a comprometê-la. Assim, constatamos, através dos relatos, que a *dor* e a *dificuldade* fazem parte deste trabalho do qual elas afirmam *gostar* e, em alguns casos, *adorar*, conforme vimos na Tabela 58.

Entretanto, registramos algumas queixas das crianças, expostas quando foram questionadas sobre as dificuldades que encontram em seu trabalho. Vamos nos ater, agora, detalhadamente a elas: *“Ficar sentada muito tempo, ou o dia todo”, alegando cansar ao ficar sempre na mesma posição; “ter que encaixar e apertar o pino, às vezes escapa”; “couro muito duro fica difícil de cravar a agulha, escapa e espeta nos dedos e nas mãos”; “dor nas mãos, pescoço, braços, punhos, costas, etc.”; “quando o ponto é pequeno, escapa e tem que fazer de novo”; “puxar o courinho que é duro”; “quando tem miçanga e o couro é duro”; “quando tem que enfiar a corda por fora, a linha vira e fica ruim”; “o trabalho envolve muito e não dá para se divertir e passear”.*

Outras queixas: *“quando tem que atender o prazo que é curto, fica cansativo e não pode-se parar porque o homem fica bravo”; “quando o alicate escapa e pega na unha”; “cheiro da cola e a cola quente”; “dificuldade em aprender o ponto apertado”; “o trançadinho é difícil”; “costurar sola porque é dura”; “furar é cansativo”; “trabalhar com calçado e fazer o serviço da casa junto”; “quando tem que fazer reloque, ao apertar machuca o dedo”; “fazer bota e trança tem que tirar os pontos e se errar tem que fazer de novo”; “fivela de quatro pinos machuca a mão”; “martelo escapa e pega nos dedos”; “enjoa o estômago e dói a barriga”; “o arremate é difícil porque tem que dar muitas voltas e se errar tem que fazer de novo”.*

Ainda: *“cunhada incomoda”; “o buraco é difícil de fazer”; “calo nos dedos”; “virar as partes maiores do couro na hora de colar”; “quando a tira é grande, fica difícil colar as partes maiores”; “ao bater a marreta no chinelo, dói as costas”; “dificuldade para passar a linha na parte de baixo”; “quando o buraco é pequeno e a agulha não é boa e quebra”; “colar a costura em couro no tênis”; “ao cortar a linha, o ponto escapa”; “costurar é ruim e difícil, e quando tem muita encomenda”; “o calçado com miçanga exige muita atenção porque tem que olhar no desenho”; “quando não consegue fazer o ponto apertado, daí tem que desmanchar e fazer de novo”.*

Por fim: *“quando ao colar não fica reto tem que dobrar”; “quando as tiras não passam no buraco”; “dobrinhas ao lado e ter que enrolar as tiras”; “refazer o trançadinho”; “dificuldade e a falta de experiência”; “ao puxar a tira com a agulha e ao sair dela, e arrebenta”; “passar a cola em volta do tênis, mancha a borracha”; “segurar a fivela machuca os dedos”; “dificuldade para apertar a tira”; “alergia das palmilhas do enfiadinho”; “cola arde os olhos e dói a cabeça”; “as reclamações: Deixou pingar cola!, Não apertou direito! e Tem que fazer de novo!”.*

Consideramos importante fazer algumas considerações a partir desses relatos em relação às conseqüências do trabalho infantil precoce, de modo geral e, especificamente, em relação às crianças em estudo. Existem registros que demonstram evidências de trabalhos penosos, insalubres e perigosos, como os das carvoarias, da agricultura, dos lixões, das vidraçarias, das metalúrgicas, dos canaviais, dos cafezais, o trabalho no sisal, as pedreiras, os curtumes, a prostituição infantil e o trabalho escravo.

São muitos os problemas de saúde que o trabalho infantil precoce acarreta, e para introduzirmos os danos citados pelos relatos apresentados, vale citar os exemplos das carvoarias, onde a fuligem afeta olhos e pulmões, onde crianças são mutiladas ao caírem nos fornos quando carregam as toras para a queima.

Ferreira (2001) alerta para as intoxicações de crianças na cultura do fumo pelos praguicidas, especialmente os organofosforados, com danos ao sistema neurológico, imunológico e físico de quem os manuseia.

No corte da cana-de-açúcar, crianças cortam-se nas folhas da planta, enquanto trabalham como tombadores, bagaceiros ou caldeireiros. Na entressafra, executam trabalhos de preparo de todos (rebrotas), capinagem, limpeza do terreno e encoifação, resultando em sérios danos físicos, que variam entre cortes e mutilações provocados pela foice e pelo facão, além de apresentarem queimaduras, rachaduras e inchaços na pele.

Além de receberem baixa remuneração ou, em grande parte, de nada receberem, segundo pesquisa realizada em 1992, pela UNICAMP, as crianças apresentavam-se desnutridas e com excesso de fadiga física, o que levava-as a desenvolverem doenças como hipertrofia cardíaca, hipertensão arterial, artrose e enfisema pulmonar.

Além disso, a pesquisa comprovou que “após 12 anos de atividade, o canavieiro terá lesões irreversíveis em articulações de membros, além de doenças cardíacas e respiratórias, estando inutilizado para o mercado de trabalho” (TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL, 1995, p. 12).

No cultivo do sisal, na Bahia, as crianças trabalhadoras, de acordo com o Tribunal Nacional Contra o Trabalho Infantil, cumpriam tarefas de corte, transporte para o motor de desfibramento, separação do bagaço, seleção e amarração das fibras e, por fim, transporte para os jiraus.

Assim como as crianças canavieiras cumpriam jornadas de 10 horas diárias e não tinham possibilidade de freqüentar a escola, por precisarem *ajudar* no sustento da família. O esforço físico feito por essas crianças é enorme, sendo muito superior àquele que elas poderiam suportar, acarretando em danos à saúde. Vejamos o que afirma o referido Relatório:

Todas as etapas são realizadas em locais distantes um do outro e, por isso, as crianças percorrem longas distâncias a pé, sob o sol forte, carregando muito peso. O contato com as folhas pontiagudas do sisal e com o seu suco muito ácido provoca inúmeras feridas em suas pernas e braços, que ficam cobertos de moscas, sujeitando-as a infecções. Há grande número de crianças cegas por perfuração provocada pela ponta das folhas do sisal. Muitas sofrem de asma, provocada pela constante exposição ao pó do sisal nos galpões onde é realizado o desfibramento e a seleção das fibras (TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL, 1995, p. 13).

Poderíamos citar os danos à saúde causados por cada trabalho realizado por crianças, mas vamos nos ater ao estudo daquelas que trabalham na indústria calçadista, bem como apontar as suas especificidades em relação à temática “Danos à saúde”.

Como já visto, um número significativo dessas crianças trabalha com cola, a qual apresenta componentes como o tolueno e o metiletilcetona (acetona ou MEK). O tiner, por exemplo, é um tipo de tolueno (ou tuleol) cuja concentração no organismo é medida pela urina, ocasião em que este produto é biotransformado em ácido hipúrico e, ao dar uma reação renal, acaba sendo eliminado pela mesma.

A Legislação de Segurança de Acidentes de Trabalho e Saúde do Trabalhador indica através da tabela de Índice Biológico de Exposição (IBE), o grau de concentração de ácido hipúrico (produto tolueno) para as pessoas que trabalham com produtos químicos e solventes.

O IBE possui duas escalas denominadas: Valor de Referência da Normalidade (VR), o qual é possível de ser encontrado em populações não expostas ocupacionalmente; e Índice Biológico Máximo Permitido (IBMP), que é o valor máximo do indicador biológico para o qual se supõe que a maioria das pessoas ocupacionalmente expostas não corre o risco de dano à saúde, sendo a ultrapassagem deste valor significativa de exposição excessiva.

Vejamos, na tabela a seguir, uma relação de produtos químicos considerados insalubres, e os respectivos limites de tolerância aos mesmos:

Tabela 68  
Parâmetros para controle biológico da exposição a alguns agentes químicos

Agente Químico	Indicador Biológico		VR	IBMP	Método Analítico	Amostra gem	Interpretação	Vi-gên-cia
	Mat. Biológico	Análise						
Anilina	Urina	p-aminofenol e/ou	até 2%	50 mg/g creat. 5%	CG	FJ	EE	
	Sangue	Metaemoglobina			E	FJ 0-1	SC+	
Arsênico	Urina	Arsênico	até 10 µg/g creat.	50 µg/g creat.	E ou EAA	FS+T-6	EE	
Cádmio	Urina	Cádmio	até 2 µg/g creat.	5 µg/g creat.	EAA	NC T-6	SC	
	Sangue	Chumbo e	até 40 µg/100 ml	60 µg/100 ml	EAA	NC T-1	SC	
Chumbo Inorgânico	Urina	Ac. delta amino levulínico ou	até 4,5 mg/g creat.	10 mg/g creat.	E	NC T-1	SC	
	Sangue	Zincoprotoporfirina	até 40 µg/100 ml	100 µg/100 ml	HF	NC T-1	SC	
Chumbo Tetraetila	Urina	Chumbo	até 50 µg/g creat.	100 µg/g creat.	EAA	FJ 01	EE	
Cromo Hexavalente	Urina	Cromo	até 5 µg/g creat.	30 µg/g creat.	EAA	FS	EE	
Diclorometano	Sangue	Carboxiemoglobina	até 1% NF	3,5% NF	E	FJ 0-1	SC+	
Dimetilformamida	Urina	N-metilformamida		40 mg/g creat.	CG ou CLAD	FJ	EE	P-18
Dissulfeto de Carbono	Urina	Ac. 2 Tio-Tiazolidina		5 mg/g creat.	CG ou CLAD	FJ	EE	P-24
Ésteres Organofosforados e	Sangue	Acetil-colinesterase Eritrocitária ou Colinesterase Plasmática ou Colinesterase eritrocitária e plasmática (sangue total)	Determinar a atividade pré ocupacional	30% de depressão da atividade inicial 50% de depressão da atividade inicial		NC	SC	

Carbamatos				25% de depressão da atividade inicial		NC	SC	
Estireno	Urina	Ac. mandélico e/ou		0,8 g/g creat.	CG ou CLAD	FJ	EE	
	Urina	Ac. fenil-glioxílico		240 mg/g creat.	CG ou CLAD	FJ	EE	
Etil-benzeno	Urina	Ac. Mandélico		1,5 g/g creat.	CG ou CLAD	FS	EE	
Fenol	Urina	Fenol	20 mg/g creat.	250 mg/g creat.	CG ou CLAD	FJ 0-1	EE	
Flúor e fluoretos	Urina	Fluoreto	até 0,5 mg/g creat.	3 mg/g creat. no início da jornada e 10 mg/g creat. no final da jornada	IS	PP+	EE	
	Urina	Mercúrio	até 5 µg/g creat.	35 µg/g creat.	EAA	PU T-12	EE	
Metanol	Urina	Metanol	até e mg/l	15 mg/l	CG	FJ 0-1	EE	
Metil-etil-cetona	Urina	Metil-etil-cetona		2 mg/l	CG	FJ	EE	P-12
Monóxido de Carbono	Sangue	Carboxiemoglobina	até 1% NF	3,5% NF	E	FJ 0-1	SC+	
N-hexano	Urina	2,5 hexanodiona		5 mg/g creat.	CG	FJ	EE	P-18
Nitrobenze-No	Sangue	Metaemoglobina	até 2%	5%	E	FJ 0-1	SC+	
Pentacloro-fenol	Urina	Pentaclorofenol		2 mg/g creat.	CG ou CLAD	FS+	EE	
Tetracloro-etileno	Urina	Ac. Tricloroacético		3,5 mg/l	E	FS+	EE	
Tolueno	Urina	Ac. hipúrico	até 1,5 g/g creat.	2,5 g/g creat.	CG ou CLAD	FJ 0-1	EE	
Tricloroetano	Urina	Triclorocompostos totais		40 mg/g creat.	E	FS	EE	
Tricloroetile-no	Urina	Ticlorocompostos totais		300 mg/g creat.	E	FS	EE	
Xileno	Urina	Ac. Metil-hipúrico		1,5 g/g creat.	CG ou CLAD	FJ	EE	

Fonte: BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, 2003, p. 94.

Através dessa tabela dos parâmetros para controle biológico da exposição a alguns agentes químicos, podemos observar que, para o metil-etil-cetona, o IBMP é de 2mg/l e que o tolueno (Ac. hipúrico) tem VR de até 1,5 g/g creat. o IBMP de até 2,5 g/g creat. Baseados nessas informações, arriscamos a conclusão de que as crianças que trabalham com cola e que apresentam sintomas de dores na cabeça e na barriga, irritação nos olhos e enjôo de estômago estariam excedendo o limite tolerável (IBMP) para o seu organismo. Mas seria necessário realizar um controle, através da urina das crianças, para que pudéssemos chegar à certeza de tais aferições.

O uso de máscaras e luvas e de outros equipamentos de proteção seriam imprescindíveis no trabalho com a cola quente, pois iriam impedir ou amenizar os danos causados por ela, tais como as queimaduras e o grude nas mãos. Da mesma forma, o uso de dedeira poderia impedir as perfurações nos dedos e nas mãos.

No que tange às queixas apresentadas por algumas das crianças pesquisadas em relação ao controle e à rigidez a que são submetidas em termos de disciplina, quando erram ou quanto aos prazos de entrega dos trabalhos, vemos uma similaridade aos modelos Taylorista e Fordista, onde são adotados métodos como o controle do tempo e padrões definidos de organização do trabalho.

Como vimos anteriormente, nesses sistemas o trabalhador passa a ser objeto e não sujeito da produção, passando a ter seus movimentos ditados e controlados pela máquina ou pela organização do trabalho. Sobre isto, Cohn afirma:

A gerência deve exercer a vigilância constante sobre os trabalhos de níveis hierárquicos inferiores: estes tendem à “vadiagem no trabalho”, devendo a seleção apontar os trabalhadores que melhor se adaptem aos métodos e ritmos determinados pela gerência, e que portanto conseguirão acompanhar a produtividade padronizada (COHN, 1997, p. 69).

Tabela 69

Distribuição das crianças por caracterização quanto à repetição do trabalho

Trabalho Repetitivo	
Sim	57
Não	2
Nem sempre	25
S.l.	16
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Quando perguntadas sobre se consideravam seu trabalho repetitivo, 57% das crianças responderam afirmativamente e, por vezes, acrescentaram que este também é bastante monótono.

As respostas negativas à pergunta totalizaram apenas 2%, e 25% das crianças afirmaram que *nem sempre* executam a repetição, uma vez que os modelos dos sapatos não são sempre os mesmos, tanto quanto as solas e o enfiadinho.

O relato da menina em questão comprova o enunciado pelas crianças no que se refere ao trabalho repetitivo. Vejamos:

Um dia, fui jantar na casa da Carol e fiquei apertando o garfo e a colher, enquanto esperava a mãe dela servir a janta. Eu fiz isso porque sempre fico apertando o alicate quando coloco as fivelas nos sapatos. Todos começaram a rir e a mãe dela mexeu comigo, dizendo que eu tava pensando que tava trabalhando, e que gostava tanto que tava achando falta (D.V.B., 14 anos<sup>34</sup>).

Parece-nos evidente que a menina está condicionada a um movimento repetitivo, tendo em vista que aperta cerca de três mil fivelas por dia em seu local de trabalho. Estudos indicam que o trabalho pode ter conseqüências sobre a saúde mental dos indivíduos. Podemos citar, como exemplo, o filme *Tempos Modernos*, de Charlie Chaplin, onde ele mostra a influência e as conseqüências do trabalho na linha de montagem durante os sistemas Taylorista e Fordista.

Para estabelecer uma relação entre trabalho e psicopatologia, Jacques cita os estudos de Lê Guillant, que, durante os anos 50, realizou as primeiras observações em relação ao tema.

---

<sup>34</sup> B. D. V.. Trabalho Infantil. Escola Municipal João Goulart, São Leopoldo, 4 mai. 2002. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

Seu trabalho mais citado foi feito em 1956 sobre a atividade de telefonistas em Paris, no qual o autor diagnosticou um distúrbio que ele nomeou como Síndrome Geral de Fadiga Nervosa, caracterizada por um quadro polifórmico que incluía alterações de humor e de caráter, modificações do sono e manifestações somáticas variáveis (angústia, palpitações, sensações de aperto torácico, de “bola no estômago”, etc.). O autor falava, ainda da invasão do espaço fora do trabalho por hábitos do trabalho que ele chamou de Síndrome Subjetiva Comum da Fadiga Nervosa. Esta última síndrome caracterizava-se pela manutenção do ritmo de trabalho durante as férias, manifestando-se pela sensação de irritação, por uma grande dificuldade para ler em casa e pela repetição incontrolável de expressões verbais do trabalho (LE GUILLANT, apud JACQUES, 2002, p. 131).

Costa, citado por Cattani, através de sua prática ambulatorial psiquiátrica, registra “a presença de transtornos psíquicos denominados *doenças dos nervos* ou *crises nervosas*, intimamente associados com a trajetória e os percalços da vida laboral e com ameaças à identidade do trabalhador” (CATTANI, 1997, p. 128).

Outro estudioso, chamado Gillon, citado por Jacques (2002), considerava que não havia uma relação de especificidade entre o tipo de distúrbio mental e o trabalho efetuado, exceto nos casos provocados por intoxicações ou naqueles que ele atribuía a *condições de trabalho particularmente penosas*. Segundo Jacques, Gillon não considerava como excepcional a afirmação de que as condições de trabalho por si só fossem responsáveis por distúrbios mentais. Mencionava, em suas pesquisas, referências da existência de elementos desfavoráveis no trabalho, tais como:

A duração excessiva do trabalho, um trabalho considerado como monótono, muito leve ou muito sedentário, um trabalho exigindo aptidões que não estão ao alcance da inteligência do operário, um trabalho exigindo um grau de atenção muito alta ou não permitindo suficientemente a iniciativa, um ciclo de trabalho muito longo (GILLON, apud JACQUES, 2002, p. 131).

De acordo com Jacques (2002), o trabalho, nesta época, reproduzia a abordagem psiquiátrica comum, em que o mesmo era visto como um instrumento neutro reconhecido como ressocializador e como cura para doenças mentais, ou seja, o trabalho era considerado bom e terapêutico, e cabia ao trabalhador, na medida em que possuísse uma *saúde mental equilibrada*, adaptar-se a ele.

Analisando a teoria de Gillon, Jacques afirma:

É possível perceber-se na sua interpretação uma influência do próprio pensamento taylorista, cuja visão faz do trabalho um elemento essencialmente benéfico, segundo a qual a única forma possível de trabalho é aquela que tenha sido legitimada por sua "cientificidade". Desta forma, só restando ao trabalhador a escolha entre a adaptação ou a doença (JACQUES, 2002, p. 131).

Christophe Dejours, estudioso da temática, também citado por Jacques (2002), fez inovações no estudo das repercussões da organização do trabalho sobre o aparelho psíquico. Através dos seus estudos, substituiu a utilização do conceito de Psicodinâmica do Trabalho pelo de Psicopatologia do Trabalho. Esse novo conceito busca conseguir compreender como os trabalhadores alcançam manter um certo equilíbrio psíquico, mesmo estando submetidos a condições de trabalho desestruturantes.

Consideramos oportuno registrar as idéias desse autor, uma vez que constatamos que o trabalho realizado pelas crianças em estudo é repetitivo e causa sofrimento, através da dor citada por elas mesmas.

Especificamente ao referir-se ao estudo do espaço livre de um outro estereotipado, entendendo tempo livre, ao modelo comportamental que faz intervir uma tentativa, visando à transformação da realidade conforme os desejos do sujeito, no sentido do prazer, Jacques (2002) afirma que Dejours define, em seus estudos, o campo da Psicodinâmica do Trabalho como:

... aquele do sofrimento e do conteúdo, da significação e das formas desse sofrimento e situa sua investigação no campo do infrapatológico ou do pré-patológico. Para ele o sofrimento é um espaço clínico intermediário que marca a evolução de uma luta entre funcionamento psíquico e mecanismo de defesa por um lado e pressões organizacionais desestabilizantes por outro lado, com o objetivo de conjurar a descompensação e conservar, apesar de tudo, um equilíbrio possível, mesmo se ele ocorre ao preço de um sofrimento, com a condição de que ele preserve o conformismo aparente do comportamento e satisfaça aos critérios sociais de normalidade (JACQUES, 2002, p. 132).

Cattani (1997) também cita os estudos de Dejours, considerando-o um importante estudioso que ressalta as *estratégias defensivas coletivas*, construídas coletivamente com o objetivo de suportar e lutar contra o sofrimento advindo do trabalho.

Por fim, Dejours afirma que, após diagnosticar o sofrimento psíquico em situações de trabalho, a psicodinâmica do Trabalho, valendo-se da psicanálise, busca atos terapêuticos coletivos.

Assim, compreende que frente a uma situação de agressão ao Ego, o indivíduo defende-se, primeiramente, pela produção de fantasmas, que lhe permitem construir uma ligação entre a realidade difícil de suportar, o desejo e a possibilidade de sublimação. Para Dejours [...], a situação de trabalho taylorizada está bloqueada entre o Ego e a realidade, pois o conteúdo da tarefa, seu modo operatório e sua cadência são decididos pela direção da empresa. Nessas condições, é possível perceber-se que o fantasma não serve a nada (JACQUES, 2002, p. 132).

O conceito de sublimação, citado pela autora, tem sua origem na teoria de Freud sobre o desenvolvimento da sexualidade no indivíduo. Assim, descreve, no seguinte trecho:

A sublimação é, portanto, o processo graças ao qual essas pulsões parciais – cuja satisfação é, originalmente, de natureza sexual – encontram uma saída substitutiva em uma atividade socialmente valorizada. A idéia subjacente é a de que essas pulsões do sujeito, que deveriam desembocar sobre relações sexuais, são redirigidas ao trabalho, supondo-se que ocorra, preliminarmente, uma dessexualização e, também, uma atividade de substituição socialmente valorizada. No entanto, essa substituição não é simples, pois trata-se de manterem-se juntos os aspectos semelhantes e os aspectos diferentes e, dessa forma, fazê-los interagir. Por sua vez, o trabalho repetitivo elimina toda possibilidade de sublimação e leva, por meio da repressão, tanto a doenças somáticas, como a descompensações mentais (psiconeuróticas) (JACQUES, 2002, p. 134).

Acreditamos que a sublimação, como mecanismo de defesa, é utilizada em várias situações do trabalho das crianças, mas, para que isto aconteça, Jacques afirma que certas condições devam ser preenchidas.

Condições Psíquicas: na tentativa de dessexualizar as pulsões e mudar os objetivos dessas, o indivíduo tem o desejo de entender a realidade (no caso, a situação e a atividade do trabalho); a curiosidade é manifestada em relação à situação presente, e torna-se necessário dar um significado para essa realidade.

Toda situação de trabalho apresenta algo de enigmático para o sujeito, o que o obriga a mobilizar sua curiosidade, a qual será recompensada pela compreensão obtida. Essa compreensão atingirá todo seu valor na medida em que ela provocar uma diminuição do sofrimento e possibilitar que a sublimação aconteça (JACQUES, 2002, p. 135).

Outras condições são citadas, como as Condições Ontogenéticas<sup>35</sup>, onde o objeto que vem de fora, no caso o trabalho, substitui o corpo da mãe (objeto transicional). Vejamos o que Jacques afirma sobre isso:

Na sua infância (dos cinco anos até a puberdade), o trabalhador deve ser beneficiado por um espaço lúdico, onde ele aprenda a renunciar, parcialmente, à atividade sexual e a se interessar por causas com um valor social. Essa fase da infância exige companheiros (a professora, os pais, etc.). A relação que os pais têm com o seu trabalho e sua própria epistemofilia é, conseqüentemente, fundamental. No caso de pais para quem o trabalho não deixa nenhum espaço ao desenvolvimento de sua própria epistemofilia, a curiosidade infantil é sentida como uma ameaça, pois ela vai de encontro a uma estratégia defensiva que eles tiveram muita dificuldade em estabelecer. Nesse caso, a escola não consegue, geralmente, fazer o contraponto frente à atitude dos pais, e a criança vai encontrar-se presa entre os dois campos (JACQUES, 2002, p. 135).

Com relação ao que dizem as Condições Organizacionais, podemos com esses fatos explicar o *relógio real*, ou seja, a situação real, vivida cotidianamente, onde elas distribuem livremente, neste espaço, todas as suas vidas diárias. O outro relógio, chamado *relógio ideal*, seria o pretendido, pelo qual a criança através de uma estimulação ao seu imaginário, descreve como gostaria que fosse seu dia. Essas são técnicas utilizadas em pesquisas, em que, através de manifestações gráficas, as crianças expressam os seus desejos.

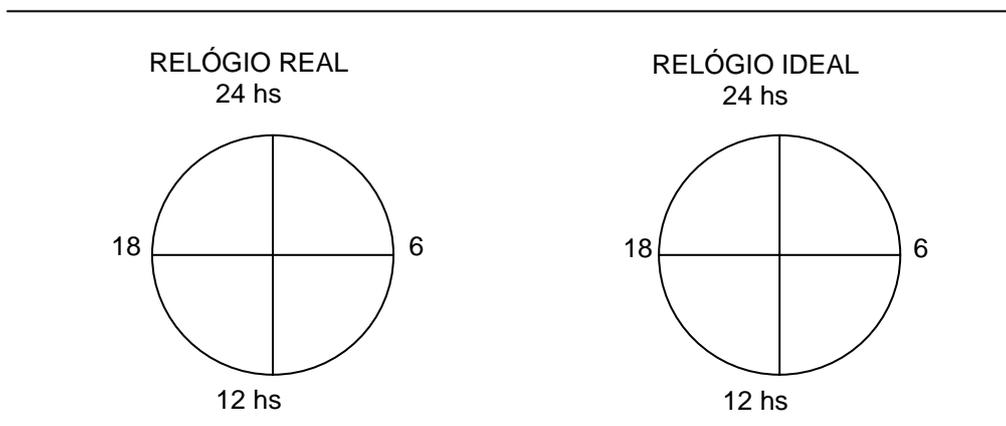
---

<sup>35</sup> Ontogenética: estudo da formação e desenvolvimento do indivíduo, acompanhado em todas as fases de sua evolução.

Abaixo, um exemplo dos relógios utilizados:

Tabela 70

Relógio Real e Relógio Ideal



Fonte: SCHNEIDER, Sérgio; COTANDA, Fernando; ALMEIDA, Marilis Lemos de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. Relatório de Pesquisa.

As Condições Organizacionais, em continuidade para abrir caminho ao mecanismo de sublimação utilizado pelas crianças, de acordo com Jacques (2002), seria o espaço no qual pode ocorrer a epistemofilia, através do qual se desenvolve o processo de sublimação. Para que a sublimação aconteça, a organização do trabalho, visando atender o mecanismo da sublimação, precisa responder a certas características.

Estas são apontadas pelo autor:

- um espaço entre organização do trabalho e organização do trabalho real;
- um espaço que permita assumirem-se responsabilidades, isto é, algum tipo de atividade de concepção;
- uma correspondência entre a situação de trabalho e o estado interno do sujeito. Trata-se de se estabelecer uma relação entre duas cenas, a do teatro psíquico interno – que dá forma à curiosidade – e a do teatro do trabalho e de se passar de um teatro a outro. Essa relação – a ressonância simbólica – só poderá se operar se existir uma analogia, uma semelhança, entre os dois teatros, sendo o do trabalho que irá retomar, de forma controversa, o teatro psíquico interno. As diferenças são aqui tão importantes como as coincidências, na medida em que são elas que vão permitir estimular-se novamente, a curiosidade do sujeito e transformá-lo (JACQUES, 2002, p. 136).

Ao abordar as Condições Éticas, a autora afirma que existe, entre a organização real e a prescrita pelo trabalho, um conflito em que o sujeito opõe-se, invariavelmente, à segunda. Segundo Jacques:

As atitudes inventivas e as tentativas de se realizarem experiências novas no trabalho implicam um sofrimento que se apresenta muito custoso no plano psicológico e para a saúde globalmente. Como retorno à contribuição dada pelo trabalhador à organização do trabalho, ele deve receber uma *retribuição* que não se resume à simples atribuição de um salário ou de um prêmio por produtividade, isto é, ela necessita ter, antes de mais nada, um caráter moral, devendo, normalmente, tomar a forma de um *reconhecimento*. Isso significa que os interlocutores do trabalhador devem reconhecer que as atitudes deste último contribuíram para a realização do trabalho. Esse reconhecimento precisa acompanhar-se de um julgamento de utilidade, o que quer dizer que a atividade fornecida pelo empregado deve receber a gratidão de seus superiores hierárquicos na empresa, como alguma coisa que tenha utilidade do ponto de vista econômico, técnico, etc. (JACQUES, 2002, 136).

Acreditamos que, nesta situação, a criança *realiza-se* com o reconhecimento dos pais, uma vez que esses aprovam e incentivam o seu trabalho, pois elas sentem-se *úteis* por ajudarem no sustento da família, adquirindo respeito ao serem reconhecidas e retribuídas.

Cabe-nos, também, a possibilidade de aferir à profissão sonhada pelas crianças um desejo inconsciente de reconhecimento e de superação do *status quo*, pois são todas profissões *socialmente nobres* que contrapõem-se ao trabalho monótono e mal remunerado que elas executam.

Essa discussão faria parte de outra condição indispensável para que a sublimação pudesse produzir-se no trabalho, a Condição Social. Nas palavras de Dejours, “a valorização da atividade do trabalhador pelos seus próprios colegas reveste-se de muita importância na medida em que não é mais a hierarquia que a faz” (DEJOURS, apud JACQUES, 2002, p. 137).

O autor ainda chama de *juízo de beleza*, uma vez que os critérios são, ao mesmo tempo, estéticos e econômicos, sendo eles construídos pelos pares, no caso os colegas, os patrões e os pais, ou seja, o coletivo de trabalho, a comunidade ou equipe à qual a pessoa pertence.

Cattani também confirma o exposto, citando Dejours, no que diz respeito ao reconhecimento no trabalho. Vejamos:

Esse reconhecimento, tomado como tendo importante função nas possibilidades de saúde mental dos trabalhadores, é definido através de duas instâncias: o reconhecimento pela hierarquia, que implica a noção de utilidade que a atividade desempenhada adquire e o reconhecimento pelos pares ou pelos colegas de trabalho, o qual, por sua vez, implica a inteligência, os talentos pessoais e a originalidade no exercício da tarefa. Poderíamos acrescentar ainda mais uma instância desse reconhecimento, a saber, aquela que advém da família e da sociedade com relação à atividade desempenhada pelo trabalhador (DEJOURS, apud CATTANI, 1997, p. 218).

Para concluir o exposto até então sobre a questão do sofrimento, da Psicodinâmica do Trabalho e sobre os mecanismos de defesa, especialmente o de sublimação, Dejours afirma que, na organização taylorista do trabalho, pelo fracionamento da atividade, ocorrem dois sofrimentos ocasionados pelo trabalho: o *medo* e a *monotonia*. Acerca do medo no trabalho e de suas origens, Dejours explica:

a) o medo relativo à degradação do funcionamento mental e do equilíbrio psicoafetivo, o qual pode originar-se na desestruturação das relações entre os colegas de trabalho. Manifesta-se através da discriminação, da suspeição ou ainda de relações de violência e de agressividade, opondo o trabalhador à sua hierarquia. Existe, também, um medo específico relativo à desorganização do funcionamento mental, devido à auto-repressão exercida de encontro ao aparelho psíquico e pelo esforço empregado para se manterem comportamentos condicionados;

b) o medo relativo à degradação do organismo é ligado, diretamente, às más condições de trabalho (DEJOURS, apud JACQUES, 2002, p. 138).

O sofrimento como mecanismo de defesa, no nosso entender e a partir dos estudos, diante da impossibilidade de mudar a realidade ou aliviar a dor, seria a origem dos problemas de saúde ou os possíveis problemas psíquicos que possam ser adquiridos, como, por exemplo, com o trabalho repetitivo. Neste sentido, o sofrimento só poderá ser estudado e desvendado através dos mecanismos de defesa empregados pelo trabalhador, segundo Dejours.

O autor estabelece uma separação entre o que chama de *coletivo de defesa*, produzido por sublimação, e aqueles gerados por mecanismos simplesmente adaptativos. Vejamos:

Se os coletivos de defesa por sublimação mantêm uma relação de relativa continuidade com o desejo, os coletivos originados em defesas estritamente adaptativas têm uma tendência maior a quebrar com a expressão do desejo [...]. Isto ocorre porque a sublimação, diferentemente de outras defesas, garante, frente ao sofrimento, uma saída pulsional, não destruidora para o funcionamento psíquico e somático, enquanto que a repressão é limitante para o jogo pulsional (DEJOURS, apud JACQUES, 2002, p. 138).

Para finalizar, veremos, a seguir, as conclusões de Jacques acerca do sofrimento enquanto um mecanismo de defesa.

O sofrimento pode, assim, ter dois destinos diferentes: de um lado, a sublimação, como no exemplo dado por Dejours [...] da atividade dos pilotos de caça, para os quais a defesa é a sublimação que permite aberturas novas e, de outro, os trabalhadores submetidos à execução de tarefas repetitivas, para quem as defesas contra o sofrimento são a repressão pulsional, a auto-aceleração ou a ideologia defensiva de profissão que expulsam, de um lado, o sujeito de seu desejo e favorecem a lógica da alienação na vontade do outro.

O sofrimento pode tornar-se o instrumento de uma modificação na organização do trabalho ou gerar um processo de alienação e de conservadorismo. Este segundo caminho explica-se pelo fato de que, após terem-se desenvolvido mecanismos de defesa contra a organização do trabalho, torna-se penoso tentar uma modificação nessa situação.

Como descreve Dejours (1993: 43), a ideologia defensiva funcional tem por objetivo [...] mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave. [...] É ao nível da ideologia defensiva, na medida em que se apresenta como um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular, que se deve buscar uma especificidade [...].

Uma ideologia defensiva não é dirigida contra uma angústia originada de conflitos intrapsíquicos de natureza mental, mas ela é destinada a lutar contra um perigo e um risco real [...]. Uma ideologia defensiva, para ser operatória, deve obter a participação de todos os interessados e [...] para ser funcional, deve ser dotada de uma certa coerência (JACQUES, 2002, p. 138-139).

Segundo Dubar, citado por Cattani, o espaço social é complexo e conflituoso, existindo, claramente, uma ambivalência, em que o “trabalho criativo, interessante e consciente ou o trabalho degradado, repetitivo e alienado definem o *status* que qualificarão os indivíduos frente ao conjunto da sociedade” (DUBAR, apud CATTANI, 1996, p. 141). Na construção da identidade social e profissional, o ser humano é, em grande parte, o que ele trabalha.

Finalizando a questão da formação da identidade no trabalho, da perda de subjetividade e das conseqüências psicossomáticas que o trabalho infantil precoce acarreta, consideremos o que afirma Ferreira:

Trabalho penoso, em ambientes onde a servidão e o confinamento isolam o menor da vida exterior e do contato com outros da mesma idade impedem-no de ir à escola e participar de atividade de recreação. O abuso sexual, a negligência, constantes humilhações e maus-tratos no próprio ambiente doméstico ou bordéis, antros de prostituição de beira de estrada e depósitos de escravos impingem à criança estresse, danos físicos, distúrbios no desenvolvimento intelectual, no aprendizado da fala e na psicomotricidade.

Além disso, produzem dificuldades de sociabilização, que, ao longo do tempo, manifestam-se em rebeldia excessiva ou apatia, e doenças psicossomáticas, por exemplo bronquite asmática e alergias. Evolui, durante a formação de sua personalidade, forte sentimento de desvalorização, tornando-a dependente, insegura, isolada e triste. Por outro lado, atitudes agressivas, obstinadas e hostis podem estar encobrendo profunda depressão, o que freqüentemente leva à tentativa de suicídio (FERREIRA, 2001, p. 57).

Em uma questão aberta, perguntamos aos entrevistados qual era o tempo diário gasto com a realização do trabalho. Os resultados que obtivemos estão demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 71

Distribuição das crianças pro tempo gasto na realização do trabalho

Tempo gasto para a realização da atividade				
Tempo	Segundos, Minutos, horas	Peça (s)	Descrição	Tipo
2	m	10	par	cadarços
30	m	10	par	cola
20	m	30	par/dia	cola
5	m	17	par/dia	cola
20	m	4	par	cola
		10	par	cola
30	m	67	bolsas	cola
15	m	80	par	cola
		40	par/dia	cola
15	m	15	par	cola
10	m	10	bolsas	cola
2	m	16	par	cola
5	m	15	palmilha	cola
1	m	1	par	cola
30	m	10	par	cola
15	m			cola
3	m			corta
15	m	60	par	corta
5	m			costura
10	m	90	par/dia	costura
5	m	6	par	costura
30	m	5	par	costura
10	m	10	par	costura
30	m			costura
15	m	6	par	costura
		1	par/dia	costura
1	m	10	par	costura
45	m	6	par	costura
10	m	7	par	costura
5	m	18	par	costura e cola
15	m			enfiadinho
20	m	15	dia	enfiadinho
20	m	15		enfiadinho
30	m	40	par	enfiadinho
30	m	50	par	enfiadinho
30	m	10		enfiadinho
5	m	3	par	enfiadinho
15	m	10		enfiadinho
5	m	15		enfiadinho
10	m			enfiadinho
1	h	25	par	enfiadinho

1	h	40	par	enfiadinho
10	m	6		enfiadinho/ trançadinho
3	m		par	espelho
1	m	1000	dia	fivela
1	m			fivela
2	m	2000	dia	fivela
3	s	12000	dia	fivela
1	s	1000	dia	fivela
1	h	50		fivela
4	m			fivela
10	m	10	dia	trançadinho
20	m	10	dia	trançadinho
		10	par	trançadinho
		16		trançadinho
10	m	30	par	trançadinho
25	m	10	par	trançadinho
3	m	8	par	trançadinho e costura
5	m	6	par	trançadinho e costura
3	h	3000		S.I.
10	m	1	par	S.I.
10	m	100	par/dia	S.I.
10	m	5	par/dia	S.I.
7	m	20	par/dia	S.I.
15	m	30	par/dia	S.I.
15	m	10	par/dia	S.I.
30	m	2	par	S.I.
15	m		par	S.I.
30	m	5	par/dia	S.I.
30	m	5	par/dia	S.I.
10	m	10	par	S.I.
10	m	3	par	S.I.
		7	par/dia	S.I.
50	m	10	par/dia	S.I.
10	m	20		S.I.
30	s		palmilha	S.I.
20	m	40	par	S.I.
45	m	10	par	S.I.
20	m	10	par	S.I.
15	m	5	par	S.I.
10	m	10	par	S.I.
S.I.	4			S.I.

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Tabela 72

Distribuição das crianças quanto à periodicidade dos vencimentos

	Valor	Pessoas
R\$ 2,20 Média/dia	R\$ 2,20	4
R\$ 16,23 Média/semana	R\$ 16,23	15
R\$ 38,41 Média/quinzena	R\$ 38,41	30
R\$ 43,50 Média/mês	R\$ 43,50	14
Sem remuneração	R\$ -	17
S.I.		20
Total		100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Perguntamos aos entrevistados quanto à periodicidade com que são pagos os seus vencimentos. Conforme indica a Tabela 72, a maior parte das crianças recebe sua remuneração quinzenalmente (30%), semanalmente (15%) e mensalmente (14%). São pouco significativas as formas de pagamento por dia (4%). Não constatamos crianças que recebam *por dia e por hora*. Ao indagarmos às crianças sobre a utilização de algum benefício indireto, como passagem de ônibus, roupas, presentes, etc., nada constatamos. Chamou-nos a atenção o significativo percentual de crianças (17%) que afirmaram não receber nenhum tipo de rendimento pelo seu trabalho. Nove crianças responderam que trabalham somente pela comida.

Como já foi visto neste trabalho, por ocasião do estudo das condições de vida dos primeiros proletários brasileiros no século XIX, vimos que suas condições não eram muito diferentes das dos escravos, quando afirmamos existirem registros de operários não-qualificados trabalhando apenas por comida, uniformes e bônus.

Assim, também Schneider cita o depoimento de um proprietário de indústria de calçados no município de Dois Irmãos, durante o qual relata que, por ocasião das chamadas fabriquetas ou pequenas oficinas, onde os donos de ofícios ensinavam o trabalho aos aprendizes, trabalhavam apenas pela comida. Vejamos;

Isto não eram fábricas, eram oficinas. Eram uma, duas pessoas trabalhando, às vezes vinha um *aprendiz* para aprender o *ofício*... Eu, depois quando o meu pai parou, eu fiquei com aquela sapataria e aí também ensinei o ofício a outros, para fazer sapatos, botas, tamancos, chinelos, etc. A gente para aprender o ofício tinha de trabalhar no mínimo, um ano inteiro sem ganhar um tostão, a não ser a *chepa* (alimentação). Uma vez que se aprendia o ofício mandava-se embora (SCHNEIDER, 1999, p. 39).

Parece-nos oportuno fazer aqui uma reflexão e um questionamento sobre o tempo decorrido desde a época citada até os dias de hoje sobre os avanços em termos de legislação e de direitos adquiridos, de conceitos *modernos* como cidadania, inclusão social, democracia, políticas públicas, etc. E nos indagarmos sobre o que justificaria essa contradição de encontrarmos crianças e adultos sendo explorados, trabalhando para sobreviver numa situação de escravidão sustentada por empregadores inescrupulosos.

Perguntadas, de uma forma geral, sobre quanto ganhavam por dia de trabalho, prevaleceu o índice de 38% para os que não ganham absolutamente nada, ou seja, 17% segundo a Tabela 73, e os que ganham de R\$ 0,06 centavos a R\$ 0,50 centavos por dia (21%). Apenas 7% ganham de R\$ 5,00 a R\$ 10,00 por dia.

Tabela 73

Distribuição das crianças quanto à remuneração diária

Quanto ganha por dia	
Sem renda a R\$ 0,50	38
R\$ 0,51 a R\$ 1,00	13
R\$ 1,01 a R\$ 3,00	12
R\$ 3,01 a R\$ 5,00	10
R\$ 5,01 a R\$ 10,00	7
S.I.	20
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Indagamos os entrevistados sobre a possibilidade de atraso do pagamento. Do total das respostas, 49% disseram que não há atraso. Embora numericamente menor, 16% responderam que sim e, se somarmos aos que responderam às vezes (11%), temos, então, o percentual de 26%, considerado significativo. As crianças que não souberam responder totalizaram 20%.

Tabela 74

Distribuição das crianças quanto à possibilidade de atraso no pagamento

Há atraso no pagamento	
Sim	16
Não	49
Às vezes	11
S.I.	24
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Tabela 75

Distribuição das crianças quanto aos instrumentos utilizados no trabalho

Instrumentos que utiliza para realizar a atividade	
Agulha	55
Linha, Couro, Tira, Cadarço, Miçanga, Flores, Sola	75
Cola, Pincel, Modelo	34
Alicate, Martelo, Tesoura, Marreta de Borracha	52
Máscara, Luva, Uniforme, Dedal, Creme	18
Prego, Cravador, Faca, Estilete, Máquina para Esquentar Cola, Lixadeira	10
<b>Total</b>	<b>244</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Perguntamos aos entrevistados sobre os instrumentos que utilizam para realizar o trabalho: 75% das crianças utilizam linha, couro, tira, cadarço, miçanga, flores, sola, cola, pincel e modelo; 52% usam alicate, martelo, tesoura e marreta de borracha; 55% utilizam agulha; 18% usam máscara, luvas, uniforme, dedal e creme; e 10% utilizam lixadeira.

Seria oportuno retomar a Tabela 54, no qual as crianças citam os seguintes brinquedos ou atividades que gostariam de fazer caso não precisassem trabalhar: bicicleta, televisão, vídeo-game, bola, vôlei, parque, corda, carro de lomba, bolita, casinha, boneca, aulinha, praça, dançar, *roller*, música, etc.

Agora, salientamos os seguintes instrumentos de corte utilizados por elas em seus relatos: agulha, alicate, martelo, tesoura, marreta, prego, cravador, faca, estilete e lixadeira. Parece-nos haver uma grande contradição se compararmos os interesses e as necessidades das crianças dentro da sua faixa etária e do que vimos em termos da importância do brincar para o seu desenvolvimento psicossocial, da importância de elevar o seu nível de escolaridade para quebrar o ciclo vicioso da pobreza de seus familiares.

Os instrumentos agressivos utilizados pelas crianças são o símbolo dessa contradição, nada condizentes com o que esperam ou com o que acreditam que seja melhor para elas. São os símbolos da agressão quando seus direitos são violados, da agressão por parte do Poder Público, que não faz valer seus direitos através da fiscalização e cumprimento da legislação, da agressão pela falta de visibilidade e legitimação da sociedade que consente, que se conforma e que reconhece como correto o trabalho infantil, tratando as crianças como se fossem adultos, da agressão pelo caráter sorrateiro, disfarçado e perverso do mito que enseja o trabalho da criança considerado como *ajuda*.

Tabela 76

Distribuição das crianças quanto à contribuição no orçamento familiar

Ajuda em casa	
Sim	23
Não	30
Em Parte	49
Não Ganha	2
Total	104

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Com o objetivo de saber a importância econômica do trabalho da criança para a família, constatamos que um grande percentual (49%) dos entrevistados contribuem, por meio de parte da remuneração que recebem, com os pais; 23% contribuem com todo o salário recebido; e 30% não dão nada aos pais (não ficou claro se não contribuem porque não é necessário ou porque não recebem nada pelo trabalho que realizam); 2% afirmaram veemente que não recebem nada pelo trabalho.

Tabela 77

Distribuição das crianças quanto à utilidade do dinheiro que recebem

Utilidade do Dinheiro	
Ajuda em Casa - Família (dá para o outro)	75
Gastos Pessoais	79
Não Ganha	2
<b>Total</b>	<b>156</b>

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Os dados dessa tabela nos convidam a refletir, também, sobre a importância do trabalho das crianças dentro da família, uma vez que 75% entregam o salário recebido aos pais, especialmente à mãe; 79% disseram que gastam o dinheiro recebido com roupas, calçados, material escolar, *shopping*, salgadinhos e doces. É possível afirmar que as crianças que responderam trabalhar somente pela comida estejam inclusas no percentual dos que dizem utilizar o dinheiro com gastos pessoais (79%).

Tabela 78

Distribuição das crianças quanto à continuidade no trabalho

Continua ou não trabalhando	
Trabalha	25
Não trabalha	25
Em outra atividade	6
S.I.	39
Total	100

Fonte: SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa

Buscamos saber, durante o ano de 2003, junto às escolas, se as crianças entrevistadas durante o ano de 2002 continuavam, ou não, trabalhando com calçado, e verificamos que 25% continuam com suas atividades, 25% não estão mais trabalhando, 5% disseram trabalhar de vez em quando, 6% responderam estar trabalhando, mas em outra atividade, 39% não informaram porque não foi possível localiza-los por terem sido transferidos de escola, evadidos ou por estarem na série final oferecida pela escola em que estavam matriculadas durante o ano de 2002, tendo procurado, com isso, outra escola para dar continuidade aos estudos.

As crianças que disseram não estar trabalhando mais, afirmaram que isto se justifica porque “a mãe não pegou mais” ou “porque não tem mais serviço”.

## CONCLUSÃO

Ao final desta pesquisa, podemos chegar a várias conclusões, assim como nos propomos a levantar algumas alternativas de soluções. Percebemos, ao longo desse estudo, que a questão do trabalho infantil não é fato recente, mas que sempre existiu na história da humanidade, como pode também ser considerado um tema bastante complexo e paradoxal, estando travestido numa das mais perversas estratégias de exclusão social uma vez que só contribui para o aumento da fome e da miséria, não permitindo a formação da criança para a cidadania nem a sua ascensão na sociedade.

O trabalho infantil é culturalmente aceito e incentivado por ser considerado um atestado de *índole boa* para as famílias empobrecidas, sendo visto, também, como uma solução aos graves problemas sociais que os países pobres enfrentam.

A partir da observação preliminar, vimos que o trabalho de crianças ganhou proporções maiores a partir da Revolução Industrial e que seu incremento deu-se de forma intensiva durante os sistemas taylorista e fordista, em tarefas simples e mesmo automatizadas. Constatamos também que, ao longo da história da industrialização da classe operária brasileira, a inserção precoce de crianças, uma prática constante, deu-se através das precárias condições de trabalho, tendo em vista que essas se constituíam em mão-de-obra vantajosa.

Dessa forma, a exploração do trabalho de crianças e adolescentes foi e ainda é uma forma de redução de custo de trabalho e obtenção de maior lucro do capital. As empresas, visando tornar seus produtos competitivos no mercado, fazem uso das mais diversas alternativas, entre elas, o trabalho de crianças e adolescentes.

Durante o período de acumulação primitiva, o trabalho era tido como *ajuda*, e esse mito da inserção precoce de crianças no mercado de trabalho ainda se perpetua, fazendo com que a família e a sociedade legitimem e incentivem o trabalho infantil. As crianças foram absorvidas em diversos setores de produção, porque dar trabalho a elas era um benefício dos empregadores para com o Estado que tinha por obrigação manter as instituições que abrigavam crianças pobres vivendo de vadiagem e mendicância.

Vimos, ainda, que o conceito de trabalho pode ter várias conotações, ou seja, pode ter um valor social e um reconhecimento, ou pode estar associado a um instrumento de tortura (*tripalium*), por ser rotineiro, repetitivo e monótono, com o objetivo de sobrevivência.

Fica evidente que as crianças trabalhadoras pesquisadas ficam neste nível, de *labor*, tanto pelo mito que o trabalho enseja, já comentado, como pela influência do Cristianismo Judaico em que é reforçada a ideologia de que o trabalho faz bem à saúde sendo importante para a salvação, afastando os maus pensamentos provocados pela preguiça e ociosidade, ainda reforçados pela sociedade.

O fator ideológico de que o trabalho enobrece, de que é formativo e benéfico, numa idéia equivocada de que o mesmo educa, dignifica, ou de que mantém a criança longe do ócio e da marginalidade, associado à pobreza das famílias, ao desemprego, à concentração de renda, ao crescimento do setor informal da economia ou precarização das relações de trabalho e, ainda, à falta de uma política educacional eficaz, é, na nossa opinião, a causa e o que contribui para a incorporação e a continuidade de crianças no mercado de trabalho. A terceirização da produção, a desregulamentação da economia e a redução do custo do trabalho são tendências na modernização capitalista internacional neste novo século.

Tendo em vista esta realidade, podemos concluir que o trabalho infantil não é visto como um problema social, mas como uma solução para a pobreza extremada. Entendemos que a utilização da mão-de-obra infantil em nada contribui para a mobilidade ou ascensão ocupacional dessas crianças, uma vez que não consegue complementar, na prática, a renda familiar e a remuneração irrisória que recebem, quando muito, contribui para seus gastos pessoais.

Acreditamos que o trabalho infantil, além de aumentar a fome e a miséria, deve ser combatido para sustar o chamado *ciclo vicioso* em que os problemas sociais tendem a se perpetuar ao longo da vida adulta, repetindo com seus filhos os mesmos erros, ou seja, a falta de oportunidades e de baixa escolarização, por desconhecerem outra forma de sobrevivência.

Neste ciclo de vida pobre, as perspectivas de mudança são mínimas, e a tendência é de criar novos subempregados e novos subcidadãos. Temos conhecimento de que o emprego informal não dá acesso aos direitos assegurados pela legislação trabalhista, como a Previdência Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, direito à sindicalização, horas extras, etc.

Outro aspecto que merece alteração em relação à perversidade do trabalho precoce é o de que crianças inseridas prematuramente no trabalho levam uma vida de adulto, considerando que são submetidas às mesmas disciplinas exigidas para este, como o cumprimento de jornada de trabalho, responsabilidade com prazos, dedicação, produtividade e horários rígidos. Perdem, assim, uma etapa fundamental da vida, a infância.

As crianças trabalhadoras tornam-se adultas antes do tempo, e este fato prejudica o seu desenvolvimento físico, emocional, moral e intelectual. A saúde e a segurança também ficam, em grande parte, comprometidas nessas crianças impulsionadas precocemente para o mercado de trabalho.

É no trabalho desregulamentado, setor informal, que mais facilmente pode-se empregar crianças e adolescentes. Como não existe fiscalização da legislação nesse setor, o empregador e, no caso, o intermediário, na terceirização do calçado para as famílias, fica à vontade para a exploração infantil *desregulamentadora*.

O paradoxo que se faz presente nesta questão está em relação à legislação protetora, séria, completa e coerente com a realidade de nossas crianças, servindo até mesmo de modelo para alguns países e, por outro lado, essa realidade é de extrema violência, trabalho escravo, aviltamento e de exclusão social.

Ocorre um desrespeito aos direitos estabelecidos, numa total incoerência, em que vimos haver uma preocupação em regulamentar a situação da criança trabalhadora, assim como vimos avanços em termos de leis, mas na prática, as crianças ficaram fora dos direitos humanos. Há uma profunda distância entre o aparato legal de proteção à infância e à realidade brasileira.

Para confirmar o exposto acima, citamos o Artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em que se afirma terem eles direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

No entanto, conforme afirma Abreu (1999), em cada 100 crianças matriculadas nas Séries Iniciais, 53 entram na segunda série, 12,7 concluem o Ensino Fundamental, 8,1 terminam o Ensino Médio e apenas 3,6 se formam na Faculdade. Estima-se, ainda, que 1,5 milhão de jovens entre 15 e 24 anos sejam analfabetos.

Diante de tantas constatações e conclusões, fica a pergunta: O quê fazer?

Em primeiro lugar, acreditamos que o fim da exploração do trabalho infantil passa pela erradicação da fome e da miséria, sendo um compromisso ético de todos os segmentos sociais na luta contra as injustiças e desigualdades sociais. Para isso, é necessário criar políticas públicas sociais básicas pela defesa e garantia dos direitos humanos que combatam as causas principais do fenômeno, ou seja, a pobreza e o desemprego. Também devem ser considerados outros fatores responsáveis pelo ingresso precoce de crianças no mercado de trabalho, entre eles os mitos e dilemas que o trabalho precoce apresenta, pela falta de escolarização, comida e lazer.

É necessário, além de políticas públicas, o cumprimento da legislação, que não deve apenas proibir, mas reprimir o trabalho explorado das crianças em trabalhos perigosos, oferecendo-lhes atividades de substituição num projeto viável, de caráter prioritário, zelando e preservando sua saúde, segurança, bem-estar e garantia de frequência à escola. Há que se valer da legislação protetora (ECA) em consonância com uma legislação específica para os trabalhadores informais, entre eles, o trabalho precoce infantil precarizado.

Nesse sentido, sugerimos aos órgãos de fiscalização que façam exigências, junto às empresas calçadistas, da utilização de um selo de garantia em seus produtos, a exemplo do que faz a Fundação Abrinq, que certifiquem a não-utilização de mão-de-obra infantil no processo de terceirização, principal foco do presente trabalho.

É necessário, unir esforços na construção de uma sociedade que se quer moderna, democrática e justa, estar engajado nesta luta fundada na conscientização, na solidariedade, na igualdade e na ética de uma sociedade mais justa, humana e cidadã.

Na construção da cidadania, a erradicação do trabalho infantil é tarefa de todos e passa também pela mudança de valores culturais e ideológicos, em que o trabalho infantil é visto como um problema, convocando todos os eixos a combatê-lo. Numa ação integrada e multidisciplinar de fóruns de defesa dos direitos da criança e do adolescente, de filósofos, psicólogos, fisioterapeutas, educadores, servidores sociais, médicos e juízes do trabalho, enfermeiros, historiadores, geógrafos, advogados trabalhistas, sindicatos, Delegacias Regionais do Trabalho, partidos, movimentos sociais e populares urbanos, associações de trabalho, pastorais operárias, ONGs e demais pessoas, para uma reflexão em torno do problema, promovendo, dessa forma, um trabalho de equipe numa grande mobilização social.

Acreditamos que nessa transição do fordismo para a acumulação flexível, ou seja, do Moderno para o Pós-Moderno, em que ocorreram mudanças na tecnologia e nas relações de regulamentação do trabalho estando desestruturadas ou desorganizadas, não houve uma preocupação em relação às conseqüências sociais e políticas advindas dessas transformações.

Com isso o capitalismo continua garantindo sua acumulação e lucro à custa das péssimas condições de trabalho e de segurança dos trabalhadores temporários. São necessárias adequações políticas para esse sistema, visando corrigir essa nova realidade, assim como para regular a crise das relações de trabalho nos paradigmas da modernidade.

A esperança não reside, pois, num princípio geral que providencia por um futuro geral. Reside antes na possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que pareçam utópicas em todos os tempos e lugares exceto naqueles em que ocorreram efetivamente (SANTOS, 2000, p. 36).

Nesse contexto de transformação social, ainda na opinião do autor, é nesse realismo utópico que preside às iniciativas dos grupos oprimidos, embora as alternativas pareçam ter desaparecido, urge a necessidade da construção de alternativas locais com vistas a uma vida digna e decente.

Reafirmamos, com isso, a necessidade de um sistema de proteção ajustado a esse novo mundo do trabalho numa rediscussão de negociação, mas centrada numa legislação específica para esse trabalhador que trabalha informalmente, precariamente ou esporadicamente.

Governos, poder público, organizações de empregadores e trabalhadores devem desenvolver e implementar programas de ação para proteger, afastar e prevenir o trabalho infantil, especialmente em suas formas mais abusivas. Iniciativas governamentais, entre elas, o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que confere a Bolsa-Escola a famílias com renda inferior a meio salário-mínimo, em que os beneficiários precisam freqüentar as aulas e abandonar as atividades produtivas, apesar do corte de verbas por parte do governo, a ASBEM (Associação do Bem-Estar da Criança e do Adolescente) uma ONG, com sistemas de cotas e ensino profissionalizante, em parceria com o SENAC e SENAI, e a Fundação SEMEAR, que se mantém de doações e parcerias com as empresas, adotando programas alternativos e interativos através de centros de capacitação profissional, especialmente para as lideranças que atuam nas ONGs e pelo sistema de apadrinhamento de crianças. Ambas estão localizadas no município de Novo Hamburgo.

Existem vários programas que merecem toda a nossa consideração por desenvolverem atividades culturais, desportivas, oficinas profissionalizantes, alimentação, assistência psicológica e de saúde, reforço escolar, etc. Da mesma forma, o trabalho que vem sendo realizado pelos fóruns de erradicação do trabalho infantil, como, por exemplo, o do GECTIPA (Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente).

Na iniciativa privada, vale destacar o programa Empresa Amiga da Criança, implementado pela Fundação Abrinq pelos direitos da criança, incentivando as empresas para que não explorem o trabalho de crianças, bem como para criarem projetos de apoio à formação de crianças carentes. Louváveis são também as iniciativas da UNICEF, da OIT e do IPEC, todos engajados na luta contra o trabalho infantil.

No entanto, reforçamos a idéia de que esses programas apresentam, na nossa opinião, um caráter mais emergencial e assistencialista. O combate ao trabalho infantil passa pela erradicação da fome, da miséria, da doença e da violência, com políticas sociais básicas que garantam o acesso e a frequência obrigatória ao ensino regular, garantindo a todas as crianças e adolescentes os direitos humanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila (orgs.). *O Trabalho Invisível: Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- ABREU, Charles Jean Início de. *Estudo Crítico ao Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários e análises*. Porto Alegre: Síntese, 1999.
- ALBORNOZ, Suzana. *O que é Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Primeiros Passos, 171).
- ALMEIDA NETO, Honor de. *Trabalho Infantil: a formação da criança jornaleira de Porto Alegre*. Canoas: Ed. ULBRA, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 8.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1995.
- AS MUITAS faces do Trabalho Infantil. *SINAIT*, Brasília, ano 3, nº 6, p. 10-17, set./out., 2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88). São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1996.
- BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Dispõe sobre Segurança e Medicina do Trabalho. São Paulo: Atlas S. A., 2003.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Porto Alegre: CEDICA, 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das Unidades da Federação. *Censo Escolar 2003*. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Trabalho Precoce: saúde em risco*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2001.

CARVALHO, Henrique José Antão de; GOMES, Ana Virgínia; ROMERO, Adriana Mourão et al. *Análise e recomendações para a melhor regulamentação e cumprimento da normativa nacional e internacional sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: OIT; Sudamérica: Programa IPEC, 2003.

CATTANI, Antonio David. *Trabalho e Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CATTANI, Antonio David. *Trabalho e Tecnologia*. Petrópolis: Ed. da Universidade, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Secretaria Nacional de Políticas Sociais. Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. *A CUT Contra o Trabalho Infantil*. Brasília: s.n., 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Secretaria Nacional de Políticas Sociais. Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. *A CUT Contra o Trabalho Infantil*. Brasília: s.n., 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. *Lugar de Criança é na Escola: Uma contribuição da CNTE e da CUT à formulação de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil*. Brasília: Terranova Propaganda, 1998.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. *Lugar de Criança é na Escola: Uma contribuição da CNTE e da CUT à formulação de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil*. Brasília: Terranova Propaganda, 2001.

COHN, Amélia e MARSIGLIA, Regina G. Processo e organização do trabalho. In: *Uma cosmovisão: a vida, o homem, o trabalho*. São Paulo: Vozes, 1997, p. 56-75.

COSTA, Achyles. Barcelos da. A trajetória da indústria de calçados no Vale do Sinos. In: COSTA, Achyles Barcelos da; PASSOS, Maria Cristina (orgs.). *A Indústria Calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004. p. 9-24.

CUEVA, Agustin. *O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O Minidicionário da Língua Portuguesa*. 5.ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2004.

FERREIRA, Eleanor Stange. *Trabalho Infantil: História e Situação Atual*. Canoas: ULBRA, 2001.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil*. Brasília: Conanda, 2001.

FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FURTADO, Celso. *O Longo Amanhecer: Reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso; OLIVEIRA, Francisco de (orgs.). *Economia*. São Paulo: Ática, 1983.

GIANNOTTI, Vito. *Reconstruindo Nossa História: 100 Anos de Luta Operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GUATARRI, Félix. *As Três Ecologias*. Campinas: Papyrus, 1991.

GUERRA, Rosângela. A Infância Perdida. *Nova Escola*, São Paulo, ed. 75, p. 13-19, mai., 1994.

GUIA ECONÔMICO DO VALE, 1995.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HUMANN, Paulo Victor. Componentes: o setor que abastece as fábricas de calçados. In: COSTA, Achyles Barcelos; PASSOS, Maria Cristina (orgs.). *A Indústria Calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004. p. 87-98.

IGLESIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IGLESIAS, Francisco. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. A Era Vargas em Questão (1954-2004). *IHU On-Line*. São Leopoldo, n. 111, p. 5-24, 16 ago. 2004.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Getúlio. *IHU On-Line*. São Leopoldo, n. 112, p. 3-27, 23 ago. 2004.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Lutas Sociais na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. (Revisão, 35).

JACQUES, Maria da Graça Corrêa (org.). *Saúde Mental e Trabalho: Leituras*. Petrópolis: Vozes, 2002.

JORNAL NH, Novo Hamburgo, 15 jun. 2004.

KUPSTAS, Márcia (org.). *Trabalho em Debate*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica. Série Debate na Escola).

LEONARDI, Victor; FOOT, Francisco. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril, 1983.

MENDONÇA, Sonia Regina e FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente 1964-1980*. São Paulo: Ática, 1988. (Princípios, 152).

MENDONÇA, Sonia. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995.

MOMBACH, Aloísio. Trabalho Infantil. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, abr. 2004.

NASCIMENTO, Antenor. Especial Getúlio Vargas: Anatomia do Líder. *Exame*. São Paulo, ed. 824, n. 16, p. 22-25, 18 ago. 2004.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1996.

O TRABALHO infantil tem duas caras. *Jornal da AMENCAR*. São Leopoldo, ed. 40, p. 6-7, mai. 2002.

PEREIRA, Irandi. *A CUT Contra o Trabalho Infantil*. São Paulo: CUT, 1997.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO – PNAD, IBGE, 1995.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO – PNAD, IBGE, 1996.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. *The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity*. s.l.: Basic Books, 1984.

POCHMANN, Marcio. *O Trabalho sob Fogo Cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

REICHERT, Clovis. Leopoldo. A evolução tecnológica da indústria calçadista no Sul do Brasil. In: COSTA, Achyles Barcelos; PASSOS, Maria Cristina (orgs.). *A Indústria Calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004. p. 51-68.

RENNER, Jacinta S. *Custos Posturais nos Posicionamentos em pé, em pé/sentado e sentado nos postos de trabalho do setor costura na indústria calçadista*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

REZENDE, Antonio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986. (Princípios, 75).

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul 2002-2003: garantias e violações dos Direitos Humanos*. Porto Alegre: Corag, 2003.

RUFFONI, Janaína. A indústria de máquinas para calçados e curtumes no Rio Grande do Sul. In: COSTA, Achyles Barcelos; PASSOS, Maria Cristina (orgs.). *A Indústria Calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004. p. 69-86.

SANTOME, Jurjo Torres. *Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, André Maurício dos. A indústria de curtumes do Rio Grande do Sul. In: COSTA, Achyles Barcelos; PASSOS, Maria Cristina (orgs.). *A Indústria Calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004. p. 99-114.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura Familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. O Atelier de Calçados. *Revista Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, v. 288, p. 18-20, 1996.

SCHNEIDER, Sergio. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, Achyles Barcelos; PASSOS, Maria Cristina (orgs.). *A Indústria Calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004. p. 25-50.

SCHNEIDER, Sérgio; COTANDA, Fernando; ALMEIDA, Marilis Lemos de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. Relatório de Pesquisa.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil: Colônia, Império, República*. São Paulo: Moderna, 1992.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 14.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. *Economia Política do Trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1977.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOMMA, Isabelle. As Cruzadas das Crianças. *Super Interessante*, São Paulo, ed. 5, p. 34-39, jan. 2004.

SOUZA, Cássia. Engraxate não, executivo em polimento. *Jornal VS*, São Leopoldo, p. 11, 16 set. 2004.

SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. *Diagnóstico do Trabalho Infantil em São Leopoldo*. s.l.: s.n., 2002. Relatório de Pesquisa.

TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL. *Sessão Preparatória do Tribunal Internacional Independente Contra o Trabalho Infantil*. Brasília: s.n., 1995.

VELASCO, Marilton. *Cativos na Liberdade: hipocrisia e farsa nas relações de trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZERO HORA, Porto Alegre, 06 mai. 1990.

ZERO HORA, Porto Alegre, 11 jun. 2004.

ZERO HORA, Porto Alegre, 16 jun. 2004.

### **SITES**

ALMEIDA NETO, Honor de. *Formação Via Trabalho Infantil em Tempo Globalizado: a criança-jornaleira na cidade de Porto Alegre em 1998/99*. Disponível em: <<http://www.neofito.com.br/artigos/art01/trab47.htm>> Acesso em: 10 mar. de 2002.

HENSER, Siegfried Emanuel. *Fundação de Economia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>> Acesso em 10 ago. 2004.

MAPAS. *São Leopoldo*. Disponível em: <<http://www.mapas.rs.com.br>> Acesso em 26 ago. 2004.

PASTORE, José. *A Convenção da OIT sobre o Trabalho Infantil*. Disponível em: <<http://www.neofito.com.br/artigos/art01/trab31.htm>> Acesso em: 10 mar. de 2002.

PEDRA no Sapato: Indústria Calçadista do Rio Grande do Sul Investe para Erradicar o Trabalho Infantil. Disponível em: <<http://www.anchem.com.br/revista.htm>> Acesso em 1 jun. 2003.

RAMOS, Augusto Cesar. *Trabalho Infantil*. Disponível em: <<http://www.neofito.com.br/artigos/art01/trab44.htm>> Acesso em: 10 mar. de 2002.

### **ENTREVISTAS**

B. D. V.. Trabalho Infantil. Escola Municipal João Goulart, São Leopoldo, 4 mai. 2002. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

DANIEL, Rui Nei. Fiscalização do trabalho infantil e opinião da Subdelegacia Regional do Trabalho de São Leopoldo sobre o tema. Subdelegacia Regional do Trabalho, São Leopoldo, 7 jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

KOCH, Carlos Gilberto. Atuação do trabalho infantil e opinião do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo sobre o tema. Sindicato dos Sapateiros, Novo Hamburgo, 13 jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

MATTJE, Emerson Tyrone. Fiscalização do trabalho infantil e opinião da Subdelegacia Regional do Trabalho de Novo Hamburgo sobre o tema. Subdelegacia Regional do Trabalho, Novo Hamburgo, 15 jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

MENINO TRABALHADOR. Trabalho Infantil. Escola Municipal João Goulart, São Leopoldo, 4 abr. 2002. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

PEDRO, Mara Cristiane Job Beck. Conhecimento e posição da Promotoria da Infância e Juventude de São Leopoldo acerca do trabalho infantil na indústria calçadista no município, bem como sugestões e alternativas de soluções para o problema. Promotoria da Infância e da Juventude, São Leopoldo, 14 set. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

REDIN, Marita. A importância do brincar na vida da criança. UNISINOS, São Leopoldo, 6 jul. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

REGRA, Sabrina Gomes. O funcionamento e os programas voltados para crianças e jovens realizados pela Fundação SEMEAR. Fundação SEMEAR, Novo Hamburgo, 15 jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

SILVEIRA, Noeli Rolt da. O funcionamento da ASBEM em Novo Hamburgo. Novo Hamburgo, 15 jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Terezinha Gonçalves de Souza.

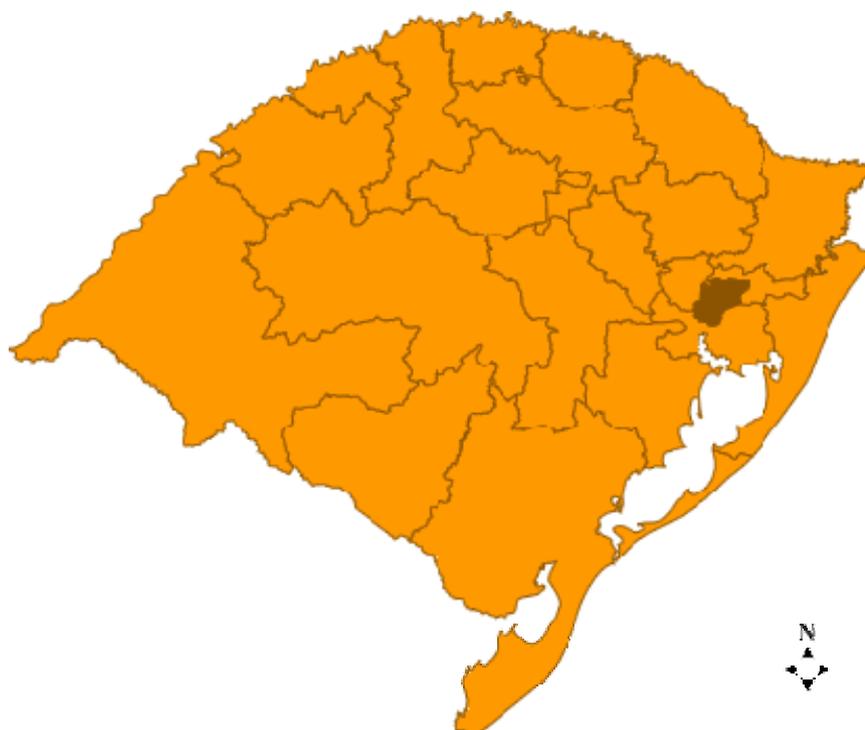
## **ANEXOS**



## RESUMO ESTATÍSTICO RS

### MUNICÍPIOS

### SÃO LEOPOLDO



#### ***Dados do COREDE***

Nome: São Leopoldo

População Total (2003): 203.071 habitantes

Área (2003): 102,3 km<sup>2</sup>

Densidade Demográfica (2003): 1.984,8 hab/km<sup>2</sup>

Taxa de Urbanização (2003): 99,7%

Taxa de Analfabetismo (2000): 4,78%

Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 69,00 anos

PIBpm (2001): R\$ 1.227.572.182

PIB per capita (2001): R\$ 6.255

IDESE (2001): 0,741

Data de Criação: 01/04./1846 (Lei nº 4)

Município de Origem: Porto Alegre

COREDE a que pertence: Vale do Rio dos Sinos



### DESEMPREGO

- Desempregados
- Há quanto tempo
- Motivo do desemprego

### DESAGREGAÇÃO

- Casal mora junto (sim/não)

### LOCALIZAÇÃO

- Município
- Zona urbana ou rural
- Origem familiar: por que vieram pra São Leopoldo
- Escolaridade



### SUSTENTO

- Pessoas que contribuem para o sustento familiar

### RENDA PER CAPITA

- Número de salários mínimos

### TAMANHO

- Número de filhos
- Faixa etária

Lucas Lopes, 15 anos, chama a atenção nas ruas e conquista a clientela com terno e gravata

## Engraxate não, executivo em polimento

CÁSSIA SOUZA

**A**cordar cedo, lavar o rosto, tomar café, vestir terno, gravata e sapatos. Depois de uma reparada no visual, embarcar em um ônibus em direção ao Centro para mais um dia de trabalho. Essa é a rotina do engraxate Lucas Lopes, 15 anos, morador na vila Brás, durante seis dias da semana. Entre uma escovada e outra, Lucas se considera realizado com o que faz. Não apenas por já poder pagar seus próprios 'luxos', mas por ser respeitado fazendo o que gosta.

É trabalhando 11 horas por dia, em média das 9 até as 20 horas, que Lucas garante seu sustento. Após cinco anos engraxando sapatos, o *executivo em polimento de couro e afins* - como prefere se auto-intitular - conquistou a confiança e o respeito pelo seu trabalho: trocou as ruas pelos estabelecimentos comerciais, onde, de hora em hora, atende dezenas de empresários e comerciantes da cidade.

A aparência física de Lucas é o seu cartão de visitas. O uso diário de terno foi uma escolha própria, motivada pelo fato de vir de uma família de crentes e desde pequeno já ter no roupeiro um traje formal. "Quando a gente se veste com roupas normais, ou não tão arrumado, as pessoas



Tiago da Rosa/GES

CLIENTE: o corretor Alberto Argemi destaca a educação de Lucas

### Uma vida toda trabalhando

A confiança conquistada e o sucesso como engraxate não são frutos do acaso na vida de Lucas. Seu espírito trabalhador foi despertado há nove anos, quando, aos seis, começou a trabalhar como catador. "Catei papelão dos seis até os oito anos. Catava papelão de manhã, e de tarde ia para a escola", lembra.

De catador, Lucas passou a vendedor de panos-de-prato e rabicó confeccionados pela avó. "Nessa época já era esperto. Pegava ônibus e vinha vender no Centro", lembra orgulhoso. Dois anos depois, aos dez, Lucas se tornou engraxate. "Comecei ajudando o Alexandre, um amigo meu. Cada cliente que eu conseguia para ele ganhava 25% do lucro. Depois de dois meses, comprei minha escovinha, depois o escovão, as flanelas e, por último, a graxa. A caixa foi meu pai quem fez."

acham que a gente vai assaltar. Desse jeito sou mais respeitado e elogiado", argumenta Lucas, lembrando que desde o momento que adotou o novo traje a "clientela" aumentou bastante.

Depois do primeiro terno, outro dois já vieram de presente. "O segundo terno consegui com o próprio costureiro, encomendado por um cliente. Depois ganhei mais um de outro cliente e também os sapatos", mostra orgulhoso.

O dia-a-dia do engraxate é marcado pelo atendimento de, em média, 20 clientes. "Em dia de chuva, atendo só uns 15. Quando o tempo está bom, dá para engraxar até 25 pares de sapato", diz, afirmando que sua renda mensal gira em torno de R\$ 400,00. Com parte do lucro, Lucas sustenta suas vaidades. "Já comprei uma bicicleta cromada, sete pares de tênis e bastante roupa, além dos materiais escolares", garante.

**FAMÍLIA** - O que sobra, Lucas entrega à mãe para ajudar nas contas da casa. Filho mais velho de uma família de dois irmãos, é o único que trabalha fora e garante que a escolha por engraxar sapatos é própria. "Meus pais não gostam que eu fique na rua até tarde, mas é claro que não me impedem de eu trabalhar. Só pedem para eu nunca parar de estudar", observa. O gosto pelo trabalho vem do exemplo da família. A mãe trabalha diariamente como doméstica e o pai é industrial e nas horas vagas trabalha como pedreiro e carpinteiro.

### Planos para futuro dependem da remuneração

Ao falar em futuro, Lucas projeta como sonho seguir os estudos. No ano passado, concluiu a 5ª série e no próximo ano pretende fazer um supletivo. Além disso, a curto prazo, garante que vai fazer dois cursos profissionalizantes, um de engenharia e outro de tornearia. "Os cursos eu vou ganhar de um cliente, e assim que terminar, se aparecer um serviço melhor eu faço, mas se for pra ganhar menos que ganho como engraxate não aceito", adianta.

E não é à toa que Lucas não pensa em exercer outro trabalho. A cada novo cliente a confiança aumenta. Somente em uma imobiliária do Centro, o número passa de dez. "O diferencial do Lucas é a educação que tem e o bom trabalho que faz. Enquanto ele engraxa, falamos dos estudos, negócios, e além disso, ele canta pra gente", conta o corretor de imóveis Alberto Argemi, cliente de Lucas há três anos.

Aos colegas de "profissão" que não tiveram a sorte de trilhar os mesmos caminhos do "executivo em polimento", Lucas deixa seu recado: "Trabalhe com vontade, respeite as pessoas para ser respeitado. E não deixe de estudar".



FOTOGRAFIA Nº 1: Costura do Calçado – Ponto Seleiro



FOTOGRAFIA Nº 2: Costura do Calçado – Ponto Seleiro



FOTOGRAFIA Nº 3: Trançadinho



FOTOGRAFIA Nº 4: Trançadinho (mãe e filha)



FOTOGRAFIA Nº 5: Enfiadinho



FOTOGRAFIA Nº 6: Trabalho Infantil – Setor Coureiro-Calçadista  
▪ Enfiadinho, Trançadinho, Ponto Seleiro, Chicote, Miçanga.



FOTOGRAFIA Nº 7: Crianças trabalhadoras do calçado (7 e 8 anos de idade)



FOTOGRAFIA Nº 8: Crianças trabalhadoras do calçado (7 e 8 anos de idade)



FOTOGRAFIA Nº 9: Costura do Calçado (ponto seleiro)



FOTOGRAFIA Nº 10: Moradia da Família